

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPH

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICA, MOVIMENTOS POPULACIONAIS E SOCIAIS

ROSEMERI MOREIRA

**“ENTRE O ESCUDO DE MINERVA E O MANTO DE PENÉLOPE”:
A INCLUSÃO DE MULHERES NA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO
PARANÁ (1975-1981)**

**MARINGÁ
2007**

ROSEMERI MOREIRA

**“ENTRE O ESCUDO DE MINERVA E O MANTO DE PENÉLOPE”:
A INCLUSÃO DE MULHERES NA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO
PARANÁ (1975-1981)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado) da Universidade Estadual de Maringá, Linha de Pesquisa “Fronteiras, Populações e Bens Culturais”, sob orientação da Professora Dra. Hilda Pívoro Stadniky, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

MARINGÁ
2007

ROSEMERI MOREIRA

**“ENTRE O ESCUDO DE MINERVA E O MANTO DE PENÉLOPE”:
A INCLUSÃO DE MULHERES NA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO
PARANÁ (1975-1981)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado) da Universidade Estadual de Maringá, Linha de Pesquisa “Fronteiras, Populações e Bens Culturais”, sob orientação da Professora Dra. Hilda Pívaro Stadniky, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovado em, ___ de _____ 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Hilda Pívaro Stadniky
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof^a. Dr^a. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof^a. Dr^a. Maria Bernardete Ramos Flores
Universidade Federal Santa Catarina – UFSC

Dedico este trabalho

A Anair, Carolina, Vitor, Hilda, Rosani, Adolfo, Marilena, Cleuzi,
Aparecida, Sonia, Adriana, José, Iza, Rosangela, Ângelo,
Glacy, Rosemaria, Jorge, Olira, Gisléia, Marinês, Bernadete, Evandir,
Elizabeth, Selma, Vilma, Fernanda, Bruna, Thiago, Thomaz, Xico e Alex,
pessoas sem as quais não seria quem sou, desejando-lhes, através das palavras
do poeta,
todo amor que houver nesta vida.

AGRADECIMENTOS

À professora Hilda Pívaro Stadniky, meus sinceros agradecimentos, não apenas pela orientação firme e segura demonstrada na elaboração desta dissertação, mas também pelo incentivo, confiança e amizade nesse tempo de convivência.

A todos os policiais militares, mulheres e homens, que compartilharam suas lembranças com relação à presença de mulheres na corporação policial militar e dividiram suas expectativas na atuação futura da PMPR.

À Ten. Cel. QOPM Rita Aparecida de Oliveira, por abrir as portas da PMPR à pesquisa histórica, acreditando na segurança cidadã.

À 2º Tenente Sonia Sueli da Luz, responsável pelo Arquivo Geral da PMPR, pela disponibilidade e auxílio na busca dos documentos e paciência com a convivência forçada pela presença constante da pesquisadora.

Ao Capitão Wellington Hathy e ao 2º Sargento Renato Ostroski, pela cordial atenção e auxílio na localização de documentos pertencentes ao arquivo da 1ª Seção do Estado Maior.

À Coordenação do Programa de Pós Graduação e aos professores pela disposição e atenção dispensada sempre que solicitados.

A Giselle Moraes e Silva, secretária do Programa de Pós Graduação, pela presteza e cordialidade no atendimento aos discentes.

A CAPES, pela concessão da bolsa, sem a qual esta pesquisa não teria sido possível.



*“Cambia lo superficial
cambia también lo profundo
cambia el modo de pensar
cambia todo en este mundo”
Mercedes Sosa*

*“Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.*

*Inauguro linhagens, fundo reinos
- dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade da alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou”.
Adélia Prado*

RESUMO

O objeto da pesquisa em questão constitui-se no processo de inclusão de mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), iniciado em 1975. Processo que permite abertura às mulheres como agentes no espaço legal da violência legítima do Estado, num momento denominado de distensão política, e sem integrar as pautas reivindicatórias de grupos feministas. O recorte temporal baliza o período 1975-1981, abarcando: elaboração da Lei de Organização Básica da PMPR, que previa o ingresso de mulheres na corporação e a instituição da Polícia Feminina; o curso de formação e transformação de mulheres em policiais militares; participação na vida urbana da cidade de Curitiba, compondo junto a outros elementos um cenário civilizador e modernizador e a formação/transformação de um grupo de mulheres em oficiais da PMPR. Para tanto, foram utilizados como fontes: Leis, Decretos-lei, Diretrizes, Portarias, Boletins Gerais da PMPR, fotografias e recortes jornalísticos localizados no museu da PMPR e ainda entrevistas concedidas por homens e mulheres policiais militares participantes desse processo. A pesquisa aborda o discurso formador de identidade da Instituição policial militar a fim de buscar as vozes e os lugares de onde parte a idéia da criação da mulher policial no estado do Paraná. Focaliza a construção do corpo material e simbólico da mulher policial através da análise da legislação construída para o ingresso da mulher na instituição da Polícia Militar, dos documentos oficiais normatizadores durante o curso de formação policial militar, e também na sua atuação concreta, detendo-se no imbricamento entre feminino/masculino. Nesse sentido, compreende o confronto entre o pensado e o concreto, entre as representações e as práticas a partir da efetivação do trabalho da polícia, que também se configura como objeto de discursos. São objetos de análise, ainda, a presença de Sargentos Policiais Militares Femininos na cena urbana de Curitiba, a utilização ostensiva da imagem de feminino e as transgressões dessa imagem pelas policiais. A concretude do feminino nos primeiros anos de sua presença através de uma imagem ambígua – ora voltada à comunidade externa e ora voltada à privacidade da caserna – é o marco final das discussões empreendidas. Da construção legal e simbólica da policial militar ao processo concreto do Curso de Formação de Sargentos e a concessão do oficialato às mulheres é o percurso da pesquisa.

Palavras-chave: Polícia Militar. Habitus sexuado. Corpo feminino viril. Curitiba cidade-modelo.

ABSTRACT

The 1975 inclusion of females in the Military Police Force of the State of Paraná is provided. The process introduces females as agents within the legal space of the State's legitimate violence in a period of political distension and without any extension of feminist groups' vindicatory items. The period under analysis, from 1975 to 1981, comprises the elaboration of the Law of Basic Organization of the Military Police of the State of Paraná, which foresaw the admission of females in the military corporation and the Female Police Institution; the training course and the transformation of females into military police; the participation in the city life of Curitiba and, together with other members, the enactment of a civilizing and modernization environment and the formation of a group of females as Military Police officers. Sources included laws, decrees, guidelines, memoranda, general orders-of-the-day, photographs and newspaper cuttings available at the Military Police Museum, interviews given by male and female military people who participated in the process. Research investigated the identity formation discourse of the Military Police Institution so that the voices and the places from which the idea of training the female as a military police originated could be recovered. Research focuses on the construction of the female military police's material and symbolical body through the analysis of a legislation built for the admittance of females in the Military Police institution, on official normatizing documents given during the training and on the correct behavior overlaid with masculine and feminine roles. The conflict between the ideal and the concrete, between the representations and practices, is thus investigated as from the effectiveness of the police work, the subject matter of discourse. Analysis also includes the presence of Female Military Police Sergeants in the city context of Curitiba, the ostensive use of the feminine image and the transgressions of the image by male police. The concreteness of the feminine during the first years of its presence through an ambiguous image – on the one hand, inclined towards the external community; on the hand to the privacy of the barracks – is the final limit of current discussions. Current research goes through the legal and symbolical construction of the military police up to the concrete process of the Formation Course for Sergeants and the provision of female officers.

Key words: Military Police; sexed habitus; viral feminine body; Curitiba as a model-city.

LISTA DE FIGURAS

Charge 1	Curitiba tem polícia feminina.....	134
Figura 1	Curitiba. Região central. 1977.....	174
Foto 1	Padrão cabelos curtos e compridos presos, vistos de perfil...	115
Foto 2	Padrão cabelos compridos presos, vistos de perfil.....	116
Foto 3	Padrão de cabelos compridos com cobertura, presos vistos de frente.....	116
Foto 4	Padrão de cabelos curtos, com cobertura, vistos de frente....	117
Foto 5	Padrão de cabelos compridos presos, vistos de frente.....	117
Foto 6	Padrão de cabelos compridos presos, com cobertura, vistos de frente.....	117
Foto 7	Padrão de cabelos cumpridos presos, vistos de perfil.....	118
Foto 8	Padrão de cabelos compridos presos, com cobertura, vistos de perfil.....	118
Foto 9	Pelotão de Polícia Feminina na PM - 1978.....	129
Foto 10	Elas serão as primeiras policiais militares do Paraná – 1978.....	129
Foto 11	Polícia treina mulheres para bater em bandido – 1978.....	130
Foto 12	As aulas atentamente assistidas pelas Recrutas” - 1978.....	130
Foto 13	Bem preparadas. - 1978.....	130
Foto 14	Bem preparadas. - 1978.....	131
Foto 15	Defesa pessoal. Objetivo: imobilizar sem violência – 1978...	131
Foto 16	Esporte e filosofia. A defesa pessoal exige preleções sobre a filosofia que Rege o esporte” – 1978.....	131
Foto 17	Em ação a Polícia Feminina - 1978.....	132
Foto 18	Aulas de judô são muito importantes para o adestramento das candidatas ao posto de Sargento de Polícia Feminina - 1978.....	132
Foto 19	Polícia Treina mulheres para bater em bandidos” – 1978.....	133
Foto 20	Em ação a Polícia Feminina – 1978.....	135
Foto 21	Braços femininos da lei - 1978.....	135
Foto 22	Em ação a Polícia Feminina – 1978.....	136

Foto 23	Em ação a Polícia Feminina – 1978.....	136
Foto 24	Mulheres armadas saem as ruas - 1978.....	138
Foto 25	Bolsa e quepe padrão para praças e oficiais.....	141
Foto 26	Continência, como manda o Regulamento - 1978.....	142
Foto 27	Prestaram juramento ontem, mas as instruções continuam hoje - 1978.....	142
Foto 28	A polícia feminina prestou compromisso ontem - 1978.....	142
Foto 29	Cel. Janete: não são mulheres Masculinizadas – 1978.....	143
Foto 30	Mulher Sargento jura à Bandeira - 1978	144
Foto 31	A comandante Jannete Ribeiro quando palestrava com a imprensa” - 1978.....	145
Foto 32	A primeira turma de policiais femininos do Paraná, formou- se ontem, com solenidades na Academia do Guatupê - 1978.....	147
Foto 33	Primeira turma - 1978.....	148
Foto 34	O Pelotão Anita Garibaldi - 1978.....	148
Foto 35	O Pelotão Anita Garibaldi - 1978.....	149
Foto 36	Polícia Feminina presta Juramento - 1978.....	151
Foto 37	Agora nova missão – 1978.....	151
Foto 38	Cidade vai ganhar sua Polícia Feminina - 1978.....	152
Foto 39	O Pelotão Anita Garibaldi - 1978.....	153
Foto 40	Cidade vai ganhar a sua Polícia Feminina - 1978.....	157
Foto 41	Posição de descansar da policial portando bolsa orgânica, de frente.....	161
Foto 42	Posição de descansar da policial portando bolsa orgânica, de perfil.....	161
Foto 43	Posição de descansar da policial portando bolsa orgânica de perfil.....	162
Foto 44	Posição de sentar da policial.....	164
Foto 45	Posição de descansar da policial, frente.....	165
Foto 46	Posição de descansar da policial, trás.....	165
Foto 47	Policiamento Ostensivo de Posto. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba. 1978.....	175

Foto 48	Policiamento Ostensivo de Posto. Estação Rodoferroviária de Curitiba. 1978.....	176
Foto 49	Policiamento Ostensivo de Posto. Estação Rodoferroviária de Curitiba. 1978.....	176
Foto 50	Policiamento Ostensivo de Posto. Correio Rua XV. Curitiba. 1978.....	177
Foto 51	Policiamento Ostensivo. Estação Rodoferroviária de Curitiba. 1978.....	178
Foto 52	Passagem de Comando de Batalhão.1980.....	185
Foto 53	Desfile em comemoração a Independência do Brasil. 1980...	185
Foto 54	Visita ao quartelamento da esposa do Sub-comandante da PM de Minas Gerais. 1980.....	186
Foto 55	Menor desaparecido localizado pela Polícia Feminina. s/d....	186
Foto 56	Condução ao albergue. s/d.....	187
Organograma 1	Organograma da PMPR. LOB. 1975.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFA	Academia de Força Aérea
ALN	Ação Libertadora Nacional
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
APMG	Academia Policial Militar do Guatupê
AVM	Associação da Vila Militar
BPTTran	Batalhão de Polícia de Trânsito
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CESeC	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFS	Curso de Formação de Sargento
CFS Fem	Curso de Formação de Sargento Feminino
Cia PM	Companhia Policial Militar
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMT/Cmt	Comandante
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
CPC	Comando de Policiamento da Capital
CPI	Comando de Policiamento do Interior
DOI	Departamento de Operações de Informações
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ENP	The European Network of Policewomen's
IAWP	International Association of Women Police
IGPM	Inspetoria Geral das Policias Militares
LOB	Lei de Organização Básica
NEPEM	Núcleo de Estudos e Pesquisa da Mulher
ODIT	Operação de Defesa Interna e territorial
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
Pel Fem	Pelotão Feminino
Pel PM Fem	Pelotão de Polícia Militar Feminino
PM	Polícia Militar

PMPR	Polícia Militar do Estado do Paraná
PMSP	Polícia Militar do Estado de São Paulo
QG	Quartel Geral
QOAPM	Quadro de Oficial Administrativo Policial Militar
QOPM	Quadro de Oficial Policial Militar
QPME	Quadro Policial Militar Especialista
QPMG	Quadro Policial Militar Geral
RDE	Regulamento Disciplinar do Exército
RM	Região Militar
RM/DI	Região Militar e Divisão de Infantaria
RUPM FEM	Regulamento de Uniformes Policial Militar Feminino
TPM	Técnicas Policiais Militares
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UnB	Universidade de Brasília
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A CRIAÇÃO DA MULHER POLICIAL MILITAR NO PARANÁ	45
1.1 O neysmo e a ditadura militar	47
1.2 Militar/militarismo X forças policiais no Paraná ou duas faces da mesma moeda	51
1.2.1. O ideal militar.....	51
1.2.2. O golpe militar e os políticos paranaenses.....	55
1.2.3. A Polícia Militar do Estado do Paraná: PMPR	58
1.2.4. A idéia de modernização: presença feminina.....	63
1.3 Feminismo x militarismo: faces de moedas diferentes	77
2. A CONSTRUÇÃO MATERIAL E SIMBÓLICA DA MULHER POLICIAL MILITAR NO PARANÁ	84
2.1 De grau em grau: a normatização da mulher policial militar	87
2.1.1. A missão da mulher policial militar.....	88
2.1.2. Recrutamento e seleção: mulher idealizada.....	96
2.2. O corpo feminino na caserna: o feminino e o viril	101
2.3. Da “ordem unida” à unidade da ordem: o corpo modelado	106
3. COMPONDO AS RUAS E A SI MESMA	139
3.1. Paulatinamente à rua	140
3.2. Prontas às ruas Curitibanas	158
3.3. Curitiba: cidade humana	167
3.4. Entre flores e armas: mulher fronteira	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
FONTES E REFERÊNCIAS	197
ANEXOS	209

INTRODUÇÃO

Embaralhar as palavras e as coisas, separá-las, uni-las, pensá-las e repensá-las, dar-lhes nexos, é tarefa preocupante, principalmente quando se pretende analisar conceitos e categorias até há pouco tempo desconectados, como é o caso do poder e o sujeito do feminismo.

Além de compreender como noções, conceitos e categorias desarrumam as idéias, ao mesmo tempo em que repensam a *ordem* social, pelo seu imbricamento ou distanciamento, as dificuldades se estendem ainda mais quando se trata de analisar um processo de junção da categoria mulher com a idéia de soldado, com a idéia de policial, com a idéia de militar. Junção que aparentemente põe por terra a resistência de um dos grandes bastiões¹ símbolos da diferença hierárquica entre os sexos, o militar, por traduzir-se como espaço eminentemente masculino, e basear-se na capacidade para a guerra, para a ação, para a violência – atribuições constituintes da virilidade.

Mas, nesse novelo emaranhado, o que acalma, excita e seduz é a lembrança da relação entre o vento e a imagem do cão que o observa, descrita por Mário Quintana²:

O único que enxerga o vento é o cachorro./ Detém-se a porta da cozinha/ rosnando para o pátio ventado/ cheio de latas inquietas e papéis decididamente malucos./ E nos seus olhos fixos e rancorosos/ vê-se o desvario do vento/ a incurabilidade do vento/ os seus cabelos em corrupio/ os seus braços que parecem mil/ os seus trapos flutuantes de espantinho,/ toda aquele agitação sem causa e que/ é ainda menos instável, no entanto,/ que a terrível desordem da sua cabeça./ Pois o vento nunca pode assentar as idéias.

¹ “O militar, o religioso e o político” discutidos por Perrot como os principais lugares de resistência às mulheres, por tratarem-se de baluartes da construção da idéia de masculino, que tal “como as três ordens da Idade Média, constituem três santuários que fogem às mulheres. Núcleos de poder, são os centros das decisões, reais ou ilusórias, ao mesmo tempo que símbolos da diferença dos sexos”. PERROT, Michele. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998. p. 117.

² QUINTANA, Mário. *Lili inventa o mundo*. 12. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 23.

Movida por um *vento sedutor* e não tendo como pretensão edificar as idéias por completo, a pesquisa histórica em relevo tem como objeto o processo de inclusão de mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná, na década de 1970.

A temática enfocada na pesquisa “Entre o escudo de Minerva e o manto de Penélope”: a inclusão de mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná (1975-1981)¹ propicia a análise de um período em que a ação do Estado se apresenta de forma ambígua ao instituir em um contexto ditatorial novos atores com funções de uma nova polícia, mais preventiva e menos repressiva, no que concerne ao papel estipulado para as mulheres policiais e que será a tônica nos discursos do período pós-ditadura militar para as polícias militares em geral.

A necessidade de repensar o papel do Estado, o conceito de segurança pública, a participação de novos atores sociais – vinculados às questões de classe, gênero e etnia –, num contexto marcado pela reinstalação e fortalecimento da democracia no Brasil, tem sido a principal justificativa das pesquisas vinculadas a esse tema. A ênfase internacional de que “la seguridad es un bien publico”² faz parte da consideração de que, nas democracias modernas, o Estado é o primeiro que deve garanti-la. Guáqueta conceitua segurança como sendo: “la preservación de la vida, la integridad física y libertad de los ciudadanos, así como el respecto a sus derechos políticos, como el de profesar cualquier ideología de acuerdo con las normas establecidas y tener acceso a um juicio justo e imparcial”³. As mudanças se dão, no período democratizante, pela sobreposição desse conceito à preocupação anterior dos estados em garantir a sobrevivência do seu próprio regime, e não da liberdade e do bem estar das pessoas, dos cidadãos. Guaguetá enfatiza que em diversos países da América Latina é levada a cabo a idéia de Segurança Nacional e Internacional em detrimento da Segurança Pública.

O recorte temporal privilegiado compreende o período de 1975 a 1981. A baliza inicial é o processo de elaboração em 1975 da Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná, aprovada em janeiro de 1976, e que previa o ingresso de mulheres na corporação e a conseqüente elaboração do Decreto Lei nº. 3238, de

¹ Título sugerido pelo trabalho de: BOBEA, Lilian. Entre el escudo de Minerva y el manto de penélope: la feminización del servicio militar en el Caribe, una práctica dicotomizada. In: RESEARCH AND EDUCATION IN DEFENSE AND SECURITY STUDIES, 6., 2003, Santiago. *Anales...* Santiago: Center for Hemispheric Defense Studies, 2003. p. 28-30.

² GUÁQUETA, Alexandra. El Estado, la seguridad y la gente. Medellín, 2004. Disponível em: < <http://www.nuso.org/upload/seguridad/guaqueta.pdf> >. Acesso em: 27 jun. 2007 (Conferência Fescol-DPI sobre “Paz, seguridad y derechos humanos”). p. 1.

³ Ibidem.

abril de 1977, que institui a denominada “Polícia Feminina”. Analisou-se a configuração política que se apresenta naquele momento e o conseqüente reordenamento da Instituição.

No ano de 1977, será dado ensejo a esse projeto através do recrutamento de mulheres para compor o quadro de praças policial-militares: edital e processo de seleção nos quais se observa a concepção de feminino aceita ou idealizada pela PMPR, através da análise dos critérios especificamente criados para selecionar as quarenta e duas mulheres que irão cursar o primeiro Curso de Formação de Sargentos – o 1º CFS PM Fem. O curso que acontece entre os meses de outubro de 1977 a junho de 1978, apresenta-se como fundador e delimitador dessa nova categoria. Durante oito meses a formação policial tem como objetivo a transformação do corpo feminino em corpo feminino-militar, acrescentando ao *habitus* sexuado o imbricamento deste com o militarismo. O treinamento físico; as disciplinas específicas à técnica policial; a construção da *hexis*⁴ corporal militar específica à mulher policial; a impregnação da hierarquização e da ordem disciplinar: são elementos presentes no curso de formação. Período também da construção legal do ordenamento desse corpo estranho à caserna, através da elaboração de diversas portarias e diretrizes que definem a “finalidade e emprego da policial militar”: Diretriz nº. 029/77, a Diretriz nº. 046/77 e a Diretriz nº. 048/77, as quais terão diversos complementos publicados em Boletins Gerais do Comando Geral.

Após o período de formação, os corpos femininos, transformados em corpos institucionalizados de Sargentos da Polícia Militar, irão participar da vida urbana da cidade de Curitiba, compondo junto a outros elementos um cenário civilizador e modernizador. Em 1979, período de compor “as ruas”⁵, surge uma quarta diretriz regulamentadora das policiais, que especifica de maneira detalhada o que é a mulher policial. A Diretriz nº. 076/79, elaborada a partir de *problemas* concretos encontrados pela instituição no decorrer dos anos de 1977-1979, prestou-se para selar a representação de feminino da instituição ao seu ideal militar, ao mesmo tempo em que se contrapõe às mulheres policiais militares de carne e osso. Nesse

⁴ Segundo Bourdieu, é uma das dimensões que constituem o *habitus*, a saber, *ethos*, *eidos* e *hexis*. A *hexis* é a dimensão que possibilita a internalização das conseqüências das práticas sociais e, também, a sua exteriorização corporal, através do modo de falar, gesticular, olhar e andar dos agentes sociais, sendo que essas dimensões não podem ser vistas como instâncias separadas. BOURDIEU, Pierre. *La distinción: criterio y bases sociales del gusto*. 3. ed. Madrid: Taurus, 2006. p. 152, 172-73.

⁵ Ir “pra rua”; “trabalho de rua”: jargão policial militar. *Rua* possui, na cultura policial, a idéia de combate, de conflito.

período também é liberada a inserção de mulheres na nobreza policial militar: o oficialato. Baliza final desta pesquisa, 1981, define-se pelo momento que o grupo composto por cinco mulheres se constitui em oficiais da PMPR. A oficialidade e sua respectiva possibilidade de mando oferecem a esse grupo, que retorna ao comando de suas ex-colegas, uma ampliação de poderes no interior da instituição.

No Brasil, o tema da inserção de mulheres em instituições militares passa a ser abordado nos estudos feministas a partir dos anos 1990, até porque esse processo se consolida ao longo das décadas 1980-90. Inicia-se na Marinha em 1980, com a atuação de mulheres na área técnica e administrativa, na Aeronáutica em 1982, e no Exército em 1992. As investigações desenvolvidas enfocam o ingresso de mulheres nas Forças Armadas e ignoram esse mesmo processo ocorrido anteriormente nas polícias militares estaduais: São Paulo em 1955 e Paraná em 1975.

As forças policiais, segundo Bretas⁶, são excluídas da história política devido à formulação da engenharia social no século XIX, a qual divide o Estado em duas frações: fração política e fração administrativa. Esta última, racional e invisível, à qual pertencem as forças policiais. Nas palavras de Bretas, a polícia se torna um não-assunto. Invisibilidade como parte de sua eficácia. Somente quando sua presença torna-se visível, sinalizando a incapacidade do Estado no “controle social”, é que se transforma em objeto de estudos acadêmicos.

No caso brasileiro, a maior visibilidade das Forças Armadas, no que se refere à pesquisa histórica comparativamente às Polícias Militares dos estados, explica-se também pelo contexto vivido pós-1964 e pela subordinação legal das forças policiais estaduais ao Exército nesse período. A visibilidade do Exército como centro de poder, e como poder de Estado, e a subordinação institucional das forças policiais a esse poder, contribuem para a visibilidade do primeiro em detrimento do segundo. Isso somado à historicidade da formação das polícias ditas militares como cópias do modelo hierárquico-disciplinar que caracteriza a estrutura interna das Forças Armadas e que hierarquiza simbolicamente os olhares.

Representações coletivas que hierarquizam forças armadas e forças policiais, colocam estas últimas como objeto *não tão nobre* de estudo, referente à história das instituições. A historiografia brasileira que trata da “História Militar” ou da

⁶ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 10.

“Nova História Militar”⁷ entende como *locus* de uma história dita militar as Forças Armadas, e dentre essas o Exército brasileiro. Mesmo na obra recente de Castro *et al.*⁸, o conceito militares/militarismo não compreende a ação das forças policiais militares. A idéia de instituição disciplinar interna e externa parece ser o fator que hierarquiza e enobrece o Exército. Lembrando também que até há bem pouco tempo, o objeto por excelência da História eram os eventos políticos relacionados ao Estado-nacional e sua defesa territorial frente à ação de outros estados. Portanto, é compreensível que militarismo e História *dita* Militar esteja relacionada, nesse ponto de vista, à ação da guerra externa e à construção das fronteiras nacionais, e não, como geralmente é apregoado, à estrutura interna das instituições ditas militares, as quais seguem o rígido modelo hierárquico-disciplinar: “os historiadores, assim como os outros, nem sempre fazem o que pensam fazer e as rupturas orgulhosamente reivindicadas mascaram com freqüência continuidades ignoradas”⁹.

Sob esse viés, compreende-se com relação à construção do objeto, o fato das primeiras investigações enfocarem o ingresso de mulheres em instituições viris abordando as Forças Armadas e não se aterem a esse mesmo processo ocorrido anteriormente nas polícias militares.

Mathias¹⁰, através de seus estudos sobre mulheres e Forças Armadas, defende que em nenhum país da América Latina a incorporação de mulheres foi consequência de reivindicações diretas da sociedade civil ou especificamente do movimento feminista. Pelo fato das instituições militares, neste caso tanto as Forças Armadas quanto as Polícias Militares dos Estados, estarem desde sempre fechadas às mulheres pela crença na naturalização do *ethos* militar como pertencente ao masculino, é no mínimo intrigante a abertura desse espaço, até então negado, ocorrer no contexto ditatorial, e principalmente por ser pensado a partir das instituições militares, como é o caso específico no Estado do Paraná.

⁷ Na introdução da obra “Nova história militar”, os autores destacam dois momentos na produção histórica sobre as instituições militares: tradicionalmente, um enfoque sobre o papel político do exército; e a *nova* história militar como sendo a fase atual de pesquisa, influenciada pela história social, antropologia, pelas perspectivas pós-modernas e ainda pelo acesso ensejado aos arquivos após a redemocratização, enfoca novas direções de pesquisa ligadas aos símbolos e rituais do exército: o recrutamento, as relações exército-sociedade civil etc. CASTRO, Celso *et al.* (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV: Bom Texto, 2004. p. 11-42, passim.

⁸ *Ibidem*, p. 23.

⁹ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 14. O autor se refere à idéia de “volta” da narrativa, uma vez que defende que mesmo a história mais quantitativa ou estrutural é, ainda assim, um gênero de narrativa.

¹⁰ MATHIAS, Suzeley Kalil. *As mulheres chegam aos quartéis*. [S. l.], 2005. Disponível em: <<http://www.resdal.org/producciones-miembros/art-kalil.html>>. Acesso em: 05 jun. 2006.

A mesma autora enfatiza o ingresso de mulheres nas Forças Armadas dos países do Mercosul, através dos contextos específicos das chamadas transições para a democracia e a formação dos movimentos feministas respectivos, que o influenciaram de forma indireta. Assinala o duplo signo dessa incorporação ligada à crise econômica e à democratização política, dando direito às mulheres de fazer parte de seu instrumento de violência legítima, possibilitado por três fatores: a emergência da democracia; mudanças tecnológicas e administrativas no “fazer a guerra”; e fatores psico-sociais que englobam tanto questões econômicas quanto questões culturais relativas à perda de prestígio da profissão. Questão válida nas Forças Armadas com relação à idéia de transição – ditadura/democracia –, mas que não se refere ao ingresso de mulheres na Polícia Militar iniciado na década de 1970 no Estado do Paraná.

Analisando o contexto específico da feminização nas Forças Armadas no Caribe, Bobea defende que “el fenómeno de la militarización femenina puede ser interpretado a partir de por lo menos dos ejes analíticos que dan cuenta de dinámicas de caminos sociales: los procesos de democratización que a diferentes niveles han tenido lugar en America Latina y en Caribe y los procesos de modernización institucional que se derivan de esos procesos de abertura e inclusión”¹¹. A autora analisa as oposições excludentes entre as feministas anti-militaristas e as feministas militaristas igualitaristas, as quais propugnam respectivamente a desmilitarização da própria sociedade e, por outro lado, a ocupação “humanizadora” das profissões militares pelas mulheres. Criticando as duas correntes de pensamento, Bobea evidencia a necessidade de repensar a segurança pública e o papel do estado, de maneira que sejam inseridas as questões sociais, étnicas e de gênero, sem abandonar, contudo, a idéia do Estado democrático como centro de concretização dessa proposta.

Ainda sobre as Forças Armadas, no caso brasileiro, Mathias¹² defende que, nas três forças – Marinha, Aeronáutica e Exército –, as mulheres permaneceram nas mesmas funções que ocupavam no período anterior aos anos 80, as quais não eram “incorporadas”, fazendo parte de quadros técnico-administrativos e com acesso vedado ao Estado-maior. Permanecendo dessa forma a idéia estereotipada do homem como guerreiro natural. É importante lembrar que, nessa mesma

¹¹ BOBEA, op. cit.

¹² MATHIAS, op. cit.

pesquisa, Mathias relaciona a presença feminina nas Forças Armadas ao sucesso obtido nas polícias militares estaduais, como experiência primeira da utilização na caserna do corpo-frágil, do corpo percebido¹³.

Takahashi investiga relações de gênero na Academia de Força Aérea (AFA) através de relatos de homens e mulheres, recrutas e veteranos, utilizando fontes orais como *testemunho* desse processo de integração. Apresentando um recorte espaço-temporal impreciso para uma pesquisa histórica e suscitando ressalvas quanto ao trato com o documento oral, a pesquisa preenche, no entanto, a intenção da autora, preocupada com aspectos educacionais. Acaba enfatizando os aspectos positivos da “abertura de espaços que subvertem o paradigma tradicional”¹⁴.

A cientista política Maria Celina D’Araújo aborda conjuntamente o ingresso de corpos estranhos à virilidade nas Forças Armadas do Brasil: mulheres e homossexuais. D’Araújo relaciona esse processo às transformações na relação Estado/sociedade civil na década de 1980, “quando os princípios de igualdade e democracia se tornam a gramática da política”¹⁵. Ocupa um parágrafo nesse artigo a incorporação de mulheres nas polícias militares estaduais, referindo-se à limitação numérica prevista em lei específica dos estados e às possibilidades de carreira.

Os temas gênero e polícia tornaram-se objetos de pesquisa acadêmica detalhada apenas recentemente e são ainda relativamente poucos os estudos culturais que assumem análises de mulheres policiais. As pesquisas disponíveis frequentemente comparam Inglaterra e Estados Unidos e entre elas destacam-se autores como Heidensohn¹⁶ e Mckenzie¹⁷. Ambos os pesquisadores preocupam-se em comparar as condições de trabalho entre os policiais feminino e masculino.

Ainda nessa linha preocupada com a questão trabalho, algumas conferências internacionais têm propiciado novas abordagens e enfoques e contribuído para uma revisão da posição da mulher policial em alguns países da Europa, de onde derivam novas análises comparativas. Dignas de menção são “The European Network of

¹³ Corpo objeto, corpo do ser para o outro. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

¹⁴ TAKAHASCHI, Emilia Emi. A formação militar sob o enfoque das relações de gênero: uma experiência. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*. CEFET – PR, v. 3, ano 1, p.21-38, ago/set 2005.

¹⁵ D’ARAÚJO, Maria Celina. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: CASTRO, Celso *et al.* (orgs.), op. cit., p. 439-459.

¹⁶ HEIDENSOHN, F. *Women in control? The role of women in law enforcement*. Oxford: Sage, 1992.

¹⁷ MCKENZIE, I. Equal opportunities in policing: a comparative examination of anti-discriminatory policy and practice in British and American policing. *International Journal of Sociology and Law*, 21, p. 159-174, 1993.

Policewomen's (ENP) Conference”, realizada na Hungria, em 1995, e “The joint ENP/ International Association of Women Police (IAWP) Conference”, promovida em Birmingham, em 1996. A Conferência Internacional “Policing in Central and Eastern Europe: Comparing Firsthand Knowledge with Experience from the West”, organizada pelo College of Police and Security Studies, em Ljubljana (Slovenia), em 1996, reuniu especialistas, cuja produção resultou em volumosa publicação¹⁸.

O destaque para a Conferência Internacional da Slovenia deve-se, de um lado, pelo elevado número de *papers* selecionados para publicação e, de outro, por dedicar longa unidade a tópicos especiais sobre polícia – A women in police –, dos quais sublinhamos autores como Barbara R. Price¹⁹, Jennifer Brown²⁰, Milan Pagon, Branko Lobnikar²¹ e Anita Hazenberg²², ainda não muito conhecidos entre nós.

Tais eventos disponibilizaram dados de mulheres policiais servindo em países do Leste europeu, Europa continental e Ilhas Britânicas, bem como nos Estados Unidos, e possibilitaram comparação de experiências a partir de alguns temas. De um modo geral, dados de tais pesquisas comparativas nos oferecem pontos de diferenças entre mulheres policiais de diversos países: as que servem nos países do Leste Europeu, por exemplo, aparentam sofrer menos discriminação e assédio do que aquelas que atuam na Europa continental, Inglaterra e Estados Unidos. Isso permitiria supor que o papel e status de mulher trabalhadora nos países de regime comunista teria resultado em maior igualdade, enquanto que no Oeste europeu as conquistas resultaram de pressão e de legislação resultante de política anti-discriminatória. De igual modo, no Oeste europeu e, mais particularmente nos Estados Unidos, os movimentos de mulheres e o feminismo têm fornecido ferramentas de análise de atitudes e comportamentos considerados discriminatórios.

Pesquisas baseadas em metodologias qualitativas prestaram contribuições significativas ao tratar da inserção feminina nas forças policiais, ainda que pertinentes a países onde vigorem leis anti-discriminatórias. A implementação de políticas e a legislação de oportunidades iguais têm sido fortemente encorajadas e

¹⁸ PAGON, Milan (ed.). *Policing in Central and Eastern Europe: comparing firsthand knowledge with experience from the West*. Slovenia: College of Police and Security Studies, 1996.

¹⁹ PRICE, Barbara R. Price. *Female police officers in the United States*. In: PAGON, op. cit.

²⁰ BROWN, Jennifer. *Integrating women into policing: a comparative european perspective*. In: PAGON, op. cit.

²¹ PAGON, Milan; LOBNIKAR, Branko. *Reasons for joining and beliefs about police among Slovenian female police rookies*. In: PAGON, op. cit.

²² HAZENBERG, Anita. *Breaking the silence*. In: PAGON, op. cit.

fortalecidas, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, beneficiando, assim, o ingresso de maior contingente feminino nas forças policiais.

Acrescenta-se, ainda, a pesquisa de Aleem²³ contribuindo com um estudo sobre o papel de policiais femininas na Índia. Heidensohn²⁴, particularmente, propôs e desenvolveu quatro temas relacionados à questão de mulheres policiais: trabalho impróprio para mulheres; oportunidades iguais; “the gentle touch” (emergência de uma cultura militar feminina); remédio desesperador (o recrutamento de mulheres visto como solução em períodos de moral e remuneração baixas). A pertinência e relevância dessas questões são indicativos de abordagens até então utilizadas e da historicização do objeto da pesquisa.

Ao longo da década de 1990, no Brasil, a produção acadêmica registra referências sobre mulheres policiais militares. Destacamos algumas dissertações, dentre elas: “A construção do gênero feminino e a alteração de seu papel social”²⁵; “Polícia feminina: perfil e ambigüidade da mulher militar na organização: assistência ou repressão?”²⁶; “Estilo de comando das oficiais da Brigada Militar da região metropolitana de Porto Alegre”²⁷.

No âmbito das agências de fomento, a Fundação Ford tem patrocinado grupos de pesquisas em um grande projeto: *Mulheres policiais: impactos da participação feminina nos quadros das polícias militares brasileiras*, sob coordenação geral de Barbara Musumeci Soares, com apoio de sub-coordenações regionais de Leonarda Musumeci, Lourdes Bandeira (UnB) e Marcia de Calazans (UFRGS), com atividades ao longo de 2003 e 2004²⁸. O projeto assume relevância ímpar ao arrolar como objetivos: dimensionar a participação das mulheres no efetivo das Polícias Militares brasileiras e conhecer os impactos da presença feminina, tanto do ponto de vista da organização interna das corporações, quanto da ótica das

²³ ALEEM, S. Women in policing in India. *Police Studies*, v. 12, n. 3, p. 97-103, 1989.

²⁴ HEIDENSOHN, op. cit.

²⁵ MENELI, P. R. *A construção do gênero feminino e a alteração de seu papel social*. 1991. Dissertação (Mestrado em Criminologia)—Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1991.

²⁶ MAIA, L. R. *Polícia feminina: perfil e ambigüidade da mulher militar na organização: assistência ou repressão?* 1993. Dissertação (Mestrado)—Faculdade de Administração, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1993.

²⁷ CÔNSUL, J. C. *Estilo de comando das oficiais da Brigada Militar da região metropolitana de Porto Alegre*. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração)—Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

²⁸ As pesquisas abrangem Rio de Janeiro, Distrito Federal e Rio Grande do Sul e contam com as seguintes parcerias: Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (UFRGS); Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), no apoio ao levantamento quantitativo nacional; e Instituto de Estudos da Religião (ISER), na realização de grupos focais no Rio de Janeiro.

relações entre a polícia e a população; através de pesquisas qualitativas em três Unidades da Federação, traçar o perfil e a história de vida das mulheres policiais militares, verificar que resistências e que adaptações institucionais vêm ocorrendo nas corporações em resposta à presença feminina e identificar os principais problemas enfrentados pelas denominadas PMs Fem.

Ponto irradiador desse processo foi o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Candido Mendes (CESeC)²⁹, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisa da Mulher da UnB (NEPEM) e o grupo de Pesquisa Violência e Cidadania da UFRGS. O tema da violência, somado às reivindicações por transformações na estrutura dos órgãos responsáveis pela segurança pública, perfaz as pesquisas, seminários, consultorias, e diversos projetos desenvolvidos por esse grupo, que conta ainda com o apoio de entidades não governamentais³⁰. Com relação a gênero, focaliza-se a problemática da violência doméstica, a população carcerária feminina e a presença de mulheres nos quadros policiais.

Em abril de 2004, o CESeC publica no Boletim Segurança e Cidadania resultados da pesquisa coordenada por Musemeci e Soares: “Polícia e gênero: presença feminina nas PMs brasileiras”³¹. Apresentando, através de um levantamento quantitativo em âmbito nacional, o primeiro banco de dados sobre as Polícias Militares, e enfatizando o número do efetivo masculino e feminino e a diferenciação de carreira. O banco de dados contém: a composição do efetivo policial militar por gênero, posto, faixa etária, raça ou “cor”, estado civil, nível de escolaridade, natureza da atividade (atividade meio, atividade fim). Um verdadeiro “raio-x” das polícias militares estaduais. Nesta pesquisa a intenção foi verificar o impacto da presença feminina na segurança pública através de discussões mais amplas sobre a própria concepção de segurança. Como parte integrante desse

²⁹ PROJETO realizado na subsecretaria de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, entre janeiro de 1999 e março de 2000. [S.l.], [2000?]. Disponível em: < <http://www.ucamcesec.com.br> >. Acesso em: 20 jun. 2006.

³⁰ Afro Reggae, o People's Palace Projects, a Cufa, o Observatório de Favelas, o Grupo Arco Íris, o Grupo Nuances, o Instituto Noos, o Grupo Criola, a ANDI e as instituições que constituem os Diálogos Contra o Racismo (Ibase, Fase, CFemea, Instituto Patricia Galvão, entre outras).

³¹ MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Bárbara Musemeci. Polícia e gênero: presença feminina nas PMs brasileiras. *Centro de Estudos de Segurança e Cidadania*, ano 2, n. 4, abril, 2004. Disponível em: < [Http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/bole-tim07.pdf](http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/bole-tim07.pdf) >. Acesso em: 20 fev. 2006.

projeto desdobraram-se outras pesquisas, mais específicas: trabalho de Calazans³² sobre as mulheres na “Brigada” no Rio Grande do Sul, e de Musumeci e Soares, sobre o impacto da presença feminina da Polícia Militar no Rio de Janeiro³³.

Segundo Calazans³⁴, a inserção feminina nas Polícias do Brasil dá-se na atividade operacional, mas sobretudo em tarefas burocráticas, ou em atividades que envolviam exclusivamente personagens do mundo “doméstico”: crianças, idosos e mulheres. Contudo, à medida que novas concepções de segurança pública começam a produzir alterações nas ações de polícia, percebe-se a emergência de um novo lugar para as policiais femininas nas corporações. O foco de análise da autora reside na ausência de políticas oficiais de inserção, nos modelos de estruturação institucional, na cultura policial e nas relações entre polícia e sociedade. Calazans preocupa-se também com a cultura institucional voltada à militarização e à violência que, segundo a autora, são os fatores que constituem homens e mulheres em policiais militares, causando descompasso entre essa identificação/constituição e a exigência de uma nova polícia voltada à cidadania.

Aproximando-se do enfoque de Calazans, a presente pesquisa analisou a transformação, a junção entre o *habitus* sexuado feminino e o *habitus* militar, até então pensado como masculino e as representações subseqüentes. Diferentemente da citada autora – que se preocupa com a idéia de polícia cidadã – a pesquisa em questão atenta para a construção do corpo da mulher-soldado perpassado pelos ideais de uma prática policial³⁵.

Soares e Musumeci³⁶ tratam das relações entre sociedade e instituição Polícia Militar, somadas à atuação das mulheres policiais. Utilizando-se de entrevistas com as policiais, aliam à análise os problemas da segurança pública associados às especificidades de gênero. Sua pesquisa questiona a abertura tardia das PMs às mulheres e a não modificação de suas estruturas; a segregação do

³² CALAZANS, Márcia Esteves de. A Constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. *Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias*, Euduct - Pelotas, v. 2, p. 147-172. 2003.

³³ SOARES, Barbara; MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres policiais presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005. 307 p.

³⁴ CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres Policiais Militares no Policiamento Ostensivo e a Perspectiva de uma Segurança Cidadã. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 18, p. 142-50, 2003.

³⁵ Por tratar-se de uma pesquisa na área da psicologia é necessário lembrar que a aproximação entre a História e esta disciplina, longe de ser atual, se dá principalmente pela aceitação da idéia de interiorização daquilo que é externo, bem como da elaboração do conceito de *habitus* e *configuração* desenvolvidos principalmente pelo sociólogo Norbert Elias no início do século XX.

³⁶ SOARES; MUSUMECI, op. cit.

feminino frente ao *ocean* masculino; a identidade policial militar como um “hino à guerra” e a exclusão das mulheres dessa identidade. Por fim, apresenta os resultados do levantamento nacional realizado pelo CESeC relativo às PMs brasileiras. A particularidade da pesquisa ora apresentada com relação à mencionada reside na preocupação com as representações construídas sobre a categoria mulher policial militar, bem como na transformação do corpo feminino em corpo feminino militar e seu *ethos* característico. Como ponto de convergência, com relação ao trabalho de Soares e Musumeci, a pesquisa em questão preocupou-se com as possibilidades históricas da inclusão de mulheres na Polícia Militar do Paraná e as possíveis modificações ensejadas na estrutura da corporação. Essas possibilidades históricas são analisadas em contextos diferentes, uma vez que no caso paranaense não existe a premissa da redemocratização naquele momento.

É necessário lançar o olhar sobre as fontes e tecer algumas considerações sobre a sustentação empírica da pesquisa: os documentos legais produzidos pela instituição militar e pelo poder executivo, os quais autorizam e criam o 1º Pelotão de Polícia Feminina do Paraná. Para tanto serão analisados, entre outros, os seguintes documentos oficiais: Constituição Estadual referente à Polícia Militar; Lei nº. 6774 de 08 de Janeiro de 1976 – Lei de Organização Básica da PMPR; Decreto nº. 3238 de 19 de Abril de 1977 – o qual autoriza a criação do “Pel PM Fem”; as Diretrizes nº. 029/77, nº. 046/77, nº. 048/77 e nº. 076/79; e por fim os Boletins Gerais do Comando Geral publicados entre 1975 e 1981.

Os documentos oficiais acima relacionados apresentam uma objetividade discursiva concernente aos textos jurídicos, revelando-se como uma fonte de custosa análise, pois a “legislação como fonte histórica não é fácil de ser analisada devido principalmente a sua gramática e linguagem estritamente formais”³⁷. A pesquisa enfoca a natureza normativa, especificamente as chamadas “Diretrizes”, que tal qual a própria terminologia evoca, darão direcionamento sobre o que é e o que não é a mulher policial e o Pelotão de Polícia Feminina: sua finalidade, a pretensa missão, sua definição, a não-definição, o emprego efetivo de mulheres na instituição, possibilidades de carreira, regras de apresentação pessoal, punições e,

³⁷ ALVES, Paulo. Experiência de investigação: pressupostos e estratégias do historiador no trabalho com as fontes. In: CREDDO, Maria do Carmo Sampaio (coord.). *Fontes Históricas: abordagens e métodos*. Assis: Unesp, 1996. p. 36.

ainda, em anexo, fotos exemplares da *hexis* corporal esperada pela Polícia com relação às mulheres.

Os Boletins Gerais constantes no arquivo geral da PMPR em Curitiba apresentam o cotidiano da caserna descrito através de seu olhar panóptico³⁸. Publicado e lido diariamente no Quartel Geral durante o período enfocado na pesquisa, divide-se em quatro partes. Na primeira parte, denominada de “Serviços Gerais”, encontra-se a escala de serviço do dia. Na segunda parte, “Instrução”, se *instrui* a tropa ou fração da tropa sobre eventos e/ou acontecimentos específicos. Na parte dos “Assuntos Gerais e Administrativos” é publicada na íntegra a legislação pertinente à Polícia Militar, diretrizes internas provenientes do comando geral e do estado-maior, exclusão de praças e oficiais, designações, dispensas, transferências, deslocamentos, licenças etc. E, por fim, a quarta parte: “Justiça e Disciplina”, na qual se descreve o resultado de inquéritos policiais militares, transgressões e punições disciplinares. A estrutura desse documento permite compreender a distribuição de poderes e dos corpos no interior da instituição, e, para o que interessa nesta pesquisa, a simbiose entre a representação do feminino com os pressupostos da militarização e ainda as possíveis transgressões desse modelo.

Para Alves, “as leis definem o campo de atuação: nomeiam práticas e os comportamentos a serem controlados, normalizados, negados, ou atuar sobre os corpos para punir, mas também introjetam valores morais nas consciências”³⁹. Nas diretrizes enfocadas estão registradas as intenções e estratégias cujo alvo direto é o grupo das 42 mulheres incorporadas à instituição em primeiro plano e, em segundo plano, dirige-se aos demais indivíduos pertencentes à corporação. Um discurso autoritário ao público interno – o qual inicia o processo de disciplinarização do corpo feminino, agora militar –, e ao mesmo tempo um discurso humanitário para o público externo, na medida em que postula mudanças no trato com o cidadão auto-atribuindo funções paternas/maternais – o “cuidar” do cidadão.

³⁸ Poder panóptico que tem como efeito o funcionamento automático do poder pela consciência de visibilidade. Segundo Foucault, “esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos – isso constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar”. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 162.

³⁹ ALVES, op. cit., p. 37.

A normatização diretiva do corpo feminino no interior da corporação militar produz a representação da mulher-soldado ao propor e delimitar o que se entende como mulher policial. A PMPR inclui, como detentora de poder condizente aos *estabelecidos*⁴⁰, a imagem idealizada de um outro que passa a fazer parte do “nós”. Discurso que delinea e delimita as fronteiras simbólicas da imagem desse grupo duplamente *outsider*: como mulher e como mulher-soldado.

Os documentos escritos oficiais possibilitam a visualização das estratégias discursivas do Estado com relação ao processo que analisamos. Entretanto, não são suficientes para delinear o funcionamento (ou não-funcionamento) prático do discurso de eternização do feminino⁴¹ presente na defesa da maternagem natural às mulheres. Utilizou-se também para análise fotografias e recortes de jornais curitibanos encontrados no Museu da PMPR e outros fornecidos por mulheres que fizeram parte desse primeiro grupo de policiais militares.

A análise fotográfica exige o conhecimento externo à coleção de fotografias, a fim de delinear o contexto de produção da imagem: “tamanho, tipo, amplitude, data, local, fotógrafo, publicação, instituição de conservação, como veio a se formar a coleção”⁴², o horário da foto e a tecnologia disponível, a distinção entre foto posada e não-posada⁴³. Entender a construção da imagem através de sua forma é necessário para compreender os discursos presentes: o seu conteúdo, a imposição de qual visão de mundo delimita a sua leitura. A foto jornalística, que assim como todo discurso jornalístico apresenta-se como expressão da verdade, por outro lado não deve ser classificada como uma não-verdade, mas como uma: “construção que pretende ser verdadeira [...]; as informações e notícias devem ser avaliadas enquanto linguagem produtora de significados na sua relação com uma determinada conjuntura ou situação contextualizada historicamente”⁴⁴.

Os recortes jornalísticos que fazem parte do acervo do Museu da PMPR demonstram a ausência de um método arquivístico elaborado, pois a maior parte encontra-se sem data, nome do jornal, número de página, com palavras cortadas etc. Na maioria dos casos, não é possível distinguir quais as zonas privilegiadas pela

⁴⁰ Cf. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. 224 p.

⁴¹ BOURDIEU, A *dominação masculina*... op. cit., p. 6.

⁴² LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família*. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 30.

⁴³ Consideradas respectivamente consciente e inconscientemente delimitadas pelo *ethos* e *hexis*.

⁴⁴ ALVES, op. cit., p. 34.

distribuição da imagem. Entretanto, isso não impede a análise dessas fontes, uma vez que o objetivo não é diretamente a construção de significados sobre gênero e identidades sexuais na imprensa escrita, mas entender como a instituição se utiliza de representações da imprensa como fonte testemunhal de uma verdade já declarada em seu próprio discurso de inclusão de mulheres.

A fotografia e a foto jornalística em particular representam construções discursivas portadoras de estratégias persuasivas. Cardoso afirma a necessidade de “desvendar a intrincada rede de significações, cujos elementos – homens e signos – interagem dialeticamente, na composição da realidade”⁴⁵. As vestimentas, posicionamento das pessoas, motivo da fotografia, são reveladoras de um contexto cultural bastante amplo. Compreender por que e para que algumas imagens foram construídas altera e amplia a visão de seu conteúdo, revelando os valores de um determinado grupo.

Mesmo que os documentos acima abordados – legislação, fotografias e recortes jornalísticos – indiquem a presença dessas primeiras policiais militares na construção da memória sobre esse processo, o testemunho oral, tanto de homens que ensinaram o processo de criação por fazerem parte do alto comando da corporação, quanto de mulheres sob as quais incidiu o discurso fundador, torna-se necessário nesta pesquisa, uma vez que se buscou compreender as expectativas, as representações e práticas referentes a esse processo. Para tanto, foram realizadas seis entrevistas⁴⁶ com oficiais masculinos da Polícia Militar e do Exército Brasileiro, que no período focado ocupavam postos e funções que permitiam um contato aproximado com o processo legal de inserção de mulheres na Polícia Militar e também com o período de formação e inserção das mesmas na prática policial urbana. Do primeiro grupo de policiais militares femininas foram entrevistadas sete⁴⁷ mulheres: três oficiais combatentes⁴⁸, duas na ativa e uma na reserva remunerada; uma oficial do quadro administrativo⁴⁹; três praças, uma subtenente da reserva

⁴⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 405.

⁴⁶ Foram realizadas sete entrevistas com oficiais masculinos, não sendo permitido a gravação de uma delas.

⁴⁷ Foram realizadas oito entrevistas não sendo permitida a gravação de uma delas.

⁴⁸ QOPM – Quadro de oficiais da Polícia Militar – ou quadro combatente. Participaram de curso de formação na academia policial do Guatupê num período de três anos.

⁴⁹ QOAPM – Quadro de Oficiais Administrativo da Polícia Militar. É necessário frisar as diferenças entre oficiais combatentes e administrativos por tratar-se de atividades hierarquizadas na cultura militar.

remunerada, uma 2º sargento da reserva remunerada e uma ex-2º sargento.

A pesquisa qualitativa utilizando-se da fonte oral pretende compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, as percepções construídas dos atores sociais. Goldenberg enfatiza que “anteriormente, as ciências pautavam-se em um modelo quantitativo de pesquisa, em que a veracidade de um estudo era verificada pela quantidade de entrevistados”⁵⁰. Neste caso, a representatividade numérica do grupo pesquisado não é o mais importante, mas o aprofundamento da compreensão do grupo social, que se dá pela escolha de sujeitos emblemáticos à pesquisa, os quais, com postos e graduações diversos, apresentam perspectivas diferenciadas.

O ato de entrevistar é complexo e pressupõe preparo teórico-metodológico e posturas éticas específicas. Thompson⁵¹, em obra clássica, explicita a conduta que julga necessária ao entrevistador: habilidade específica aos diferentes tipos de entrevista; preparação de informações básicas; conhecimento de prática e terminologias referentes aos temas abordados; a opção entre entrevista livre e elaboração de um roteiro flexível; observação da personalidade específica de cada entrevistado, bem como o conhecimento prévio de fatos básicos a seu respeito; as opções de lugares e horários; o registro das informações obtidas.

As entrevistas foram precedidas por um momento preparatório, no qual os entrevistados foram esclarecidos sobre os objetivos do projeto e a dimensão de sua participação. Nesse contato inicial foi explicitado o uso do gravador como material de registro, bem como as condições de utilização dos depoimentos fornecidos, depois de trabalhados e transformados em documento escrito. Para registro das entrevistas, partiu-se da utilização do gravador e a posterior degravação, atentando sempre para a distância de formato entre o código oral e o escrito. A produção e a análise da fonte oral, através da entrevista flexível, foram permeadas pela seguinte perspectiva: o que o indivíduo deseja revelar, o que deseja ocultar, e a imagem que pretende projetar de si aos outros no presente.

A memória como constituinte de identidade, disputada e apropriada em condições históricas específicas, nas palavras de Le Goff, “não é somente uma conquista, mas também um instrumento e um objeto de poder”⁵². Em jogo, a

⁵⁰ GOLDENBERG, Mirian. *A Arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 7.

⁵¹ THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 254-78.

⁵² LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. São Paulo: Ed.Unicamp, 2003. p. 470.

sobrevivência não somente da concretude do passado, mas das opções efetuadas pelos diversos grupos sociais em disputa pelo poder de legitimar o passado.

Na pesquisa em questão, voltada para as categorias mulher e policial militar, buscou-se abordar tanto as representações construídas, quanto a existência material desse *novo* sujeito. Questionaram-se os significados, as relações de sentido, as justificativas simbólicas para tal construção, a fim de escapar da “naturalização” de processos que são históricos; preocupou-se ainda com as práticas dos sujeitos que, inseridos em sistemas simbólicos, participam da luta pelas representações.

Duas idéias principais são “deixadas ao vento” nesta pesquisa. Questiona-se primeiramente a idéia assentada de que a materialidade da entrada de mulheres em 1977 na PMPR, por si só, apresenta-se como um processo de inclusão e conquista política e cultural, sem preocupações referentes as representações construídas e/ou reforçadas e as práticas ensejadas, uma vez que significados e percepções são partes constituintes das identidades sociais e que implicam em “relações simbólicas de força”⁵³. E, em segundo lugar, a cristalização da relação natural desse processo no período de redemocratização política do Estado brasileiro. Portanto, pensa-se nesta pesquisa o processo de inclusão/exclusão dentro de uma perspectiva material e simbólica, não para firmar dicotomias estabelecidas, mas ao contrário, estabelecer relações entre práticas e representações.

Pretendeu-se enforçar os discursos oficiais – traduzidos em leis, diretrizes e portarias – que criaram a policial militar feminina na década de 1970, em Curitiba, no Estado do Paraná, atentando para a configuração de poderes que possibilitou esse processo. Tendo como *locus* discursivo a instituição policial militar perpassada pela visibilidade de novas demandas sociais, as quais disputam, como no caso do Movimento Feminista, as representações da categoria mulher ou a sua desconstrução. A que se refere essa “nova” categoria de identificação simbólica e como é possibilitada politicamente em meados dos anos 1970, no Estado do Paraná, a construção dessa categoria é um dos objetivos propostos.

Além da possibilidade histórica da criação da idéia de mulher policial, perguntou-se ainda: como se insere no corpo feminino o ideal do militarismo? Como

⁵³ CHARTIER, op. cit., p. 11.

se transforma o corpo feminino em corpo policial militar? Como o *habitus* sexuado feminino se adaptará à instituição? Qual a expectativa, a representação e a prática do sujeito feminino incorporado com relação à materialidade da função mulher-soldado? Como se incorporará o *ethos* militar viril no corpo feminino definido como avesso da virilidade? Como foi estabelecido o curso de formação/transformação do corpo pensado como frágil em corpo que protege? Analisou-se para tanto o recrutamento, seleção e treinamento policial militar específico da primeira turma feminina de policiais militares.

Analisa-se também o período posterior à formação, no qual se dá embate entre o pensado e o concreto, entre a imagem idealizada pela instituição e a prática cotidiana desse grupo no espaço urbano de Curitiba.

Optou-se por analisar a relação “mulher” e “instituição viril” por meio da problematização do social pensado como junção entre sua verdade subjetiva e sua verdade objetiva. Entender o passado como o “real” ou entender o passado como formações discursivas tornaram-se posicionamentos excludentes e um dos critérios recorrentes classificatórios de historiadores “modernos” e “pós-modernos”⁵⁴. As palavras e as coisas se separam e se hierarquizam.

Falcon⁵⁵ situa a defesa da chamada “crise na História”, por parte dos pós-modernos, como causada pela impossibilidade de inteligibilidade de uma realidade racional, restando ao historiador ater-se às intertextualidades da própria historiografia. A problematização do referente, ou a perda do mesmo – enseja a idéia de real como verdade subjetiva, como construção discursiva pertencente a grupos e instituições, negando a possibilidade objetiva do mesmo.

Sob outro patamar, na tentativa de romper a dicotomia estabelecida, entende-se verdade subjetiva e verdade objetiva não como separadas ou excludentes, mas como constituintes do espaço social que é ao mesmo tempo material e simbólico. Entendendo estrutura objetiva como o produto de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. Estruturas, representações e práticas que constituem e são constituídas continuamente. Para Chartier⁵⁶, a noção de representação apresenta-se como a articulação entre três registros da realidade. Por

⁵⁴ Vide CARDOSO, Ciro Flamarion. A história e paradigmas rivais. In. CARDOSO; VAINFAS (orgs.), op. cit.

⁵⁵ FALCON, Francisco. *História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 18-20.

⁵⁶ CHARTIER, op. cit., p. 11.

um lado, “as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem”. Por outro lado, “as formas de exibição e a estilização da identidade que pretendem ser reconhecida”. Por fim, “a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições e instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada”. Ou seja, representação como incorporação das classificações hierárquicas; como as formas de exibição e como o poder de criar, definir, delimitar as identidades.

Cultura e poder estão imbricados na construção da idéia de mulher-policia, na disputa pela legitimidade da fala – das palavras – dos discursos fundadores de categorias e identidade de grupos. Discursos que ao mesmo tempo criam unicidade, constroem o *nós* e segregam através da idéia do *outro*, estabelecendo fronteiras materiais e simbólicas. Fronteira material, pois delimita de forma concreta os corpos femininos e masculinos em espaços e funções. Fronteira simbólica, pois enseja significados e percepções de si e dos outros de forma hierárquica e excludente.

O campo político⁵⁷ é o fundador por excelência da existência material do corpo feminino em instituições viris e delimitador das formas de exibição dessa presença. Necessário lembrar a especificidade do campo político: a disputa pela legitimidade da participação na construção das próprias pautas reivindicatórias que condicionam a ação política, e a construção dos atores sobre os quais recairão essas ações. As Instituições viris são aquelas detentoras do ethos baseado na capacidade para a ação, para a guerra, para a violência – prerrogativa masculina definida no processo de construção social do corpo, o qual produz o *habitus* sexuado⁵⁸: o *tornar-se* mulher ou homem, o que se considera historicamente mulher ou homem.

A compreensão do processo histórico de inclusão da categoria mulher em instituições viris, como é o caso da PMPR, exige a desconstrução e/ou construção de discursos sobre o espaço simbólico e a identidade da própria instituição, e da fronteira culturalmente estabelecida e aparentemente deslocada e/ou transformada entre os gêneros masculino e feminino. É necessário definir o que se entende por sujeito do campo do feminismo, uma vez que esta é a categoria principal a ser

⁵⁷ BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

⁵⁸ Idem, *A dominação masculina...* op. cit., p.15-32.

analisada no interior de uma instituição viril, e construída como o avesso da mesma: força versus fragilidade.

O campo do feminismo é entendido como o espaço de disputas teóricas onde se constrói ou desconstrói a categoria mulher, as quais por sua vez ensejam estratégias de luta e cuja particularidade é constituir sua teoria a partir do movimento social e vice-versa. Torna-se imperativo, portanto, a discussão do sujeito na historiografia e na epistemologia feminista.

O desenvolver da História enquanto disciplina no mundo ocidental, evidencia transformações e disputas ideológicas contidas na noção de sujeito histórico, ora considerado agente possuidor de liberdade e capacidade para a ação, ora sujeito sujeitado pelas estruturas sociais. Além desse, outro embate de igual importância com relação ao sujeito (livre ou não) é aquele perpetuado pelas estruturas sexuais, e que tradicionalmente excluiu o sujeito feminino como agente histórico. No interior do Feminismo⁵⁹, a preocupação com o sujeito apresenta-se com relação a sua construção: “mulher” como categoria identitária, e “mulher” como categoria identitária que se quer desconstruir. Torna-se pertinente, portanto, discutir onde o Feminismo, enquanto movimento social e acadêmico, irá encontrar respaldo nas teorias historiográficas permeadas pelas noções distintas de sujeito histórico, e como vai se dar a construção e/ou desconstrução da categoria “mulher” no campo do *igualitarismo* e do *diferencialismo*.

Na História Metódica a idéia da singularidade, da individualidade e do político apresenta o sujeito histórico como aquele pertencente à elite política e imbuído de capacidades singulares, capaz por si só de mudar os rumos de uma nação. O passado revisitado “objetivamente” utiliza-se desse sujeito tido como singular com relação à capacidade de ação; enfocando o campo político, prerrogativamente masculino, apresenta-se ainda como comprovação das qualidades *naturalizadas* do masculino e do feminino. Sujeito defendido teoricamente como “neutro” e pleno de ação.

Ainda no século XIX, o Materialismo Histórico, também apregoando uma história científica, contrapõe-se à História Metódica, principalmente por defender a relação entre poder político e poder econômico. A singularidade do sujeito histórico positivista reduz-se ao seu potencial econômico. A concretude das estruturas

⁵⁹ A partir dos anos 1980, o termo é usado no plural, designando as diversas tendências existentes dentro dos contextos nacionais.

econômicas e a busca por uma explicação que abrangesse e conectasse a totalidade dos fatos irrepetíveis apaga a idéia do indivíduo livre de ação. A materialidade das condições de existência é que determina o sujeito enquanto ser. As transformações históricas ocorrem não por uma vontade(s) individual(ais), mas, por fazer parte da própria contradição do sistema econômico baseado no antagonismo das classes sociais. O agente histórico capaz de transformação sai do âmbito do sujeito singular e passa para as classes sociais economicamente situadas. A ênfase histórica recai sobre os movimentos sociais e os modos de produção. A classe operária consciente da exploração capitalista é personagem central nesse entremeadado conflito econômico. A esfera privada, relacionada desde o século XVIII⁶⁰ como sendo por definição o espaço feminino onde acontece a produção e reprodução da vida humana, não enseja preocupações sistematizadas de análise para os historiadores marxistas ortodoxos, preocupados com o que se considera população economicamente produtiva.

Ambas as idéias apresentadas acima auxiliam na construção da dicotomia: supremacia do indivíduo ou da estrutura econômica/sujeito sujeitado ou sujeito livre de ação. Na abordagem *positivista*, o feminino aparece excepcionalmente como sujeito ativo e ligado ao seu papel de esposa, mãe, irmã etc. de homens ou de famílias notáveis. Possui visibilidade enquanto sujeito pertencente à elite política. Na abordagem marxista ortodoxa as mulheres possuem visibilidade enquanto operárias. No contexto intelectual do século XIX e parte do XX, não se analisavam as relações entre homens e mulheres, nem a situação global das mulheres no sistema capitalista e das suas diferentes classes. A ênfase era para as instituições através das quais se reproduz a sociedade burguesa e nas quais as mulheres estavam implicadas. De qualquer forma é sempre bom lembrar que o marxismo tem o mérito de denunciar no século XIX a subordinação das mulheres e a naturalização de processos construídos socialmente e como tais passíveis de transformações.

Superando o socialismo utópico que se limitava a descrever a inferioridade das mulheres e a exigir a igualdade em nome da justiça, Marx e Engels partiram de um pressuposto fundamental: a opressão das mulheres não é uma invariante na história, mas sim o produto de formações sociais. As idéias marxistas com relação às mulheres aparecem como um postulado derivado da lógica do materialismo, mais

⁶⁰ PEDRO, Joana Maria. As mulheres e a separação das esferas. *Revista Diálogos*, Maringá, v. 4, n. 4, p. 33-39, 2000.

do que uma convicção construída sobre o estudo preciso do estatuto das mulheres através dos tempos. Somente após 40 anos após a morte de Flora Tristan é que Engels fará um enfoque sistemático da questão com a obra *A Origem da Família, da propriedade e do Estado*⁶¹. Uma abordagem dessa obra repetida por muitos marxistas desde então, é a consideração de que na história a força de trabalho masculina jogou o papel principal, e as mulheres como confinadas à dedicação e cuidados dos filhos e às tarefas domésticas, não participam da produção. Somente a grande indústria – e unicamente à mulher proletária – lhe voltou a abrir as portas da produção social. Para Vinteuil “ao enviar, tendencialmente, cada vez mais mulheres para a esfera da produção social, ao proletarizar um número de trabalhadores cada vez maior, retirando da família o seu papel de transmissão de propriedade, o capitalismo minava (parcialmente) as bases da dominação masculina”⁶².

A visibilidade do sujeito feminino no marxismo – sujeito sujeitado pelas estruturas – ocorre enquanto sujeito proletário. O socialismo utópico, ao contrário, reclamava direitos às mulheres devido a sua função maternal: “repito-o, a mulher é tudo na vida de um operário: como mãe atua sobre ele durante a infância, dela e só dela extrai as primeiras noções dessa ciência, tão importante de adquirir a vida, a ciência da vida”⁶³. A discussão de temas relacionados às mulheres sempre encontrou resistência no interior do marxismo, tidos como secundários em relação à luta de classes. No imaginário ocidental (e não somente entre os marxistas) do período, segundo Rago⁶⁴, “não se pensava nas relações sexuais como dimensão constitutiva da vida em sociedade e como uma das definidoras de nossa forma de operar conceitualmente, a sexualidade era identificada à força instintiva, biológica, e assim não merecia ser historicizada”. Na medida em que as classes sociais fossem extintas, as relações entre os homens e mulheres teriam simetria.

⁶¹ ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Centauro, 2002. Nessa obra, distinguem-se três grandes períodos na história das mulheres: as sociedades em classes, nas quais as mulheres ocupariam uma posição dominante; as sociedades de classes não capitalistas, onde as mulheres ocupam-se com a reprodução doméstica; e o capitalismo, no qual as mulheres são re-inseridas na produção – o que potencialmente oferece uma base objetiva para a emancipação.

⁶² VINTEUIL, Frederique. *Marxismo e Feminismo. Cadernos democracia socialista*, v. 8, 1989. p. 7.

⁶³ TRISTAN, Flora apud *Ibidem*, p. 8.

⁶⁴ RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e História*. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar (orgs.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 30.

Positivamente em ambos os casos, socialismo utópico e socialismo científico, se dá, sob enfoques diferenciados, a reflexão sobre um sujeito feminino: o primeiro exigindo direitos baseados na natureza e o segundo preocupado com os processos de naturalização das condições sociais de existência. Vale lembrar que tanto o “sujeito feminino maternal” e o “sujeito feminino operário” estão à mercê das estruturas econômicas.

A dicotomia dessas reflexões, ora idealista ora materialista, é superada no século XX. Na disciplina histórica, essa superação incide na construção de um outro sujeito – nem livre, nem determinado. Um dos exemplos importantes dessa superação é a renovação proposta pela História Social Inglesa que, desenvolvendo-se no âmbito do marxismo, apresenta intelectuais que:

[...] romperam com a noção economicista do marxismo vulgar e com a metáfora ‘base X superestrutura’, resgataram o conceito de História como a história de luta de classes, renovaram a ‘History from below’, anexando um caráter político e de luta cultural a uma história vista como mera ‘história do cotidiano’⁶⁵.

Os marxistas do *New Left* defendem a flexibilização entre a cisão polarizadora entre infra e superestrutura: passam a considerar o “mundo da cultura como parte integrante do modo de produção”⁶⁶ e não como mero reflexo da infraestrutura econômica de uma dada sociedade. Principalmente E. P. Thompson se insurge contra a inércia das massas e o papel paternalista do Partido Comunista⁶⁷.

O desafio maior de Thompson é encontrar um modelo estrutural que não neutralize o sujeito. A História Vista de Baixo – apresenta-se como a perspectiva de ação dos atores sociais até então apagados pela estrutura: os historiadores marxistas britânicos não só insistem “en la importancia para los estudios historicos del estudio de las experiencias de las clases bajas, tambien insisten en que las clases bajas hao sido participantes activas en la formacion de la Historia, más de lo

⁶⁵ BERTONHA, João Fábio. Culturalismo x estruturalismo: um debate com E. P. Thompson. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 17, 1997, p. 33.

⁶⁶ BARROS, José d’ Assunção. *O campo da História: especialidade e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 65.

⁶⁷ “He defendido que su obra considerada como un todo representa una tradición teórica que trata de reconstruir la teoría de los estudios históricos por medio de lo que yo denomino ‘análisis de la lucha de clases’ y la perspectiva de la ‘historia de abajo arriba’ [...] su obra representa un esfuerzo por superar el modelo base-superestructura de la totalidad social y su tendencia inherente al determinismo económico al desarrollar el marxismo o materialismo histórico como teoría de la determinación de clases”. HARVEY, Kaye. *Los historiadores marxistas británicos*. Prensas. s/ d. , p. 201.

que meras vítimas passivas”⁶⁸. A ampliação do conceito de classe social como relacional e inserida no processo histórico – um fazer-se – abre brechas à ação do indivíduo, mesmo que seja de alguma classe historicamente situada, colocando em enfrentamento estrutura e processo. Os revisionistas ingleses não recusam, entretanto, a determinação estrutural em favor do voluntarismo, ainda que rechacem o determinismo econômico mecanicista e destaquem a importância da ação dos sujeitos sociais.

O sujeito reaparece no marxismo, não como autônomo, “senão como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas com necessidades, interesses e antagonismos, manejando esta experiência dentro de sua consciência e da sua cultura”⁶⁹. A negação da metáfora base X superestrutura dá-se pela crença de que “as relações sociais de produção são simultaneamente econômicas, políticas, culturais e morais” ou, ainda, por acreditar “que todos os valores são impostos é mal-interpretar todo o processo social e cultural”⁷⁰. Thompson, abarcando a dialética humana, pretende construir uma história nem determinista de estrutura, nem voluntarista ou fortuita⁷¹. O Feminismo acadêmico encontrará na História Social um ambiente acolhedor e ao mesmo tempo androcêntrico⁷². Defendido por Louise Tilly como sendo mais apropriado para os estudos relativos à construção da visibilidade de um sujeito feminino, principalmente a tradição thompsoniana, na medida em que se pode encontrar nela uma visão do sujeito fundado sobre a relação entre a “experiência da opressão e as possibilidades de ação de camadas, grupos, culturas e sexos, empobrecidos, marginalizados e excluídos do direito”⁷³.

Anterior ao *New Left*, Norbert Elias, integrante de uma matriz comum a várias correntes teórico-críticas da modernidade, propõe um novo conceito de sociedade baseado na existência de “padrões sociais de auto-regulação específicos, que o indivíduo tem que desenvolver dentro de si ao crescer e se transformar num

⁶⁸ Ibidem, p. 204.

⁶⁹ NEGRO, Antônio Luigi e SILVA, Sergio. Introdução. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, [s.d.]. p. 6.

⁷⁰ Ibidem, p. 7.

⁷¹ Vide o debate entre Cardoso e Vainfas, em que o assunto abordado é o mesmo, mas não especificamente sobre os marxistas revisionistas ingleses. CARDOSO; VAINFAS, op. cit.

⁷² VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly- Scott. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.3, p. 63-84, 1994.

⁷³ NEGRO; SILVA, op. cit., p. 72. Salvando-os, na fala de Thompson, da “condescendência da posteridade”.

indivíduo único”⁷⁴. Elias entende a condição humana como uma lenta e prolongada construção do próprio homem: um processo, um “*fazer-se*”. Situa os indivíduos em posições que existem independentemente deles e enfatiza nos estudos sociológicos as dependências que regulam o exercício de sua liberdade. Utilizando-se do conceito de configuração, substitui o conceito estático de sociedade, por ele considerada como não sendo jamais “nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um sistema ou totalidade para além dos indivíduos, mas a rede de interdependências por eles formada”⁷⁵. Interdependências que aceitam a existência da liberdade individual de movimento, inserida em uma ordem oculta e aparentemente imperceptível no emaranhado de funções exercidas de uma pessoa para outra.

A noção de configuração possibilita a idéia de sujeito histórico situado além das polaridades congeladas. Sujeito composto pela interiorização de forças coercitivas das estruturas sociais externas, como uma segunda natureza. Sujeito com fixidez e elasticidade de ação, pois, ao mesmo tempo possui espaço para decisões individuais em oportunidades prescritas e limitadas pela estrutura específica de sua sociedade e pela situação funcional que exerce dentro dela, ou seja: um sujeito mutuamente orientado e independente, conceito utilizado ao longo da pesquisa.

Na disciplina histórica, tanto a tradição da História Social Inglesa e o legado da teoria sociológica de Norbert Elias, revividas por muitos intelectuais da 3ª e 4ª Geração dos *Annales*, essa noção de sujeito histórico é incorporado às teorias feministas, que, por apresentaram-se como teorias práticas de transformação social, delineiam tanto um sujeito coagido pelas estruturas, quanto um sujeito capaz de ação.

⁷⁴ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 8. Descoberto e transformado em referencial teórico pela 3ª e 4ª Geração dos *Annales* por ter tematizado os aspectos emocionais e comportamentais na mudança histórica. Escritos de Elias da década de 1930, principalmente *A sociedade dos indivíduos*, repercutiram nos meios acadêmicos pós-1968, inaugurando uma História Nova e ao mesmo tempo cronologicamente “velha”.

⁷⁵ *Ibidem*. p. 20.

O Feminismo, enquanto campo intelectual e movimento social⁷⁶, produz conjuntamente uma “oposição coordenada às opressões materiais concretas”⁷⁷, articulando críticas tanto ao poder masculino sobre as mulheres, quanto ao saber científico dominante, considerado o defensor da idéias do sujeito neutro nas ciências, ao mesmo tempo que abriga o sujeito masculino. O feminismo conjuga uma crítica “em ação”⁷⁸ por tratar-se de uma reflexão sobre as experiências vividas e sobre os poderes constituídos. A partir dos anos 1980, ao mesmo tempo em que perdia muito da dinâmica de movimento social, o feminismo desenvolveu-se sobremaneira como campo intelectual, conquistando espaço, mesmo que de forma conflituosa no meio acadêmico por “tender a ser institucionalizado pela universidade ou ser por ela marginalizada pela postura militante”⁷⁹. A principal divisão desse campo intelectual refere-se à construção da categoria “mulher”: uma linha defende a idéia do sujeito do feminismo baseado na diferença, e outra tendência baseia-se na desconstrução desse sujeito, utilizando-se da idéia de igualdade.

O processo de naturalização do feminino/masculino, o qual Bourdieu⁸⁰ denomina de eternização do arbitrário, desde Simone de Beauvoir⁸¹ não encontra mais respaldo nos estudos da Sociologia, da Antropologia e da História. O

⁷⁶ A história do feminismo da segunda onda, segundo Fraser, se divide em três fases. Em uma primeira fase, o feminismo aparece em íntima relação com os “novos movimentos sociais” que emergiram da efervescência da década de 1960. Em uma segunda fase, foi levado à órbita da política de identidade. As idéias anti-economicistas do feminismo foram re-significadas e seletivamente incorporadas a um novo imaginário político emergente que colocou em primeiro plano as questões culturais. Cativado por este imaginário culturalista o feminismo se reinventou como política de reconhecimento. Portanto, na sua segunda fase, o feminismo se preocupou com a cultura e foi lançado à órbita da política de identidade. Entre as feministas norte-americanas, Nancy Fraser é voz destoante. Em sua opinião, a fase correspondente à política de identidade do feminismo coincidiu com um acontecimento histórico mais amplo, o desgaste da democracia social de base nacional diante da pressão do neoliberalismo global. Em tais condições, uma política de reconhecimento centrada na cultura não poderia ter êxito. Ela propõe, por último, uma terceira fase, em que o feminismo é exercido cada vez mais como uma política transnacional, em espaços transnacionais emergentes. FRASER, Nancy. Interpretar el mundo y cambiarlo: Una entrevista con Nancy Fraser. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 29, n. 4, p. 103-24, 2004. Entrevistada por Nancy A. Naples.

⁷⁷ SMITH, Paul apud COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando o debate. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 19, p. 59-90, 2002.

⁷⁸ MACHADO, Lia Zanotta. Para além do jogo entre intelectuais e feministas. In: SCHPUN, Mônica Raísa (org.). *Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997. p. 93-139.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 95.

⁸⁰ BOURDIEU, *A dominação masculina...* op. cit.

⁸¹ Lembrando ainda o pioneirismo dos escritos de Simone de Beauvoir, que nos anos 40 já desbiologizava a condição feminina: “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino”. BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 9.

entendimento do corpo social biologizado e transformado em detentor de atribuições, qualificações, delimitações espaciais e *hexis* corporal específica é um dos avanços teóricos que denunciam a existência e a hierarquização das estruturas sexuadas. A idéia do *tornar-se mulher*⁸² nega a existência natural de uma *essência* condizente ao sexo biológico. Ambas as tendências – *igualitarista* e *diferencialista* – compactuam desse entendimento, mas terão linhas estratégicas específicas na construção do sujeito feminino.

A tendência denominada de *igualitarista* propõe a negação do reforço da categoria mulher. Esse campo desenvolvido especialmente na França, segundo Machado, defende a idéia de que “qualquer diferença é signo de inferioridade e desigualdade”⁸³. Com ampla entrada na História, na Antropologia e na Sociologia, o *Igualitarismo* francês, utilizando-se da idéia de dominação de sexo, rejeitando o conceito de diferença e de essencialismo, é preponderante pelo fato da nação francesa ter sido construída em torno da idéia abstrata de indivíduo. A negatividade do conceito de diferença no campo do feminismo *igualitarista* francês que enfatiza o conceito de universalidade, apresenta um sujeito feminino como um “não-sujeito”, ou um sujeito que pretende ser incorporado ao “neutro”, a fim de escapar da naturalização, acreditando que a própria idéia de mulher como categoria identitária torna-se uma construção discursiva que sustenta e reforça as relações de poder que se pretende ultrapassar.

Os intelectuais defensores do *diferencialismo* têm como proposta para análise a “validação da categoria mulher tanto como sujeito, quanto signo”⁸⁴, pois entendem essa afirmação como uma estratégia política de ação. Considerada conservadora, e recebendo a crítica de reforçar as relações de poder que ao mesmo tempo pretende combater, o *diferencialismo* defende a idéia de que a própria existência de um sujeito feminino desestabiliza os saberes constituídos. Sujeito feminino utilizado não somente como metáfora, como representação, mas como sujeito que concretamente possibilita empreendimentos teóricos e políticos. Ontologicamente não-essencialista e politicamente essencialista: “O que podemos exigir em nome das mulheres se ‘mulheres’ não existem e as exigências em seu

⁸² O “tornar-se mulher” de Beauvoir; sujeito que interioriza as coações das estruturas sociais, como na fala de Elias; a denominação de Bourdieu “interiorização da exterioridade”; ou, ainda, o “fazer-se” de Thompson.

⁸³ MACHADO, op. cit., p. 117.

⁸⁴ COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando o debate. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 19, p. 59-90, 2002. p. 66.

nome simplesmente reforçam o mito de que elas existem? De que forma podemos falar abertamente contra o sexismo como sendo prejudicial aos interesses das mulheres se tal categoria é uma ficção?”⁸⁵

O desvelamento do processo de construção social do corpo é utilizado para coibir lutas políticas em favor de “mulheres”. O engajamento do feminismo se processa na medida em que assume a categoria mulher, mesmo que entendida como uma ficção, o que não desabona as ações concretas. Os intelectuais do feminismo diferencialista assumem o chamado essencialismo positivo, pois o sujeito do feminismo é tomado como “posicionalidade estratégica”⁸⁶, condizendo com o feminismo que se pretende um saber crítico em ato.

Para Machado o grande avanço que existe do feminismo diferencialista no campo americano⁸⁷, é devido ao fato de que a “nação americana [...] não se vê construída exclusivamente em torno de uma idéia abstrata de indivíduos, mas de indivíduos concretos, participantes de comunidades ou categorias sociais variadas – as elites reprimem as diferenças, a luta das minorias é a sua inserção” ⁸⁸.

Essa universalidade não unificada, em contraste com a formação do Estado-nacional francês, pretende englobar diferenças, constituindo e sendo constituída por identidades, as quais são pensadas positivamente como meio para buscar políticas compensatórias, revertendo e subvertendo a dominação. Lembrando ainda que no caso do diferencialismo americano a idéia de diferença transforma-se: nos anos 1960 pensada como diferença entre homens e mulheres, passa a partir dos anos 1990, a ser concebida como diferença de “intersecções múltiplas”⁸⁹, com eixos de subordinação – raça, etnia, classe social, religião, idade, orientação sexual, nacionalidade etc., denominados de eixos de diferença “mutuamente imbricados, onde cada categoria produz efeitos articulatórios sobre as

⁸⁵ ALCOFF, Linda apud COSTA, op. cit., p. 69.

⁸⁶ BUTLER, Judith apud COSTA, op. cit., p. 73.

⁸⁷ “Durante muchos años, las feministas de todo el mundo tuvieron a los Estados Unidos como el referente más avanzado de la teoría y de la práctica. Actualmente, sin embargo, el feminismo estadounidense se encuentra en un impasse, bloqueado por el clima político hostil, posterior al once de septiembre. Ante la duda de cómo plantear la justicia de género en las condiciones actuales, les estamos devolviendo el favor al buscar inspiración y guía en las feministas de otras partes. Hoy, en consecuencia, la punta de lanza de las luchas de género se ha trasladado desde los EEUU a espacios transnacionales, como “Europa”, donde las posibilidades de operatividad son mayores. El resultado es un mayor desplazamiento en la geografía de las acciones feministas”. Ensayo preparado para la disertación inaugural de la Conferencia sobre “Igualdad de género y cambio social”, en la Universidad de Cambridge. Inglaterra, en marzo de 2004. FRASER, op. cit.

⁸⁸ MACHADO, op. cit, p. 116.

⁸⁹ COSTA, op. cit., p. 80.

outras em contextos históricos e geográficos específicos”⁹⁰. A afirmação da categoria “mulher” é utilizada nesse contexto para subverter a relação de dominação: representação imposta, aceita, mas que concretamente reivindica direitos contra a ordem que a produziu. Chartier afirma que “a incorporação da linguagem da dominação se encontra reempregada para marcar uma resistência”⁹¹.

No Brasil o sujeito e o não-sujeito feminino do feminismo apresentam-se de forma imbricada. O contexto de violenta desigualdade econômica exige que as questões sociais estejam entrelaçadas por uma luta que defende a igualdade, ao mesmo tempo em que busca alcançar a visibilidade do sujeito feminino. Segundo Machado, a “politização em favor da igualdade parece compatível com a politização em favor da diferença, [...] em nome dessa diferença que propugnam a igualdade”⁹² os dois conceitos são aqui articulados, não havendo contornos rígidos de fronteiras.

Scavone⁹³ aproxima o pensamento Feminista da década de 1970 com as idéias foucaultianas, uma vez que convergem na problematização do cotidiano (o privado é político); preocupam-se com as relações de poder inseridas na construção do corpo; negam a essência natural do sujeito; e analisam a malha fina dos mecanismos do poder, pensado como prática, como exercício. Foucault preocupa-se primeiramente com os processos de construção da sujeição, tentando mostrar que “mecanismos sociais complexos que incidem sobre os corpos, muito antes de atingir as consciências, foram-se dando historicamente mil formas de sujeição: os homens são, antes de mais nada, objetos de poderes, ciências e instituições”⁹⁴. A esse processo de sujeição ou assujeitamento, do qual o sujeito emerge como construção discursiva, segundo Rago é acrescentado às suas análises a partir dos anos 1980, à preocupação com os “modos através dos quais os indivíduos se produzem e são produzidos numa determinada cultura, através de determinadas práticas e discursos,

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ CHARTIER, Roger. Diferença entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, 1995, p. 42.

⁹² MACHADO, op. cit., p. 124-25.

⁹³ Scavone enfatiza que Foucault não faz uma reflexão densa sobre o movimento feminista, mas o coloca no contexto pós-68, considerando-o como forma de resistência multifacetada, descentralizada e transversal, uma vez que atravessa barreiras geográficas e a nacionais. SCAVONE, Lucila. O Feminismo e Michel Foucault: afinidades eletivas? In: SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard (orgs.). *O legado de Foucault*. São Paulo: Ed.UNESP, 2006, p. 86.

⁹⁴ BRUNI, José Carlos. Foucault: o silêncio dos sujeitos. In: SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard (orgs.). *O legado de Foucault*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p. 34-35.

enquanto subjetividades”⁹⁵. Para essa historiadora, Foucault responde às críticas de silenciamento e aprisionamento dos sujeitos – as formas de sujeição – apontando para as possibilidades de autonomia individual através da apropriação diferenciada.

Para as análises da relação masculino/feminino, os conceitos desenvolvidos por Pierre Bourdieu são instrumentos importantíssimos. Bourdieu focaliza a violência simbólica inserida nos aspectos da vida cotidiana, a qual se mostra eficaz na razão direta que se vincula ao ocultamento, a não percepção, ao consentimento a ordem natural do mundo. A noção de habitus sexuado e sexuante, tomado como mediador, possibilita a interação entre agente e cultura, entre estrutura cognitiva e estrutura objetiva. Nas palavras de Bourdieu⁹⁶: “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”. Conceito de habitus permite visualizar o sujeito histórico não como simples reprodutor das estruturas (política, econômica e cultural). Estrutura estruturada uma vez que é externa e reproduzida e estrutura estruturante uma vez que as representações do mundo são constantemente alteradas.

Utilizando-se da idéia de sujeito histórico perpassado pelo habitus (estrutura estruturada e estrutura estruturante) e do pensamento que engloba ao sujeito do feminismo eixos interseccionais de subordinação (classe, etnia, religião, religiosidade, opção sexual, nacionalidade etc.), e acatando a construção da diferença transformada em discurso para ação política, é que se analisou o processo de inclusão de mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná.

A pesquisa em questão, ordenada em três capítulos, tem como primeira proposta analisar “A criação da mulher policial militar no Paraná”. Período em que as Forças Armadas limitam o legislativo detém a tutela sobre a sociedade civil e subordinam as forças policiais estaduais. Aborda-se o discurso formador de identidade da Instituição policial militar, perpassada por essa subordinação e, ao mesmo tempo, pelo crescimento das pressões da sociedade civil contra a ditadura

⁹⁵ RAGO, Margareth. Foucault um pensamento desconcertante: o efeito Foucault na historiografia. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, 1995. Disponível em: < <http://www.fflch.usp.br/sociologia/revistas/tempo-social/v7-1e2/rago7.html> >. Acesso em: 20 mar. 2005.

⁹⁶ BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 191.

como um todo, a fim de buscar as vozes, e os lugares de onde parte a idéia da criação da mulher policial no estado do Paraná.

Partindo do discurso positivista do anjo-tutelar, do discurso patriarcal e católico, discursos de exclusão criadores de *esferas* e hierarquias que delimitam o espaço social de atuação do gênero masculino e feminino, a instituição da Polícia Militar constrói simbolicamente o corpo da mulher policial. Um discurso de exclusão que incluiu material e simbolicamente o corpo feminino. O capítulo dois: “A construção material e simbólica da mulher policial militar no Paraná”, detém-se na análise da legislação construída para o ingresso da mulher na corporação policial militar; no processo de seleção e recrutamento e das primeiras diretrizes fundadoras do corpo feminino policial; e no confronto aberto entre essa construção legal e simbólica e o processo concreto do Curso de Formação de Sargentos – 1º CFS PM Fem –, o qual se apresentou como transformador/formador de mulheres em Sargentos da Polícia Militar.

No capítulo três, “Compondo as ruas e a si mesma”, parte-se da existência concreta de Sargentos Policiais Militares Femininos na cena urbana de Curitiba. Analisa-se a utilização ostensiva da imagem do feminino numa cidade também carregada de representações, e, as transgressões dessa imagem levadas a cabo pelas policiais de carne e osso. Verifica-se ainda a busca de soluções para a concretude da presença feminina na caserna através da elaboração da Diretriz nº. 076/79, bem como a concessão do oficialato às mulheres, a partir do mesmo ano. A concretude do feminino nos primeiros anos de sua presença através de uma imagem ambígua: ora voltada à comunidade externa, ora voltada à privacidade da caserna, ora voltada para a construção de si enquanto mulher, policial e militar.

I. A CRIAÇÃO DA MULHER POLICIAL MILITAR NO PARANÁ

Poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras,
Pierre Bourdieu¹

[...] como do sem sentido se faz sentido e irrompe o sentido novo?
Como diante de um mundo novo, com coisas, seres e paisagens ainda
não nomeados vai surgindo um sentido, vão surgindo nomes?”
Eni Puccinelli Orlandi²

Marc Bloch, no início do século XX³, criticava os historiadores por suas buscas incessantes aos “começos”, atrás sempre dos “mitos” de origem e das causas primeiras, principalmente os pioneirismos, com seus personagens heroizados frente a verdadeiras odisséias. Entender um processo que, como o enfocado nesta pesquisa é pensado como pioneiro⁴, sem correr atrás de mitos de origem que criam tradição e dão legitimidade a grupos e instituições, é analisar as continuidades presentes num processo visto por si só como ruptura, como um *novo* começo.

Cumprir entender a oficialização de um discurso de redirecionamento do sujeito feminino tradicionalmente excluído do militarismo, da capacidade para a violência institucionalizada e da ação na esfera pública. Oficialização esta construída

¹ BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 167.

² ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003. p. 11.

³ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 56.

⁴ Processo pensado como sendo primeiro, a despeito da inclusão de mulheres na PMSP (1955) por tratar-se de um 1º Pelotão de Polícia Feminina incluído nos cursos de formação voltados à militares a partir de iniciativa da instituição. No caso de São Paulo, a inclusão ocorre à revelia da instituição policial. Em 1955, treze mulheres são incorporadas no então denominado Corpo de Policiamento Especial Feminino (SÃO PAULO. Decreto nº. 24.548, de 12 de maio 1955) e, com a junção da Força Pública e da Guarda Civil em 1970, surge a Polícia Militar de São Paulo e na seqüência (1975) o 1º Batalhão de Policiamento Feminino. Nesse caso, a militarização de mulheres faz parte do processo de militarização da própria Polícia.

pela fração dominante do campo político no Paraná, a partir de 1975, composto por um estado militarizado e perpassado por pressões de grupos heterodoxos¹ ao campo e que inicia a construção material e simbólica da categoria mulher policial militar.

Entendendo, tal como Bourdieu, a idéia de categoria – *Katégoriein* – como parte da disputa do campo político, pelo poder social de “acusar publicamente”, nomear, deixar explícito, classificar, tendo o poder social de constituir os grupos, “fazer existir em estado explícito, de publicar, de tornar público [...], objetivado, visível e dizível e até mesmo oficial”². Campo político configurado através da disputa pela criação de produtos políticos: os sujeitos da ação política; os programas e os problemas considerados como políticos; os acontecimentos políticos, “estabelecendo as fronteiras entre o que é politicamente dizível ou indizível”³. Nesse período é delegada à já instituída categoria “mulher”⁴ o poder de participar de seus instrumentos de repressão, especificamente na Polícia Militar do Estado do Paraná – a PMPR.

A década de 1970 é um período ao mesmo tempo classificado como de intensa repressão, em sua primeira metade, e também de intensificação das pressões populares públicas a favor da abertura política, por segmentos contrários ao regime militar e também de antigos aliados quando de sua instalação. Início do funcionamento do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e do Departamento de Operações e Informações (DOI); Guerrilha do Araguaia; aprovação da lei favorável ao Divórcio; seqüestro de embaixadores estrangeiros; Ano Internacional da Mulher; aprovação da Lei da Anistia, entre outros, são elementos que compõem uma década permeada por valores tanto cultural quando politicamente pensados como conservadores, disputando espaço com novos valores culturais.

Em meados dessa década é criada a idéia e a materialidade da mulher-policia⁵. Cria-se através de um decreto-lei, e posteriormente uma legislação normatizadora, uma nova categoria: um *novo* sujeito que ultrapassa, desfaz e refaz

¹ A fração dominante do campo é o grupo da ortodoxia e a fração dominada que luta para participar do campo é a heterodoxia que pode ou não se transformar em fração dominante.

² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 142.

³ Ibidem, p. 165.

⁴ Categoria de identificação instituída pelo essencialismo biologizado com determinadas atribuições e qualificações.

⁵ PARANÁ. Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná - LOB nº. 6674, de 08 de janeiro de 1976 e o Decreto Lei nº. 3238 de 19 de abril de 1977.

fronteiras construídas entre o feminino/privado e o masculino/público. Em uma configuração política que se encontra favorável à construção dessa categoria: o Estado do Paraná.

No processo de criação da idéia de Policial Militar Feminina confluem três focos por parte do estado militarizado: o executivo estadual; a Polícia Militar do Estado e a Inspetoria Geral das Polícias Militares – IGPM. Este capítulo discute a relação entre esses grupos focados no poder estatal, principalmente a fronteira fluida entre eles nesse período, formando um campo composto pela ortodoxia vinculada à ditadura militar e perpassado, na segunda metade da década, por pressões provenientes do Movimento Feminista, cujas reivindicações tinham por base mudanças políticas e também culturais.

O Movimento Feminista apresenta-se como heterodoxia do campo do poder ao trazer à tona questões culturais e políticas, propondo outros padrões de conduta. Como esse movimento apresenta-se na década de 1970, é imprescindível para o entendimento do processo de criação da mulher-soldado no Paraná.

A proximidade do grupo vinculado ao “neyismo” com os donos do poder pós-64 inicia a discussão do capítulo. Em seguida, discussão sobre a relação entre militares e as forças policiais no Paraná, a fim analisar tanto o mando concreto exercido entre as instituições, quanto às relações simbólicas relativas à idéia de militar-militarismo. Por fim, o capítulo discute o direcionamento do Movimento Feminista, com a intenção de estabelecer em que configuração se insere a criação da mulher policial militar no Paraná.

1.1 O NEYSMO E A DITADURA MILITAR

A influência política de Ney Braga no campo político do Estado do Paraná estende-se dos anos 1960 até meados dos anos 1980. Quando mulheres são incluídas na PMPR em 1977, os cargos de executivo estadual e de prefeito de Curitiba, são respectivamente ocupados por Jayme Canet Junior e Saul Raiz, ambos indicados por Ney Braga, à época Ministro da Educação e Cultura. É o período de grande expressão do “neyismo” no cenário nacional e estadual.

Ney Braga, militar, foi chefe de Polícia no governo Bento Munhoz da Rocha, eleito prefeito de Curitiba (1954-58) e Governador do Estado (1961-65). Em 1964 já possui projeção nacional e passa a ser cotado para candidatar-se à Presidência da

República nas “possíveis” eleições de 1965. Como o mandato do executivo estadual não foi prorrogado, Ney Braga apóia – “a contra gosto”⁶ – o nome de Paulo Pimentel, que se constrói paulatinamente como seu principal adversário político. Antes do fim de seu mandato, que se esgotaria em 1º de Janeiro de 1965, Ney Braga assume o Ministério da Agricultura, permanecendo no cargo até meados do mesmo ano. Conquista uma cadeira no senado da república pelo Paraná (1967-75). Em 1974 passa a ocupar o ministério da Educação e Cultura do governo Ernesto Geisel (1974-1978) e reassume o cargo de governador do estado do Paraná, a partir de 15 de março de 1979.

Esses 20 anos de “neyismo” são marcados por disputas políticas no estado entre Paulo Pimentel, alinhado ao governo de Costa e Silva, e Ney Braga, alinhado aos governos – Castelo Branco e Ernesto Geisel. No período investigado nesta pesquisa, o neyismo apresenta-se como a expressão política da vinculação entre o executivo federal e a arena política paranaense. O próprio Ney Braga teve seu nome, por duas vezes, inserido nas “listas” consideradas pelos militares para ocupar o executivo federal: quando da escolha de Arthur da Costa e Silva e quando da sucessão de Ernesto Geisel em 1976⁷. O “hibridismo”⁸ de Ney Braga lhe confere tramitação tanto entre os políticos civis quanto entre os militares em escala nacional. Mesmo que o neyismo tenha sofrido fortes flutuações de poder no interior do campo político durante o período da ditadura militar, período Costa e Silva até meados do Governo Emílio Garrastazu Médici, permanece presente na *arena* política como adversário que precisa ser e continuar sendo neutralizado.

Em 1977, data de inclusão de mulheres na PMPR, Ney Braga e o neyismo estão outra vez participando como fração dominante do campo político regional, favorecidos pela aproximação com o executivo nacional. Fazem parte do retorno do neyismo a eleição de Jayme Canet Junior para o governo do estado, a definição do nome do prefeito da capital – Saul Raiz – e a “indicação de vários nomes de seu

⁶ O rompimento com Paulo Pimentel é exacerbado justamente quando este se posiciona favoravelmente ao nome de Arthur da Costa e Silva. OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI/ Imprensa Oficial, 2004. p. 372.

⁷ MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001. passim; OLIVEIRA, op. cit., passim; COUTO, Ronaldo. *Memória viva do regime militar: Brasil 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 207-220, passim.

⁸ Termo utilizado pelos próprios militares para caracterizar políticos estabelecidos provenientes dos quadros militares, ou seja, os oficiais reformados que tinham participação política.

grupo político para ocupar cargos na esfera nacional”⁹, enquanto o mesmo está à frente do Ministério da Educação e Cultura. No ano de 1979, mulheres já instituídas como 2º e 3º sargentos da Polícia Militar irão compor o cenário urbano da capital paranaense, coincidindo, portanto, com o retorno de Ney Braga ao executivo estadual, que uma vez mais, vê frustrada a possibilidade de chegar a ocupar o cargo de Presidente da República, quando o General Ernesto Geisel apóia a indicação do General João Batista de Oliveira Figueiredo para a sucessão.

O neyismo revigorado é o pano de fundo na política paranaense no período enfocado. As transformações ensejadas por esse grupo, mais vinculadas do que distantes do campo econômico, abarcam direcionamentos estratégicos diferenciados dos grupos imediatamente anteriores: Moisés Lupion¹⁰ e Bento Munhoz da Rocha¹¹. Tanto Ney Braga quanto Paulo Pimentel (1966-1971) fazem parte de um redirecionamento do pensamento político e econômico paranaense. Segundo Magalhães¹², ambos apresentam o imigrante e a pequena propriedade como indesejáveis, dando ênfase à industrialização do estado em detrimento da visão anterior de “vocação agrícola”, defendendo um modelo empresarial pautado nos princípios do estado do bem estar social em que o governo anuncia o desenvolvimento econ mico sem estatizar a economia. Há, portanto, uma mudança de direcionamento no discurso e na a o política. A mesma autora relaciona esse período a “amplia o das classes m dias, alterando em parte a imagem do Estado: não mais uma região meramente agrícola, mas industrial, de serviços, de lazer tipicamente urbano, como os cinemas, os restaurantes, teatros e sobretudo hábitos de consumo diversificados”¹³. Delineia-se a imagem de um Paraná mais cosmopolita e industrializado. A tecnocracia militar encontra sua maior expressão no governo

⁹ OLIVEIRA, op. cit., p. 365.

¹⁰ Deputado Federal, Governador (1947 a 1951), Senador (1955 a 1956), Governador (1956 a 1961). Vide: CODATO, Evandir. Apontamentos sobre o personalismo político paranaense. *Diálogos*, Maringá, v. 3, n. 3, p. 1-28, 1999. A autora analisa a natureza do discurso do governador Moisés Lupion, que apresenta características que reforçam uma imagem personalista, vertente da denominada nova cultura política brasileira. Utiliza-se a análise do discurso como instrumento para destacar o juízo  tico de valor, como componente importante da personifica o criada pelo governador de promotor do progresso paranaense.

¹¹ Professor e escritor, Bento Munhoz da Rocha foi deputado federal de 1946 a 1950, eleito governador do Estado do Paraná em 1950, em 1955 assumiu o Ministério da Agricultura, e de 1958 a 1962 foi deputado federal. Interessante discussão sobre o estadista paranaense pode ser encontrada em GONÇALVES, José Henrique Rollo. A "mística do pioneirismo", antídoto contra o socialismo: Bento Munhoz Da Rocha Neto, a reforma agrária e o Norte do Paraná nos anos 50 e 60. *Revista de História Regional*, UEPG, v.2, n.1, 1997. Disponível em <http://www.rhr.uepg.br/v2n1/rollo.htm>. Acesso: 20 fev. 2006.

¹² MAGALHÃES, op. cit., p. 74.

¹³ *Ibidem*, p. 80.

Jayme Canet Junior, através do programa “Objetivos e Metas de Desenvolvimento”, onde se configura o ajuste da gestão estadual à gestão federal: um planejamento técnico, racional e científico. Somam-se a isso, transformações na composição da população e seu deslocamento durante o período de reestruturação dos programas políticos ensejados por Ney Braga e Paulo Pimentel. Segundo Magalhães, em 1950, apenas 25% da população paranaense era urbana. Em 1970, esse contingente será de 36% e, em 1980 de 55%. Um deslocamento rumo aos centros urbanos conseqüente do modelo de desenvolvimento adotado: concentração fundiária e mecanização da agricultura e incentivo às atividades industriais. Modernização, desenvolvimento industrial e concentração urbana, são fatores que, junto à “intensificação do empobrecimento dos estratos inferiores da população”¹⁴, irão compor o cenário da capital paranaense na década de 1970, onde a exclusão de um contingente populacional – “favelados, bóias-frias, meninos de rua e desempregados”¹⁵ – ganha visibilidade e também necessidade de controle.

Em âmbito nacional, manifestam-se os primeiros sinais de esgotamento do “milagre econômico”¹⁶, o que acarretará a eclosão da pressão pública contra o regime militar e a “distensão” promovida pelo General Geisel a partir de 1974. A denominada “distensão” não significa, contudo, o fim da repressão. Para Alves¹⁷, nesse período a liberalização e a repressão eram medidas simultâneas. Estabeleceu-se uma repressão estrategicamente encaixada na distensão: a ampliação da liberdade da imprensa conduziu o aparato repressivo à negação das prisões políticas, havendo somente “desaparecidos”. Segundo Mattos e Swensson, as famílias de “grande maioria dos opositores mortos sob o governo Geisel jamais

¹⁴ Ibidem, p. 83.

¹⁵ Ibidem, p. 84.

¹⁶ MAGALHÃES, op. cit. No ano de 1967, a economia cresceu 4,8% e em 1968, 9,3%. Segundo Reis, o milagre econômico brasileiro no período 1967-1973 foi o produto da combinação de condições “favoráveis internas, ociosidade do parque industrial, demanda reprimida, saneamento financeiro [...] e externas – o boom espetacular do mercado internacional o qual no mesmo período cresceu 18% ao ano”. REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. São Paulo: Zahar, 2000. p. 46. Para Skidmore, as crises do petróleo de 1973 e 1979 deixaram a descoberto o milagre, num país que necessitava importar mais de metade de seu consumo de petróleo junto a uma conta exorbitante e seu pagamento vinculado ao aumento de empréstimos no exterior. Para este autor, a ditadura brasileira preferiu uma fuga para frente com o lançamento do II Plano de Desenvolvimento (PND). SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 63.

¹⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984. O que não acontecia no período anterior declaradamente “linha dura”, pois nesse período os órgãos repressores assumiam as prisões e as mortes como decorrentes de suicídios.

recuperaram os corpos para que pudessem enterrá-los”¹⁸. Esse período apresenta-se como parte de uma liberalização controlada e uma repressão velada e seletiva.

Ou seja, o regime militar perde, a partir da segunda metade da década de 1970, a legitimidade no uso da força e busca desvincular-se paulatinamente da imagem de violência e da tortura institucionalizada. Ao mesmo tempo, recrudescer a oposição armada ao regime militar e reaparece tanto a oposição pública ao regime quanto o chamado terrorismo de direita. Os ocupantes do aparato repressivo presente nas Forças Armadas e também nas forças policiais estaduais passam a ser os principais opositores do General Geisel – e de “sua” distensão – agindo através de antigos grupos terroristas de direita, tais como o Comando de Caça aos Comunistas, a Falange Pátria Nova e o Braço Clandestino da Repressão. DeKes considera que o período entre 1976 e 1980 é o momento de intensificação do terrorismo de direita¹⁹ após obter em suas pesquisas os seguintes dados relativos ao número de ações terroristas: 1976 – oito; 1977 – três; 1978 – seis; 1979 – dez; e, em 1980 – trinta e uma.

O executivo federal precisa conter os grupos de pressão da sociedade civil para controlar e direcionar a abertura política, dismantlar os mecanismos repressores, controlar seus antigos ocupantes e, ainda restituir/manter a imagem protetora das instituições disciplinares, agora questionadas publicamente por diversos segmentos sociais.

1.2 MILITAR/MILITARISMO X FORÇAS POLICIAIS NO PARANÁ OU “DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA”

1.2.1 O ideal militar

A Polícia Militar do Estado do Paraná em 1977 encontra-se subordinada ao Exército Brasileiro²⁰. A partir de 1969 as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros

¹⁸ MATTOS, Marco Aurélio Vannuchi L. de; SWENSSON, Walter Cruz Jr. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro – 1964-1985*. Rio de Janeiro: D&A, 2003. p. 70.

¹⁹ DEKES, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil: 1966-1966*. São Paulo: [s.n.], 1985. p. 129-33.

²⁰ As polícias militares, no que se refere ao seu controle e coordenação, estão subordinadas ao Ministério do Exército, e no que diz respeito a sua orientação e planejamento, estão vinculadas às secretarias de segurança dos estados. Estamos, portanto, diante de uma dupla estrutura organizacional, de comando e de responsabilidades, em que os comandantes-gerais das polícias militares devem se reportar e, conseqüentemente, obedecer a duas autoridades distintas e de esferas

Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal são reorganizados e submetidos ao controle dos Comandantes do Exército das respectivas Regiões Militares²¹.

A vinculação dessas instituições tem origem mais remota. As Forças Armadas e as Forças Policiais apresentam-se como organismos disciplinares que compõem e dão forma ao Estado Moderno²²: “Forças” com a função externa de delimitar e proteger as fronteiras estabelecidas e/ou pretendidas frente a outros estados nacionais e “Forças” com a função interna de delimitar e proteger as fronteiras estabelecidas e/ou pretendidas frente à idéia de “lei e ordem” econômica e moral.

Segundo Bourdieu, tanto as Forças Armadas quanto as Forças Policiais fazem parte do capital político em estado objetivado: poder objetivado em forma de instrumentos coercitivos; instrumentos de dominação imediata “a qual permite que se mantenham duradouramente os detentores dos postos mantendo os postos”²³. As “forças” – Armadas e Policiais – constituintes de uma fração do poder objetivado, apresentam-se de forma hierarquizada entre si e em sua estrutura interior. Mais do que tentar qualificar as Forças Policiais no mesmo patamar de *nobreza* das Forças Armadas, equilibrando esses dois mecanismos disciplinares desdobrados em instituições paralelas, é preciso lembrar que os olhares que hierarquizam a realidade social e suas respectivas representações são construídos socialmente.

O que se observa, de qualquer forma, é a subordinação simbólica das Forças Policiais – civis ou militares – perante as Forças Armadas, e a subordinação material maximizada em alguns momentos históricos.

Segundo Bretas²⁴, o modelo de polícia adotado no Brasil é peculiar quando contrastado com os modelos de segurança francês e inglês, do qual é originário. O

administrativas diversas, ou seja: eles devem se reportar e obedecer, no que se refere ao controle e coordenação, ao Ministro do Exército, e, em se tratando de orientação e planejamento, ao Secretário de Segurança Pública do Estado. Como o Ministro do Exército e o Secretário de Segurança estão subordinados ao Presidente da República e ao Governador do Estado respectivamente, podemos deduzir que, esgotada a cadeia de comando, os comandantes-gerais das polícias militares também estarão subordinados, dentro das suas áreas de competência específica, ao Presidente da República e aos governadores dos estados.

²¹ Cf. BRASIL. Decreto nº. 88.777, de 30 de setembro de 1983. BRASIL. Decreto-Lei nº. 667, de 02 de julho de 1969, modificado pelo Decreto-Lei nº. 1.406, de 24 de junho de 1975, e do Decreto-Lei nº. 2.010, de 12 de janeiro de 1983. Não obstante o crescente distanciamento e autonomia das Polícias Militares em relação ao Exército, a realidade é que todos os diplomas legais citados continuam em vigor.

²² Vide: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

²³ Uma vez que a polícia configura-se como poder político em estado objetivado. BOURDIEU, O *poder simbólico...* op. cit., p. 194.

²⁴ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 40.

primeiro voltado à idéia de centralização, organizou uma polícia nacional e, o segundo, preocupado com a segurança individual, organizou-se em nível local. No Brasil a dicotomia policial deu-se sem “obedecer a um planejamento definido”²⁵: com administração local e funções judiciárias desenvolveu-se a Polícia Civil e, do patrulhamento uniformizado, organizou-se a Polícia Militar. Ou seja, no Brasil, historicamente foram construídas duas forças paralelas em nível estadual²⁶.

Conforme enfatiza Stadnik²⁷, historicamente, no Brasil, as polícias civil e militar ocuparam espaços paralelos, embora específicos, nos assuntos pertinentes à segurança pública. Isso resultou em corporações com estruturas próprias em função da diferenciação de atribuição, alçada, circunscrição e da carreira. A polícia militar, a que particularmente nos interessa, deve subordinação ao exército, estruturando-se hierarquicamente nos seus moldes e submetendo-se aos imperativos legais que regulam a vida militar.

A subordinação simbólica das Polícias Militares estaduais às Forças Armadas, e dentre elas o Exército, é maior comparativamente em relação à Polícia Civil, pois apresenta de forma acrescentada à composição *força* o ideal do *militarismo*. A hierarquia e a disciplina, componentes da militarização, são idéias-força que unem simbolicamente essas instituições ao mesmo tempo em que as hierarquizam²⁸.

A idéia de militar – militarismo e militarização – pressupõe dois enfoques que se entrelaçam. Primeiro: externamente como a função/organização e capacidade para a guerra, a arte de sobrepor-se com a utilização da *força*, a capacidade para a ação. Em segundo, pensado internamente e a partir de dois fundamentos: a autoridade baseada na “situação de guerra” contra o inimigo²⁹ que

²⁵ Ibidem, p. 40.

²⁶ A produção acadêmica mais recente tem realçado as especificidades históricas da formação da polícia civil e militar no Brasil. De igual modo, em um paralelo com as corporações policiais de alguns países europeus, particularmente a Inglaterra, e Estados Unidos, ela tem destacado a trajetória de mudanças ao longo do século XX que redefiniram seu perfil, papel e forma de inserção na sociedade. STADNIKY, Hilda Pívaro. Mulheres sem mordaza X tropa de choque: estratégias de lutas políticas no contexto das greves policiais no estado do Paraná (nota prévia). *Pró-História*, Buenos Aires, no prelo.

²⁷ Ibidem.

²⁸ As polícias militares são regidas por regulamento disciplinar elaborado à semelhança do Regulamento Disciplinar do Exército. A elas também é aplicável, desde que não colida com as normas em vigor nos estados, o disposto no Regulamento de Administração do Exército.

²⁹ Estrangeiro, subversivos, delinquentes etc.

precisa ser neutralizado, e o “medo de ser contra”³⁰ – ser o inimigo – e deixar de fazer parte do grupo.

Internamente a militarização se funda no sentido da unicidade, ao mesmo tempo em que cria o sentido da diferenciação:

Para que um grupo se veja enquanto tal, ele deverá perceber-se distinto de outros grupos. Esta percepção de um grupo como identidade e unicidade se forma a partir de uma representação subjetiva mínima, traduzida em termos objetivos comuns ou tarefas compartilhadas entre seus membros, traduzida em termos de objetivos comuns e que adquirem uma significação naquele contexto social³¹.

O “perceber-se” enquanto grupo no interior das profissões militares baseia-se principalmente na crença da superioridade física e moral de seus integrantes³². Representação coletiva que forja coesão e homogeneidade. A idéia de minoria dos melhores marcada pelo distanciamento com os “paisanos” é perceptível nessa representação de nobreza moral e altivez corporal. *Habitus* militar caracterizado por:

A entonação da voz clara e firme; o olhar direcionado para o horizonte, e não para baixo; uma postura correta, e não curvada; uma certa ‘densidade’ corporal – tônus muscular, relação peso x altura equilibrada, uma noção rígida de higiene corporal –, usar os cabelos curtos, o uniforme impecavelmente limpo, fazer a barba todos os dias (mesmo os imberbes); um linguajar próprio [...] . O senso de honestidade e ‘retidão’ de caráter; a preocupação com as causas ‘nobres e elevadas’ [...]; o espírito de renúncia e o desapego a bens materiais; o respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia [...], uma vida levada ao ar livre, saudável, mais natural³³.

A crença de ‘viver de maneira correta’ e possuir as qualidades acima descritas diferenciam e hierarquizam militares e civis. O *habitus* militar pauta-se pela coesão interna da visualização como diferentes e melhores. O corpo militar e o

³⁰ BOURDIEU, *O poder simbólico...* op. cit., p. 202. Segundo o sociólogo, esse é o fundamento último da militarização. O autor refere-se ao processo de militarização dos partidos políticos, mas que, no nosso entendimento, descreve todo processo que busca construir unicidade, homogeneidade de qualquer instituição, como é o caso das Forças Armadas e das Polícias Militares.

³¹ MENUCCI, Daniel Lins. Grupos no hospício: o desejo como tarefa. In: SAIDON, Osvaldo; KAMKHAGI, Vida Raquel. *Análise institucional no Brasil*. 3. ed. [s.l.]: Editora Rosa dos Tempos, 1996. p. 171.

³² CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2. ed. revisada. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 34. O processo *intenso* de socialização profissional militar é um exemplo dentro da sociologia, segundo esse autor, de caso-limite em que ocorre uma socialização secundário e o indivíduo “muda de mundo”, o que contribui para o distanciamento entre os militares e o mundo civil.

³³ Ibidem, p. 45-46.

“espírito militar” são construídos através desse processo de disciplinarização intensa do corpo-instituição e do corpo-individual e dos valores condizentes ao militarismo.

As instituições disciplinares³⁴ e suas respectivas estruturas são construídas a partir do século XVIII quando os suplícios dão lugar ao encarceramento. O corpo, sujeito do poder, transforma-se em objeto de vigilância dos organismos disciplinares que assegurariam “a ação da sociedade sobre cada indivíduo”³⁵, e dentre eles, todos os tipos de milícias.

O “detalhamento” do corpo, “as minúcias dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo”³⁶, distribuem os indivíduos no espaço que os definem tanto pelo lugar que ocupam quanto pela distância demarcada com o outro. A hierarquização é pautada pela aceitação tácita da subordinação – a sujeição à disciplina militar, a qual por sua vez, possibilita a instrumentalização do corpo: “corpo-arma, corpo-instrumento, corpo máquina”³⁷. Os corpos colocados numa relação de codificação – decodificação de sinais que exigem uma resposta obrigatória: “entre o corpo e o objeto que o manipula, o poder vem se introduzir, amarra-os um ao outro”³⁸. O controle dos gestos e a economia dos movimentos regularizam o corpo material e simbólico dos militares.

As polícias militares estão unidas simbolicamente às Forças Armadas pelo ideal militar: a crença num *habitus* superior pautado na hierarquia que classifica e estabelece fronteiras espaciais de ação, e, na disciplina que regulariza os gestos, os movimentos, subordinando os corpos à classificação hierárquica.

1.2.2 O golpe militar e os políticos paranaenses

Além dessa vinculação estabelecida pelo ideal militar, como já foi descrito, a PMPR e as demais forças policiais militares do Brasil passam a ter como comandantes gerais oficiais superiores do Exército. O período de intensificação das estratégias de estruturação do aparato repressivo será identificado por “anos de chumbo” e como parte dessas medidas temos a formulação do R-200 –

³⁴ Vide: FOUCAULT, op. cit.

³⁵ Ibidem, p. 81.

³⁶ Ibidem, p. 121.

³⁷ Ibidem, p. 130. A articulação entre corpo-objeto discutida por Foucault, para quem a disciplina estabelece a união entre ambos, denominada pelo autor como “codificação instrumental do corpo”.

³⁸ Ibidem, p. 130.

Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares – em vigor a partir de 1970, e que dispõe no Capítulo II, art. 4:

As Polícias Militares, para emprego em suas atribuições específicas ou como participantes da defesa interna e defesa territorial, ficarão diretamente subordinadas aos comandantes de Exército ou Comandantes Militares de Área, que poderão delegar essa competência aos Comandados das Regiões Militares e a outros grandes comandos com jurisdições nas áreas dos Estados, Territórios e Distrito Federal.

O Decreto Lei nº 667, de 02 de Julho de 1969, em seu artigo 6º, determinava que “O Comando das Polícias Militares será exercido por oficial superior combatente, do serviço ativo do Exército, preferentemente do posto de Tenente-coronel ou Coronel, proposto ao Ministro do Exército pelos governadores de Estado e de Territórios ou pelo prefeito do Distrito Federal”³⁹.

Anterior a esse processo, é necessário situar a política paranaense frente ao golpe militar, a fim de compreender as relações estabelecidas entre os poderes estaduais diante dos novos ocupantes do aparato estatal federal.

Em 1961, instala-se no Paraná, governado por Ney Braga, um ambiente de tensão política e militar em decorrência dos rumos políticos impressos ao país após a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Ernesto Geisel, comandante interino da 5ª RM/DI⁴⁰, posiciona-se contrariamente ao seu superior hierárquico – o comando do III Exército, favorável à posse de João Goulart –, sendo por esse motivo deslocado para uma função burocrática no Estado do Rio de Janeiro⁴¹. Tal ambiente ganha novos contornos e desdobramentos quando, a partir de setembro de 1963, assume

³⁹ BRASIL. Decreto Lei nº. 667, de 02 de Julho de 1969. A legislação vigente mantém que o comando das polícias militares pode ser exercido por General de Brigada da ativa do Exército ou por oficial superior combatente da ativa. Mesmo que o Comando seja exercido por oficial da ativa da polícia militar, o seu nome deverá necessariamente ser aprovado pelo Ministro de Estado do Exército (art. 1º do Decreto-Lei nº. 2.010, de 12 de janeiro de 1983, que modifica o art. 6º do Decreto-Lei nº 667/69). O diferencial apresenta-se na excepcionalidade – no “pode” e não na obrigatoriedade existente no período estudado.

⁴⁰ Segundo Dutra, o Paraná, na década de 60, possuía um efetivo militar bem menor que o Rio Grande do Sul e havia a predominância da força terrestre. O contingente encontra-se concentrado em Curitiba e na região centro-sul. A capital paranaense é sede do Comando da 5ª Região Militar e da 5ª Divisão de Infantaria – 5ª RM/DI, abrangendo Paraná e Santa Catarina, e subordinado ao III Exército, com sede em Porto Alegre. DUTRA, José Carlos. A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, n. 22, p. 195-208, 2004.

⁴¹ Ibidem. Vide também: OLIVEIRA, op. cit.

a 5ª RM/DI o General Silvino Castor da Nóbrega, o qual, segundo Dutra⁴², veladamente apoiava o governo João Goulart.

Mesmo que a cúpula militar paranaense não ocupe posição preponderante durante a deflagração do golpe militar, Dutra defende que o Paraná acaba sendo palco de desencontros e tensão generalizada. Primeiro, porque o comandante interino – Dario Coelho apóia as tropas mineiras e paulistas no momento em que o General Silvino Castor de Nóbrega, Comandante efetivo, encontra-se no Rio de Janeiro. Ou seja, a 5ª RM/DI insurge-se contra o III Exército e contra seu próprio comandante que está ausente. Segundo, porque o General Silvino Castor de Nóbrega desloca-se em 31 de março com destino a Curitiba com o intento de reassumir seu posto de comando, o que, conforme Dutra, poderia desencadear uma luta armada entre as facções militares. Tensão resolvida com o desvio da aeronave para Porto Alegre, através de acordos entre o comandante interino, o governador do Estado⁴³ e o comandante da base aérea de Curitiba. A partir de então o comando da 5ª RM/DI passa temporariamente a subordinar-se ao comando do II Exército, com sede em São Paulo e a compactuar com o golpe.

No Paraná, o apoio imediato ao golpe militar de 1964 é ensejado por Ney Braga, que teve participação ativa nos acontecimentos, sendo intermediário no estado entre a cúpula militar de Minas Gerais e o Comandante interino da 5ª RM – DI⁴⁴.

Sabemos o que queremos e sabemos o que não queremos. E o Paraná não quer agitação, não quer subversão, não aceita o desrespeito às leis, a disciplina e a hierarquia militares, aos ideais democráticos e às tradições cristãs dos brasileiros [...]. Contem conosco as Forças Armadas que, sendo povo como nós somos,

⁴² DUTRA, op. cit., p. 198.

⁴³ Ibidem, p. 199. Dutra relata que o General Dario Coelho – comandante interino da 5ª RM/DI – recebeu na noite de 30 de março uma carta de pedido de apoio do General Guedes (Minas Gerais) pelas mãos do governador Ney Braga, o qual retornava de Belo Horizonte.

⁴⁴ Segundo Codato, Ney Aminthas de Barros Braga estabelece a base mais radical da resistência à democracia. Essa rede de poder em nível federal e regional, quando consolidada tornou-se de muita utilidade para o grupo militar que se articulou com a burguesia nacional e estrangeira, nas atividades que culminaram com o golpe de 1964. CODATO, Evandir. Personalismo político nos anos cinquenta. *Revista de História Regional*, UEPG, v. 7, n.1, p.1-37. Oliveira relata que em data de “30 de março de 1964 Ney Braga esteve em Belo Horizonte em reunião com o Governador Magalhães Pinto, retornando a Curitiba no mesmo dia” encontrando-se posteriormente com o General Dario Coelho, comandante em exercício da 5ª RM. OLIVEIRA, op. cit. p. 318.

compreendem a gravidade da hora presente e também sabem o que querem e o que não querem⁴⁵.

E ainda:

Basta de encaminhar o Brasil pra os braços da Rússia [...]. É preciso que se note: sofremos algum tempo a influência de uma propaganda demagógica, e a nossa pregação anticomunista é esta: o comunismo esmaga a liberdade; o comunismo desrespeita e esmaga as nossas tradições que respeitamos como homens educados dentro de sentimentos cristãos [...]. Vamos junto Paraná. Povo e governo! Vamos junto continuar trabalhando, principalmente agora que o Brasil está livre e que se encaminha para novos destinos. Ontem há quase esta hora, quando escrevi isto para o Brasil, estava me arriscando a ser deposto. Felizmente vencemos, e, agora, juntos haveremos de fazer com que o Brasil democrata cristão seja exemplo para a humanidade inteira.⁴⁶

Um Exército local assumindo desde o início um posicionamento favorável ao golpe militar e que durante os quinze anos subseqüentes, irá nomear os comandantes da polícia militar extraídos de seu próprio quadro de oficiais.

1.2.3 A Polícia Militar do Estado do Paraná – PMPR

Historicamente a instituição Polícia Militar do Paraná tem suas origens vinculadas à criação da Província do Paraná, a partir do desmembramento desta da Província de São Paulo. A sua origem vem da Guarda da Policial criada por Ato do Conselho da Província de São Paulo, em 25 de Junho de 1934, e extinta pela Lei nº. 8, de 10 de Agosto de 1954. A Polícia Militar do Paraná foi criada na mesma data, a partir da Lei nº. 07, tendo os seus integrantes formado o núcleo inicial da Companhia da Força Policial da Província do Paraná – primeira denominação da PMPR. A iniciativa coube ao presidente da nova Província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, que nomeou Joaquim José Moreira Mendonça, capitão do Exército Imperial, para organizar a Corporação, composta por 67 policiais.

A Companhia da Força Policial surge com as funções de auxiliar do Exército, responsável pela guarda do governador, das autoridades que moravam na

⁴⁵ Manifesto do Governador Ney Braga, em solidariedade ao Almirantado e criticando a revolta dos marinheiros e publicado no jornal "O Estado do Paraná", em 31 de março de 1964. OLIVEIRA, op. cit., p. 119.

⁴⁶ Discurso do Governador Ney Braga proferido em frente ao Palácio Iguazu em 1º de Abril de 1964. Ibidem, p. 321.

província e dos prédios públicos. Somente em 1969, com o Decreto Lei nº. 667/69 e com base na Constituição de 1967, a função de mantenedora da “ordem pública” passa a ser da Polícia Militar, assim como sua denominação de “militar”.

A construção da história do “Paraná” passa pela construção da identidade das instituições que compõem o Estado:

A primeira providência administrativa que de seu alto espírito pareceu se impor foi o da Segurança Interna, Ordem e Paz Públicas. [...] assim sete meses e vinte e um dias após o desmembramento do Paraná, no memorável 10 DE AGOSTO DE 1954, foi sancionada a Lei Provincial nº07 criando a COMPANHIA DA FORÇA POLICIAL. Com base na constituição Imperial.⁴⁷

Não por acaso o primeiro grande herói paranaense vincula-se à “proteção de suas fronteiras” num momento histórico em que estas não estão ainda definidas: o Cel. João Gualberto – comandante da polícia militar, morto na Guerra do Contestado: “o Cel. que morreu pelo Paraná e pela República, teve todas as honras possíveis e imagináveis, que contou até mesmo com carruagens ornadas à Luís XV”⁴⁸. O *Paranismo* vislumbra e descreve nos episódios do Campo do Irany a virtude moral de um povo, o paranaense, e das instituições militares – em específico a Polícia Militar.

Apresenta-se com a defesa do ideal republicano e das “fronteiras” estaduais; como instituição que protege a sua casa erigindo passo a passo essa representação da minoria dos melhores, próprio ao ideal militar:

[...] a trajetória rutilante da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ constituiu um produto da fase ‘Histórica do Paraná’. Com ele nasceu a nossa milícia e com ele tem visto em todos os seus momentos, vibrando no seu civismo em suas glórias, em suas angústias, vivendo na obra urgente de contribuir para a sua grandeza, sob a orientação superior de seus impreteríveis deveres [...]. Tornou-se imprescindível na manutenção da lei e da ordem sempre na vanguarda dos acontecimentos [...] caminhando a passos largos seja este o crime ou o alienígena que espreita uma possível oportunidade para lançar suas bases em nosso país⁴⁹.

⁴⁷ Discurso proferido em 1978, pelo Comandante Geral da PMPR, Frederico Ernesto Wirmond. POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Especial, nº. 04 ago. 1978.

⁴⁸ PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná Inventado: cultura e imaginário no Paraná na 1ª República*. Curitiba: Quatro ventos, 1997. p. 93.

⁴⁹ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Especial, nº. 04, 10 ago. 1978.

A tutela da polícia militar perante a sociedade paranaense em construção é ampliada frente aos pensamentos e posicionamentos de grupos “alienígenas” reprimidos no contexto ditatorial tendo por base a Doutrina da Segurança Nacional, vigente no período enfocado pela pesquisa.

No decorrer do século XX, principalmente durante a segunda metade, a PMPR também se encarregará da construção de sua história. Parte desse processo é a fundação do museu “Ten. Cel. Augusto de Almeida Garret”, em 1950, localizado no interior do Quartel Geral da Polícia Militar em Curitiba. Espaço destinado à “conservação do capital de bens simbólicos”⁵⁰ e à respectiva auto-consagração. O museu da PMPR e diversos livros⁵¹ publicados pela AVM – Associação da Vila Militar⁵² –, relacionam a construção da identidade da polícia militar paranaense aos seguintes acontecimentos: Guerra do Paraguai; “Epopéia da Lapa”⁵³; Guerra do Contestado, e, em especial, o combate do Irany; as ditas “revoluções” de 1924, 1930 e 1932; e, ainda, rebeliões mais recentes em Porecatu e no sudoeste paranaense relativos à questão agrária. No museu: objetos utilizados pela corporação nesses episódios. Utensílios e armamentos junto às imagens da oficialidade que compõem o panteão dos heróis. Nos escritos: a imagem da imparcialidade, honradez e coragem frente às disputas que será mediadora.

Nos anos 70, a PMPR, enquanto instituição encontra-se alijada de seu próprio mando direto. Período de militarização⁵⁴ das polícias, por parte do Exército, o qual insere a tecnocracia no interior das mesmas. A crença num poder “tutelar” sobre a sociedade incumbe os militares de reorganizarem diversas instituições disciplinares.

⁵⁰ BOURDIEU, *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 117.

⁵¹ Principalmente a coleção intitulada “Episódios da História do Paraná”, composta por oito volumes os quais descrevem a participação *gloriosa* da instituição em diversos momentos históricos. De autoria do Capitão João Alves da Rosa Filho.

⁵² Associação da Vila Militar: organização associativa dos policiais militares, que reproduz a hierarquia da corporação, uma vez que os cargos decisórios são compostos somente por oficiais da Polícia, da ativa e da reserva remunerada.

⁵³ “Ação heróica da Polícia Militar do Paraná em defesa do regime republicano”. volume III da citada coleção.

⁵⁴ Compartilhando com a idéia de Mathias: “militarização é algo muito maior e mais duradouro do que a simples ocupação de cargos, embora este seja um de seus mecanismos, mas a introjeção do ethos militar das Forças Armadas, voltada à construção de uma burocracia eficiente, à “construção de potência”. MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia: a participação na administração federal das comunicações e da educação – 1963/1990*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. p. 25.

O contingente, no período enfocado, da Polícia Militar era de 11.357⁵⁵ policiais. O controle direto por parte do exército sobre esse contingente configura-se como uma questão estrategicamente militar e a reorganização das polícias estaduais como uma questão burocrática, ambas voltadas ainda à idéia da superioridade do *habitus* militar:

[...] o próprio movimento militar e civil também que em 1964, cujo objetivo era o desenvolvimento nacional e com segurança. Então significa que as Polícias Militares teriam prioridade em ser melhoradas [...]; essa era a intenção em elas (*as polícias militares estaduais*) serem comandadas por oficiais do exército. É claro que o próprio emprego dessa força muito importante em todo o país ficava facilitada, sendo as mesmas comandadas por oficiais do exército. Vamos lembrar que aquela era uma época de luta contra o comunismo, havia guerrilha urbana, mas principalmente rural e, diversas PMs inclusive a nossa como no vale da Ribeira foram empregadas nessa luta. Então, por esse motivo, o governo daquela época decidiu que os comandantes por algum tempo fossem egressos da força Armada Terrestre que era o Exército Nacional. Bem, então um dos motivos da criação foi exatamente esse desejo de aperfeiçoar, de melhorar, de desenvolver, de tomar mais operacional mais competente a corporação [...]; a missão era muito importante à época. É porque [...] eram dois aspectos: o primeiro é que esse oficial era o representante do exército e até do governo militar no seio da tropa policial, então não poderia cometer erros, nem ser mal sucedido no comando. E depois ele teria que ter é competência para melhorar a PM. Essa era uma das nossas missões que nós julgamos que cumprimos muito bem. Isso sem falsas modéstias, eu ousou dizer que as PMs devem muito ao exército. Durante esse período que foram 20 anos, a presença desses coronéis. Um dos aspectos que nós mudamos muito, e isso nos chocou bastante no início, o policial militar àquela época tinha muita consciência dos direitos que eles tinham. E, e muita pouca consciência dos deveres é completamente diverso a um oficial do exército. Nós somos educados a pensar primeiro nos deveres e não pensar nos direitos. É difícil um civil entender isso, mais é uma vida. Eu por exemplo, entrei com 15 anos no exército, eu fui formado nessa, linha e todos os meus colegas também. Então isso nós levávamos para as PM, e realmente melhorou muito, e inclusive a parte de ensino. A parte de ensino do exército é o que há de melhor na força e no país. [...] No exército é mais fácil comandar pela própria formação, e o emprego do Regulamento R-200, no exército é entendido e aceito por todos. Na PM o RDE existe, mas nem todos entendem e alguns até discutem sua eficácia em alguns pontos. [...] No exército, a gente recebe missão, cumpre, não discute⁵⁶.

⁵⁵ Conforme declaração do Coronel Frederico Ernesto Wirmond à Revista "Miliciano", jul/77 p. 12. O contingente previsto e aprovado no período para a PMPR era de 14.000.

⁵⁶ Entrevista 3B. Curitiba: 14 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (54 min.).

“Melhorar” as polícias e demais setores da vida pública, militarizar as polícias estaduais e levar para o interior do estado sua atuação, aumentando o contingente operacional e a eficácia associada à burocratização, são tarefas primordiais a cargo dos militares, os quais se vêem moralmente revestidos para tanto. E, do mesmo modo, transformar o policial militar em servidor da Pátria, que tal qual os seus pares no Exército, precisa desvestir-se da idéia de possuir “direitos” numa missão acima de tudo patriótica. Enfatizado na fala acima o momento em que acontece a interiorização da PMPR no período 1974-1977⁵⁷ em que o efetivo no interior do estado passa de 48% a 54% do total.

Sobre a crença dos militares no “melhoramento” das Polícias Estaduais a partir do controle da IGPM, vale enfatizar o seguinte pronunciamento:

[...] vislumbrei o quanto a Inspetoria poderia realizar para o engrandecimento do sistema policial [...]. Durante o ano em que fui IGPM segui a trilha deixada por meu antecessor, prossegui no cumprimento de programas estabelecidos, persisti na implantação da legislação básica das diferentes corporações e apresentei propostas ou sugestões, ao escalão superior, procurando o aprimoramento das polícias [...]; as diferentes PMs melhor comandadas equipadas e instruídas, cresceram na admiração do público que, cada vez mais, as admira e respeita. Espelham hoje nova imagem, mais de acordo com as necessidades modernas de segurança, fatos básicos do desenvolvimento⁵⁸.

Uma geração da oficialidade policial militar ficou impossibilitada de chegar ao comando da corporação que pertenciam, entre 1969 e 1985. Período em que cerca de seis coronéis do Exército, indicados pela 5ª R/M, aprovados pela IGPM e pelo Ministério do Exército comandaram a Polícia Militar. Sobre esse fato somente o General do Exército se pronunciou:

Olha, havia uma certa... um certo ressentimento... normal, não era o termo, não é... ressentimento... é frustração seria o termo melhor. Tanto é que eu entrei na Polícia Militar, fui designado exatamente para sanar esse... essa frustração que... é chegou até um estado de insubordinação por parte de alguns militares. Eu lembrei (a eles) que dentro em breve eles também iriam reassumir o comando, porque tava no fim o pedido dos governos militares⁵⁹.

⁵⁷ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Especial, nº 03, 21 jun. 1977.

⁵⁸ Despedida da chefia da IGPM do General Heitor Gomes de Almeida. POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Geral nº. 158, 24 ago. 1977. p. 15-16.

⁵⁹ Entrevista 3B, loc. cit.

Os oficiais da Polícia Militar entrevistados nesta pesquisa não falam sobre frustração e/ou ressentimento. A hierarquia e a disciplina militar não permitem a subordinados – somente ao general – contestar o ordenamento do período. A idéia do consenso e de subordinação prevalece frente às intrigas internas referentes à carreira e à distribuição de poder.

1.2.4 A idéia de modernização: a presença feminina

A partir de março de 1974⁶⁰ assume o comando da PMPR o Cel. César Tasso Saldanha Lemos, proveniente do Rio de Janeiro e ex-instrutor da AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras), permanecendo até o ano de 1976, quando é nomeado governador do Território Federal de Fernando de Noronha. O Cel. Tasso é descrito por oficiais da PMPR, na época a ele subordinados, como sendo: “uma pessoa que tinha uma vivência nacional”⁶¹; “ele era uma pessoa muito ligada ao mundo todo [...] era uma pessoa universalista”⁶²; “era um homem moderno pra época”⁶³. Ou ainda por seus pares:

Foi meu companheiro de escola militar, um pouco mais velho do que eu e assumiu o comando da Polícia Militar por volta do ano de 1980. Um homem muito competente como militar. Muito culto até. Em seus cursos sempre tirou os primeiros lugares por isso foi então escolhido para comandar a Polícia Militar do Paraná [...] eu queria também dizer de sua carreira no Exército e ressaltar que ele fez todos os cursos militares para oficial e foi instrutor na Academia Militar das Agulhas Negras, isso é uma honra também, é uma seleção só para os melhores; fez o curso da escola do Comando Maior, é o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais no Rio, e sempre estive entre os primeiros alunos da turma, foi também o chefe da missão de Instrução no Paraguai.⁶⁴

Esse perfil *moderno e universalista*, segundo a fala de alguns de seus subordinados e pares, é o motivo do mesmo ser apontado como o mentor intelectual da inclusão de mulheres na PMPR. Lembrando ainda que no mesmo período,

⁶⁰ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Geral, nº. 53, 19 mar. 1974.

⁶¹ Entrevista 4B. Curitiba: 28 set. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (48 min.).

⁶² Entrevista 2B. Curitiba: 11 out. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (53 min.).

⁶³ Entrevista 6B. Curitiba: 05 out. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (49 min.).

⁶⁴ Entrevista 3B, op. cit.

oficiais da PMPR realizam viagem de estudos às Polícias da Argentina, Uruguai e Chile⁶⁵. Neste último, visitaram aquartelamento das “Brigaderas” chilenas. Após participação feminina prestando auxílio voluntário às vítimas do terremoto de 1960 junto aos carabineros, foi criado o “Cuerpo Femenino de Carabineros de Chile”, e suas integrantes foram destinadas a cumprir missões específicas de “assistência e proteção aos menores em situação irregular”⁶⁶. As carabineras chilenas, nos anos 1970, passam a trabalhar na “Comisaría de Mujeres” e na “Comisaría de Menores”. Organizações respectivamente encarregadas por receber e tratar mulheres detidas por diferentes delitos e recolher da via pública menores abandonados ou delinqüentes, prestando ainda “socorro de anciãs extraviadas”⁶⁷.

As polícias estaduais acompanham a mudança de comando do executivo federal em 1974. Como parte da chamada distensão, discutida anteriormente, a IGPM coordena a reorganização das Polícias Militares Estaduais, a qual culmina, no Estado do Paraná, na elaboração da LOB (Lei de Organização Básica da PMPR)⁶⁸, baseada no Decreto Lei nº. 667/69, que detalha a “destinação, missões e subordinação”⁶⁹ da corporação militar. A LOB burocratiza a Polícia Militar tal qual a organização interna do exército: reorganiza-se a estrutura da corporação através das divisões e sub-divisões de três pilares básicos: órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução, detalhando funções específicas de cada setor dividido e subdividido (organograma 1).

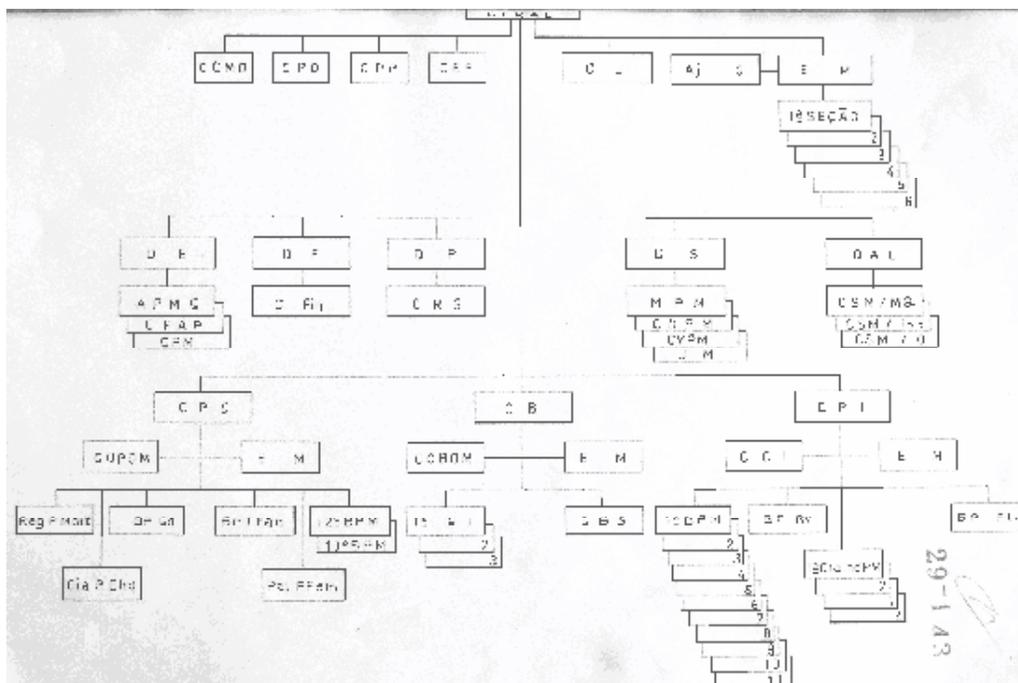
⁶⁵ As juntas militares que subiram ao poder em vários países da América Latina, oficializaram em 1975 a “Operação Condor” - Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Brasil - com vista a lutar contra o comunismo mundial e reprimir toda a sorte de opositores. A Operação Condor era destinada a recolher, trocar e armazenar informações secretas sobre esquerdistas, comunistas e marxistas. O mesmo plano previa ações conjuntas contra objetivos subversivos nos países membros.

⁶⁶ GRÉGIO, Placidino Antonio *et al.*. *Análise e emprego da Polícia Militar Feminina no policiamento ostensivo urbano de Curitiba*. 1983. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 1983.

⁶⁷ *Ibidem*. p. 7. Vide CONCHA, Gloria Baeza. Síntesis sobre delincuencia juvenil em Chile. *Boletín del Instituto Interamericano del niño*, Montevideo, Uruguay, v. 7, n. 218, p. 5-16, 1982.

⁶⁸ PARANÁ. Lei nº. 6774, de 8 janeiro de 1976, Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná. Elaborada pela 1ª Seção do Estado Maior.

⁶⁹ PMPR destina-se à manutenção da ordem pública na área do Estado do Paraná, tendo como principais competências: executar o policiamento ostensivo, fardado, preventivo e repressivo. A fim de assegurar o cumprimento da Lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos.



Organograma 1: Organograma da PMPR. LOB. 1975.
 Fonte: Arquivo da 1ª Seção/EM - PMPR (2007)
 Edição: Carolina Teles Moreira Passos

Com relação aos órgãos de Execução, a legislação apresenta e define os tipos de policiamento realizados pelas “Unidades de Polícia Militar” com base nas *missões* diversificadas que cabem legalmente à corporação: “Em razão dos diferentes objetivos da missão policial-militar, da diversidade de processos a serem empregados para o cumprimento dessa missão e em razão de características fisiográficas do Estado”⁷⁰. Ou seja, com base na defesa de que missões variadas ensejam diferenciados processos para seu cumprimento, esse artigo apresenta um novo *tipo* de policiamento: O Batalhão de Polícia Feminina⁷¹, tal qual as outras unidades⁷², se apresenta como um tipo específico de policiamento e uma missão específica.

A existência e a denominação das modalidades de policiamento presentes na legislação reestruturante, têm por base quatro eixos. Primeiro: o local em que se exerce o policiamento (trânsito urbano, portos, rodovias e espaços símbolos do

⁷⁰ PARANÁ. Lei nº. 6774, de 8 janeiro de 1976, Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná. Elaborada pela 1ª Seção do Estado Maior. Capítulo IV, seção I, art. 37.

⁷¹ Ibidem. Inciso XI do Art. 37 – atualmente acrescido do Art. 1º da Lei nº 7815, de 29 de Dezembro de 1983.

⁷² Ibidem. Batalhão de Polícia Portuária; Batalhão de Polícia de Trânsito; Batalhão de Polícia de Rádio Patrulha; Batalhão de Polícia de Guarda; Batalhão de Polícia de Choque; Batalhão de Polícia Ambiental; Batalhão de Polícia Rodoviária e Regimento de Polícia Montada.

poder estatal)⁷³. Em segundo, o meio de locomoção (automóveis, animais). Em terceiro, com relação ao tipo de crime, contravenção (contra o meio ambiente) e, por fim, com relação às características tanto do público quanto dos policiais, neste caso o “choque” e a “policia feminina”.

O local, o meio de transporte, o crime/contravenção, as características dos policiais e da população são os eixos que direcionam o “fazer” policial militar apresentado na legislação. Eixos que delineiam os tipos de policiamento e a criação das respectivas unidades baseiam-se em aspectos e considerações externas à instituição. No caso específico da unidade de “Choque” refere-se à idéia de intensidade⁷⁴ da força policial militar a ser aplicada, ainda voltada a aspectos externos, uma vez que essa intensidade, a aplicação desse tipo de policiamento, é pensada como resposta a algo exterior à caserna. Ou seja, de forma inédita na instituição policial militar é criado nessa legislação específica, o tipo de policiamento “policia feminina” definido por aspectos internos, vinculado a um “fazer” policial militar que se volta a um tipo de **policia**, diferentemente das denominações anteriores que se voltam a tipos de comportamentos/situações da **sociedade**.

Partir no sentido instituição-sociedade, mesmo que seja somente um item que se vincule a essa idéia com relação às demais, a linguagem da legislação permite visualizar o “fazer” policial sob outra perspectiva. Uma questão semântica que, mais do que a reorganização burocrática de setores, sub-setores e funções respectivas, delinea de forma tímida na LOB uma outra maneira de pensar a relação instituição militar e sociedade. Por outro lado, a inserção de novos sujeitos – mulheres – e a classificação “policia feminina” como tipo de policiamento, vinculam a criação dessa categoria a especificidade de suas características biológicas. O que será a tônica no decorrer de todo o processo da construção material e simbólica da “mulher policial militar”.

Ainda na LOB sobre esse novo sujeito, o Art. 72 dispõe: “a criação de organização policial-militar feminina será feita pelo Governador do Estado, ouvidos os órgãos federais competentes”.

⁷³ Ibidem. Inciso VI do Art. 37 – Policiamento de Guarda: “encarregado do policiamento ostensivo normal, visando a guarda e segurança de estabelecimentos públicos, em particular, a sede dos poderes públicos estaduais, a residência dos chefes desses poderes e a de personalidades nacionais e estrangeiras, presídios e outros estabelecimentos penais, bem como, apoio à fiscalização fazendária.”

⁷⁴ Intensidade vinculada ao aparato policial militar apresentado (tipo de armamento - calibre mais pesado, capacetes, coletes, cassetetes e escudos), mais adequado a um grupo preparado para o confronto direto.

O trânsito e o trabalho feminino no interior da caserna não eram novidades completas em 1977, pois a LOB, sancionada um ano antes, já previa a contratação de civis. O Colégio da PMPR contava desde seu início com mulheres trabalhando como professoras, secretárias, telefonistas, zeladoras etc., compartilhando esse espaço militarizado com homens militares. Nesse ambiente o número de militares e de civis se equivale, formando um espaço militar mais flexível em comparação ao quartel propriamente dito. Em contrapartida, os civis contratados pela PMPR para desempenho em funções no interior dos aquartelamentos são “militarizados” uma vez que se encontram frente a um *oceano* de fardas. Em sua grande maioria mulheres e com as funções de cozinheira, servente, recepcionista, auxiliar de escritório e telefonistas.

Por determinação do Comando Geral:

As funcionárias civis, contratadas pelo regime CLT, que prestam serviços nas dependências do QCG, devem usar a partir do próximo dia 18 de abril de 77, segunda feira, os respectivos uniformes na forma que se segue: 1. na primeira semana, o uniforme deve ser saia e blusa; 2. na segunda semana calça comprida e casaquinho. 3. os uniformes devem ser usados sucessivamente da mesma forma alternada das duas primeiras semanas; 4. é de competência dos senhores chefes das citadas funcionárias, a fiscalização e forma correta do uso dos uniformes, conforme esta determinação, até segunda ordem⁷⁵.

A presença feminina nos quartéis mesmo que homogeneizada e fiscalizada não possui nesse contexto – como civis – o simbolismo da farda e da função de “militar”. O espaço militar contém mulheres em trânsito, mas destituídas das representações inerentes ao militarismo.

Em discurso proferido, o Cel. César Tasso Saldanha Lemos afirma:

[...] a Polícia Feminina que trará para a corporação, certamente, uma valiosa mão de obra ainda não suficientemente explorada, que racionalizará e humanizará diversas atividades da Força; por outro lado, contratação de funcionários civis, pelo regime da CLT, em sua maciça maioria funcionários do sexo feminino, já mostrou, não só que não há incompatibilidade do trabalho da mulher dentro do Quartel, como também que certas tarefas passaram a ter melhor

⁷⁵ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Geral, nº. 071, 15 abr. 1977, p. 10 – 11. Nota para Boletim nº. 18/PM-5, 15 abr. 1977.

rendimento, além da liberação de vultoso contingente de policiais militares para a atividade-fim⁷⁶.

Incluídas na mesma LOB, mas concretizadas em temporalidades diferentes, a experiência do trabalho de mulheres civis no interior dos quartéis, apresenta-se como exemplo para a inclusão de mulheres militares a fim de realizarem as tarefas-meio e atividades mais “humanitárias” da atividade-fim, liberando os policiais militares – referidos no texto como sinônimo de homens – para atividades não tão humanizadas.

Reorganizar os aparatos repressivos⁷⁷ e controlar os próprios mecanismos repressores e seus ocupantes resulta na construção de legislações específicas às polícias militares dos estados e, no caso paranaense, essa legislação cria um novo “tipo” de policiamento com novos ocupantes no desempenho do exercício da violência legal. Lembrando, ainda, que a LOB abra um espaço legal para a possibilidade da existência de mulheres policiais, uma vez que cria o “tipo de policiamento”, deixando em aberto a existência concreta no interior da instituição, o que será levada à cabo com a formulação do Decreto Estadual nº. 3238, de 19 de abril de 1977, assinado pelo governador Jayme Canet Junior e pelo secretário de segurança pública General Alcindo Pereira Gonçalves: “Art. 1º – Fica criado o Pelotão de Polícia Feminina na forma do artigo 73 [sic] da Lei nº. 6774, de 08 jan 76.” Com essa frase, definida pelo poder da fala do campo⁷⁸ político hegemônico no período, institui-se um novo sujeito no interior da PMPR, o qual será repensado e redirecionado durante os últimos trinta anos.

Esse Decreto Lei cria, organiza o quadro efetivo, dispõe sobre os critérios de inclusão e incumbe o comandante Geral da PMPR da tarefa de dar materialidade a esse “Pelotão de Polícia Feminina”:

⁷⁶ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Geral, nº. 03, 21 jun. 1977. Discurso de despedida do Cel. César Tasso Saldanha Lemos na passagem do Comando Geral da PMPR ao Cel. Frederico Ernesto Wirmond.

⁷⁷ A partir do Governo Geisel. p. 53-55.

⁷⁸ “Espaço estruturado de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços” e tendo como estrutura “um estado de relação de forças entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta estratégias ulteriores”. BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89, 90. A fração dominante do campo político no Paraná encontra-se na junção entre o grupo que ocupa o executivo estadual e a Polícia Militar, ambos perpassados pelo controle e atuação do Exército Brasileiro, no caso da PMPR, através da IGPM – a Inspeção Geral das Polícias Militares do Comando da 5ª RM, lugar de onde partem as indicações para seu comando.

Art. 1º Parágrafo 1º - A vaga da Comandante do Pelotão de Polícia Feminina será deduzida do Quadro de Oficiais Policiais Militares e as das Praças da dotação de graduados prevista na Lei nº. 5.797, de 24 de junho de 1968.

Parágrafo 2º - O pessoal necessário ao Pelotão de Polícia Feminina será incluído na Corporação, mediante concurso de Admissão e Matrícula nos cursos de formação, segundo as dotações previstas, observados os critérios estabelecidos para a matrícula de pessoal masculino, com as adaptações à natureza do pessoal feminino.

Art. 2º - O Comandante-Geral da Polícia Militar baixará os atos necessários à implantação da Organização Policial Militar criada por este Decreto, consoante disponibilidade de instalações, de material e de pessoal.

Encaminhando o anteprojeto de Decreto o Ofício nº. 273/77 do Comando geral da PMPR⁷⁹ justifica perante o poder executivo estadual a necessidade e a missão/função das policiais militares a serem incluídas na Corporação:

3. O Pelotão de Polícia Feminina constituir-se-á no núcleo de uma Unidade Policial Militar Feminina, cujas atividades estarão voltadas ao policiamento ostensivo de costumes, de menores, de trânsito e nos casos de assistência supletiva à população, realizados, principalmente, nos terminais de transporte de massa, nos locais de diversões públicas e nas áreas de grande concentração de pessoas e veículos motorizados.

Esse parágrafo, contido no ofício citado, será base de direcionamento às normas e diretrizes que irão delimitar, classificar e localizar espacialmente o primeiro grupo de policiais femininas do Estado do Paraná. Delimitação imposta na função ligada a um tipo de policiamento que as aproxima da idéia de moral, de maternidade e auxílio-proteção, colocando-as em espaços de grande alcance visual, não somente da instituição sobre a sociedade, mas principalmente da sociedade sobre a instituição e em funções não militarizadas.

Ainda no mesmo ofício outro parágrafo acrescenta às funções já declaradas: “além das funções indicadas no parágrafo anterior, as policiais militares

⁷⁹ Datado de 07 de março de 1977, elaborado pela 1ª Seção do Estado Maior, responsável pela legislação referente à Polícia Militar, segundo a LOB 6.774 - “Art. 11. O Estado-Maior é o órgão de direção-geral, responsável perante o Comandante-Geral, pelo estudo, planejamento, coordenação, fiscalização e controle de todas as atividades da Polícia Militar, cabendo-lhe a elaboração de diretrizes e ordens do Comando-Geral no acionamento dos órgãos de direção setorial e de execução no cumprimento de suas missões. § 1º. O Estado-Maior é assim organizado: a) Chefe do Estado-Maior; b) Subchefe do Estado-Maior; c) Seções do Estado-Maior; - 1ª Seção (PM/1): assuntos relativos ao pessoal e à legislação; 2ª Seção (PM/2): assuntos relativos a informações; 3ª Seção (PM/3): assuntos relativos a operações, ensino e instrução; 4ª Seção (PM/4): assuntos relativos à logística e à estatística; 5ª Seção (PM/5): assuntos civis; 6ª Seção (PM/6): assuntos relativos ao planejamento administrativo e orçamentação.”

poderão ser empregadas com eficácia em **missões especiais de operação de informações**, como apoio às atividades normais de polícia militar⁸⁰. Oficialmente, até os nossos dias a Seção de Informações, ou 2ª Seção do Estado Maior, incumbem-se da fiscalização interna, investigando denúncias sobre a prática dos policiais militares. No período ditatorial, as polícias estaduais – civis e militares – serão aliados importantes no combate à repressão política. A função investigativa da caça aos subversivos, dos inimigos da “revolução” estará focado nas polícias militares na 2ª Seção – EM e sua reprodução se repete nas chamadas PM/2 ou P/2 existentes nas companhias e batalhões em todo o território.

O desenvolvimento da chamada “esquerda armada”⁸¹, que se organiza principalmente a partir de 1968, torna visível às forças de repressão – Forças Armadas e Polícias Estaduais – a “mulher” como agente da violência, devido à participação feminina expressiva nas guerrilhas urbanas e rurais. Para Lima⁸², o próprio “inimigo” ao referir-se às mulheres participantes da Guerrilha do Araguaia o fazem de “forma elogiosa e admirativa” uma vez que tratam-se de mulheres que demonstram capacidade para a violência sempre associada à virilidade necessária ao desempenho de funções militares. Segundo depoimentos constantes em Portela⁸³:

[...] Essa Dina aí, era a que atirava melhor que todos eles, bonita, e foi ela mesmo que quase matou nós todos” [Entrevista concedida pelo jagunço José Bezerra, o China];

⁸⁰ P/2 ou 2ª Seção – a polícia política do período no interior da Polícia Militar. Sem grifo no original.

⁸¹ Utilizando-se da classificação de Ruth Ribeiro de Lima: “a esquerda armada militarista abarca dois grupos: os guerrilheiros atuantes prioritariamente nas cidades e os atuantes na área rural. Dentre os primeiros, pode-se enumerar: Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (ALA), Ação Libertadora Nacional (ALN), Comandos de Libertação Nacional (Colina), Frente de Libertação Nacional (FLN), Frente de Libertação do Nordeste (FLNe), Movimento de Ação Revolucionário (MAR), Movimento Comunista Revolucionário (MCR), Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), Movimento de Libertação Popular (Molipo), Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), Marx, Mao, Marighella, Guevara (M3G), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Partido Operário Comunista (POC), Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), Resistência Armada Nacional (RAN), Resistência Democrática (Rede), Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente). Entre os que desenvolveram ações armadas no campo, destacam-se: Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) e Partido Comunista Revolucionário (PCR)”. LIMA, Ruth Ribeiro de. *Mulher Brasileira a Guerrilheira. Diálogos*, Maringá, v.4, n. 4, p. 203-217, 2000.

⁸² Ibidem.

⁸³ PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Global, [s. d.]. p. 26, 86, 196.

[...] e tinha também Cristina, uma muié muito forte e muito delicada...
 [...] Dina Monteiro, a mais famosa guerrilheira, ainda estava viva no segundo semestre de 1974. Foi chamada a um casebre de pessoas amigas, abriu a porta e recebeu chumbo grosso no corpo todo. Na região, Dina virou lenda: – Era a mais bonita das mulheres e a que atirava melhor, dizem por lá. Jogava tampinha de coca-cola para cima e acertava uma por uma [Depoimento de JMS, roceiro];

[...] Dina. É, essa deu muito trabalho. Tinha uma japonesa também que era bastante audaciosa. Teve uma morte muito violenta, ela recebeu mais de 100 tiros. Houve um encontro com o pessoal do Exército, houve muita troca de tiro e ela... Eu vi quando o corpo dela chegou... estava uma peneira, mas era uma peneira mesmo, coitada! [...] Ela (Dina) seria, talvez, o Osvaldão de saias. Era bastante audaz, uma líder nata e tinha boas noções de estratégia, de tática. Ela fustigava bastante o pessoal. O cálculo era de que havia umas 15 mulheres dentro do grupo guerrilheiro, e elas estavam numa situação exatamente igual à dos homens. Era como no tempo do cangaço, do Lampião. As mulheres, Dina e Maria Bonita, eram a mesma coisa, na guerra faziam tudo o que o homem fazia. [Entrevista concedida por um oficial do Exército que participou na guerra de guerrilhas do Araguaia e que pediu sigilo sobre sua identidade].

Em Dória⁸⁴:

O que eu soube é que esse capitão ou tenente teria procurado socorrer [sic] a moça ferida. A partir daquele momento ele ainda estava imbuído desses princípios. [sic] E quando ele se aproximou dela com a arma baixa – ela estava muito ferida – ela meteu a mão no cano da bota, e ele não tinha visto que ali tinha um revólver, e ela que estava muito ferida ainda acertou um tiro: foi esse que pegou o maxilar e saiu pelo outro lado do rosto. Então as pessoas que o acompanhavam metralharam a moça que já estava muito ferida.

Ou ainda em D’Araújo, Soares e Castro⁸⁵:

Eu conheço vários casos desses, geralmente de mulheres. Porque as mulheres são muito mais ferozes do que os homens. É a minha experiência. São muito mais cruéis e muito mais ferozes que os homens. Muitas delas, enquanto estavam no terrorismo, enquanto estavam agindo, tinham que ser postas de castigo pela própria chefia [sic] — pode perguntar a eles —, porque se excediam.

Para Ridenti⁸⁶, 84% dos processados integrantes das esquerdas eram homens, sendo que dentre os grupos armados urbanos a participação de mulheres aparece de forma mais significativa com o índice de 18,3%. O mesmo autor defende

⁸⁴ DÓRIA, Palmério et al. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 23.

⁸⁵ D’ARAÚJO et al. (orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 77.

⁸⁶ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: EdUnesp, 1993. p. 199.

que esse percentual não é desprezível: primeiro por tratar-se de um período em que as mulheres ocupavam posições inferiores, tanto na política quanto na sociedade brasileira no geral; em segundo pelo fato de que nas esquerdas armadas o percentual de participação feminina mostrou-se mais elevado que nas esquerdas tradicionais, índice que no PCB antes e pós 64 era cerca de 5%; e, em terceiro os dados são surpreendentes para o autor, pois se utilizando das representações do período acrescenta: “historicamente sempre foi mais difícil converter mulheres em soldados” e as organizações militaristas da ALN e VPR, respectivamente, apresentam a participação feminina com os percentuais de 15,4% e 24,1%. Ridenti declara que a “participação feminina nas esquerdas armadas era próxima do percentual de mulheres na composição da população economicamente ativa no Brasil em 1970”, em torno de 21%⁸⁷.

Diferentemente do texto que explicita funções e espaços – moral, criança, proteção e alta visibilidade – e que funcionará como um “discurso fundador” repetido nas normatizações subseqüentes, a justificativa para criação do tipo de policiamento Polícia Feminina relativa à utilização de mulheres no serviço de informações será suprimida da legislação e dos discursos declarados posteriormente.

Em seu fechamento, o Ofício nº. 273/77, abre-se ao contexto extra caserna, mesmo que se utilizando de exemplos de instituições militares: “é crescentemente importante a participação do pessoal feminino nas organizações policiais do mundo inteiro”. A exemplaridade de instituições policiais estrangeiras justifica e legitima a pretensa modernidade da PMPR.

Acompanhando todo esse processo existe ainda um ofício da IGPM⁸⁸, que em seu conteúdo permite a criação da Polícia Feminina na PMPR. Ele aprova a alteração no efetivo e cria um “espaço” à parte para locação desse primeiro grupo, o qual, como “Pelotão de Polícia Feminina”, responde diretamente ao Comando de Policiamento da Capital – CPC. Pelotão isolado como tipo de policiamento e pela não inserção/subordinação aos batalhões já existentes (Organograma 1).

A proposta para o efetivo inicial era: uma 2º tenente; quatro 2º Sargento e vinte e sete 3º Sargento, totalizando 32 (trinta e duas) vagas, frente a 11.357 policiais masculinos no Estado. Anterior a aprovação do Decreto foi encaminhado ao Secretário de Segurança Pública do Estado, General Alcindo Pereira Gonçalves, o

⁸⁷ Ibidem, p. 198.

⁸⁸ Ofício nº. 12 da IGPM, 31 Jan. 1977.

Ofício nº. 413/77 – PM/1, contendo “informações complementares” sobre o aquartelamento, a seleção, o curso de formação de oficiais e praças, o efetivo pensado e ainda sobre o fardamento. Presume-se que esse ofício mais detalhado tenha sido pedido por parte do executivo estadual durante o período intermediário entre o envio do Anteprojeto de Decreto e a aprovação do Decreto Estadual nº. 3238.

Com relação ao aquartelamento, no Ofício nº. 413/77 – PM/1 é pensado pela PMPR:

a. aquartelamento: 1) inicialmente o problema inexistente, o processo de recrutamento e seleção, cujo período é estimado em 3 (três) meses, somado ao do curso de formação, 9 (nove) meses, dá-nos cerca de 1 (um) ano para equacionar o problema. 2) As PM receberão treinamento em regime de internato, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) no aquartelamento do Guatupê.⁸⁹.

É perceptível que o documento foi elaborado respondendo aos questionamentos provenientes do Secretário de Segurança Pública. No trecho “equacionar os problemas” refere-se às instalações físicas a serem adaptadas às mulheres (alojamento e banheiros), uma vez que no item 2, do mesmo ofício, o curso de formação do primeiro grupo de policiais femininas é pensado por seu idealizador para ser realizado na Academia Policial Militar do Guatupê.

A preocupação inicial do General Alcindo Pereira Gonçalves, anterior à aprovação do Decreto de criação do 1º Pel PM Fem, é com a necessidade de transformações do ambiente físico da PMPR – no caso específico a Academia do Guatupê – local previsto pelo Comando Geral naquele momento, para a realização do curso de formação. O item 3 responde sobre o *problema* do aquartelamento posterior ao curso de formação: “3. Concluída a formação, o aquartelamento das PM estará pronto no Quartel do Comando-geral, anexo às instalações do BPTTran”. O Coronel César Tasso Saldanha Lemos idealiza o 1º Pel PM Fem integrado ao quartel sede do Comando-Geral e prevê ainda aquartelamento próprio a ser efetuado em 1982:

4. Somente quando o efetivo evoluir para Batalhão é que se programará um aquartelamento próprio e individualizado. Em

⁸⁹ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. 1ª Seção – EM. Ofício nº. 413/77, de 25 de março de 1977.

princípio a expansão dos efetivos Femininos terá a seguinte evolução: a) 1977 – 1 pelotão; b) 1978 – 2 pelotões; c) 1979 – 3 pelotões; d) 1982 – 1 Batalhão (equivalente a 3 Cias).

César Tasso Saldanha Lemos elabora um cronograma de implementação, prevendo a ampliação desse novo “tipo” de policiamento. A idéia de “Batalhão de Polícia Feminina” não se concretizará no Estado do Paraná até os dias de hoje. No momento da concretização da idéia de polícia feminina como tipo de policiamento, haverá um direcionamento diverso do idealizado pelo Cel. Tasso no início de 1977.

Como será a seleção, a escolha dessas “mulheres” e que mulheres serão estas? Esta preocupação transparece no ofício nº. 413/77 ao esclarecer:

b. seleção: 1) a seleção da PM far-se-á através de concurso de Admissão e Matrícula ao Curso de **Sargentos** da Polícia Feminina, constando de: a) exame de escolaridade; b) exame físico; c) exame de saúde, incluindo o eletro encefalograma; d) exame psicotécnico; e) **entrevista** com a **recrutadora**; f) investigação social⁹⁰.

Diferentemente do policial masculino⁹¹ a ser incluído na PMPR, existe nessa idealização uma questão principal: a existência da “entrevista com a recrutadora”. Mecanismo defendido, ao mesmo tempo, como uma necessidade para o recrutamento de mulheres e como seu principal problema:

[...] a dificuldade na seleção, nós tínhamos. Tivemos que montar para esse aumento de efetivo, uma equipe bastante competente e diversificada porque tínhamos que ver nas candidatas, a vocação real de cada uma, o porte, quer dizer, o físico, se era forte, se tinha, competência para desempenhar determinadas funções, e até a sua atitude digamos de realmente... de ser uma mulher verdadeira, porque houve na primeira fase, infelizmente, alguns casos até de lesbianismo. E algumas candidatas eram muito fortes, muito corajosas etc., mas não eram verdadeiramente mulheres... [risos]⁹².

Não ser apenas biologicamente classificadas como mulheres, mas, sobretudo, parecerem com o ideal de mulher da instituição. O mecanismo da entrevista para admissão é exclusivo às mulheres como meio de observar e

⁹⁰ Sem grifo no original.

⁹¹ Cf. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral nº. 219, 24 nov. 1977. p. 06-15. “Instruções para o concurso de admissão e matrícula no curso de formação de sargentos BM e PM” Concurso de inclusão de sargentos masculinos realizados no mesmo período que o primeiro concurso para Policiais Femininas.

⁹²Entrevista 3B, op. cit.

questionar de perto o enquadramento de mulheres ao ideal de feminilidade da instituição, causando dificuldades, uma vez que se apresenta como uma abordagem realizada pessoa a pessoa. Portanto, não bastava serem classificadas biologicamente como mulheres, era preciso que retratassem o ideal de mulher da instituição naquele momento. As demais etapas para seleção e admissão de mulheres policiais são, nesse momento, iguais à seleção de policiais masculinos em número, mas não em grau, uma vez que ao concretizarem a seleção de mulheres, o exame físico e o exame intelectual terão especificidades concernentes “a natureza do pessoal feminino” (como apregoa o Decreto nº. 3238), exigindo de mulheres para adentrarem na PMPR menos *força* e mais *escolaridade*⁹³.

Com relação ao perfil feminino pensado pela PMPR para incluir em seus quadros, o ofício nº. 413/77 responde:

Poderão habilitar-se ao concurso de Admissão: pessoas maiores de 18 anos, do sexo feminino, solteiras, viúvas ou desquitadas, desde que não sejam arrimo de família, com no mínimo 1,65 de altura, e no máximo 28 anos de idade, com boa postura e proporcionalidade entre peso e altura.

Jovem, porte físico condizente com a héxis militar e a não responsabilidade familiar. Ao selecionarem praças policiais militares masculinos, ser solteiro não é uma exigência constante, pois se apresenta somente em alguns editais. Para ingresso como oficial na PMPR, essa exigência permanece constante até 1979, mesmo ano em que ocorre o ingresso de mulheres na Academia Policial Militar do Guatupê, como “alunas oficiais”.

Outro problema esclarecido nesse ofício discorre sobre o futuro comando do 1º Pelotão de Polícia Feminina, proposto no anteprojeto de Decreto para ser realizado por uma comandante. Diferentemente, o texto revela outra solução:

1) Oficiais: a formação de **uma** oficial é antieconômico. Quando o volume de oficiais requerido for compensado a oficial será formada na Academia Policial Militar do Guatupê, em co-instrução com as turmas masculinas. Até chegar-se a esse ponto, oficiais especialmente selecionados comandarão as frações de tropa da Polícia Feminina.

⁹³ Assunto discutido no capítulo II, o qual aborda como será a concretização daquilo que é idealizado pela legislação fundadora.

Prevendo-se dessa forma o comando do 1º Pelotão nas mãos de oficiais masculinos, até o momento que mulheres fossem formadas na oficialidade, idéia que já fazia parte do programa de implementação idealizado pelo Coronel César Tasso Saldanha Lemos.

Com relação ao curso de formação de praças policiais militares femininos que iriam compor o 1º Pel PM Fem o texto dispõe: “dar-se-á conforme programação, será equivalente ao masculino, com adaptações relativas à natureza feminina”, reafirmando dessa forma o documento do anteprojeto de decreto. Ao mesmo tempo, ameniza a preocupação com o problema de como formar essas mulheres, ao buscar “a experiência já acumulada pelo Batalhão de Polícia Feminina da PMSP, cujo comandante já se manifestou favoravelmente à cessão de oficiais e sargentos femininas para ministrar instrução no nosso Estado, sem quaisquer ônus além dos de alimentação e alojamento”. Nesse trecho, aproximando-se da experiência da PMSP, é explicitada a exigência do “2º grau do Curso Secundário” – atual ensino médio – e a sugestão de fardamento da policial militar “basicamente utilizado na PMSP, nas cores da PMPR, constante de túnica, saia, boné de feltro, camisa, gravata, sapato e bolsa-a-tiracolo”.

Finalizando o ofício, o comandante geral declara que no decorrer do processo de implementação serão criados “dispositivos regulamentadores da legislação da PMPR para serem especialmente aplicáveis às policiais-militares, principalmente os relativos ao regime disciplinar”, uma vez que mulheres possuem uma *natureza* diferenciada, exigindo, portanto, um regime disciplinar diferenciado.

A preocupação inicial no decorrer do processo da criação legal do 1º Pelotão de Polícia Feminina explicitada nos esclarecimentos prestados no Ofício nº. 413/77 baseia-se nos seguintes questionamentos: como será a distribuição dos corpos feminino e masculino no interior da caserna; como a estrutura física da caserna será adaptada frente à presença do corpo feminino aquartelado, tanto no período de formação/transformação do corpo feminino civil em corpo feminino militar quanto no período pós-formação; qual será o local adequado à realização do curso de formação; qual a amplitude que se pretende dar forma futuramente com a implantação desse tipo de policiamento (pelotão, companhia e Batalhão); como será efetuada a seleção do 1º grupo, uma vez que *mulheres* são pensadas ontologicamente como diferentes do masculino; quais serão os critérios que *mulheres* terão que atender para poderem inscrever-se nos exames de seleção para

realização desse tipo de policiamento; como será resolvido o problema referente ao comando do pelotão feminino; como o CFAP – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças –, formará/transformará mulheres em policiais militares, uma vez que isso é inédito no Estado do Paraná; que tipo de vestuário ou fardamento será adequado para mulheres policiais militares e quais as normatizações específicas ao corpo feminino na caserna, uma vez que se configura como o inédito e o diferente frente ao corpo militar por definição viril.

Vinte e cinco dias após a elaboração do ofício que responde a esses questionamentos e direciona as normatizações referentes à concretude desse processo é aprovado o Decreto nº. 3238.

A LOB, o anteprojeto de decreto, os ofícios que acompanham o Decreto Lei aprovado, constroem através de seu discurso a categoria “mulher policial militar” no interior de uma instituição viril como algo externo à caserna e externo à função fim da polícia militar propriamente militarizada.

Sobre essa configuração de poderes que constroem categorias e seus significados é necessário analisar, ainda, as vozes discordantes do período que se contrapõem aos poderes vigentes e ao padrão cultural estabelecido.

1.3 FEMINISMO X MILITARISMO: DUAS FACES DE MOEDAS DIFERENTES

Culturalmente, os anos 1970 irão desembocar na visibilidade do sujeito feminino devido, entre outros aspectos, ao desenvolvimento do movimento feminista no Brasil, o que de maneira indireta provoca pressões por mudanças culturais também em setores considerados como conservadores.

O movimento feminista brasileiro se organiza no decorrer da década de 1970, assumindo em fins desse período a denominação de “feminista”⁹⁴ ao que até então era chamado de movimento de mulheres. Historicamente o campo do feminismo desdobra-se em um feminismo dito acadêmico e um feminismo político, mesmo que com níveis de imbricamento diferenciados, conforme o lugar e o período histórico, pela temática da construção e/ou desconstrução da categoria mulher.

⁹⁴ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

Denomina-se o período pós-74 como a “pré-estréia” dos anos 80⁹⁵. A efervescência política e cultural parece entrar em ebulição após o início da distensão do período Ernesto Geisel (1974-1979) e da *abertura* do período de João Baptista Figueiredo (1979-1985). Vozes que foram caladas pelo regime e principalmente vozes que até então eram silêncio buscam espaços para se fazer ouvir.

No século XIX e no decorrer do século XX, especialmente o caso brasileiro nos anos 70, as discussões que levaram em conta diferenças entre masculino e feminino apresentaram-se desafiadoras em duas frentes: contestando “ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público – portanto, dos direitos como cidadã – e também as propostas revolucionárias, que viam na luta das mulheres um desvio da pugna do proletariado por sua libertação”⁹⁶. A referência se deve ao contexto do século XIX, mas que pode ser estendido ao século XX, principalmente no que tange a relação tensa e íntima entre feministas, grupos de esquerda e, feministas de esquerda – homens ou mulheres.

Acredita-se ser o percorrer dos anos 1970 no Brasil o momento de surgimento do Feminismo propriamente dito, devido à existência e desenvolvimento de grupos que colocam em pauta, não somente as questões políticas e/ou as questões relacionadas à desigualdade de classe, mas questionamentos referentes à condição específica de opressão ao sexo/gênero, mesmo que perpassada pelas duas anteriores.

Segundo Pinto⁹⁷, findo o *American way of life*, em que a mulher “era apresentada como a rainha do lar que comandava com competência e felicidade toda a nova parafernália de eletrodomésticos que o boom econômico do pós-guerra possibilitava”, o rescaldo dos anos 60 permeados pela Guerra do Vietnã, Guerra da Coreia e pela luta dos direitos civis dos negros nos EUA, colocaram em xeque a fragilidade dessa imagem feminina. O desencanto já existente nos anos 60 torna-se

⁹⁵ BAHIANA, Ana Maria. *Almanaque anos 70: lembranças e curiosidades de uma década muito doida*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 7.

⁹⁶ PINTO, op. cit., p. 9. A autora refere-se ao contexto existente entre fins do século XIX e início do século XX no Brasil, descrevendo esse movimento como tendo duas tendências principais, as quais seriam: um feminismo bem-comportado buscando a cidadania pensada como direito de votar e ser votada; e um feminismo mal-comportado que questionava a própria condição feminina.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 41.

mais visível na Europa dos anos 70, tanto com relação ao capitalismo quanto ao sonho socialista europeu⁹⁸.

O movimento feminista europeu e norte-americano organiza-se com um enfoque propriamente feminista, uma vez que se mostra preocupado com a condição feminina. No caso brasileiro, mesmo que influenciado pelo contexto e direcionamento do feminismo internacional, foi marcado nos anos 70 “pela contestação à ordem política instituída no país desde o golpe militar de 1964”⁹⁹.

A peculiaridade do feminismo brasileiro se dá pelo paradoxo entre uma perspectiva autonomista, voltado às questões especificamente femininas e à luta contra a ditadura militar, uma vez que para integrantes dessa luta vinculadas aos grupos de esquerda a preocupação autonomista é considerada como “um desvio pequeno-burguês”¹⁰⁰.

Tendo como foco aglutinador a ditadura militar, esse movimento reúne feministas preocupadas com questões específicas da construção do gênero; marxistas preocupadas com a desigualdade social; feministas marxistas que buscavam articular à base econômica questões referentes à subjetividade; e grupos populares organizados por pastorais católicas que buscam melhoria na qualidade de vida. A composição do *Brasil Mulher* exemplifica o debate da segunda metade dos anos 1970 entre mulheres feministas e mulheres militantes de esquerda¹⁰¹. Em resumo, enfatiza-se a dupla face apresentada ao feminismo brasileiro nas questões relativas ao seu sujeito: a existência de uma luta específica a fim de transformar as relações de gênero e por outro lado a desigualdade social que permeia as lutas específicas.

⁹⁸ Cardoso refere-se a esse contexto para historicizar as novas discussões historiográficas do período. CARDOSO, Ciro F. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

⁹⁹ SARTI, Cyntia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.12, n. 2, p. 35-50, 2004. Pedro afirma que “para existir, o movimento feminista precisou contar no início com o apoio da Igreja Católica. Esta forneceu um lugar abrigado para discussões e articulações; por outro lado, limitou muito essa atuação. A prudência para “não assustar a Igreja” foi uma posição utilizada pelo renascente movimento feminista brasileiro, àquela época, o qual precisava contar com todos os aliados possíveis em vista da situação em que se encontrava o País”. PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br> >. Acesso em: 10 fev. 2006.

¹⁰⁰ PINTO, op. cit., p. 45.

¹⁰¹ O 1º Jornal feminista brasileiro surge em 1975, em Londrina - no Paraná - e publicado até os anos 1980. CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós 1974. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, p. 37-55, set/dez. 2004.

O Movimento Feminista europeu que ganhava forma na Europa nos anos 1960, segundo Matos¹⁰², influenciou o comportamento da mulher brasileira, mas o caráter propriamente feminista do movimento se inicia no final dos 70 e começo dos 80¹⁰³. Ridenti considera que a participação feminina nas lutas políticas no final da década de 60 questionando “a ordem estabelecida em todos os níveis, ainda que suas reivindicações não tivessem um caráter feminista”¹⁰⁴ influenciou sobremaneira o feminismo que ganharia corpo nos anos 70 e 80. A guerrilha e outras formas de resistência e luta irão forjar mulheres como sujeitos políticos¹⁰⁵.

Segundo Marson, ocorre a desestabilização ou deslocamento entre fronteiras simbólicas masculino/feminino quando:

[...] os papéis socialmente construídos para o homem e para a mulher em uma determinada sociedade se modificam e chegam a se confundir, tornando os limites entre o tipicamente masculino e o tipicamente feminino quase imperceptíveis. [...] O movimento feminista colocou em questão a ordem social-patriarcal vigente e buscou a igualdade das mulheres frente aos homens, ele acabou por questionar também as noções de masculinidade e feminilidade. Seria o homem, como até então se achava superior a mulher, mais inteligente, mais racional, mais prático? Seria a mulher só beleza, maternidade, submissão, docilidade e afeto? Tudo isso a partir das primeiras reivindicações feministas no início do século e posteriormente com o ‘movimento feminista organizado’ nos anos 70, passou a ser questionado, e a mulher (em especial a feminista) não mais se enquadrou nesta antiga imagem de feminilidade, passando a procurar então uma nova identidade para si¹⁰⁶.

Sobre a “guerra” propriamente dita Luc Capdevila, em entrevista à Joana Maria Pedro, afirma:

[...] a guerra é um dos espaços da transformação da identidade masculina. Pudemos ver como os homens, que no início eram heróis, transformaram-se em vítimas. A Primeira Guerra Mundial é justamente o espaço onde essas coisas aconteceram, onde a guerra não é mais um lugar de excelência do masculino, mas torna-se, ao contrário, um lugar de destruição do masculino e um lugar que

¹⁰² MATOS, Maria Ezilda da Silva. *Por uma história da mulher*. São Paulo: Edusc, 2000. p. 20

¹⁰³ RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira. *Tempo Social: Revista de Sociologia*, São Paulo, v. 2, n. 2, 1990, p. 114.

¹⁰⁴ Idem. *O fantasma da revolução brasileira...* op. cit., p. 198.

¹⁰⁵ PEDRO, Joana Maria. As guerras na transformação das relações de gênero: entrevista com Luc Capdevila. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, jan/abr 2005. p. 98.

¹⁰⁶ MARSON, Melina Izar. Da Feminista "Macha" aos Homens Sensíveis. *Cadernos AEL*, n. 3/4, 1995/1996. p. 71. Vide ainda: BADINTER, Elisabeth. *XY de la identidad masculina*. Colômbia: [s.n.], 1994; SHOWALTER, Elaine. *Anarquia sexual: sexo e cultura no fim de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

traumatiza os homens e transforma, em consequência, sua identidade. Fica muito claro como a guerra transformou as relações com a violência¹⁰⁷.

O movimento Feminista também é colocado como um dos principais responsáveis pelas alterações nos papéis sexuais e respectivos desconfortos por parte de grupos defensores de sua conservação. A industrialização pesada promovida pela Ditadura Militar e, conjuntamente, a repressão política desembocam no avanço tecnológico e nas minorias organizadas, “explode a ‘revolução sexual’, e ocorre um grande desenvolvimento dos meios de comunicação de massa”¹⁰⁸, triplica a participação feminina no mundo do trabalho e aumenta o nível médio de instrução das mulheres, que já era superior ao dos homens¹⁰⁹.

Relativizando esse processo, é interessante lembrar a menção de Dreifus¹¹⁰ sobre a mobilização das classes médias focada na utilização das representações do feminino ligado à moral, costumes, civismo, família, religião e pátria. Ação de grupos femininos¹¹¹ os quais contrariamente as *guerrilheiras e/ou comunistas* reforçam o estereótipo. Para Dreifus a “Marcha da Família com Deus pela Propriedade” foi o auge das associações femininas conservadoras: “é a mulher-dona-de-casa brasileira que anuncia à nação com grande estardalhaço, sua disposição de deixar a proteção do lar e se lançar às ruas e praças públicas”¹¹².

Por um lado, fronteiras simbólicas alteradas, desestabilizadas e, por outro, fronteiras reforçadas em luta pela determinação da identidade feminina. Uma outra mulher presente no mundo do trabalho; presente nas lutas políticas de forma inusitada, delineando junto a si a idéia de força e uma *mesma* mulher defendendo os costumes, moral, pátria e todos os valores dos quais é considerada guardiã em essência.

¹⁰⁷ PEDRO, As guerras na transformação das relações de gênero... op. cit., p. 98.

¹⁰⁸ MARSON, op. cit., p. 77.

¹⁰⁹ “Entre 1960-1990, o número de mulheres economicamente ativas mais que triplicou, aumentando de 18 para 57 milhões”, sendo que aumenta também a presença feminina nas ocupações precárias. DELGADO, Dídice; CAPPELLIN, Paola; SOARES, Vera. *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 111.

¹¹⁰ DREIFUS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação, política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 291-99.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 246-297. A CAMDE, “Campanha da mulher pela democracia”, fundada em 1962, desenvolvia a chamada Campanha de Esclarecimento: reuniões, panfletagem e coleta de assinaturas, cartas a deputados, *esclarecendo* sobre a urgência de afastar o país do comunismo.

¹¹² SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 26-27.

A visibilidade forçada pelos diversos grupos de mulheres vai ao encontro da legitimidade a partir de 1975, com a definição pela ONU do ano Internacional da Mulher e primeiro ano da década da mulher¹¹³. Conquista-se espaço para o considerado feminino enquanto sujeito político, mesmo que, no caso brasileiro de forma efêmera, unido em torno do embate democracia X ditadura.

A partir dessa visibilidade perdem espaço o discurso e as representações de inferioridade relacionadas à mulher/mulheres e também outras minorias, mesmo que de forma acentuada no aspecto simbólico e menos em aspecto material. Sobrepõe-se um outro discurso, uma outra fala, de muitas vozes, entonações e lugares, em que mulher/mulheres passa a ser a tônica de ligação entre igualdade e modernidade.

Ironicamente, o contexto de inclusão de mulheres, simbólica e materialmente, na PMPR vincula-se de forma simultânea e paradoxal à Ditadura Militar e ao Movimento Feminista uma vez que se apresentam como dois lados de moedas diferentes: a conservação e a transformação. A primeira, por permitir no interior da Polícia Militar a concentração de poder e autonomia a seus comandantes gerais, oficiais superiores do Exército Brasileiro, os quais formulam modificações e reivindicações propiciados pelo encurtamento da burocracia: decisões e reivindicações iriam diretamente à IGPM (Inspetoria Geral das Polícias Militares) e, uma vez vencida essa etapa, o Comandante Geral possuía autonomia relativa para materializar suas idéias, pois nem a Assembléia Legislativa, nem o Executivo Estadual se oporiam a algo já liberado pelas instâncias nesse momento superiores. Mesmo que houvesse a necessidade do processo legal passar pelo poder executivo. Ainda com relação ao regime político do período, cabe ressaltar a procedência e a formação dos coronéis do exército comissionados para exercerem a função de comandante geral da Polícia Militar, uma vez que ensejado o golpe em 64, a 5ª Região Militar mantém laços mais estreitos com o I e II Exército, respectivamente Rio de Janeiro e São Paulo. Um olhar *universalista* e *moderno* trazido por elementos estranhos à instituição, e que serão vistos pelos “não-estranhos” sob um olhar de inferioridade cosmopolita.

O Movimento Feminista, por sua vez, influencia de forma indireta nesse processo, ao construir a visibilidade de um novo feminino, o que acarreta em

¹¹³ PINTO, op. cit., p. 56.

transformações culturais abrindo espaços nos interstícios do próprio pensamento conservador, o qual busca e pretende ser visto como moderno.

Entretanto, não se pode deixar de lado uma outra visibilidade a descoberto: o empobrecimento da população e o aumento da criminalidade, decorrentes da urbanização e modernização do Estado do Paraná, analisados anteriormente. *Mulheres, crianças e idosos*¹¹⁴ tornam-se sujeitos visíveis e “dizíveis” na urbanizada Curitiba com a denominação de carente e/ou delinqüentes¹¹⁵, junto a seu principal contraponto: a mulher policial, uma vez que é criada pelo discurso da legislação como protetora dessa tríade.

Essa mulher-policial construída em contraponto será definida, normatizada, descrita e classificada pela e na instituição da Polícia Militar do Estado do Paraná, a partir da legislação pertinente, do processo de recrutamento e seleção e, principalmente, durante o curso de formação de sargentos. A lógica da diferença permeia a construção do corpo feminino policial pensado duplamente através de uma imagem ideal interna e externa, e em contraste com as mulheres de carne e osso que materialmente ocupariam a caserna. Estas questões estão postas e analisadas no capítulo seguinte, sob o enfoque da construção material e simbólica da mulher policial no Paraná nos anos 1970.

¹¹⁴ Repetição dessa tríade presente na legislação e nas diretrizes ao justificar a presença de mulheres na polícia militar.

¹¹⁵ BRETAS, op. cit. Descreve a delinqüência não como um crime específico, mas como um estilo de vida, uma maneira de portar-se que destoa da estabelecida ordem social.

II. A CONSTRUÇÃO MATERIAL E SIMBÓLICA DA MULHER POLICIAL NO PARANÁ

“[...] em 74, toda mulher será um pouco Liza Minelli e um pouco Marlene Dietrich.”
MANCHETE, *Dezembro, 1973.*

Pensar uma categoria material e simbolicamente construída implica, antes de tudo, considerar o modo como é composta a realidade social – suas estruturas constituintes. De um lado, uma estrutura objetiva externa e anterior aos sujeitos, a partir de onde se dá a concretude da vida social dos próprios sujeitos que são, por essa estrutura, coagidos e orientados, sujeitos compostos. De outro, uma estrutura subjetiva interiorizada nos agentes que compõem os esquemas de percepção, através dos quais os sujeitos interpretam e classificam a realidade social e a si próprios. Estas assertivas traduzem o pensamento sociológico de Pierre Bourdieu, com o intuito de superar a dicotomia subjetivismo x objetivismo.

O mundo social é também objeto de percepção a partir de pontos de vista relacionados à posição que os agentes ocupam no espaço social:

[...] pode-se representar o mundo social sob a forma de um espaço (com várias dimensões) construído sobre as bases de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que agem no universo social considerado. [...] Os agentes sociais são assim definidos por suas posições relativas neste espaço¹.

¹ Espaço social pensado “como um espaço multidimensional de posições tal que toda posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas, cujos valores correspondem aos valores de diferentes variáveis pertinentes”. BOURDIEU apud BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Vozes: Petrópolis, 2003. p. 52-53. A abordagem de Bourdieu permite romper com a visão piramidal da sociedade uma vez define classe social não de forma isolada, mas em relação com as outras classes.

É estabelecida uma relação circular entre o objeto e sua percepção, uma vez que esta última se estrutura sobre a realidade objetiva interiorizada e, na arena das representações transforma as estruturas objetivas.

A concretude de uma existência e as disputas pela sua significação fazem parte do que se entende, nesta pesquisa, como corpo material e corpo simbólico. Tanto a existência da mulher policial militar criada a partir das iniciativas do poder político oficial quanto sua significação são estabelecidas a partir da LOB – PMPR nº. 6774 (1975) e do Decreto nº. 3238 (1977), que se apresentam como discursos da autoridade. O discurso oficial, segundo Bourdieu, é um discurso quase divino quando “afirma o que uma coisa é, e o que ela é universalmente”², e quando normatiza, “através, das diretrizes, ordens e prescrições”³, o que o grupo ou pessoa precisa fazer para ser considerada como tal.

O campo político torna visível e dizível os grupos, as pessoas e as categorias, sob as quais se dá sua sustentação, na medida em que estes compõem o foco da ação programática do próprio campo. Mesmo que o Estado se apresente como grande detentor de capital simbólico, sua ação não se apresenta como irreversível e impenetrável, pois nos interstícios desse poder simbólico “os objetos do mundo social [...] podem ser percebidos e expressos de diferentes maneiras, porque sempre comportam essa parcela de indeterminação e fluidez [...] certo grau de elasticidade semântica”⁴. Essa *fluidez* e *elasticidade* do significado das palavras e dos enunciados, segundo as visões-percepções elaboradas a partir de uma posição no espaço social, é que permite a disputa, a luta simbólica que implica no embate pelas representações.

Mesmo que, em um primeiro momento, o poder político, na segunda metade dos anos 1970 no Paraná, apresente-se com a autoridade oficial de fazer existir e dizer o que é a mulher policial militar, o movimento feminista heterodoxicamente adentra esse campo trazendo à arena de discussão a politização do cotidiano, dando visibilidade às “questões até então consideradas próprias do espaço privado e também lançando os sujeitos dessas reivindicações à esfera pública”⁵.

² BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 164.

³ *Ibidem*, p. 164.

⁴ *Ibidem*, p. 161.

⁵ MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil nos anos 70 e 80. *Cadernos AEL*, n. 3-4, p. 46, 1995/1996.

Este capítulo discute as representações e práticas legalmente instituídas para a construção da mulher policial militar, analisando a justificativa e a idealização dessa presença na caserna, os espaços legais criados para sua existência, as normatizações que irão incidir sobre o corpo feminino a fim de transformá-lo num corpo militar feminino, ao mesmo tempo em que delimita e delinea espaços e funções de atuação. Aborda, ainda, o perfil e a idealização de mulheres aprovadas pela corporação policial militar e consideradas aptas para participarem do 1º CFS Fem – Curso de Formação de Sargentos Femininos da PMPR.

Dentro da organização Policial Militar, no período, havia duas maneiras concomitantes de classificação das Praças em relação à função⁶: o QPMG e o QPME, respectivamente, “Quadro Policial Militar Geral” e “Quadro Policial Militar Especialista”. O QPMG era dividido em duas classificações: “1” para Policial Militar e “2” para Bombeiro Militar. Com relação ao QPME, havia diversas especialidades: músicos, operador de comunicação, combatente, estofador etc. O praça policial militar alocado na função fim da Polícia Militar apresentava-se com o QPM 1-0⁷.

A estes QPMs foi acrescentado o “3”: Policial Militar Feminino. A inclusão de mulheres na PMPR se dá pautada na idéia de separação/diferenciação: como um “tipo” de policiamento e com a nomenclatura de “Polícia Feminina” (Pelotão de Polícia Militar Feminina, 1ª Cia. de Polícia Militar Feminina, Batalhão de Polícia Militar Feminina, etc.). Estabelece-se dessa forma a idéia de fronteira entre corpos, “funções” do masculino e do feminino, no decorrer do processo inicial.

Logo após o término do período de formação, o 1º CFS Fem, surge a idéia de constituir um quadro funcional específico às policiais. É criado o QPME “12” para designação das policiais militares. QPMG correspondia ao sexo feminino e QPME ao trabalho específico a ser realizado pelas futuras policiais, como tipo de policiamento. A especialidade 12 vincula-se à natureza feminina do “ser para o outro”. O quadro criado para alocar mulheres legalmente no interior da corporação policial militar (3-12), e o principal quadro existente anteriormente (1-0), relacionam sexo à função: feminino, vinculado à natureza do ser para o outro, e masculino, vinculado à natureza viril, ao combate, à operacionalidade.

⁶ Diferentemente da Graduação hierárquica das praças, a qual colocada de maneira ascendente corresponde a: soldado; cabo; 3º sargento; 2º sargento; 1º sargento e sub-tenente.

⁷ Policial militar “masculino”, que até então não precisa ser explicitado, alocado na função fim da PMPR – operacional.

Até o ano de 1992, quando se extingue a 1ª Cia de Polícia Feminina, e o ano de 2000⁸, quando se extingue o QPM 3-12, o discurso da naturalização será adotado pela polícia militar como base à existência de mulheres na instituição. Essa representação biologizada que enseja os discursos de construção do masculino e do feminino não é originária da PMPR, mas, como tal, adota classificações arbitrárias e hierárquicas do mundo social, tomando-as como evidentes, ordenadas, naturais. Segundo Bourdieu⁹, as aparências biológicas e os efeitos bem reais produzidos nos corpos e nas mentes, pelo longo trabalho coletivo de socialização do biológico e da biologização do social, conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada.

2.1. DE GRAU EM GRAU: A NORMATIZAÇÃO DA MULHER POLICIAL MILITAR

Dentro da estrutura histórica da ordem masculina é que se constrói a eternização daquilo que é arbitrário retirando dessa forma a historicidade, a temporalidade dos processos sociais e impondo a naturalização e a evidência das classificações hierárquicas que estabelecem as fronteiras entre masculino e feminino. O eterno feminino e o eterno masculino se constroem e reconstroem de forma incessante através de mecanismos diversos, proclamando transformações na estrutura sexuada e mascarando permanências e continuidades, tal qual a idéia do essencialismo.

Pensamento baseado na essência, ou seja, na “natureza” feminina/masculina, que neste caso, apregoando transformações, contraditoriamente, utiliza-se de representações conservadoras mesmo que objetivamente rupturas ou deslocamentos da fronteira simbólica entre os sexos estejam em processo. Elias¹⁰ afirma que o deslocamento de poder de forma desfavorável ao grupo de estabelecidos pode gerar a estratégia da negação, o que denomina de “escudo imaginário”. Nesse caso, desencadeando o esforço de

⁸ PARANÁ. Lei Estadual nº 12.975, de 17 de novembro de 2000. “Art. 1º Ficam extintos o Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininas (QOPM Fem), a Qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de Praças Policiais Militares Femininas (Praças PM Fem)”.

⁹ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 9.

¹⁰ ELIAS, Norbert; SCOTSON John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 44-45. Stephen Mennel na nota introdutória desta obra afirma que a teoria sociológica de Norbert Elias possibilita o entendimento dos diversos eixos da desigualdade humana “classes; grupos étnicos; colonizadores e colonizados; homens e mulheres; pais e filhos; homossexuais e heterossexuais etc”.

reforçar o estereótipo feminino através de representações que conservam/preservam atribuições e qualificações ditas naturais. Rupturas contrapondo-se a representações carregadas de permanências.

2.1.1 Missão da Mulher Policial Militar

*Ser objeto da fala de outrem é o que classifica as coisas, as pessoas e os grupos como objetos*¹¹.
Pierre Bourdieu

*É só ser mulher*¹².
Iracema Maschio

O discurso e a representação feminina presentes na legislação fundadora da categoria mulher policial militar no Paraná e as diretrizes normatizadoras subseqüentes baseiam-se, em primeiro plano, no essencialismo e, em segundo plano, no poder civilizador proveniente das características componentes dessa mesma essência.

A criação da mulher policial militar vinculada a um tipo de policiamento, com denominação e quadro funcional em separado e, principalmente, a justificativa contida no Ofício nº. 273/77, discutidas no capítulo I, serão a base do discurso fundador dessa presença e de sua missão/função.

A primeira diretriz normatizadora, especificamente direcionada para o corpo feminino, é elaborada pela PMPR, Diretriz nº. 048/77¹³, dois meses após o início do primeiro curso de formação, estabelecendo às policiais militares em formação, funções e delimitação espacial, que tal qual o contido no ofício que acompanha o anteprojeto de decreto propõe como missão:

- a. Policiamento ostensivo normal visando à guarda e à segurança de estabelecimentos públicos;
- b. Policiamento preventivo de trânsito em estabelecimentos escolares;

¹¹ Bourdieu utiliza a fala de Francis Ponge para responder a possibilidades de resistência à imposição de representações dominantes através do pensamento de que: “É então que ensinar a arte de resistir às palavras, só dizer o que se quer dizer: falar ao invés de ser falado pelas palavras emprestadas, carregadas de sentido social”. BOURDIEU, *Questões de sociologia...* op. cit., p. 14.

¹²Entrevista 03A. Curitiba: 13 jul. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (53 min).

¹³ POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Diretriz nº. 048/77. 3º Seção do Estado Maior. Dez. de 1977. Em vigor até 1979, quando foi elaborada a Diretriz nº. 076/79.

c. Ações de policiamento ostensivo relacionados à mulher, a menores e anciãos.

Diferentemente do Ofício nº. 273/77, é suprimida a idéia de “policiamento de costumes” e enfatizada a presença em estabelecimentos públicos, no trânsito urbano e a proximidade com a tríade: mulher, menores e anciãos.

Essa representação vinculada ao essencialismo, dentro da instituição militar apresenta-se como “eco” do pensamento positivista comteano, influente na formação identitária do Exército Brasileiro, e imbricado ao discurso católico/patriarcal relativo às mulheres. Ao discutir o que chama de imaginário na 1ª República, Ismério¹⁴ explicita a influência do pensamento positivista no Brasil nesse período e a representação feminina daí decorrente vinculada à idéia do “anjo tutelar”. O elo cientificidade, industrialização, modernização e, enfim, progresso é estabelecido através da ordem da moral e da educação. Essa lógica torna a mulher um sujeito a exaltar como responsável pela produção, reprodução e manutenção da moral: a mulher deveria ser a rainha do lar e o anjo tutelar de sua família. Segundo Martins¹⁵, “a maternidade, seja desejada, seja recusada, está no centro das definições culturais e históricas do feminino, traduzindo o papel que se espera das mulheres na sociedade”, ou, ainda, “o universalismo está ligado à idéia que todas as mulheres são mães, mesmo aquelas que não são”.

Nas palavras de oficiais da PMPR:

[...] a mulher tem características especiais que o homem nunca vai ter, nunca terá. Ela tem... sensibilidade, intuição, a visão, a... aquela plenitude de mãe, e o carinho, atenção, carinho, afeto, são coisas da mulher! Ternura, afeto, que o homem não vai ter nunca¹⁶.

[...] a mulher é essencial, tem algumas que ela é importante e outras que ela é essencial. A época se pautava em “revistas” de mulheres, ocupações de espaços em que a mulher tem mais sutileza, não só no policiamento, mas na abordagem no aeroporto, na rodoviária, ferroviárias, Biblioteca Pública, Assembléia Legislativa, Câmaras,

¹⁴ ISMÉRIO, Clarisse. *A Mulher, a moral e o imaginário: 1889-1930*. Porto alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 19.

¹⁵ MARTINS, Ana Paula Vosne. História da Maternidade no Brasil: arquivos, fontes e possibilidades de análise. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais... Londrina: Editorial Mídia, 2005. Disponível em < <http://www.anpuh.uepg.br/Xxiii-simposio/anais/anaistitulo.htm> >. Acesso: 20 set. 2006.

¹⁶Entrevista 06B. Curitiba: 05 out. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (49 min.).

Prefeitura, Palácio do Governo e fortaleceriam todas elas a imagem da Polícia Militar como um todo. [...] As mulheres tem uma natureza diferente, elas tem referências diferentes¹⁷.

[...] a idéia era elas trabalharem na área de assistência social. [...] mulheres, meretriz, crianças e tal. [...] A mulher, onde for... se for bem informada ela leva um clima melhor¹⁸.

Elas são muito eficientes. [...] A mulher é muito séria, leva 100% a serio, uma retidão, uma postura bastante sofrida. É característica da mulher. Não por causa da fragilidade, [ininteligível] mas por causa da mulher principalmente... ela entra de corpo e alma¹⁹.

Ou ainda:

[...] é uma coisa que a mulher naturalmente já faz, assim sem ser policial. É só ser mulher. Já tem aquela noção de amparo, aquela sensação de... esse tipo de coisa²⁰.

Tais características, monopolizadas pelo sexo feminino que, devido à sua natureza, fortaleceria a imagem da Polícia Militar. A aptidão de cuidar e proteger com gentileza, sutileza, carinho e afeto são vistos como parte da atividade policial militar em meio ao contingente viril, representativo de uma força bruta.

O feminino é caracterizado como afetivo por obedecer e servir por amor, cumprir seu dever e gozar da felicidade de “ver os outros satisfeitos”²¹. Um discurso de sacrifício pensado como prazer e felicidade para o sujeito sacrificante, pois parte de sua natureza.

A missão da mulher policial militar presente nos documentos reproduz o estereótipo do anjo tutelar positivista preso à esfera doméstica. Pensar mulheres policiais militares com funções desmilitarizadas e vinculadas à natureza inerente ao cuidado com o outro é, portanto, negar uma nova configuração nas relações de poder entre os sexos, visivelmente em processo nos anos setenta.

¹⁷ Entrevista 04B. Curitiba: 28 set. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (48 min.). Comandante do 1º CFS – Fem.

¹⁸ Entrevista 02B. Curitiba: 11 out. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (53 min.).

¹⁹ Entrevista 01B. Curitiba: 05 dez. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (32 min.).

²⁰ Entrevista 03A. Curitiba: 13 jul. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (53 min.).

²¹ ISMÉRIO, op. cit. A autora analisa textos de positivistas brasileiros, os quais declaram: “[a mulher] obedece espontaneamente, porque obedece por amor, não por servilismo”. MENDES, R. Teixeira. *A Preeminência social e moral da mulher*. Rio de Janeiro: Igreja do Apostolado Positivista no Brasil, 1908. p. 114; e ainda, “instintos são estes de obediência; porque amar é obedecer. É preterir a vontade própria à vontade alheia; é gozar da felicidade de ver os outros satisfeitos [...]”. LEAL, Joaquim Bagueira. *A mulher*. Rio de Janeiro: Demétrio do Rego Lemos, 1921. p. 3. apud ISMÉRIO, op. cit. p. 24.

A Diretriz tem por base uma visibilidade seletiva e uma proximidade essencialista dos sujeitos e dos grupos. A missão a ser desempenhada destina-se, neste documento, aos espaços:

- a. Em princípio, as missões serão executadas nos seguintes locais: 1) Biblioteca Pública; 2) Teatros e cinemas; 3) Museus; 4) Exposições; 5) Aeroportos; 6) Rodoferroviária; 7) Campos de Futebol; 8) Presídios de Mulheres²².

Estar à vista em ‘estabelecimentos públicos’ implica ser visível em espaços específicos que são, ao mesmo tempo, delimitados e delimitadores de pessoas e grupos. Neste item os espaços urbanos de circulação da futura policial podem ser divididos em três grupos: espaços culturais de lazer urbano e espaços simbólicos de distinção entre grupos com diferenciado volume de capital cultural (biblioteca pública; teatros e cinemas; museus e exposições); espaços de concentração-movimentação da população (estação rodoferroviária; correio e aeroporto); e, em terceiro, campos de futebol e presídio feminino que, por sua vez apresentam-se como espaços de intervenção-contenção. Podendo, dessa forma, afirmar que os espaços pensados como de atuação para as futuras mulheres policiais militares se agrupam, respectivamente em “espaços para ser vista”; “espaços para ver e ser vista” e “espaços para conter, ver e ser vista”.

A proximidade da função/espaço, que tem por base a essência feminina, delimita os grupos de contato/ação estabelecidos através da dupla relação normatizadora: prevenção-trânsito-escola e mulher-menor-anciãos, obedecendo à especificidade do educar-cuidar. A mulher-policial é pensada simbolicamente na legislação normatizadora com a função da maternagem: “*mãe*”–militarizada que protege/cuida, orienta/direciona e informa/forma.

A utilização das categorias idoso, carente, criança e delinqüente, remete-nos à construção da idéia da profissionalização do trabalho feminino no século XIX. Perrot discute a formação e transformação do que era considerado trabalho feminino em “profissões” femininas, todas ligadas ao “atributo supremo da feminilidade”²³. Desenvolvido pelas filantropas em períodos de extremada crise econômica na França, visitar e cuidar de doentes e pobres, idosos e crianças são sujeitos e ações

²² POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Diretriz n. 048/77. 3º Seção do Estado Maior. Dez. 1977.

²³ PERROT, Michele. *As mulheres e os silêncios da História*. Bauru: EDUSC, 2005. p. 251-263, 253.

que abrem espaços de circulação a um grupo que futuramente profissionaliza os seus atributos naturais e prolonga dessa forma as funções exercidas em âmbito privado para outros espaços. “Crianças, idosos, doentes e pobres, constituem os interlocutores privilegiados de uma mulher dedicada às tarefas caritativas e de socorro, a partir de então, organizadas no trabalho social”²⁴.

O adentrar da imagem do feminino na PMPR obedece a essa idéia de extensão do espaço privado, do prolongamento das funções domésticas que, por sua vez, construíram as profissões ditas femininas. Bourdieu afirma que “mudanças visíveis de condições, ocultam de fato, a permanência nas relações relativas” e defende como um princípio prático dessas continuidades a manutenção da idéia de extensão do privado para o público²⁵.

Uma filantropia que se profissionaliza²⁶, vinculada à natureza própria aos sexos, que continuamente se reproduz nas representações e encontra ecos nas Diretrizes normatizadoras da mulher policial, uma vez que esta, destinada e denominada por um QPM específico, tem por função a assistência social explicitamente definida: ensinar, cuidar, assistir. Esta tripla missão constitui a base de “profissões femininas” que levarão, por muito tempo, a marca da vocação e do voluntariado²⁷. Na PMPR a *vocação* feminina é a tônica do discurso de inserção e a delimitadora de sua função idealizada nesse momento.

A constituição espacial do trabalho sofre nessa perspectiva um deslocamento/readequação. Pensando a vida privada, Prost²⁸ defende que a separação trabalho/moradia especializou os espaços, submetendo as mulheres a um espaço de servilidade. Espaços estes deslocados uma vez mais no trabalho após a assunção por parte de mulheres no trabalho produtivo no decorrer do século XX. A reordenação ou desconstrução da dualidade esfera pública/esfera privada passa pela participação das mulheres na produção econômica e na produção

²⁴ Ibidem, p. 252.

²⁵ BOURDIEU, *A dominação Masculina...* op. cit., p. 110-11.

²⁶ “Fazer a limpeza da cidade é tão gratuito quanto fazer a limpeza da casa”. PERROT, op. cit., p. 281. Martins enfatiza que a filantropia foi utilizada para suavizar problemas sociais no Brasil, amenizando a pobreza com a caridade feminina. MARTINS, Ana Paula Vosne. *Mulheres, luta e poder: a organização de mulheres em Curitiba, 1952-1982*. Curitiba: UFPR, Monografia de Graduação, 1986. p.16.

²⁷ PERROT, op.cit., p. 285-86.

²⁸ PROST, Antoine. Fronteiras e espaço do privado. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gerard (orgs). *História da vida privada*. v. 5. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 40.

cultural²⁹. No caso específico das “profissões femininas” como prolongamento, extensão e até evidência do essencialismo biológico, estes espaços/esferas são imbricados, mas o sujeito permanece simbolicamente aprisionado entre as fronteiras do privado, uma vez que este continua definindo sua ação na esfera pública, vinculada à dicotomia espacial anterior do confinamento – não no interior da casa, mas no interior de si.³⁰

A Diretriz nº. 048/77 instrui sobre os procedimentos a seres adotados para o desempenho das funções elencadas anteriormente:

1. Policimento ostensivo visando à guarda e à segurança de estabelecimentos públicos. Individualmente, e em uma escala de 6x18h e exercendo as atividades atualmente exercidas pelo Batalhão de Polícia de Guarda.
2. Policimento preventivo de trânsito. Individualmente e durante os horários escolares (a princípio, manhã e tarde).
3. Policimento ostensivo. Em dupla mista em escala de 6x18h.

Em comum à primeira ao Ofício nº. 273/77, o qual encaminhou o anteprojeto de Decreto: seis horas de trabalho no período diurno; trabalho individual no trânsito e nos postos em estabelecimentos públicos. No policiamento ostensivo, nesse momento, é pensada a utilização de dupla mista³¹ – masculino e feminino – o que não será permitido na Diretriz subsequente, elaborada após o término do 1º CFS PM Fem.

²⁹ Matos discute a redefinição dos espaços de trabalho feminino na 1ª República na cidade de São Paulo, colocando a cidade como “espaço de tensão”; a casa como “foco do mundo” e a “janela” como espaço mediador de trocas entre os espaços não polarizados. MATOS, Maria Izilda Santos de. Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). *Cadernos Pagu*, Campinas, v.4, p. 97-115, 1994.

³⁰ Pensando existir ao menos duas conotações para idéia de espaço público e privado: uma voltada à idéia de participação política nos poderes políticos institucionalizados tais como os partidos políticos que se apresentam como instâncias de acesso ao poder de ser governo; e outra, voltada ao espaço geográfico socialmente construído em que circulam os corpos e que constroem também outras maneiras não institucionalizadas de poder. PEDRO, Joana Maria. As mulheres e a separação das esferas. *Revista Diálogos*, Maringá, v. 4, n. 4, p. 33-39, 2000. Pedro ainda destaca que nos anos 80 e 90 os trabalhos relativos a gênero trataram de desnaturalizar a *metáfora* das esferas, mesmo assim “nas relações cotidianas, a responsabilidade das mulheres pelo espaço doméstico continua sendo mantida; aí os homens apenas ‘ajudam’. Por outro lado, por mais que trabalhem e recebam salários, atuando no mercado ou no setor público, considera-se que as mulheres mais *ajudam* que trabalham”. p. 35-36. (Negrito no original). Segundo Flores as mulheres foram excluídas da “história, dita tradicional [...] pelo fato de se destinarem a elas os espaços domésticos, enquanto que as narrativas históricas se voltaram, para os eventos da esfera pública”. FLORES, Maria Bernardete Ramos. Entre a casa e a rua...: memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 4, p. 120-21, 1995.

³¹ Denominado de “Cosme e Damião”, dupla de policiais realizando patrulhamento a pé.

Uma vez definida a função e o espaço de atuação externa da mulher policial militar, parte-se para o seu encaixe material e funcional no interior da caserna: seu grau hierárquico³². De maneira não-convencional fica estabelecida a graduação de “Sargento Policial Militar Feminino”, após conclusão do curso de formação: de civis diretamente a sargentos da PMPR.

Adentrando regularmente como praça em instituições militares no período percorre-se hierarquicamente a seguinte graduação: soldado de 2ª classe; soldado de 1ª classe; cabo; 3º sargento; 2º sargento; 1º sargento e subtenente. Com base no R-200 (Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares) a promoção das praças se dá, respectivamente, pela participação em cursos de formação e por “bravura”:

Art. 14: O acesso na escala hierárquica, tanto de oficiais, como de praças, será gradual e sucessivo, por promoção, de acordo com a legislação peculiar de cada unidade da federação exigidos, dentro outros, os seguintes requisitos básicos: 1 - Para todos os postos e graduações, exceto 3º Sargento e Cabo PM: tempo de serviço arregimentado, tempo mínimo de permanência no posto ou graduação, condições de merecimento e antiguidade, conforme dispuser a legislação peculiar; 2 - Para promoção de cabo: Curso de Formação de Cabo PM; 3 - Para promoção a 3º Sargento PM: Curso de Formação de Sargento PM³³.

Excepcionalmente, no mesmo período é realizado um CFS PM/BM – Curso de Formação de Sargento Policial Militar e Bombeiro Militar³⁴ com vagas para civis masculinos.

De civis a sargentos, esse primeiro grupo de mulheres, deixará de percorrer etapas de acesso hierárquico *quebrando* tanto as condições de ingresso quanto as condições de promoção. Os critérios legais para civis adentrarem como praças/soldados eram:

a. Ser brasileiro nato; b. ser reservista do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica Nacional, ou ser portador de autorização do Comando da Região; c. ser alfabetizado; d. ter comprovada

³² “Fixação ordenada de postos e graduações”. Manual do Soldado p. 11.

³³ BRASIL. EXÉRCITO NACIONAL. Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares - R200 - de 08 de Julho de 1970. Art. 15. Substituído através do Decreto nº. 88.777, de 30 de setembro de 1983, o qual também não modifica a estrutura de acesso às escalas hierárquicas.

³⁴ POLÍCIA MILITAR DO PARÁNA. Boletim Geral n. 219, 24 nov. 1977. p. 6-15. Diretriz nº. 046/77, CFAP, 21 nov. 1977.

moralidade; e. ter capacidade física comprovada pelo Serviço de Saúde da Corporação; e f. ter no máximo 30 anos de idade³⁵.

O ingresso na PMPR, nesse período, dava-se nas seguintes condições: como oficial não combatente; como soldado e como aluno do curso de formação de oficiais combatentes. A quebra excepcional dos critérios de ingresso dessa primeira turma assentada na defesa de oficiais, parte da idéia da funcionalidade /organização do futuro Pel PM Fem:

Você normalmente não pode começar uma estrutura nova por baixo. Nem por cima... Você começa uma estrutura nova num nível gerencial, num nível mediano. Essas medianas que vão ter que ralar, vão ter que estudar para poderem crescer e já naquele momento em que estão medianas, em termos de cargo e função, trazer aquelas que viriam depois a ser o escalão menor³⁶.

O grau/graduação de sargento é um espaço de poder intermediário, considerando-se a ordenação e a sub-ordenação/subordinação³⁷ dos corpos das praças e dos oficiais, fazendo justamente a ligação entre as demais praças e os oficiais. Levando em conta somente as praças policiais militares, a graduação de sargento encontra-se próximo ao topo da ordenação/sub-ordenação. Espaço simbolicamente duplo com relação às graduações das praças e dos postos dos oficiais. É o espaço a ser ocupado pelo primeiro grupo de mulheres, dentro das regras das localizações funcionais³⁸ que hierarquizam, encarceram e distanciam.

Segundo oficiais entrevistados a opção de criar um dispositivo específico para o ingresso feminino como sargento no interior da caserna está vinculada à pretensão futura de criação do Pelotão de Polícia Feminina e 1ª Companhia de Polícia Feminina, o que será concretizado em 1984³⁹. Formar sargentos femininos e

³⁵ PARANÁ. Lei Estadual nº. 1943. Código da PMPR. Art. 21.

³⁶ Entrevista 04B, op. cit. Esse pensamento coaduna-se as declarações do Cel. VALLA que relaciona a exigência intelectual/formal mais elevada comparada ao praça masculino à função-graduação para qual foi designada, mesmo que não perceba que para o praça masculino galgar o posto de sargento não existia esse tipo de exigência.

³⁷ A distribuição dos indivíduos no espaço exige o que Foucault denomina de 'quadriculamento', a saber: "cada indivíduo no seu lugar e em cada lugar um indivíduo [...] o espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir". FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 123.

³⁸ FOUCAULT, op. cit., p. 127.

³⁹ PARANÁ. Decreto Estadual nº. 3413, 11 Jul. 1984.

depois soldados femininos, retirando do quadro de oficiais da polícia militar – homens – a vaga de comandante⁴⁰.

Conforme quadro do efetivo de 1977, havia na PMPR 793 oficiais e 10.564 praças. Não podemos deixar de observar que esse grupo feminino, ao ingressar como sargento na PMPR, teria 6.913 praças masculinos como subordinados, o que de certa forma protegeria essas mulheres, através das regras de subordinação hierárquica, de mais da metade da tropa policial militar.

É pensada ainda uma diferenciação hierárquica interna a esse primeiro grupo de mulheres futuros sargentos. Através da Portaria nº. 204/77 de 27 de outubro de 1977⁴¹ é definido que: “as 04 (quatro) primeiras colocadas serão indicadas para o preenchimento das vagas de 2º Sargento e as outras (vinte e sete) serão promovidas à graduação de 3º Sargento”. Inserir níveis de subordinação hierárquica no interior do grupo, uma vez que pensado como pelotão em separado, é necessário à viabilização tanto das questões relativas ao trabalho interno de organização, quanto à responsabilidade pelas rondas e pelo olhar fiscalizante dos regulamentos e normatizações.

2.1.2 Recrutamento e seleção: a mulher idealizada

Desde seu início, o projeto de criação do 1º Pelotão de Polícia Feminina na PMPR fez parte do período de comando do Cel. César Tasso Saldanha Lemos, compreendido entre março de 1974 e junho 1977. No início de 1977, o Cmt Geral da PMPR é convidado para governar Fernando de Noronha, à época território desmembrado de Pernambuco, e decide apressar a idéia que estava em aberto desde a elaboração e aprovação da LOB da PMPR. Quando o Cel. Tasso passa o Comando Geral da PMPR ao Cel. Frederico Ernesto Virmond o processo de recrutamento e seleção de mulheres já está em andamento⁴².

Através da Diretriz do Comando Geral nº. 029/77 – PM/1 é organizado o processo seletivo de mulheres. O CRS, Centro de Recrutamento e Seleção, será incumbido da “atração” do “recrutamento” e da “seleção”:

⁴⁰ Conforme art. 1º § 1 do Decreto Estadual nº 3238.

⁴¹ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Geral nº. 208, 08 nov. 1977. Portaria do Estado Maior.

⁴² Comandante Geral da PMPR entre junho de 1977 e maio de 1978 e proveniente da 5ª RM.

O processo de atração, a ser conduzido pelo CRS envolverá tanto a divulgação, como a propaganda oficial, através de edital, bem como o **uso de pessoal PM para divulgar o evento nos respectivos grupos familiares e de amizade**. Os Cmt de OPM do interior deverão empenhar-se tanto no processo de divulgação como no alistamento de candidatas⁴³.

A preferência declarada por mulheres ligadas à militares – filhas, sobrinhas, etc. – consta nos documentos internos e nas falas de mulheres policiais militares que participaram desse processo. O edital de convocação foi divulgado em rádios e jornais e também em publicações específicas para militares, como é o caso da Revista “O Miliciano”⁴⁴ editada pela PMPR e de circulação entre a oficialidade também do Exército.

A Diretriz nº. 029/77 estabelecia que no ato das inscrições fosse realizado o “exame biométrico” preliminar relativo à altura e proporcionalidade corporal (peso x altura), segundo tabela elaborada pela Diretoria de Saúde, pois “o excesso de adiposidade e proeminências acentuadas são eliminatórias”⁴⁵. A proporcionalidade física exigida ao corpo a ser militarizado é condizente com a idéia de um corpo propício à ação e a exercícios da mesma forma que o masculino. Ainda que o corpo feminino ingresse na corporação policial militar com a justificativa e representação de um corpo passivo (cuidar do outro), excluído na legislação fundadora das atividades ditas operacionais condizentes ao corpo masculino, e em função desmilitarizada – ser militar, ter simbolicamente a denominação de militar, implica em *carregar o ethos* e a *héxis* referente a esse grupo, traduzido por um corpo aparentemente saudável e esteticamente belo.

Além do critério imediato do “corpo proporcional”, como requisitos para inclusão são elencados no mesmo documento:

- 1) Ser do sexo feminino e aprovada nos exames de: a) Escolaridade (2º Grau completo); b) Físico (tabelas estabelecidas pela diretoria de ensino); c) Saúde.
- 2) Ser indicada: a) após exame psicotécnico; b) após entrevista com o (a) recrutador (a); c) após investigação social.

⁴³ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Geral nº 105, 06 jun. 77. p. 17. Diretriz do Comando Geral nº 029/77 - Instruções para recrutamento e seleção de pessoal para o pelotão de Polícia Feminino. Sem grifo no original.

⁴⁴ O MILICIANO. Ano I – nº 2 – Julho de 1977.

⁴⁵ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Geral nº 105, 06 jun. 77. Diretriz do Comando Geral nº 029/77 - Instruções para recrutamento e seleção de pessoal para o pelotão de Polícia Feminino. p. 17.

- 3) Possuir: a) idade entre 18 e 28 anos; b) escolaridade relativa ao 2º Grau completo; c) estatura mínima de 1,60m; d) boa saúde física e mental.
- 4) Ser: a) brasileira; b) solteira, viúva ou desquitada, sem encargos de família.

Devido a “natureza do pessoal feminino”⁴⁶ estabeleceram-se critérios específicos para o recrutamento e respectiva seleção. Comparativamente ao processo seletivo masculino é exigida altura inferior e estendida à idade máxima (o masculino precisava ter no mínimo 1,65 de altura e no máximo 26 anos de idade). A Diretriz nº. 029/77, nos requisitos à inclusão, repete o idealizado pelo Cel. César Tasso Saldanha Lemos constante no Ofício nº. 413/77, acrescentando itens que estabelecem critérios específicos às mulheres.

Essa especificidade tem por base dois aspectos principais: escolaridade e “ausência de encargos familiares”. Esses itens irão definir “a mulher ideal” a realizar o curso de formação de sargentos.

O capital cultural em estado institucionalizado exigido pela PMPR às mulheres que iriam fazer parte de seus quadros não era até então cobrado ao ingresso de praças masculinos. Essa exigência vigorava para o masculino somente ao ingressarem no CFO, Curso de Formação de Oficiais, o quadro da nobreza policial militar, voltado ao comando de praças na atividade fim da instituição. O comandante do CFAP (Centro de Formação e Aperfeiçoamento das Praças) nesse período, Cel. Valla⁴⁷, explica que essa exigência diferenciada com relação à escolaridade deve-se à decisão anterior da corporação de ingresso direto à graduação de sargento, mas não responde sobre o motivo da quebra na ascensão hierárquica. Uma perspectiva que pode ser denominada de “qualitativista” uma vez que é defendida por oficiais:

[...] esse CFS, ele tinha na época, a gente não exigia para soldado: o 2º grau, como se exige hoje, e para sargento também não se exigia segundo grau, e para as policiais femininas, para ser sargento da Polícia Feminina exigia-se 2º grau, essa **foi a forma que se achou para não... vamos exigir o 2º grau para tentar uma seleção melhor [...] elevar o nível**⁴⁸.

⁴⁶ PARANÁ. Decreto Estadual nº 3238, 19 abril 1977. Art. 1º, § segundo.

⁴⁷ Entrevista 05B. Curitiba: 04 out. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (47 min.).

⁴⁸ Entrevista 02B, op. cit.

A idéia de “qualidade” ou “nível” relativa ao ingresso de mulheres não corresponde nos anos 1970 à idéia de qualidade relativa ao ingresso do praça masculino. Comparando no mesmo período os requisitos para inscrição e matrícula de Sargentos PM e BM temos:

O candidato ao concurso de Admissão ao CFS PM e BM, deve apresentar os seguintes requisitos: 1) candidatos policiais militares: a) ser cabo ou soldado PM ou BM; b) não ter passagem para a reserva nos 05 anos que sucedem a conclusão do curso; c) possuir nível escolar correspondente ao **1º Grau completo**; d) estar classificado no mínimo no bom comportamento, além de não ter sofrido punição nos últimos dois anos; e) não estar ‘sub-judice’, e nem respondendo a Inquérito ou Sindicância; f) não ter concluído o CFC (PM ou BM) dentro do período de um ano. 2) Candidatos civis: a) ser brasileiro e reservista da 1ª ou 2ª categoria ou portador de certificado de Dispensa da Corporação ou de Isenção do Serviço Militar; b) possuir nível escolar correspondente ao **1º Grau completo**; c) ter no mínimo 19 e no máximo 26 anos de idade, contados até 31 de dezembro do ano de 1977; d) ter no mínimo 1,65 de altura; e) não ter antecedente criminais; f) estar em condições tais de ambiente social e doméstico, que não colidam com as obrigações e deveres impostos aos integrantes da Polícia Militar; g) **ser solteiro**⁴⁹.

Para ingressar no 1º CFS – Fem, a “qualidade” dar-se-á através do nível de escolaridade – “elevar o nível” –, nem tanto pela formação intelectual formal em si, mas por pertencer a agrupamentos sociais que teriam acesso a essa possibilidade. Mulheres sem diploma de 2º Grau estavam descartadas de ingresso na polícia militar, ao passo que o masculino era aceito. Aspecto qualitativo duplamente orientado, uma vez que “eleva o nível” intelectual/moral na escolha de “mulheres”, adquire capital simbólico à instituição.

De maneira excepcional, eram abertos editais de concurso para Sargento PM e BM com vagas para civis. De civil a sargento da polícia militar, a exigência pautava-se pela disponibilidade total à PMPR, mas a exigência de estado civil solteiro não é constante para adentrar na PMPR como praça masculino. Para ingresso como oficial, essa disposição permanece obrigatória até 1979, mesmo ano em que ocorre o ingresso de mulheres na Academia Militar do Guatupê como “alunas oficiais”.

⁴⁹ POLÍCIA MILITAR DO PARÁNA. Boletim Geral, n. 219, 24 nov. 1977. Diretriz n. 046/77 - CFAP, de 21 nov. 77. p. 6-15.

O edital de recrutamento para o 1º CFS Fem contém esse critério, exigência que passa a ser mais rígida a partir da Diretriz nº. 076/79 que exclui a possibilidade de “desquitadas, divorciadas, viúvas ou amasiadas” ingressarem na corporação, mesmo sem os referidos *encargos familiares*. Para a nobreza policial militar – o oficialato – ao ingresso na PMPR são recusados “os encargos”, pois o período de formação demanda dedicação total à apreensão da função de comandar pessoas, segundo os próprios oficiais.

Perrot⁵⁰ analisa o pensamento do século XIX que considera profissões “boas para uma mulher” aquelas que obedecem ao critério fundamental de permitir realizar sua tarefa primordial: as tarefas pouco monopolizadoras, nas palavras da autora. O profissional, a profissão, não poderiam ofuscar sua função essencialista, seus encargos familiares.

Ao mesmo tempo em que a instituição define o que é a mulher policial baseada na premissa maternal, nega às mulheres de carne e osso, que irão compor seus quadros, a realização dessa função. Portanto, ela se apossa simbolicamente da imagem do feminino existente na metáfora das esferas e materialmente do corpo feminino sobre o qual incide essa representação: corpo encarcerado simbolicamente no espaço privado e encarcerado materialmente no espaço público.

Lembrando ainda a moral positivista que proíbe o trabalho feminino fora do lar por não condizer com a moral funcional sexual, a corporação policial militar realiza o processo inverso diante de um espelho, ao coibir os encargos familiares, baseada na mesma premissa, a fim de ver-se mais bela, mais humana. A primeira moral suprime o público pelo privado, e a segunda realiza a supressão do privado pelo público.

Tanto o movimento feminista quanto a Polícia Militar, partindo de lugares de poder antagônicos e em diferentes graduações, perfazem o repensar sobre a metáfora das fronteiras/esferas.

O movimento feminista traz ao debate político/público questões pensadas como privadas, cotidianas, “embaralha as esferas pública e privada dando fluidez aos seus limites”⁵¹, mesmo que se utilizando da construção da categoria mulher como posicionalidade estratégica. Em contrapartida, a Polícia Militar ao fazer existir a categoria mulher policial, possui a intencionalidade da visibilidade material e

⁵⁰ PERROT, op. cit., p. 251.

⁵¹ PEDRO, op. cit., p. 37.

simbólica da corporação que, não intencionalmente, dilui as fronteiras entre o masculino/público e o feminino/privado, porém se baseando num discurso explícito, assumido, de reforço dos papéis sexuais.

Temos, assim, um Pelotão de Polícia Feminina pensado como uma estrutura nova, ao mesmo tempo afastada e inserida no interior de uma outra estrutura, e a ela subordinada, com missão e espaços delimitados e delimitadores do corpo feminino. Concretamente como se dará o processo de transformação do corpo feminino em corpo policial militar feminino é o que se discute a seguir.

2.2 O CORPO FEMININO NA CASERNA: A CRIATURA E O CRIADOR

Mulheres que atendiam aos critérios idealizados pela Polícia Militar iniciaram, em 03 de setembro de 1977, a primeira etapa eliminatória do processo de seleção: provas escritas no Colégio da Polícia Militar. Durante dois períodos, manhã e tarde, passaram pelos testes de Matemática, Português e Estudos Sociais⁵². Um dia antes dessas avaliações são designados oficiais da polícia militar e professores do Colégio da Polícia Militar, civis, para compor três bancas relativas a cada disciplina e responsáveis pela aplicação dos testes.

Segundo depoimentos de oficiais sobre o interesse de mulheres para participarem do processo e seleção:

A quantidade de pessoas talvez não tenha sido tão grande, mas a qualidade de quem veio era muito grande. Foi uma explosão de curiosidade de desafios e muitas pessoas se propuseram a cumprir esse desafio. Então vieram pessoas de nível universitário em grande quantidade, mulheres já formadas em um curso superior, mulheres com grandes referências⁵³.

Oficiais supervalorizam a condição de universitárias das interessadas e as *referências* de mulheres (parentes de militares) no ingresso na PMPR, o que se cristaliza na visão feminina: “eles falaram que estavam dando preferência para quem era formado, tinha o 3º ou estava cursando o 3º grau”, mesmo que não constasse no edital. Contudo, a partir de depoimentos de mulheres que participaram desse processo, desmistifica-se a imagem da *universitária* como padrão de mulher

⁵² POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Geral n. 165, 02 set. 1977.

⁵³ Entrevista 04B, op. cit.

interessada em ingressar na corporação policial militar. Mesmo que essa imagem carregada de capital cultural institucionalizado seja a que se faz presente na lembrança dos oficiais, passados trinta anos:

Venho do interior do estado, mais precisamente de Araruna, aí, chegando aqui na capital tentei todo tipo de emprego (risos) já fui balconista, fui zeladora, fui uma série de coisas, sempre procurando um concurso público, daí surgiu na época, o concurso da Polícia Militar e da Secretaria do Estado, eu tentei três que surgiram na época, e passei em dois, o da secretaria e o da polícia. O da polícia me chamou mais atenção porque era uma novidade, não sabia o que era a Polícia Militar, então quando eu me incluí na polícia em 77, foi mais por curiosidade, sabe? Foi uma curiosidade, me chamou a atenção, serviço de escritório eu já conhecia, e da polícia não [...]. Nem sabia quem era PM, nem sabia o que era polícia⁵⁴.

[...] a nossa oradora, falava muito bem, já era socióloga na época, socióloga... e falava muito bem [...] até hoje ela apresenta os desfiles de 7 de setembro. [...] Eu vim da cidade do interior, Prudentópolis, e vim pra trabalhar em Curitiba e estudar e entrei [...] Trabalhei um ano e oito meses, e fiquei sabendo que ia ter o concurso⁵⁵.

[...] eu era uma menina matuta e morava numa casa cercada de palmito, cercada de tábua de cedro, chão batido, chão mesmo. Minha irmã areava as paredes para tapar as frestas e daí passava uma camada no chão pro chão ficar mais bonito. [...] meu irmão abriu caminho, em 74 já vieram mais três irmãos pra cá [...] eu era a mais velha e tinha quatro irmãos mais novos, meu pai disse assim pra minha mãe: se é pra sofrer, vamos sofrer junto lá com os nossos filhos, que nós não temos condições de dar um lugar ao sol pra eles. Aqui eu não fico mais, vou pra Curitiba. [...] Aí vem a nossa migração, lá da roça, perto da cidade, lugarejo, pequeno e tal, mas pra cidade em busca e recursos [...]⁵⁶.

Mais do que mera curiosidade, a partir do perfil de mulheres selecionadas é perceptível a necessidade do emprego e da estabilidade oferecida pelo serviço público. As mulheres universitárias, que serão selecionadas, mesmo não sendo maioria, serão representativas e representantes desde o início do 1º CFS PM Fem da imagem da mulher policial militar.

Nas lembranças de mulheres que participaram da seleção o total de inscritas deveria variar entre setenta e oitenta, disputando 40 vagas.

⁵⁴ Entrevista 05A. Curitiba: 12 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (57 min.).

⁵⁵ Entrevista 02A. Curitiba: 13 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (56 min.).

⁵⁶ Entrevista 04A1. Curitiba: 14 ago. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (55 min.).

Teste escrito, psicotécnico, teste físico⁵⁷, exame de saúde, distribuídos no decorrer do mês de setembro, finalizando com a entrevista, que era outro diferencial com relação ao ingresso dos praças masculinos. Dialogar com as moças a fim de constatar a capacidade verbal das mesmas, verificando posturas existentes e comparando às posturas desejadas:

Eu me lembro da entrevista que era uma coisa assim bastante subjetiva. A gente não tinha idéia do que seria, do que a polícia queria de nós, então tinha uma entrevista na inclusão [...] não tinha quem orientasse... a gente não tinha muita noção e não fomos orientadas por ninguém, como deveria fazer⁵⁸.

Por que nós queríamos ser policiais? O que levou a... optar por ser polícia, e na época eu fui franca, disse: olha eu não conheço não o que é. Estou aqui por curiosidade e espero gostar e vou dar tudo de mim... para... em prol disso. Foi... a minha resposta foi essa⁵⁹.

[...] uma psicóloga que era funcionária da polícia militar [...] perguntava por que estava entrando, se tinha parentesco, o que levou a entrar na polícia militar⁶⁰.

[...] acredito que o objetivo maior era tentar avaliar o perfil dessa candidata. [...] na entrevista as perguntas eram mais direcionadas com relação... talvez perguntas mais objetivas, o porque ter escolhido a profissão... que para nós na época era muito difícil porque não tínhamos parâmetros anteriores⁶¹.

Finalizando com a “investigação social”, comum no ingresso em organizações militares, deu-se por encerrada a seleção do primeiro grupo de mulheres para participarem de um curso de formação para praças policiais militares. A partir de 20 de outubro de 1977, são incluídas 42 mulheres como soldados de 1ª classe e, imediatamente, adidas ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, a fim de cursarem o 1º CFS PM Fem.

As descrições pormenorizadas contidas no Termo de Inclusão permitem delinear o perfil do primeiro grupo de mulheres ingressantes na PMPR⁶². O Boletim

⁵⁷ TAF, Teste de Aptidão Física que congregava cerca de 1,8 km durante 12 minutos, exercícios de apoio, corrida de 100 metros etc. O mesmo que efetuado para o masculino, mas com padrão de tempo maior e em quantidade menor.

⁵⁸ Entrevista 03A. Curitiba: 13 jul. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (53 min).

⁵⁹ Entrevista 05A, op. cit.

⁶⁰ Entrevista 02A, op. cit.

⁶¹ Entrevista 01A. Curitiba: 14 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (53 min).

⁶² POLICIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Geral, n. 205, 03 Nov. 1977. p.11-19.

Geral, pensado como panóptico, descreve as características físicas e sociais desse grupo. Registrar, “esmiuçando” os detalhes, tem por objetivo a visibilidade constante, base da “vigilância hierárquica: o registro contínuo, o julgamento e a classificação perpétuos”. Estar visível, estar exposto aos olhos de todos: “o exame faz também a individualidade entrar num campo documentário [...] coloca os indivíduos num campo de vigilância, situa-os igualmente numa rede de anotações escritas”⁶³. Mais do que informar quem são essas mulheres, os dados descritivos permitem perceber qual é a ordem discricionária da instituição com relação à classificação de seus componentes.

A ordem discricionária segue os seguintes aspectos: nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, profissão, cor da pele, dos cabelos e dos olhos, descrição de sinais particulares (manchas na pele, cicatrizes etc.), altura, estado civil e tipo sanguíneo. São descritas, seguindo esta ordem no Termo de Inclusão, 42 mulheres que iniciaram o 1º CFS PM Fem. Logo em seguida, no Termo de Matrícula⁶⁴ constam 38 nomes, e no Termo de Encerramento⁶⁵ constam somente 27 mulheres que serão formadas como Sargentos da PMPR.

Com base no Termo de Inclusão, o grupo de mulheres que inicia o CFS PM Fem apresenta-se composto por uma variação etária entre 18 e 32 anos, com a média de idade de 22,3 anos. O fator idade não é preponderante para o caso feminino quanto o é para o masculino, cuja idade máxima é 26, sendo liberada a entrada de mulheres com mais de 30 anos de idade, pois são pensadas para cumprirem funções diferenciadas. Esses 14 anos de diferença apresentados na faixa etária do grupo serão, no decorrer do curso, um dos fatores de identificação e agrupamento defendido pelas mulheres e por oficiais da PMPR. O percentual de relativo à faixa etária constatado nesse primeiro processo de ingresso agrupa-se em: 81% entre 18 e 24 anos e 19% entre 25 e 32 anos de idade.

Mesmo com a rigidez dos regulamentos e diretrizes, no interior da organização militar existem mecanismos de flexibilização. Foi concedido, pelo Comando Geral, prazo de 60 dias para algumas candidatas apresentarem diploma

⁶³ FOUCAULT, op. cit., p. 181.

⁶⁴ POLICIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Geral, n.º. 218, 23 nov. 1977.

⁶⁵ POLICIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Especial, n.º 01, 16 jun. 1978.

de 2º Grau e, a outras, isenção ao limite máximo de idade⁶⁶. Procedimento comum no interior da caserna, mas acessível às pessoas que dele tinham conhecimento, bem como dos trâmites burocráticos característicos deste espaço.

A maior parte dessas mulheres é descrita como sendo proveniente do interior do estado (36%), muitas delas morando com a família em Curitiba há aproximadamente 4-6 anos. O restante do grupo divide-se em: mulheres nascidas e moradoras há mais tempo em Curitiba 33%, e 31% de mulheres provenientes de regiões interioranas de outros estados⁶⁷.

Outra ordem descritiva e classificatória presente no termo de inclusão é o aspecto cútis. A cor da pele, assim como a classificação sexo, é um dos eixos sobre os quais são construídas as hierarquias da diferença, que biológicas se apresentam como símbolos tangíveis da inferioridade⁶⁸ a partir de onde o corpo é construído como fronteira eu-nós e os outros. A cor da pele descrita no termo de inclusão compreende três classificações: branca, morena e preta. São caracterizadas como brancas 89% das mulheres; como morenas, 7%; e como pretas 4%. Dados relevantes para analisar a classificação efetuada pela PMPR como um grupo majoritariamente branco.

Tendo a maior parte dessas mulheres entre 18 e 24 anos de idade, a maioria declara-se como sendo estudante e a polícia militar seu primeiro empregador (57%). Declaradas como “professoras” perfaziam 12% do grupo; provenientes de serviços em escritórios 15%, e 16% a somatória de outras profissões (entre elas, telefonistas, contadoras, laboratoristas etc.).

Em síntese, o primeiro grupo de mulheres selecionado para ingressar na PMPR, a partir de sua descrição, de seu detalhamento físico e social, apresenta-se majoritariamente como sendo: jovem, entre 18 e 24 anos de idade, de família proveniente da zona rural (Paraná e outros estados), de cor branca, solteira e sem ter tido um emprego formal até seu ingresso na polícia militar.

⁶⁶ POLICIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Geral n. 197, 20 out. 1977. Cinco candidatas foram privilegiadas com a isenção do comando no requisito 2º Grau completo e duas com relação ao limite de idade.

⁶⁷ De Santa Catarina, 6; São Paulo, 3; Minas Gerais, 1; Pernambuco, 1 e Rio Grande do Sul, 2.

⁶⁸ ELIAS; SCOTSON, op. cit. 35.

2.3 DA “ORDEM UNIDA” À “UNIDADE DA ORDEM”: O CORPO MODELADO

[...] o que nós vamos fazer agora?
Como nós vamos fazer?⁶⁹

Nós éramos entre aspas as intrusas⁷⁰.

Como visto anteriormente, a aceitação/criação do corpo feminino no interior da corporação policial militar passou por todo um processo legal, que definiu a “Polícia Feminina” como uma estrutura em separado. À separação simbólica pela nomenclatura e pela função é acrescentada a separação material desse grupo, ao mesmo tempo incluso e excluído a partir do 1º CFS PM Fem.

O Comando Geral e o Comando do Estado-Maior optam por realizarem o curso de formação em separado do restante da tropa. Durante oito meses, as mulheres selecionadas ocupariam três salas do Colégio da Polícia Militar⁷¹: uma para as aulas teóricas, outra para trocas de roupas e a terceira para uso do comandante da escola e do sargenteante⁷². Importante constar que o Colégio da Polícia Militar está situado à Rua Almirante Gonçalves, a três quadras do Quartel do Comando Geral em Curitiba.

Segundo depoimento de oficiais:

[...] era um fato inédito, como é que a tropa vai receber? Tanto inédito era que todas as instalações nossas, sempre foram construídas, foram estruturadas no sentido de absorver o elemento masculino. Tanto é que, digamos assim, num primeiro momento tivemos que fazer algumas adaptações, até as instalações sanitárias nós tivemos que – desculpe a expressão – mas até tivemos que levar em consideração adaptar, tanto é que o primeiro curso por sugestão minha, como lá no CFAP nós não tínhamos essas instalações, adequadas, ajustadas e até não sabíamos, o **impacto**, como é que vamos... agora vem a mulher, 30 ou 35, não me lembro bem, mas era um pelotão, mulheres e jovens, como é que a tropa vai receber? Tanto que é que formamos no colégio. Essas primeiras, essas primeiras... [...]. Então efetivamente a tropa ia absorvendo de

⁶⁹ Entrevista 02B, op. cit.

⁷⁰ Entrevista 04A1, op. cit.

⁷¹ Criado pelo Decreto nº 24826, de 07 de agosto de 1959, o Colégio da Polícia Militar, está subordinado à Diretoria de Ensino da Polícia Militar do Paraná. Foi criado para atender somente aos policiais militares e seus dependentes, sofreu adaptações e passou a atender também a comunidade civil. Em 1971, já com suas obras concluídas, recebeu o nome de Colégio da Polícia Militar, e neste ano abriu vagas também para meninas. Somente em 1977 é que passou a funcionar como escola de 1º e 2º Graus. Disponível em: < <http://www.pmpr.pr.gov.br/cpm/> >. Acesso em: 20 fev. 2006.

⁷² Sargento responsável pelas escalas de serviço.

forma... de forma gradativa. Porque efetivamente era uma experiência nova pra todos nós⁷³.

Lá no colégio. [...] É vinculado a Polícia Militar, eu dei aula tudo, já separado, isolado, então. Nessa super-proteção. [...] Ah! Pra integrar foi muito difícil⁷⁴.

Nesse momento o impacto da concretude de mulheres, sendo transformadas em Sargentos da Polícia Feminina, precisava ser amenizado e, por esse motivo, segundo os oficiais, era necessária a separação. Uma existência, em formação, mas não visível aos “olhos da tropa”, para que a materialidade desse novo sujeito fosse, nas palavras do Cel. Valla, absorvida.

À separação física entre o CFS – Fem e a tropa policial militar, soma-se o afastamento também no ambiente externo à caserna, presente nas memórias femininas como uma das principais regras impostas:

Não nos misturaram com os homens, inclusive não queriam nem que a gente conversasse com os homens, nem olhasse para os homens [...] e quando encontrasse na rua lá na frente não era nem para olhar para o militar [...] houve uma separação bastante grande, sabe, uma separação efetiva⁷⁵.

A adoção, por parte do sujeito sobre o qual incide o discurso oficial, do afastamento e da necessidade de absorção paulatina proferida no período é perceptível na aceitação e no *entendimento* após trinta anos desse sujeito como policial militar:

[...] no curso de formação foi separado no Colégio da Polícia Militar [...] contato com as tropas nós não tivemos, não é? Você bem sabe é o curso funcional nas instalações do... do Colégio da Polícia Militar. Não sei pra época acho que era esse o objetivo, que ficássemos afastadas um pouquinho, não é! Mesmo por ser pioneiras, ah, tinha o objetivo, tava dentro do comando da Polícia Militar, que **na época a gente não conseguia entender, hoje perfeitamente a gente entende**, então a nossa formação, o curso funcionou ali⁷⁶.

[...] hoje eu procuro entender porque que nós fomos pro colégio da Polícia Militar. Na época simplesmente nos foi determinado a apresentação lá na unidade, local onde ainda é o colégio da Polícia

⁷³Entrevista 05B, op. cit.

⁷⁴Entrevista 01B, op. cit.

⁷⁵Entrevista 03A, op. cit.

⁷⁶Entrevista 01A, op. cit.

Militar e nem sabíamos da existência do Centro de Aperfeiçoamento de Praças, que era o CFAP, mas **depois com tempo soube que era exatamente porque a Polícia Militar não estava preparada para receber as mulheres ainda, e havia aquela preocupação de... da mistura entre homens e mulheres, qual seria a reação?** [...] chegar numa instituição, numa empresa nova, tudo novo, em que tudo estava preparado para os homens e nós éramos entre aspas as intrusas. Não tinha nada pronto para a gente⁷⁷.

Um afastamento e separação marcados pela proximidade espacial entre o Quartel Geral e o Colégio da Polícia Militar: não à vista dos olhos, mas à distância da mão.

[...] foi realizado no Colégio da Polícia Militar, é ficamos bem afastados nós dos... como falei para você, mais uma vez, torno a repetir que o novo tem sempre os dois pesos! O lado da responsabilidade e o lado de... É chamativo, chama atenção demais, então a corporação até então somente masculina...! [...] então imagine de repente o que é cair um pelotão feminino dentro da corporação, era a expectativa. [...] O aperfeiçoamento de praças, então normalmente o centro funciona lá no Guatupê, na academia, mas como nós éramos um pelotão à parte eles acharam por bem não colocar lá. Separadas no colégio a gente fazia as aulas teóricas, as aulas práticas de educação física, e de defesa pessoal nós fazíamos é no Centro Politécnico⁷⁸.

[...] a gente não teve curso na academia. Por ser a primeira turma eles optaram por fazer separado, apesar de ter a mesma matéria, funcionava o curso masculino na academia e o nosso funcionava paralelo no Colégio da Polícia Militar. [...] durante a escola nosso contato com o masculino não houve. Não houve, porque nós fazíamos as aulas teóricas no colégio, e a refeição no Q.G., então o ônibus nos pegava no colégio e trazia até o Q.G., a gente entrava no refeitório, almoçava e voltava com ônibus, voltava para o colégio, a gente não tinha contato nem um com eles, sabe⁷⁹.

A repetição do discurso, os questionamentos de algumas mulheres, as concordâncias e discordâncias de outras, perfazem posicionamentos distintos sobre a presença feminina na Polícia Militar. O estranhamento dos envolvidos nesse processo, tomado como óbvio, naturaliza a masculinidade das corporações militares, bem como aceita a proclamada modernização da instituição baseada na premissa de sua humanização a partir de um novo sujeito.

⁷⁷ Entrevista 04A2. Curitiba: 28 set. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (45 min). sem grifo no original.

⁷⁸ Entrevista 06A, Ezilda Valentim de. Curitiba: 10 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (44 min).

⁷⁹ Entrevista 05A, op. cit.

A resistência oficialmente negada no interior da corporação policial militar ao ingresso de mulheres a esse mundo viril é raramente perceptível nas falas de oficiais masculinos que em exceção declaram:

[...] creio que a tropa, principalmente sulista não é, ela ressentiu-se com a entrada da mulher no processo, e isso gerou até uma visão de curiosidade. [...] Internamente... agora a maior rejeição, houve uma certa rejeição foi com oficiais mais antigos, naquele processo... nossa geração, nós aceitamos isso com muita simplicidade [...] Aí entra a Polícia Feminina... como praças e isso é muito bem aceito, pela juventude, pelos oficiais mais jovens isso há um aceite razoável, agora nesse mesmo tempo os oficiais mais antigos aceitam isso com certa reserva, e... é inclusive não tem assim 100% de aceitação do vamos dizer assim do aceite, não aceita perfeitamente. [...] Mas esses oficiais mais antigos eles aceitaram... aceitaram por uma imposição de vontade política do governo [...] agora quando as policiais femininas passaram a ter a possibilidade de integrar um quadro de formação de oficiais, aí aqueles mesmos oficiais que estavam abertos no processo enquanto, sargentos, eles criaram toda uma resistência⁸⁰.

Dois momentos de resistência muda/calada: quando é criado o 1º Pel PM Fem, e outro quando é aberto edital para CFO PM Fem, Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares Femininos. Um militarismo que não permite a admissão pública da contrariedade, mas que passados trinta anos ensaia uma descrição menos edulcorada do processo:

[...] Eu sempre julguei que a mulher não é a mais indicada para atividades de combate, por causa da violência e do preparo físico que requer do soldado, e no caso do Exército é porque existem inúmeros contingentes de militares e milhares de homens que ficam fora dos contingentes a cada... então, não há necessidade do corpo feminino ser combatente, mas sempre fui favorável às missões logísticas, à parte de saúde, professora, advogadas, e tantas outras funções que podem ser desempenhadas por ambos os sexos⁸¹.

[...] Quando eu estava na elaboração do decreto, eu consultei a Diretoria de Pessoal, as outras pessoas e notei muita resistência, mas, como era uma decisão do comando, eu sempre dizia assim: olha as pessoas resistem, mas é uma decisão do comando, não adianta a gente..., você pode ter...eu posso ter minhas idéias, mas o comandante decidiu e nós temos que nos afinar a isso e seguir em frente e realmente e eu senti muito resistência à idéia, mas, prevaleceu a decisão do comando de seguir em frente e passou tudo⁸².

⁸⁰ Entrevista 06B, op. cit.

⁸¹ Entrevista 03B, op. cit.

⁸² Entrevista 02B, op. cit.

[...] ele (o comandante geral) aproveitou essa brecha e criou, foi o primeiro que criou. Teve muita coragem, porque existe muito machismo na Polícia Militar, é uma característica... Muita resistência... e ela (as policiais femininas) vai sofrer muita resistência, muitas privações [...] é difícil aceitar o novo, tudo quando é idéia nova é primeiro ridicularizada, e é rejeitada ao máximo⁸³.

[...] Claro que essa decisão de implantar obviamente foi mediante uma decisão preliminar do Cel. Tasso, ele que foi o grande incentivador. Agora, claro que ele reuniu, ele foi buscar a opinião, o ponto de vista etc., dos coronéis do alto comando da época. Inclusive, na época tinha a diretoria de ensino, já tinha o CFAP, na qual eu comandava e que foram, nós fomos bastante articulados no sentido de receber esse pelotão, era um fato inédito⁸⁴.

Resistência comumente observada no relato das mulheres que vivenciaram esse processo:

A gente percebia, sabe? Por mais que eles tentassem, por mais que eles procurassem camuflar a situação. Mas eu penso que eles se sentiram um pouco invadidos com relação ao seu espaço. Num primeiro momento, então, havia sim uma certa hostilidade no ar. E também o fato de nós estarmos chegando, ficavam olhando com desfeita⁸⁵.

[...] a gente ouvia comentários. Eles comentavam: o que essas mulheres vieram aí já sargento, já mandando na gente! Para mim nunca ninguém falou abertamente, mas a gente soube que houve esse tipo de comentário⁸⁶.

De início você acredita que o impacto foi maior para aqueles que já estavam na polícia do que pra nós. Pra eles eu acredito que foi maior⁸⁷.

Era visível, a gente foi bem recebida por muitos. Mas, também teve muita rejeição... Até hoje existe⁸⁸.

Olhares, palavras e gestos marcam a resistência a uma presença que desviriliza o ideal militar e ocupa espaços de forma diferenciada e privilegiada com relação às praças. Resistência sufocada pela subordinação hierárquica dentre os oficiais no momento da idealização dessa presença.

⁸³ Entrevista 01B, op. cit.

⁸⁴ Entrevista 05B, op. cit.

⁸⁵ Entrevista 02A, op. cit.

⁸⁶ Entrevista 05A, op. cit.

⁸⁷ Entrevista 01A, op. cit.

⁸⁸ Entrevista 02A, op. cit.

Desde o início o curso foi cercado de atenções extraordinárias. No Colégio da Polícia Militar, essas mulheres que estavam “formando-se” sargentos assistiam, em regime de semi-internato, aulas teóricas sobre as técnicas policiais, tinham alimentação sob encomenda (recebiam “marmitex”), cumpriam um horário que excluía treinamentos noturnos e tinham responsabilidade de manutenção da limpeza somente no espaço ocupado pelo curso. Estes são os diferenciais iniciais em relação aos cursos para praças masculinos.

Foi sugerido pelo Major Valla e designado pelo Comandante Geral, para comandar a escola do 1º CFS PM Fem na época, o 1º Tenente *moderno* (recém elevado ao posto): Josué Lemos da Silveira. Sua escolha foi, segundo o mesmo, motivada pela educação, respeito, capacidade de relacionamento harmônico com as mulheres. O oficial responsável pela indicação deste nome acrescenta:

Ele foi designado especificamente para coordenar, para comandar essa turma de policiamento feminino. Tanto é que fazia expediente no colégio e eu, periodicamente, sempre estava ali dando uma olhada, duas vezes por semana, eu estava ali sempre acompanhando. [...] na época sabe, primeiro qual era o grande critério? [...] você sabe que anos 70 por aí, nós vivíamos numa conjuntura um pouco machista, então vou por um cara casado lá? Esse era o primeiro critério, ele era solteiro. Então, imagine o problema, o ‘problemão’ com a família! Sabe, hoje é normal, mas naquela época, a aceitação... difícil então... imagine colocar... então foi citado o comportamento do Josué, o próprio perfil dele. Ele é uma pessoa sempre bem comportada, uma boa folha de serviço, uma pessoa inteligente, tinha boa formação, já tinha o curso superior em educação física, inclusive dava educação física pra elas. Então tudo isso... o fato determinante é o fato de ele ser solteiro⁸⁹.

A antiguidade, oposto de moderno, é discutida por Elias como base de coesão, tradição e legitimidade de grupos⁹⁰. Os termos “antigo” e “moderno”, no militarismo, junto à graduação ou posto hierárquico, apresentam-se como mais um diferencial na distribuição de poder. Ou seja, o comandante da 1º CFS - Fem é quase tão moderno no posto de 1º Tenente quando o são essas mulheres na graduação de soldados de 2ª classe. É provável que a escolha do comando, além das declaradas, deva-se também a sua “modernidade” uma vez que a resistência presente dentre os oficiais mais antigos deu-se de forma mais acentuada.

⁸⁹ Entrevista 05B, op. cit.

⁹⁰ ELIAS; SCOTSON, op. cit.

De qualquer forma, para a escolha do oficial que irá conviver diariamente com o grupo isolado e protegido do restante da tropa, foi considerado um fator civilizatório: o “saber tratar as mulheres”. Esse oficial é visto como pessoa educada, pois, desde o período enfocado, é estudioso de regras de etiqueta e de conduta social⁹¹. A própria idéia da natureza feminina subsiste nessa escolha, pois a função designada a essas futuras sargentos de polícia é fazer parte de uma imagem civilizatória, como anfitriãs visíveis na cidade, tal qual a idéia que Bourdieu enfatiza:

Direcionadas à gestão do capital simbólico das famílias, as mulheres são logicamente levadas a transportar este papel para dentro da empresa, onde se lhes pede quase sempre para coordenar as atividades de apresentação e de representação, de recepção e de acolhida [...], e também a gestão dos grandes rituais burocráticos que, tais como os rituais domésticos, contribuem para a manutenção e o aumento do capital social de relações e do capital simbólico da empresa⁹².

Já classificadas e descritas pelo Termo de Inclusão, cabe agora a nomeação individual. A estrutura militar utiliza a idéia da tradição que um sobrenome encerra, tal qual uma nobreza feudal, os guerreiros, a família, o sobrenome é a base da nomeação individual. No caso das alunas do 1º CFS PM Fem, a base da nomeação é inversa, pois é necessária a distinção e a identificação pelo “sexo” em todas as instâncias, documentação etc. É preciso saber sempre, mesmo que distante do olhar, que se trata de uma mulher e isso o sobrenome não permite. Sobrenomes são masculinos⁹³.

[...] fiquei como “Aparecida” aqui porque quando nós entramos tinha Rita da Silva [...], lá de Cruzeiro do Oeste, e eu era Rita Aparecida. O Josué disse que não queria nome masculino para nós [...] então

⁹¹ Em 2004, o então Cel. PM RR Josué Lemos da Silveira publicou um livro sobre etiqueta social. Atualmente é professor de Etiqueta Social nos Cursos Superiores de Polícia da Academia Policial Militar do Guatupê, no Paraná, tendo trabalhado também como professor convidado na Casa Militar e no Cerimonial do Palácio do Iguazu, sede do governo do Paraná. “Gente educada é outra coisa! Não se trata de ser chique ou sofisticado: ter boas maneiras, se vestir bem, saber o que pode e o que não pode ser feito na sociedade, significa um profundo respeito por si mesmo e pelos outros. No mundo das grosserias que nos cerca, as pessoas polidas se destacam social e profissionalmente”. SILVEIRA, Josué Lemos. *Etiqueta social: pronta para usar*. São Paulo: Marco Zero, 2004.

⁹² BOURDIEU, Pierre. *A dominação simbólica*.... op. cit., p. 119. Dentro dessa mesma lógica, Elias descreve o papel civilizatório de castelãs nas grandes cortes européias, a partir do século XII, para a contenção das pulsões masculinas, o comedimento, as boas maneiras perante as mulheres. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do o estado e civilização*. v. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

⁹³ Optar pelo “nome de guerra”, utilizando-se do sobrenome é permitido para as mulheres policiais militares somente após ascensão na carreira como oficiais.

ela seria a Rita e eu seria a Aparecida [...] ele não colocaria nem Oliveira nem Silva. Ela Rita e eu Aparecida⁹⁴.

Se, por um lado o curso de Formação de Sargentos Femininos, comparativamente à formação dos praças masculinos, mostra-se amenizado, pois protegido, no que diz respeito aos horários, alimentação e limpeza, por outro lado, o corpo feminino encontrará regras específicas de conduta.

Quando é pensada e, logo em seguida, instituída a “Polícia Feminina”, por parte da instituição não se estabelece claramente como a mulher-policial deveria se portar. A normatização do corpo feminino policial acontece durante o processo concreto da inclusão: o curso de formação e a posterior ocupação no cenário urbano curitibano. Pode-se afirmar que, gradativamente, encarcera-se o corpo material e simbólico a partir da existência concreta dele na instituição militar. Ou seja, a polícia militar não sabe “como conter”, pois ainda não sabe como ele se porta concretamente, ela o sabe apenas de forma idealizada.

Para tanto, logo após a Homologação das Matrículas ao 1º CFS PM Fem⁹⁵, é baixada a Portaria nº. 232/77, aprovando a Diretriz nº. 046/77⁹⁶ do CFAP, a qual visava “estabelecer normas para os procedimentos a serem adotados pelas integrantes do Curso de Formação de Sargentos Femininos”. A Diretriz logo de início enfatiza a “peculiaridade” do novo quadro, uma vez que além das transgressões previstas pelo RDE, Regulamento Disciplinar do Exército, o qual dispunha sobre o comportamento de todo o quadro policial militar, fixa uma lista de oito transgressões específicas às mulheres. As proibições, a saber:

Além das transgressões disciplinares previstas no RDE, são consideradas, ainda em função das peculiaridades deste novo quadro, as seguintes: a. Comprometer-se irregularmente com encargos de família; b. Fazer-se acompanhar, quando uniformizada, salvo se estiver em missão ou serviço; c. Freqüentar, uniformizada, cafés, bares ou estabelecimentos similares, salvo em missão ou serviço; d. Freqüentar, quando uniformizada, cinemas, teatros, casa de diversões e similares, salvo em missão ou serviço; e. Fumar em serviço, estando uniformizada ou não; f. manter relacionamento ou amizade com pessoas de reputação duvidosa; g. Receber visitas nos postos de serviço ou interior do aquartelamento. h. Usar quando uniformizada, cabelos cumpridos, de cor diferente do

⁹⁴ Entrevista 04A1, op. cit.

⁹⁵ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Geral, n. 218, 23 nov. 1977.

⁹⁶ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Geral, n. 219, 24 nov. 1977.

natural, com penteados exagerados, perucas, maquilagem excessiva, unhas longas ou com verniz de cor⁹⁷.

As transgressões específicas baseiam-se na moral sexual exigida: tornar-se mãe ou esposa sem estar legalmente casada; proteção à farda pela não proximidade com homens; a relação entre o ato de fumar e a imagem de masculinidade a ser evitada; parecer excessivamente feminina, sensual, quando uniformizada, não condizendo à imagem assexuada idealizada. Tudo era proibido, lembra uma das alunas, enquanto outras pessoas pelo planeta gritavam em coro o clássico “é proibido proibir”⁹⁸.

Ainda sobre os encargos familiares, era vedado mesmo que sob a forma legal “contrair matrimônio” e ou amasiar-se durante o curso de formação⁹⁹.

A preocupação com a chamada apresentação pessoal estabelece uma série de proibições relativas à aparência física. Sendo o cabelo feminino a maior preocupação do documento:

Visando a boa apresentação pessoal das componentes do Pel Pol Fem, fica proibido o uso de penteado exagerado (cheio, alto etc.), cobrindo a testa, ainda que parcialmente (franja, pastinhas), bem como o uso de quaisquer postiços¹⁰⁰.

Marca principal da feminilidade perante o olhar masculino da instituição, o cabelo precisa ser mantido, contido e padronizado. Em todas as diretrizes normatizadoras específicas ao corpo feminino, essa será uma preocupação constante. São experienciadas regras e proibições, no decorrer da elaboração de diretrizes subseqüentes, na tentativa de traduzir para o código escrito o que a instituição não suportava visualizar na composição farda-feminino. “O padrão exigido é o apresentado pelas gravuras anexas à presente Diretriz, admitindo-se o uso de cabelos presos, desde que não prejudique a estética e o uso correto da cobertura”¹⁰¹.

⁹⁷ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Geral, nº. 219, 24 nov. 1977.

⁹⁸ Entrevista 06A, op. cit.

⁹⁹ Prevendo gestações para um futuro pensado como distante, essa mesma Diretriz fixava a aplicação da Lei Estadual nº 6174, de 1970 – Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado – às gestantes, ficando proibido o uso do fardamento após cinco meses de gestação.

¹⁰⁰ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Geral, nº. 219, 24 nov. 1977.

¹⁰¹ Ibidem.

São produzidas fotos para padronizar a aparência desejada e impossível de verbalizar nos escritos devido às minúcias da imagem feminina. As fotos produzidas pela 5ª seção – EM¹⁰², com as próprias alunas policiais militares como modelos, têm posições corporais diferenciadas para melhor visualização dos detalhes, que padronizam o cabelo curto e comprido. O cabelo considerado curto é aceitável desde que cubra as orelhas. Cabeça sempre ereta e a posição militar de descansar¹⁰³. Além do cabelo, as fotos uniformizam a posição correta da denominada “cobertura” (o quepe), sem a qual os militares não podem deslocar-se em locais abertos.



Foto 1: Padrão cabelos curtos e compridos presos, vistos de perfil.
Fonte: Museu da PMPR.

¹⁰² 5ª Seção do Estado Maior que tem a função de relações públicas da PMPR.

¹⁰³ Coluna e cabeça ereta com as mãos cruzadas atrás do corpo; mão esquerda segurando o pulso da mão direita fechada.



Foto 2: Padrão cabelos compridos presos, vistos de perfil.
Fonte: Museu da PMPR.



Foto 3: Padrão de cabelos compridos, com cobertura, presos, vistos de frente.
Fonte: Museu da PMPR.



Foto 4: Padrão de cabelos curtos, com cobertura, vistos de frente.
Fonte: Museu da PMPR.



Fotos 5 e 6: Padrão de cabelos compridos presos, com e sem cobertura, vistos de frente.
Fonte: Diretrizes n.ºs. 48/77 e 77/79.



Fotos 7 e 8: Padrão de cabelos compridos presos, com cobertura, vistos de perfil.
Fonte: Diretrizes nºs 48/77e 76/79.

Algumas fotografias constantes em anexo à Diretriz nº. 046/77 serão reutilizadas na Diretriz nº. 076/79. A primeira Diretriz possibilita a apresentação do cabelo fora do padrão a partir de pedido e autorização expressa do comando respectivo:

A policial militar que necessitar usar no corte de cabelo ou penteado diferente do aqui previsto, para encobrir defeito físico, só o poderá fazer mediante autorização, devidamente justificada, do respectivo comandante¹⁰⁴.

Defeito este considerado mais aviltante ao ideal militar do que o próprio cabelo. Nas palavras do Cel. Valla “o cabelo comprido e o quepe em cima parecia um negócio... (levanta os braços). Tinha que adotar uma certa postura no sentar, um certo cuidado, o brinco, imagine o militar com um brinco de argola de um palmo!”¹⁰⁵.

Para Perrot¹⁰⁶ “os cabelos são a mulher, a carne, a feminilidade, a tentação, a sedução, o pecado”, sugerindo sempre a presença descontrolada da natureza. Para os militares raspar ou manter curtos os cabelos é tanto uma questão de higiene quanto de disciplina pautada na necessidade de homogeneização, tal qual a

¹⁰⁴ Ibidem.

¹⁰⁵ Entrevista 05B, op. cit.

¹⁰⁶ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 52.

disciplina carcerária que ordena as aparências através do controle das cabeleiras. Enquanto para as mulheres o cabelo “é o sinal mais visível da feminilidade”¹⁰⁷ a virilidade se proclama através dos cabelos curtos ou raspados.

Unhas longas e verniz de cor são banidos. A imagem que vai se definindo, norma a norma, de proibição em proibição, de diretriz em diretriz, com relação a essas mulheres não maculadas simbolicamente pelos encargos familiares (não têm filhos) é paradoxalmente a da assexualidade materna.

A não padronização da nomenclatura militar referida ao agrupamento feminino encontrada com grande diversidade nos documentos, deve-se ao ineditismo desse processo: PF, Pfem, PM fem ou Pel Fem, Pel PF, Pel Pol Fem até o padrão adotado de Pel PM Fem. Na maioria das vezes a denominação deixa de lado o termo *militar*.

O período transcorrido da inclusão, 20 de outubro, até a aula inaugural em 03 de novembro de 1977, é utilizado para intensivamente ensinar ao grupo a hierarquia e a disciplina militar. Tratamento de choque para civis, a exposição das regras de conduta próprias aos militares apresenta-se como um ritual de passagem intensivo para ingressas na caserna. A Ordem Unida vai ser a base da primeira ordenação do corpo militar. Antes mesmo de se iniciarem as aulas propriamente ditas, disciplinas específicas, com instrutores e horários pré-determinados, esse primeiro grupo aprende a marchar. Unidade e ordem passam a ser introjetadas ao corpo civil a fim de transformá-lo em militar: continência, direita e esquerda volver, hinos e gritos de *guerra*, tipos de marcha etc. Inicia-se a interiorização do militarismo nesses corpos civis femininos a fim de fixar respostas imediatas e padronizadas ao ordenamento e aos horários.

Passados 20 dias da publicação do Termo de Inclusão, nas matriculas homologadas ao 1º CFS PM Fem, constam quatro mulheres a menos. Segundo o comandante do CFAP:

Houve três ou quatro que desistiram não me lembro quantas, mas foi uma desistência mínima possível. Tanto é que todas se adaptaram e mostraram uma integração da disciplina e da hierarquia, essa novidade que parece tão novidade não é nada. Hierarquia e disciplina existe em todo o mundo, apenas na vida

¹⁰⁷ Ibidem. Perrot analisa o ato de cortar os cabelos como sinal de emancipação nos anos de 1920 e 1930 e a aceleração desse movimento com a 1ª Guerra Mundial (p. 59-61) e também a *tosquia* de mulheres ensejada como um processo punitivo de dessexualização (p. 61-62).

militar isso é um pouquinho mais exacerbado, mas é normal. Para a pessoa que vem de fora parece algo assim extraordinário, mas não é nada disso, apenas se exagera um pouquinho, lá tem a continência, algumas regras de relações entre o superior e o subordinado que é um pouquinho mais acentuada em relação ao civil. Agora em qualquer organização tem que haver respeito, tem que haver ordem, tem que haver certa hierarquia para que possa haver desenvolvimento, para que possa haver progresso etc., mas foi uma adaptação boa, me lembro foi uma adaptação boa¹⁰⁸.

E, ainda, o comandante da escola:

Agora, onde elas tinham dificuldade: as pessoas que tinham maior escolaridade, com mais idade elas questionavam. Passou aquele momento de empolgação, de fantasia, da euforia, daí elas começam a perceber a realidade, qual seria realmente a atividade, ah.... ah... o salário, inclusive, a questão salarial, e umas daí vêem que não era aquilo que elas imaginavam que seria. Aquilo não era um conto de fadas. Era uma realidade, uma nova percepção, mas que já tinha um objetivo pré-estabelecido, era a realidade da polícia militar e que dentro de um foco feminino, dentro de uma realidade feminina. [...] o 1º grupo, dentro do primeiro grupo de mulheres, algumas já nas primeiras semanas foram pedindo desligamento, desistindo, porque não davam mesmo para o perfil, o que elas imaginavam que seria... e não era de repente colocar uma roupa militar e ela sair desfilando, não existia esse conceito. Era um conceito profissional, totalmente profissional¹⁰⁹.

O número total de desistências durante o 1º CFS Fem chegou a 15, perfazendo 35% do número de iniciantes. Somente nos primeiros três meses, 8 mulheres deixaram de participar do curso.

A não adaptação à hierarquia militar é, também, na lembrança de mulheres que participaram desse grupo relacionada à idade: mais jovens, mais fáceis de “moldar”, ao passo que as com mais idade e com maior capital cultural em estado institucionalizado e, conseqüentemente, maior capital simbólico buscado pela instituição, desistiram em maior número. Fato que não se comprova nos documentos analisados.

Uma das “mais jovens” do período relata:

Saíram várias: umas por problemas familiares, outras por não se adaptarem [...] simplesmente, se desligavam. Achavam que era muito difícil, a disciplina militar, as regras a cumprir, a hierarquia também [...] muitas foram desistindo, eram muitas mulheres, tinha

¹⁰⁸ Entrevista 05B, op. cit.

¹⁰⁹ Entrevista 04B, op. cit.

mulheres até de mais idade, a gente era do grupo das mais jovens, de mais idade saíram bastante¹¹⁰.

De maneira ambígua, as mulheres de mais idade e/ou universitárias apresentam-se como representantes e representativas da imagem de Polícia Feminina e, ao mesmo tempo, menos adaptáveis, no entender da própria instituição: “[...] pessoas com segundo grau, mais novas, 18, 19 anos talvez sejam mais moldáveis”¹¹¹.

O quesito idade, no entender da militarização das condutas, não será, no entanto, o principal fator de classificação-divisão interna do grupo. Aos poucos é visível uma diferenciação interna, quando o próprio grupo passa a se ver a partir das premissas da instituição. Denominadas à baixa voz de “as sangue-azul”, as universitárias e/ou parentes de oficiais da Polícia Militar (filhas, primas, sobrinhas, irmãs) seriam sob o olhar das demais a elite dentro da elite¹¹².

A negação da contradição ou do desvio à norma faz parte da idéia de coesão necessária ao militarismo. E a idéia de “jovens mais fáceis de moldar” se contradiz com a idade das desistentes, das quais 73% tinham entre 19 e 23 anos de idade e 27% acima de 25 anos.

Para oficiais masculinos, a passagem de civil à militar não acontece de forma conflituosa no processo de transformação dessas mulheres, pois “as mulheres são mais dóceis... são mais disciplinadas”, ou ainda:

[...] ela era uma menina [...] ela pode ser moldada assim quase que integralmente vamos dizer assim, naquele perfil que deveria ser a policial feminina. Diferentemente das pessoas que já têm nível universitário, então ela já tem um perfil, ela está com uma visão já definida, de quais são os valores, de quais são as referências, não só na condição profissional, mas na condição familiar, na condição social. Então, eu acredito que pessoas com 2º grau, mais novas, com 18, 19 anos talvez sejam mais moldáveis... [...] As pessoas sabem, o mundo funciona dentro de uma hierarquia [...] problema elas não tiveram [...]. Existia o regulamento, as regras foram sendo colocadas, e quem infringia era punido, como é o homem punido, mulher foi punida. E elas não questionavam isso só...¹¹³.

¹¹⁰ Entrevista 03A, op. cit.

¹¹¹ Entrevista 04B, op. cit.

¹¹² “[...] ela passou a ser assim: um instrumento de elite dentro da organização, mas sem aplicação na vida operacional”. Entrevista 06B, op. cit.

¹¹³ Entrevista 04B, op. cit.

As policiais militares femininas sempre foram mais rígidas do que o masculino. Então todas elas, todas elas internalizaram muito bem e à risca, porque como eu falei, a mulher não sai da linha nesse processo, ela cumpre o que está escrito¹¹⁴.

Para algumas soldados de 1ª Classe, o militarismo tanto chocava:

[...] eu era assim bastante extrovertida, não sei como... de adaptar ao militarismo [...] Ele era 2º Tenente e a gente gostava muito das aulas dele, então eu gostava de esclarecer todas as dúvidas, a aula acabou e eu cheguei lá na frente e perguntei para ele se podia me esclarecer uma coisa: ele olhou todo empertigado mostrou a estrela dele e disse: você não – o Senhor! Então eu disse: está bom senhor, não quero saber mais nada¹¹⁵.

Foi difícil, foi difícil, porque você... como cidadã comum não está habituada com certas coisas tipo caserna¹¹⁶.

[...] no [mundo] civil é diferente, mas existe uma hierarquia de qualquer forma, nas relações... [...] a gente era bastante jovem e não tinha nem a noção do que era conviver dentro de uma sociedade militar [...] Então as regras bem impostas é.... regulamento, horários definidos... eu acredito que para nós foi impacto muito grande e a adaptação também foi lenta. A partir do momento que as coisas se somavam através de regulamentos, ordens etc. e tal, algumas se interrogavam o porquê daquilo e a gente durante todo o curso, a gente se perguntava qual a razão de ser... como eu disse, a adaptação. [...] aquelas que não conseguiram modificar a sua conduta o seu comportamento e até certas normas acabaram saindo!¹¹⁷.

Da vida civil para a vida militar você sabe o que é... eu já digo nem é da água para o vinho, é da água para óleo mesmo, é difícil para mudar, é difícil para mudar, e muitas vezes exigiam, por sermos mulheres, poucas dentro de uma corporação de homens, parecia que estava lá no mato, encostou vai ficar grávida, vão ter que casar, nós não podíamos adentrar no alojamento masculino...¹¹⁸.

[...] eu gostava da ordem unida, era fácil de aprender, nós fazíamos várias movimentações de ordem unida. E... era bom¹¹⁹.

Quanto atraía:

[...] você passa para uma vida militar ela muda, ela dá uma viravolta na vida da gente, e muito grande, os contatos com fardados, com militares, com professor... tudo militar, então ali já começa a

¹¹⁴ Entrevista 06B, op. cit.

¹¹⁵ Entrevista 03A, op. cit.

¹¹⁶ Entrevista 06A, op. cit.

¹¹⁷ Entrevista 01A, op. cit.

¹¹⁸ Entrevista 04A2, op. cit.

¹¹⁹ Entrevista 03A, op. cit.

adaptação [...] e eu amei o primeiro dia de ordem unida que era marcha, que era entrar em forma, que era fazer meia volta direita... esquerda, prestar continência¹²⁰.

[...] sou filha de militar, meu pai até então era capitão da Polícia Militar, eu já era acostumada com o regime, com a própria hierarquia. [...] era acostumada com meu pai! Era fresco lá. [...] eu sou “cria” de militar¹²¹.

Aceitar e obedecer à subordinação hierárquica dentro de rituais exacerbados, contradizendo a imagem de docilidade e submissão característica das mulheres, esse é o principal obstáculo encontrado por esse grupo. Alto índice de desistência comparado ao das escolas de formação de policiais militares masculinos. Mapeando os Termos de Encerramento publicados nos Boletins Gerais, de maio a dezembro de 1977 e de fevereiro a maio de 1978, obtêm-se os índices de desistência nos cursos de formação das praças masculinos respectivamente de 14,23% e 12,6%.

Por outro lado, o atrativo do militarismo se dá pela liberação do corpo propriamente dito, o qual força a extrapolação dos limites da feminilidade encarceradora. Mesmo que a idealização e o discurso da PMPR tenham por base o encarceramento do feminino nos limites do estereótipo da essência natural, é exigido às soldados de 1ª classe a ação, o movimento, a superação de seus limites corporais, principalmente a partir das disciplinas práticas.

Para as aulas propriamente ditas e devido à preocupação extraordinária declarada, foram designados os “melhores instrutores que nós tínhamos, os melhores oficiais”¹²², que eram responsáveis para ministrarem disciplinas específicas sobre as técnicas policiais militares: TPM I e II¹²³; Legislação Policial Militar; Cultura Jurídica¹²⁴; Operação de Defesa Interna e Territorial – ODI¹²⁵; Armamento e Tiro;

¹²⁰ Entrevista 02A, op. cit.

¹²¹ Entrevista 07A. Curitiba: 27 set. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (49 min.).

¹²² Entrevista 05B, op. cit. Em que outra entrevistada completa: “houve uma seleção [...] não creio que foi assim, todo e qualquer oficial que deu aula para nós foram oficiais escolhidos a dedo”. Entrevista 03A, op. cit.

¹²³ TPM I: conceitos básicos de segurança pública; policiamento ostensivo; escolta de presos; presídios; campo de futebol; movimentos grevistas; comícios; codificação das ocorrências; TPM II: abordagem policial militar; perseguições; providências em local de crime; uso e emprego de algemas e cassete; condução de preso.

¹²⁴ Crime, ação penal, código penal brasileiro, crime militar etc.

¹²⁵ Comportamento da multidão, agentes químicos, controle de tumulto, segurança física de instalações.

Viaturas; Comunicação; Defesa Pessoal; Primeiros Socorros; Educação Física; Informações; e ainda a Ordem Unida. A disciplina de Armamento e Tiro, dividida em aulas teóricas e práticas, era realizada no estande do Exército, e a de Defesa Pessoal era ministrada por uma civil, uma vez que o contato corporal é inevitável. Estas seriam as disciplinas comuns com relação à formação dos praças masculinos e além destas, foram criadas outras duas: “elas tinham umas matérias diferenciadas, [...] serviço social e psicologia”¹²⁶.

Um dos principais pontos para a formação/transformação desse agrupamento feminino em policiais militares foi o contato e domínio com armamentos, a defesa pessoal e a educação física. Três disciplinas que recriavam o feminino:

[...] essa parte prática que foi o desafio. E na defesa pessoal, digo tanto na defesa pessoal, na educação física e no tiro, era o impacto daquela adolescente que nunca pensou que teria a oportunidade, entre aspas, de pegar uma arma e de receber instruções para o tiro. [...] O contato com arma, as primeiras aulas, para mim, ela acabou sendo até traumática, o contato com a arma... apesar que a gente teve a parte teórica! A parte de conhecer o armamento! O limpar, primeiro montar e desmontar o armamento, você conhecer o armamento para depois você fazer o uso dele. [...] Eu acho que pra todos teve uma questão de impacto, eu mesmo quando peguei o revolver chamei meu instrutor e pedi que ele me desse um tempo! Aquele tempo para você repensar... para você suspirar, e depois você fazer sua instrução prática do tiro, eu acho que pra mim foi um impacto muito grande, ter uma arma na mão e fazer uso dela¹²⁷.

[...] eu ia lidar com arma [...]. A primeira vez que eu peguei no revólver eu tremi, senti um friozinho na barriga, também porque aquele revólver um revolvão (risos)... 38 cano longo. Fiquei meio apreensiva no começo, mas depois que eu toquei nele eu me lembro que comecei a abrir sabe... vê cão, vê alça de mira, aí você começa a aprender, se familiarizar com aquelas palavras que você não sabia nem o que eram. Nunca tinha ouvido falar em alça de mira, num cão, cão que você conhece é de quatro patas (risos). Então daí você se familiarizando com aquele revolvão na tua frente ali, desmonta, monta, engraxa, e daí vem o tiro, o primeiro tiro! Lógico! Foi um baque no braço, tem que ter firmeza mesmo [...], daí você percebe que tem que ter segurança na mão, no pulso... para o revólver não ricochetear pra trás... é... foi uma experiência muito bonita, muito boa¹²⁸.

¹²⁶ Entrevista 05B, op. cit.

¹²⁷ Entrevista 01A, op. cit.

¹²⁸ Entrevista 05A, op. cit.

[...] era uma novidade muito grande: TPM, que era Técnica Policial Militar, para nós aquilo a gente nunca ouviu falar na vida, e nós tínhamos essa matéria. Técnica policial militar: como abordar, como prender, como prevenir, como atirar, como se defender, então era realmente uma novidade muito grande. Você saía da sala de aula dessa matéria bem policial, aí você ia para quadra. Na quadra nós tínhamos a defesa pessoal, que era um judô, um treinamento para o nosso físico, para nos defendermos, para atacarmos alguém se fosse preciso. Depois dessa aula, a gente já tinha já uma técnica de tiro, que é muita novidade você pegar num revólver e ir atirando. Muito, muito interessante, é uma coisa assim sabe, você pode até dizer: não, não vou fazer isso, eu não quero... eu não vou, mas depois você vê que... Pensava a gente pensava, eu acho que não vou atirar, [...] ou num treinamento de subir em corda, como fizemos no bombeiro também. Ah... é altura, eu não vou me atirar de lá, eu não vou fazer isso, depois você vai vendo que é uma coisa normal, é uma coisa comum¹²⁹.

Corpo que escapa a si, o corpo da mulher, diferentemente do masculino é, segundo Beauvoir, tomado de si no período da adolescência com a imposição da recusa dos jogos da violência:

[...] a violência é a prova autêntica da adesão de cada um a si mesmo, as suas paixões, a sua própria vontade, recusá-la radicalmente é recusar-se toda a verdade objetiva, é encerrar-se numa subjetividade abstrata; uma cólera, uma revolta que não passa pelos músculos são coisas imaginárias. É terrível frustração não poder inscrever os movimentos de seu coração na face da terra¹³⁰.

Contraditoriamente, a PMPR reforça a imagem estereotipada através da missão, dos espaços, da separação, na inclusão na caserna, ao mesmo tempo em que impõe ao corpo feminino a apreensão de técnicas que rompem com a idéia de si que esses sujeitos possuem. Receio e medo transformados em controle e superação. A arma e o corpo: símbolo viril controlado e o próprio corpo extrapolado em seus limites.

Para transformar mulheres em sargentos policiais militares era necessário: submeter o corpo feminino às regras militares e às regras específicas à “feminilidade”; aprender técnicas policiais militares também destinadas aos praças

¹²⁹ Entrevista 02A, op. cit.

¹³⁰ BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 69.

masculinos e o ordenamento da “marcha”¹³¹ que militariza os gestos; e, por fim, aperfeiçoar o “já sabido”: psicologia e assistência social.

Durante oito meses o número de mulheres vai se reduzindo enquanto se nega a contradição. O “não-adaptar-se” corresponde à materialidade do corpo feminino que transgride as normas impostas. Boatos de gravidez, namoro com policiais, são assuntos revelados em baixa voz.

[...] a gente nem ficou sabendo, poucas, poucas creio entre as do curso ficaram sabendo que ela... eu fui uma das que não ficou sabendo... que ela tinha casado... ela escondeu... a gente nem tocava no assunto. [...] uma delas ficou grávida e fez o curso e estava grávida! No 1º curso, na 1ª turma. [...] Ela saiu. Então ela ficou grávida. E ela era gorda. E eu na minha santa ignorância jamais percebi¹³².

[...] dessas vinte e sete, uma daí entrou com um recurso [...] um recurso no Supremo Tribunal por ter sido obrigada a... não sei ao certo... mas enfim, como eu não vi o processo... ela viajou para São Paulo e na volta ela pirou da cabeça, nós tivemos após a formatura, nós fomos uma semana para São Paulo, ver a experiência delas etc. Ela retorna bem louca de lá.... poucos dias depois ela pediu a baixa, ela foi forçada a pedir a baixa do concurso, e daí aprovada e tal que ela fez o concurso, está em vigor. [...] Até gostaria que você conversasse com a subtenente Luzinete. Ela passou no vestibular para a escola de oficiais foi uma das colocadas, não concluiu o CFO porque ela não podia efetivar a matrícula por uma condição que ela sofreu então como aluna sargento, casou-se, embora o marido dela também fosse aluno sargento, ela sofreu punição e ele não, ela ficou dez dias presa. O que ocorreu com ela? Quando ela entrou na escola de Oficiais ela foi o ano todo batalhando a inscrição dela, a matrícula e não conseguiu. [...] Porque ela casou e porque ela casou sem avisar. As duas coisas. Porque o regulamento era claro [...] como ela casou, e casou sem avisar dupla punição, pagou um preço caro¹³³.

Além das transgressões não toleradas em voz alta, as punições derivavam de: “correu o fio da meia”; “o cabelo estava desalinhado”; “não me arrumei a tempo”; “estava fumando”; “mascava chicletes”; “esqueci a cobertura”, “essas coisas pequenas”. São as minúcias que escapavam a elas, mas não ao olhar militarizado.

[...] um dia eu sai fumando do colégio e era proibido, o tenente [...] me advertia, aquela coisa toda... e eu olhei e prometi que eu não iria

¹³¹ Efetivada de forma ostensiva nas ruas ao redor do Colégio da Polícia Militar.

¹³² Entrevista 03A, op. cit.

¹³³ Entrevista 04A2, op. cit. 28 set. 2006.

mais fazer isso (risos). Não era para ele que eu tinha que prometer, eu tinha que me preocupar com a minha família, eu prometo que não vou mais fumar... eu peguei uma detenção por sair fumando, ficávamos detidas e não poderíamos pernoitar¹³⁴.

Deslocamento com chiclete fardado, cigarro na mão! Na escola ou no trânsito fora da escola. Não poderia mascar chicletes, o cabelo tinha que ser bem preso, não poderia ter um fiozinho solto, e... fardamento impecável, coturno limpo. Nossa! Bota brilhando. Esse tipo de coisa, então não podia usar jóia, única jóia era o relógio. Então se viam usando alguma coisa já cobravam. Mascar chicletes, tinha uma turminha que gostava de mascar chicletes, já era cobrado, essas coisinhas pequenas assim sabe?¹³⁵.

De forma contrária, as transgressões maiores, aquelas não visíveis através do penteado fora do padrão e não dizíveis, mesmo através da distância temporal, escapavam à instituição, mas não às policiais investidas de sua própria corporalidade.

Para dar visibilidade ao grupo em formação, a PMPR convocou a imprensa curitibana à apresentação oficial das alunas policiais militares, em março de 1978, faltando três meses para o término do curso. No museu da PMPR encontram-se recortes jornalísticos desse encontro, os quais, arquivados pela 5ª Seção do Estado Maior, passaram a fazer parte do museu, a partir de um momento impreciso em que o processo de inclusão de mulheres na corporação foi julgado como historicamente importante¹³⁶. A 5ª seção EM tem a função de relações públicas da PMPR: contato com a imprensa, produção de *releases*, fotografias e até vídeos a serem veiculados nos meios de comunicação. Mais ainda, é responsável pela seleção e arquivamento de notícias relativas à PMPR que são veiculadas na mídia. Seção responsável em dar visibilidade à imagem que a PMPR faz de si: buscando, produzindo, selecionando e arquivando. Inserida num processo circular de informações, uma vez que esta seção produz eventos e notícias para publicação na imprensa e arquiva o que foi publicado como testemunho factual de uma realidade construída.

Através dos recortes de periódicos presume-se, pelo teor das reportagens e pela cronologia dos relatos, mesmo que sem identificação da data, como sendo algumas anteriores e outras posteriores à apresentação oficial do 1º Pel PM Fem.

¹³⁴ Entrevista 07A, op. cit.

¹³⁵ Entrevista 05A, op. cit.

¹³⁶ Alguns recortes jornalísticos apresentados foram fornecidos pela Sub-tenente Nueli Primão.

Em comum aos recortes de jornais, a ausência de um método cuidadoso enquanto documento de arquivo. Em alguns casos é visível o privilégio da imagem fotográfica em detrimento do texto (ANEXO F) e até da manchete (ANEXO E, recorte superior). Em parte dos documentos foram recortadas até palavras completas do texto da reportagem, e na maioria dos casos não consta nome do jornal, data da publicação, página da reportagem etc.

Mesmo que para um trabalho de análise sobre representações das primeiras policiais militares na imprensa curitibana seja prejudicado pela ausência daqueles elementos, tais recortes jornalísticos são importantes nesta pesquisa para compreensão da memória oficial, pois o Museu da PMPR resguarda esses documentos como testemunho de seu próprio discurso de inclusão de mulheres.

Com base nos textos das reportagens, constata-se que a PMPR, ao convidar a imprensa curitibana para a apresentação oficial do 1º Pel PM Fem, também enviou texto explicativo e fotos sobre a escola de sargentos femininos. Nos escritos das reportagens anteriormente publicadas há em comum a missão proclamada pelo Comandante Geral Cel. Frederico Ernesto Virmond:

Com o crescimento da civilização e com o avanço da criminalidade, dos desajustados, hoje absorvendo uma faixa importantíssima de nossa pirâmide social, o menor delinqüente de amanhã. É em função dessas necessidades que foi criada a Polícia Militar Feminina, visando **sanar lacunas** existentes [...] **não vieram competir com os homens**¹³⁷.

O “cumprimento do dever”, “tarefa árdua”, “trabalho difícil e muitas vezes triste” são expressões proferidas pelo Comandante Geral durante o evento da apresentação das policiais militares (ANEXO F) e repetidas em publicações posteriores (ANEXO I), levando a crer que se elaborou um discurso, o qual é reproduzido literalmente em diversas ocasiões.

As fotos publicadas em periódicos distintos e anunciando a apresentação oficial à imprensa programada para breve, representam cenas comuns registradas sob ângulos diferentes: as policiais militares em instrução teórica e em aula de Defesa Pessoal.

¹³⁷ ANEXOS A, D, E e F (recorte superior) segundo os recortes jornalísticos trata-se de discurso proferido na ocasião pelo Comandante Geral da PMPR.



Foto 9: "Pelotão de Polícia Feminina na PM" - 1978.
Fonte: Acervo pessoal Sub-tenente Nueli Primão.



Foto 10: "Elas serão as primeiras policiais militares do Paraná."
- 1978
Fonte: Museu da PMPR.



Foto 11: “Polícia treina mulheres para bater em bandido - 1978.
Fonte: Acervo pessoal Sub-tenente Nueli Primão.

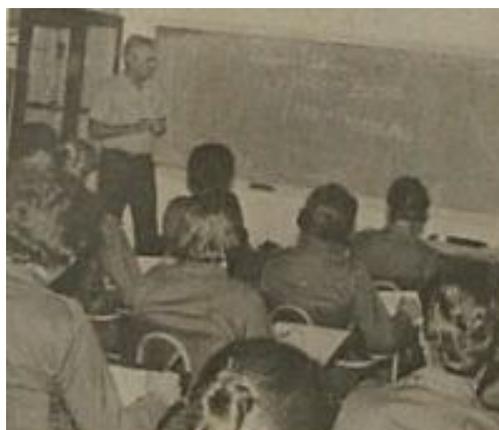


Foto 12: “As aulas atentamente assistidas pelas Recrutas” - 1978.
Fonte: Acervo Pessoal Sub-tenente Nueli Primão.



Foto 13: “Bem preparadas.” - 1978.
Fonte: Museu da PMPR.



Foto 14: "Bem preparadas" - 1978
Fonte: Museu da PMPR.



Foto 15: "Defesa pessoal. Objetivo: imobilizar sem violência" - 1978.
Fonte: Acervo pessoal Sub-tenente Nueli Primão.

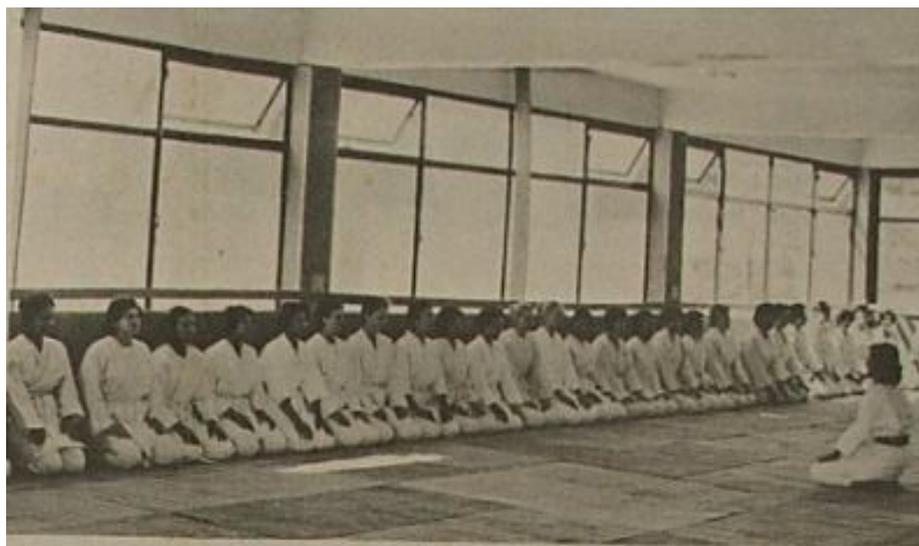


Foto 16: "Esporte e filosofia. A defesa pessoal exige preleções sobre a filosofia que Rege o esporte" - 1978
Fonte: Acervo pessoal Sub-tenente Nueli Primão.



Foto 17: "Em ação a Polícia Feminina" - 1978.
Fonte: Museu da PMPR.



Foto 18: "Aulas de judô são muito importantes para o adestramento das candidatas ao posto de Sargento de Polícia Feminina" - 1978.
Fonte: Acervo pessoal Sub-tenente Nueli Primão.



Foto 19: “Polícia Treina mulheres para bater em bandidos” – 1978.
Fonte: Acervo pessoal Sub-tenente Nueli Primão.

Singularmente, a reportagem com a manchete: “Pelotão de Polícia Feminina, na PM” enfatiza que o fardamento:

[...] baseado na Polícia Feminina de São Paulo, o uniforme foi confeccionado com o objetivo de deixar transparecer a imagem policial feminina, sem embater no **problema** da feminilidade da mulher¹³⁸.

Nessa mesma reportagem, a legenda que acompanha a foto superior enfatiza o caráter *auxiliar* do tipo de policiamento Polícia Feminina. Aplicam-se aqui uma vez mais, as palavras de Pedro¹³⁹ sobre as esferas que permanecem simbolicamente separadas pela autoridade e responsabilidade de “fazer” e de “ajudar a fazer”, sempre que extrapolar as funções, atribuições e qualificações específicas a cada gênero “deslocado” em sua esfera de atuação.

As matérias apregoam que as mulheres policiais militares: “estão preparadas” (ANEXO B); “prontas para entrar em ação” (ANEXOS E e G); “em plenas condições de cumprir tarefas (ANEXO E); “estão preparadas para neutralizar arruaceiros e até mesmo delinqüentes perigosos” (ANEXO D), e “rigorosamente treinadas nos mais difíceis exercícios de briga” (ANEXO C). Entre elas, a charge é o único registro arquivado pela PMPR, que ironicamente coloca esse processo como uma imagem construída.

¹³⁸ ANEXO A.

¹³⁹ PEDRO, op. cit.



Charge 1: Curitiba tem polícia feminina.
Fonte: Museu da PMPR.

De maneira sub-reptícia, fugindo dos textos oficiais da PMPR, manchetes, sub-manchetes e legendas que acompanham as fotos, escapam da sisudez formal, utilizando-se de expressões que contrapõem o masculino e o feminino: “Braços (femininos) da lei” e “charme e força” (ANEXO E). Ou ainda, vão além, contradizendo o texto oficial da reportagem: “mulher para bater em bandidos”, “por a cidade em ordem”, “os marginais que se cuidem” (ANEXO C); “mulheres armadas saem à rua” (ANEXO G).

Nas reportagens publicadas posteriormente a apresentação oficial do 1º Pel PM Fem, a ênfase das fotos recai sobre o domínio feminino do armamento.



Foto 20: "Em ação a Polícia Feminina" – 1978.
Fonte: Museu da PMPR.



Foto 21: "Braços femininos da lei" - 1978.
Fonte: Museu da PMPR.



Foto 22: "Em ação a Polícia Feminina" - 1978.
Fonte: Museu da PMPR.



Foto 23: "Em ação a Polícia Feminina" - 1978.
Fonte: Museu da PMPR.

Nas manchetes, sub-manchetes e legendas que acompanham o texto e as fotografias a contradição está presente. Uma mulher policial militar, cuja missão não é “prender bandidos”, nem competir com as funções dos policiais militares masculinos. Ligada pelo discurso legal às crianças, idosos e demais mulheres, aparece concretamente preparada para realizar tarefas militarizadas: postura ereta, posição de descansar masculina, olhar firme no horizonte, farda parecida com a masculina. O fardamento utilizado nas demonstrações e durante o curso de formação não é o pensado para o trabalho de rua, destoando da farda do policial militar masculino somente pela “bota”, ao invés do coturno, e pelas curvas femininas impossíveis de disfarçar.

A ênfase na capacidade técnica das policiais militares – habilidade para luta e domínio das armas¹⁴⁰ – será a base da demonstração à imprensa. Nessa primeira apresentação pública do pelotão feminino, os textos produzidos pela PMPR denotam a preocupação com a chegada desse grupo à rua e a defesa enfática da preparação das policiais como militares, ainda que a PMPR não pretenda utilizar-se das mesmas em funções militarizadas.

A manchete que acompanha a foto 24 (ANEXO G) alardeia a existência do pelotão em si, “Mulheres armadas saem às ruas”, ainda que não seja o momento em que as policiais militares sairiam à rua literalmente. Na fotografia, apesar da face sombreada, a identificação como mulher se dá pela mecha de cabelo que, escapando da cobertura/boné e ao padrão, aparece na lateral esquerda.

¹⁴⁰ ANEXO E (recorte superior) exacerbado o posicionamento do corpo para execução do tiro policial.



Foto 24: “Mulheres armadas saem as ruas” - 1978.
Fonte: Acervo Pessoal Sub-tenente Nueli Primão.

Contraditoriamente, nesse momento a imagem apresentada da policial militar destoava da construída pela legislação, regulamentos, normatizações e discursos proferidos oficialmente. Pronta e capaz de ser agente da violência estatal, mas se configurando como o seu oposto para dar “à cidade mais um motivo de orgulho” (ANEXO D).

De minúcias em minúcias, essas mulheres formam-se militares, com direito a revoada de pombos na formatura e batizar a 1ª turma de Sargentos Policiais Militares Femininos do Paraná de “Turma Anita Garibaldi”.

Essas recém formadas sargentos, elite da Polícia Militar do Paraná, irão defrontar o idealizado até então pela corporação com a concretude das relações sociais e de si mesmas nas ruas de Curitiba: nem Liza Minelli, nem Marlene Dietrich. Disso se trata o capítulo seguinte.

III. COMPONDO AS RUAS E A SI MESMA

E... saímos [...]. Como se fosse um passeio¹.

Após análise da construção da categoria mulher policial militar, através do discurso oficial produzido, e da construção objetiva do corpo feminino no interior da caserna, a pretensão neste capítulo é discutir a ambigüidade entre o idealizado e a concretude da corporalidade sexuada perante o trabalho policial militar. Categoria que internamente está sujeita à militarização que exige o ethos viril no corpo feminino.

Corpo construído no mundo social como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão sexualizantes:

Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo, e, antes de tudo ao *próprio corpo*, em sua realidade biológica. Ele constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres².

Bourdieu utiliza-se das expressões “confinamento simbólico” e “cerco invisível” referindo-se ao corpo feminino coagido por trajes e penteados e, pela disciplina inculcada das posturas corporais relacionadas a uma moral específica que contém o corpo principalmente no espaço público. Portanto, as formas de uso do corpo às mulheres são delimitadas pela atitude moral e de contenção que se espera das mesmas³. Beauvoir pondera que a menina é paulatinamente aprisionada no narcisismo de fazer-se de objeto a ser admirado, contido pelas roupas bonitas, caras

¹ Entrevista 5A. Curitiba: 12 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (57 min.).

² BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 18-19.

³ *Ibidem*, p. 39-40.

e delimitadoras, possuindo um “corpo que lhe escapa” pelo uso do próprio ornamento. Corpo que se transforma em “presença embaraçosa no período da puberdade”. Enquanto o feminino aprende a conter-se e a objetivar-se, o masculino realiza nesse período o aprendizado da agressividade, prerrogativa do corpo ativo⁴.

Ao corpo herdeiro de uma estrutura sexuada de dominação é acrescentada a militarização encetada no período de formação policial militar. Militarização que encarcera enquanto corpo controlado e, ao mesmo tempo, esboça a extrapolação dos limites de si, frente ao trabalho concreto de polícia militar na cidade modelo Curitiba, a partir de julho de 1978.

3.1 PAULATINAMENTE À RUA

Trinta e cinco dias após a demonstração do 1º Pel PM Fem à imprensa de Curitiba, é realizada a cerimônia do Juramento à Bandeira, 20 de maio de 1978. Solenidade em que as alunas em formação policial militar serão simbolicamente incorporadas à tropa e passarão a usar o fardamento em espaços extra-caserna. Cerimônia ritualizada de *investidura* policial militar: apresentação do pelotão pelo comandante da escola ao comandante da polícia militar; continência à bandeira durante execução do hino nacional e incorporação do pelotão feminino à tropa policial militar, o qual passa a desfilar frente às autoridades junto aos demais policiais militares. Ritual que dá o direito de uso do fardamento policial, símbolo primeiro de identificação dos militares em geral.

Diferentemente do fardamento denominado de “farda de instrução”, utilizado durante o CFS e na primeira apresentação pública do pelotão feminino, a farda pensada para o trabalho externo da policial e utilizada na cerimônia do Juramento à Bandeira, destoa do fardamento masculino: saia-calça e túnica azul petróleo, camisa azul, gravata e quepe pretos, acrescidos quando em serviço policial militar no futuro próximo de uma bolsa a tiracolo.

⁴ BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 48 et seq.



Foto 25: Bolsa e quepe padrão para praças e oficiais femininos.
Fonte: Museu da PMPR.

Declarado anteriormente pela PMPR (ANEXO A), o fardamento externo contém/mantém a idéia de feminilidade, contrapondo-se ao fardamento de instrução – interno. Esse fardamento teve por base o utilizado pelas policiais femininas de São Paulo, com as variantes das cores específicas às corporações policiais militares: “eles não sabiam o que vestir em nós”⁵. No museu da PMPR, junto às pastas com recortes jornalísticos e fotografias, está também o Regulamento de Uniformes das Polícias Femininas de São Paulo⁶ (RUPM FEM), com rasuras e marcações que selecionam o que deveria ser adaptado para uso das policiais militares do Paraná. Esse processo será orquestrado pela presença da Comandante do Batalhão de Polícia Feminina da PMSP, Cel. Janete Ribeiro Fiúza, na cerimônia do Juramento a Bandeira.

Os recortes preservados no museu da PMPR sobre o Juramento à bandeira das policiais militares, também em sua grande maioria não possuem dados referentes à data, jornal, página etc.

⁵ Entrevista 2A. Curitiba: 13 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (56 min.).

⁶ SÃO PAULO. Secretaria de Segurança Pública - Polícia Feminina. Decreto nº 47.987 de 11 de maio de 1967. Aprova o Regulamento e Plano de Uniformes da Polícia Feminina de São Paulo.



Foto 26: "Continência, como manda o Regulamento" - 1978.
Fonte: Museu da PMPR.



Foto 27: "Prestaram juramento ontem, mas as instruções continuam hoje" - 1978.
Fonte: Museu da PMPR.



Foto 28: "A polícia feminina prestou compromisso ontem"- 1978.
Fonte: Museu da PMPR.

As fotos 26 e 27 evocam, sob ângulos diferentes, o momento da execução do Hino Nacional. O 1º Pel PM Fem participa pela primeira vez de cerimônia oficial na Academia Policial Militar do Guatupê. A foto 28 que acompanha a reportagem (ANEXO I) não é da cerimônia do Juramento à Bandeira, observável pelo uso do fardamento de instrução. Em comum novamente aos textos das reportagens: “muitas fazem cursos universitários” (ANEXO I); “quase 50% das aprovadas contam com formação superior, nos cursos de assistência social, sociologia e pedagogia” (ANEXO H). A foto 29 enfoca a Coronel Janete Ribeiro Fiúza, que veio participar do evento e auxiliar a PMPR com relação ao fardamento e normas às policiais femininas do Paraná, nesse momento prestes a assumirem o trabalho externo. Na imagem uma mulher ereta e constricta enquanto cabisbaixa retoma o texto de sua “palestra” às policiais militares. Na legenda que acompanha a foto no recorte, segundo o jornal, são palavras da coronel: “não são mulheres masculinizadas”:

[...] a polícia feminina, não se destina a funções da delegacia de costumes, nem se trata de mulheres masculinizadas. A PM feminina não é criada para prender marginais e não defende os movimentos feministas. Apenas executa um trabalho de contínuo amor para se atingir a paz social, em setores em que só a mulher tem condições de encontrar a solução⁷.



Foto 29: “Cel. Janete: não são mulheres Masculinizadas” - 1978.
Fonte: Museu da PMPR.

⁷Cf. ANEXO K.

O discurso da Cel. Janete é base da imagem da policial militar feminina apresentada na segunda aparição pública do pelotão feminino. A ênfase recai em afirmar o discurso presente na legislação e demais documentos oficiais, produzidos no momento da criação da idéia de inclusão de mulheres na PMPR.

A interiorização das normas e a auto-coerção presentes no olhar sobre si e sobre o “nós”, em busca do padrão homogeneizador apreendido, ao menos com relação à aparência, são exemplificados na foto:



Foto 30: “Mulher Sargento jura à Bandeira”
- 1978.

Fonte: Acervo pessoal Sub-tenente Nueli Primão.

Durante audição das palavras da Cel. Janete, o fotógrafo pretendeu fixar um momento em que os corpos não estão sendo oficialmente focalizados. Mas a militarização se faz presente mesmo com a ausência da marcha, do desfile, da continência e da voz de comando. Presente no gesto de arrumar o penteado, o coque padrão, a constituição do “eu” militarizado e do “nós” como grupo homogêneo e coeso frente ao olhar objetivador que incide.

No dia seguinte à cerimônia do Juramento à Bandeira, a imprensa é convidada para uma “palestra” com a Cel. Janete. No jornal “Tribuna do Paraná” (ANEXO L) foi publicado erroneamente na primeira página sobre a “Comandante do policiamento feminino do Paraná”. Na primeira parte da reportagem, repetição do

texto da PMPR: sanar lacunas; universitárias; crescimento da civilização; mulher, menor e ancião etc. A Cel. Janete repete à imprensa o discurso proferido às policiais femininas:

[...] a mulher tem sua participação definida dentro de uma sociedade, mas ainda dentro de um órgão de segurança, pois poderá perfeitamente desempenhar um papel de ajuda, proteção e orientação, ao público de um modo geral⁸.



Foto 31: “A comandante Jannete Ribeiro quando palestrava com a imprensa” - 1978.

Fonte: Pasta de recortes jornalísticos - Museu da PMPR

Na foto: três oficiais da PMSP com a postura de “sentar” das militares, com as mãos cruzadas sobre a saia, mão esquerda sobre a mão direita; olhar constrito e concentrado das duas oficiais superiores e o olhar distraído para outro ponto da sala da terceira oficial com grau hierárquico inferior as demais.

A Cel. Janete, partindo da experiência da PMSP, apresenta-se como autoridade legitimada pelo conhecimento empírico decorrente: mulher e comandante de mulheres policiais militares. Tenta repor “nos trilhos” a imagem dessa categoria com relação à primeira apresentação pública do grupo. Na primeira apresentação, organizada pela PMPR, somente oficiais masculinos, visivelmente preocupados com a realidade do trabalho policial militar e a receptividade curitibana às policiais, mesmo que repetindo o ideal de “essência” feminina: a proteção, o cuidar e a função em proximidade com mulheres, menores e anciões, apresentam uma mulher policial

⁸ Cf. ANEXO L.

militar tal qual o policial masculino. O fardamento de instrução, o posicionamento corporal do “descansar” masculino, a ênfase na capacidade de defesa e domínio dos armamentos não serão repetidos nesse processo inicial em eventos públicos após a estadia da Cel. Janete.

No momento do Juramento à Bandeira, a comandante paulista repete a idéia: “a utilização do coração como única arma” e ainda “a mulher não deve querer tomar o lugar do homem” (ANEXO M). Descrevendo a Cel. Janete como sendo “mãe de três filhas”, o jornal declara: “Para ela, o casamento, bem como a maternidade, em nada atrapalha a mulher em suas funções de polícia [...] a jovem deve casar e cumprir sua função como mulher”⁹.

O discurso da Cel. Janete Ribeiro Fiúza será incorporado literalmente na Diretriz específica às policiais femininas do Paraná, elaborada em dezembro de 1979.

Necessário lembrar que a defesa da maternidade individual, e não somente como capacidade e qualidade intrínsecas às mulheres, apresenta-se como uma conquista frente às instituições militares. A comandante, utilizando-se de um argumento baseado na idéia de maternidade como função universal e como defesa do trabalho que compete às mulheres nas polícias militares, defende também o direito feminino de poder ser mãe e policial militar ao mesmo tempo¹⁰. Direito que neste período ainda não possui estrutura legal no interior da instituição.

Toma-se a experiência concreta da PMSP para a manutenção da representação inicial formulada à mulher policial militar e também para resolução de questões práticas a ela referentes: o fardamento; armamento; posições militares (sentido, descansar, sentar etc.); maneira de segurar a bolsa e a utilização da cobertura etc. Uma vez que utilizado enquanto *corpo feminino*, é necessário ressaltar visivelmente a diferenciação nas posturas militares do policial masculino. Esse aprendizado se completa para as policiais militares no Paraná com a presença

⁹ Cf. ANEXO M.

¹⁰ Helena Carreiras defende que a integração feminina às Forças Armadas é comprometida pela relação decorrente entre família e profissão militar. Ambas são colocadas pela autora como “instituições vorazes”, pois dependem de empenho, dedicação e lealdade de seus membros de forma tal que impossibilitam a conciliação com outros tipos de atividades, “pesando” mais ainda às mulheres, uma vez que a maternidade compromete a carreira militar e vice-versa. Carreiras apresenta os seguintes dados sobre as Forças Armadas de Portugal: “apenas 10% dos homens não tinham filhos, essa era a situação para 70% das mulheres”, e ainda “os homens mais graduados apresentavam percentagens de nupcialidade superiores aos menos graduados (89% contra 27%), passando-se exactamente o oposto no caso das mulheres”. CARREIRAS, Helena. Família, maternidade e profissão militar. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 7, n.1-2, 1997, p. 73.

das oficiais paulistas. Adotam-se como normas práticas os posicionamentos corporais militares femininos junto a outras determinações referentes à apresentação pessoal da policial feminina (maquiagem e uso do armamento de forma não ostensiva), algo somente regulamentado por escrito no final de 1979.

A necessidade premente, no discurso da comandante paulista e nas regras práticas estabelecidas às policiais durante sua estadia em Curitiba, é afastar da imagem da policial militar feminina a conotação de virilidade, e ainda distanciar o pioneirismo desse processo do movimento feminista, o qual se apresenta como contestador da ordem sexuada do mundo social e da ordem política vigente no país. É preciso ser afirmado e reafirmado que as policiais femininas não iriam ocupar o lugar/função que cabe aos homens na corporação policial militar, utilizando-se somente do “amor” que lhe é peculiar.

O processo de paulatina visibilidade das mulheres policiais militares frente à sociedade curitibana, o qual se apresenta com imagens desencontradas ou sobrepostas, se completa no momento da Formatura do 1º CFS PM Fem.

A formatura, cerimônia mediatizada, transformada em um evento de gala, contou com a presença das mais altas autoridades políticas e religiosas, com revoada de pombos, execução de ordem unida sem comando pelo pelotão e uso de um tipo de fardamento exclusivo aos oficiais – a farda da gala.



Foto 32: “A primeira turma de policiais femininos do Paraná, formou-se ontem, com solenidades na Academia do Guatupê “ - 1978.
Fonte: Museu da PMPR.



Foto 33: "Primeira turma" - 1978.
Fonte: Museu da PMPR.



Foto 34: "O Pelotão Anita Garibaldi" - 1978.
Fonte: Acervo pessoal Sub-tenente Nueli Primão..



Foto 35: "O Pelotão Anita Garibaldi" - 1978.
Fonte: Acervo pessoal Sub-tenente Nueli Primão.

O fardamento de gala é uma prerrogativa dos oficiais na corporação policial militar, podendo ser usada na vida privada por ocasião de festas, bailes e eventos militares e no próprio casamento.

[...] eu amava aquela farda. [...] Era túnica branca e saia chumbo, era solene, nossa formatura foi com gala [...] a maior paixão da minha vida a nossa farda¹¹.

¹¹ Entrevista 6A. Curitiba: 27 set. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (49 min.).

[...] Foi uma formatura assim belíssima, chique porque também pela 1ª vez foi, foi uma formatura de gala, com fardamento branco. Para praças foi a primeira... não era comum... foi a primeira turma. [...] foi feita especialmente para o dia da formatura, era aquele branco com aqueles botões todos dourados, tudo mundo muito chique. [...] o masculino não tinha, nós fomos as privilegiadas¹².

[...] nossa formatura foi de manhã na academia, quando a gente sentiu naquela academia lá, aquela imensidão... aquele pátio..., foi uma emoção muito grande sabe. Todos os familiares presentes, com fardamento de gala... sapato preto [...] camisa branca, túnica branca, sabe foi uma emoção muito bonita¹³.

As palavras de uma das entrevistadas, “o masculino não tinha, nós fomos privilegiadas”¹⁴, referem-se aos praças masculinos. Nesta fala é visível a percepção das policiais femininas com relação ao olhar da instituição que as hierarquiza como superiores frente os praças masculinos.

Vistas como praças “especiais”, esse grupo forma-se também “vendo-se” como privilegiado no interior de uma instituição militar baseada na hierarquia rígida de postos e graduações. A presença das mesmas insere uma outra hierarquia com base na classificação feminino/masculino num patamar considerado superior no que diz respeito aos praças masculinos, com relação ao papel simbólico das mulheres.

Comparadas as fontes, nos Anexos N e P há a repetição na íntegra dos textos das reportagens. Somente sinais de pontuação e algumas palavras diferentes, se reproduz o texto fornecido pela 5ª Seção – EM sem modificações.

A maior parte das fotografias enfoca pontos considerados mais solenes: o juramento (foto 32); desfile em continência a bandeira (foto 35); a “ordem unida sem comando” (fotos 38 e 39). Somente nas fotos 36 e 37 são enfocados momentos não ritualizados: na primeira uma sargento arrumando a “divisa” da outra e na segunda a comemoração das policiais ao término da cerimônia oficial.

¹² Entrevista 2A, op. cit.

¹³ Entrevista 5A, op. cit.

¹⁴ Entrevista 2A, op. cit.



Foto 36: “Polícia Feminina presta Juramento” - 1978.
Fonte: Museu da PMPR.



Foto 37: “Agora nova missão” – 1978.
Fonte: Museu da PMPR.

Sobre a “ordem unida sem comando”:

[...] era lindo o que nós fazíamos, era uma ordem unida sem comando, então foi uma coisa que me marcou... que eu vou carregar para o resto da minha vida essa formatura. Nós errávamos, errávamos e errávamos no ensaio. No dia da formatura nós fizemos perfeito. [...] É uma ordem unida sem comando... você contava as passos, todo mundo contava os passos, 20 passos e após esquerda... todo mundo contando mentalmente, após tantos passos

à direita, tantos passos em frente e nós errávamos no ensaio. No dia da formatura perfeito!¹⁵.

Esse tipo de desfile militar simbolicamente representa a capacidade do agrupamento, ou pelotão na linguagem militar, de controle sobre si sem necessitar de “superiores” dando voz de comando. É um tipo de ordem unida ensinada aos oficiais e nunca até então executada na Academia Policial militar do Guatupê. Presente nos textos publicados, a execução da ordem unida sem comando é descrita como perfeita e como quebra da tradição:

O 1º Pelotão de Polícia Militar Feminina fez várias evoluções, em ordem unida sem comando, enquanto era realizada uma leitura sobre a vida de Anita Garibaldi, que empresta seu nome à turma. Quebrando uma tradição de aproximadamente 100 anos, as autoridades militares aplaudiram as jovens recém promovidas, durante suas evoluções sem voz de comando¹⁶.

Mais do que a execução do raro desfile militar permitido às praças, o que quebra a tradição é a manifestação de aplauso dos oficiais, cuja admiração desse fato expressa nos textos refere-se à quebra da hierarquia militar.



Foto 38: “Cidade vai ganhar sua Polícia Feminina” - 1978.
Fonte: Museu da PMPR.

¹⁵ Entrevista 6A. Curitiba: 27 set. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (49 min.).

¹⁶ Cf. ANEXO N (na íntegra) e ainda ANEXOS P e R.



Foto 39: “O Pelotão Anita Garibaldi” - 1978.
Fonte: Museu da PMPR.

O ato de entrar desfilando na cerimônia de formatura “sem comando” simboliza paradoxalmente tanto a quebra das regras hierárquicas, sob o olhar da corporação policial militar, quanto a interiorização e aceitação das regras do militarismo, uma vez que “sem comando” as policiais executam com perfeição a ação de comandados.

Em geral, os textos das reportagens (ANEXOS N a R) descrevem por ordem de acontecimento as etapas da cerimônia: entrada do pelotão desfilando sem comando durante a leitura da biografia de Anita Garibaldi; leitura do Termo de Encerramento¹⁷ do Curso; colação das divisas de 2º Sargento para as quatro primeiras colocadas e de 3º Sargento para as outras vinte e três; discurso da oradora da turma; desfile da tropa e do pelotão feminino incorporado às autoridades.

Faz parte da tradição nas formaturas militares a homenagem na denominação das turmas com o nome de heróis de guerras ou policiais militares que morreram no exercício da profissão:

[...] sei que foi comentado na época que Anita Garibaldi era uma heroína feminina e como nós éramos heroínas do Paraná, aí iríamos colocar o nome dela como homenagem¹⁸.

[...] a gente prestou essa homenagem porque na verdade ela também foi uma pioneira naquilo que fez¹⁹.

¹⁷ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Especial nº 02, 16 jun. 1978.

¹⁸ Entrevista 5A. Curitiba: 12 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (57 min.).

“Heroínas do Paraná”, pois “pioneiras” precisam também de ligação com um passado exemplar, nesse caso uma figura feminina com atitudes consideradas como pertencentes ao mundo viril. Anita Garibaldi é o exemplo às primeiras policiais militares do Paraná, as quais por sua vez são construídas através de uma representação que reforça o estereótipo da feminilidade.

Nos recortes jornalísticos, publicadas partes do juramento proferido pelas policiais militares:

Ao ser promovida, na PMPR, reserva do Exército Brasileiro, prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinada, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com bondade os subordinados. Dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, cuja honra e instituições defenderei como o sacrifício da própria vida²⁰.

Texto que não difere do declarado pelo praça policial militar masculino. Submeter-se à hierarquia militar e defender as instituições da Pátria é o compromisso prestado até os nossos dias.

Nos jornais são publicados trechos do discurso proferido pela oradora da turma²¹. Primeira declaração oficial por parte das mulheres que participaram desse processo:

[...] prometemos aqui a esta comunidade, auxiliar e defender; pois é dela que virá com certeza a nossa tão almejada ascensão²².

Acreditem, temos um potencial imenso dentro de nós, basta apenas que dêem crédito para que possamos através de nossos esforços e sobre tudo dedicação, mostrar o nosso trabalho, e através do mesmo angariar a confiança, sedimentando os princípios que regem a dignidade humana que vêm de encontro com nossos anseios através da glória e destaque nos projetos de forma decisiva em nosso país que é uma nação emergente [...]. Hoje estamos com o firme propósito de diminuir o índice marginalizador de certas classes e agrupamentos sociais, procurando nivelar as modalidades existenciais de cada ser humano como parte atuante do processo

¹⁹ Entrevista 1A. Curitiba: 14 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (53 min).

²⁰ Cf. ANEXO N.

²¹ Miriam Biancolini, que cursava Sociologia na UFPR. Desde então a Sargento Miriam passou a representar oficialmente o pelotão e atualmente é Major e mestre de cerimônias da PMPR.

²² Cf. ANEXOS N a R.

civilizatório. E com o 1º Pelotão de Polícia Feminina da PMPR fica uma promessa: de lembrar que conviver só é humano quando se consegue deixar marcas²³.

[...] desde os primórdios a mulher vem devagar, paulatinamente tentando uma evolução, angariando simpatia e uma maneira de melhor conduzir e conduzir-se. Isso também reflete de forma mais direta na formação de uma comunidade consciente e sadia, voltada principalmente para o senso de responsabilidade e amor pátrio²⁴.

Foi pensando em orientar ao invés de reprimir, prevenir antes de remediar, intencionada acima de tudo em ser parte atuante na comunidade, tendo condições de mostrar à população infanto-brasileira o amor pátrio, a necessidade de ser útil uns aos outros, que todos lutamos por uma só causa: a valorização humana, seguindo o espírito da Constituição. Sublimando os direitos humanos e o bem comum é que ingressamos no 1º Pelotão de Polícia Feminina²⁵.

Mesmo não sendo possível através dos recortes jornalísticos estabelecer a seqüência do texto, verifica-se que o mesmo enfatiza a missão da policial militar e, vinculada a ela, a promessa de cuidar da comunidade. Ascensão da policial militar está ligada aos resultados do auxílio prestado e da defesa por ela ensejados na comunidade. Repete-se nesta fala o discurso do papel familiar, privado, da mãe que cuida e educa através do exemplo moral às crianças (de todo o país), pois são resultados visíveis de uma família bem cuidada que engrandecem à mãe, que cumpre a função que legitima sua existência.

O ideal militar do período da “nação emergente” está presente explicitamente junto à idéia de controle da marginalidade que se contrapõe a civilização. Santos²⁶ afirma que os termos marginalidade e marginal passam a ser utilizados nos países subdesenvolvidos após a 2ª Guerra Mundial nos estudos governamentais relativos à pobreza, e que enfocam o fenômeno como “doença da civilização”, passando a ser bases do discurso político adotado.

²³ Cf. ANEXO P.

²⁴ Cf. ANEXO R.

²⁵ Cf. ANEXO R.

²⁶ O geógrafo apresenta três conceitos que o termo pobreza foi adquirindo nos países subdesenvolvidos, na segunda metade do século XX. Nessa relação de pobreza como marginalidade e doença da civilização, os indivíduos são “classificados pela sua capacidade de consumir e pela forma que o fazem”. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 71. Esse será o critério para elaboração dos índices de pobreza e miséria. Os pobres, chamados de marginais, serão a base do discurso político dos países subdesenvolvidos em conformidade com o pensamento do Estado de bem estar social da Europa ocidental e também dos países socialistas comprometidos com a luta contra a pobreza.

Tal qual o discurso da CAMDE, Campanha da Mulher pela Democracia, efetivado quatorze anos antes, proteger, cuidar e educar as crianças, através de seu exemplo maternal, “mostrar” o ideal patriótico, defender a pátria, é uma exigência que se impõe às mulheres. Cuidar da comunidade para próprio reconhecimento; pedido de crédito à sociedade; defesa da nação emergente; contraposição entre marginalidade e processo civilizatório – o discurso proferido relaciona as transformações na condição feminina, pensada como evolutiva e gradual, com a possibilidade de uma sociedade melhor, consciente e sadia, voltada ao amor pátrio.

O caráter humanitário da imagem policial militar transcende ao período de entrada na corporação, uma vez que é colocado como o motivo de ingresso. Já se configuram como mulheres com poder civilizatório e humanizador. A palavra repressão, associada tanto à corporação policial militar quanto ao regime político vigente, é rechaçada. Contrariamente a ela se enfatiza a “valorização humana”, “direitos humanos”, “bem comum” e “dignidade humana”.

No ordenamento espacial da cerimônia, três pelotões masculinos ao fundo, palanque com as autoridades à frente, e ao centro o espaço ocupado pelas formandas. Os familiares, ocupando o único espaço desordenadamente ordenado, em arquibancadas laterais. O pelotão feminino em forma é organizado pela altura das policiais divididas em três GPM's²⁷, “Grupo policial Militar”, na seguinte ordem: a primeira mais alta à esquerda (1º GPM); a segunda mais alta na coluna central (2º GPM); e na coluna direita a terceira mais alta. Nessa seqüência, a quarta mais alta encontra-se na segunda linha da primeira coluna (1º GPM). As características físicas tornam o corpo facilmente localizável dentro das estruturas funcionais que são a essência do militarismo.

Além da classificação das localizações funcionais do corpo há ênfase em outro tipo de hierarquização interna do grupo, com base nas notas obtidas nas disciplinas no decorrer do curso de formação (ANEXOS N, O, P e R). As quatro primeiras colocadas promovidas a 2º Sargento e as restantes vinte e três promovidas a 3º Sargento. Tendo a mesma graduação entre as 2º Sargentos e entre as 3º Sargentos, estão classificadas hierarquicamente pela nota final do CFS. Critério classificatório mais importante que as características corporais que dispõe o corpo perante os outros nos rituais da caserna, pois é um critério para a antiguidade.

²⁷ Organização militar dos pelotões em três colunas.

Ser mais antigo entre os pares, baseia-se em estar há mais tempo na instituição, ou em primeiro na classificação final dos cursos respectivos de formação²⁸. A antiguidade nas corporações militares é um valor para a promoção na carreira militar e também para o comando e responsabilidade dele decorrente em atividades executadas entre pares. As mulheres policiais militares encontram-se, após a formatura, numa classificação “por merecimento” que as subordina, mesmo quando pares, umas às outras.

Os olhos que sorriem e a leve contração dos lábios (foto 40) da primeira colocada no 1º CFS PM Fem exemplifica um corpo feminino, baseado enquanto tal na contenção de si, o qual como figura policial militar apresenta-se também como contido pelo militarismo que incide sobre as minúcias e os detalhes dos posicionamentos corporais, mas, se apresenta metaforicamente como o “sair de si” com relação à delimitação da fronteira masculino/feminino, uma vez que fardas e divisas concretamente não podem negar a quebra do estereótipo²⁹.



Foto 40: “Cidade vai ganhar a sua Polícia Feminina” - 1978.
Fonte: Museu da PMPR.

²⁸ Curso de soldado, cabo, sargento e também para os cursos específicos aos oficiais.

²⁹ Mesmo que a PMPR se esforce por criar uma representação que reforce o ideal e a essência feminina.

Sorriso que contém o prazer de estar no topo da classificação hierárquica dentre o grupo feminino, que contido é um sorriso metáfora do “extrapolar o corpo” e das representações que incidem sobre ele.

3.2. PRONTAS ÀS RUAS CURITIBANAS

Após a formatura, em viagem programada durante a estadia da Comandante das policiais femininas de São Paulo no Paraná, as sargentos policiais militares vão à cidade de São Paulo realizar “estágio” de duas semanas³⁰. O escopo era propiciar ao grupo recém formado a experiência concreta do trabalho policial em um ambiente em que sua presença não causaria impacto, uma vez que já habituado à presença de mulheres fardadas.

Esse treinamento, mesmo que acompanhado de oficiais masculinos da PMPR, é organizado e fiscalizado principalmente por oficiais femininos da PMSP, cujo objetivo é padronizar a ação, o comportamento e a aparência das mulheres inseridas nas corporações militares. Percorrendo terminais de ônibus e metrô da cidade de São Paulo, é antecipado a elas o policiamento preventivo ostensivo que lhes estava destinado na capital paranaense e as regras de comportamento e apresentação pessoal vigentes às policiais da PMSP. A apresentação pessoal, o tipo de fardamento e seu uso correto serão aplicados conforme o modelo paulista, sendo regulados por escrito na PMPR somente no final de 1979, com a Diretriz nº. 076/79.

Para análise da figura da policial militar, pronta a percorrer espaços determinados na Curitiba em fins dos anos 70, serão utilizados o texto e as fotografias da Diretriz nº. 076/79 e as falas das entrevistadas e entrevistados. No confronto entre as fontes, percebe-se que muitas regras já descritas no documento escrito estavam em vigor desde o início do trabalho feminino na rua, em julho de 1978. Ou seja, o olhar que incidia sobre as policiais femininas verificava itens de comportamento e apresentação pessoal que não constavam na Diretriz vigente e a normatização por escrito torna-se premente a partir do momento que é preciso punir.

³⁰ Acompanhadas do 1º Ten. Josué Lemos da Silveira, comandante da escola. POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Geral nº. 116, 23 jun. 1978, p. 06 -07.

A Diretriz nº. 046/77³¹, que ocupava três páginas, preocupou-se em definir as transgressões específicas às policiais militares. A Diretriz nº. 076/79, em doze páginas e com oito figuras em anexo descreve: a finalidade do documento; a situação da mulher na polícia feminina e seu histórico; a missão designada; o conceito de polícia feminina; como não se deveria conceituar a Polícia Feminina; o tipo de policiamento; padrão de desempenho profissional; padrão de conduta; critérios para seleção e recrutamento; as transgressões disciplinares específicas a elas; a apresentação pessoal e ainda, sob a denominação de prescrições diversas, quatorze itens que discorrem sobre o armamento, casamento, gravidez e a denominação militar referente aos postos e graduações novas.

A Diretriz nº. 076/79 é oriunda de duas novas situações: transgressões ao ideal construído da mulher policial militar que necessita de punição, a qual só é possível baseada na documentação escrita; e reformulação dos critérios de ingresso, em decorrência do aumento do contingente com a entrada de dois novos grupos: Soldados e Oficiais Femininos.

O fardamento para trabalho externo é baseado na manutenção da feminilidade: “O uniforme da policial feminina se caracteriza pela sua simplicidade, conforto e discrição”³². É preciso ser visível como policial militar feminina, mas uma visibilidade discreta, sem denotar sensualidade: mulher que cuida e protege e que possui visibilidade pelo impacto do fardamento que evoca a PMPR, a qual tenta afastar a imagem do corpo sensual. Fardamento de “trânsito” e de “serviço”, recebidos dois uniformes completos a cada doze meses. O fardamento pensado para uso externo, fardamento de serviço, e já utilizado na cerimônia de Juramento à Bandeira, compõe-se de: saia-calça azul petróleo para preservar a feminilidade e ao mesmo tempo permitir maior mobilidade corporal; camisa azul; sapato preto; meia fina de nylon; gravata preta; túnica azul petróleo; quepe; bolsa a tiracolo preta; sobretudo azul marinho, para uso quando a situação convier:

[...] então eu me lembro até hoje não posso esquecer, foi até uma brincadeira que eu fiz. Eles mandaram para AVM, confecções, que era a Associação da Vila Militar, mas que só mexia com fardamento.

³¹ No processo inicial foram produzidas três diretrizes: a primeira, nº. 029/77 instrua sobre o recrutamento e a seleção; a segunda, nº. 046/77 versava sobre as transgressões específicas às policiais femininas e a terceira, 048/79, definia o trabalho das policiais.

³²POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Diretriz nº.76/79, dezembro de 1979. Finalidade e Emprego da organização de Polícia Feminina. p. 10.

Aí, foi lá uma equipe, tiraram as medida, mas não sabiam o que fazer, se faziam saia, se faziam calça, se faziam vestido para nós. Eles também estavam totalmente perdidos, mas eles tinham boa intenção, o Major Valla veio também olhou... mediram tudo, e daí a primeira calça que veio da AVM, ela veio assim estilo bermudão. Eu me fiz de palhaço, vesti aquilo, subi na mesa para que todos vissem. Nossa! Mas foi uma festa, foi uma gargalhada, que ficou muito ridícula, não deu certo, o primeiro, a tentativa não deu certo. [...] saiu bermuda, ficou muito larga, ficou muito curta, ficou meio canela, então ficou muito engraçada. Eles não podiam se basear também. Não vamos fazer exatamente como a dos homens... tinha que ter uma diferença, ela tinha que ter um estilo feminino [...] não podia ser parecida com a dos homens, então a primeira foi realmente um caos³³.

[...] inventaram, criaram uma saia-calça ridícula... mais calça do que saia (risos) acho que está no museu, em algum lugar deve ter, ou se alguma policial deve ter guardado uma peça dessas, ridícula. Aí depois foi feita aos moldes de São Paulo, então ficou assim, mais feminina, mais elegante³⁴.

A experiência da PMSP resolve o problema de como vestir mulheres militares com discrição e elegância, mantendo a feminilidade. As palavras da entrevistada, citadas acima, nos revelam um grupo de mulheres durante as folgas do CFS PM Fem, brincando alegremente com os símbolos do militarismo que não se encaixam à presença delas. Ao usar o “eles”, genericamente referindo-se aos oficiais masculinos da PMPR, confusos com os problemas de ordem prática referentes à presença feminina na caserna, percebe-se a consciência do grupo como avesso à auto-imagem do militarismo. Agregam-se como “nós-mulheres”, uma vez que já agregadas pelas representações construídas/reforçadas pela corporação policial militar.

A saia-calça como parte do fardamento de serviço representa a solução do conflito: manter a feminilidade versus necessidade de mobilidade. Para Bourdieu, analisando a idéia de corpo contido, o vestuário chama o corpo feminino sempre à ordem, pois se apresenta “como algo que limita de certo modo os movimentos, como os saltos altos ou a bolsa que ocupa permanentemente as mãos, e sobretudo, a saia que impede ou desencoraja alguns tipos de atividades”³⁵.

³³ Entrevista 2A, op. cit.

³⁴ Entrevista 3A. Curitiba: 13 jul. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (53 min.).

³⁵ BOURDIEU, *A dominação masculina...* op. cit., p. 39.

Anexo à diretriz nº. 076/79 fotografias ilustram detalhadamente a maneira correta de segurar a bolsa:



Fotos 41 e 42: Posição de descansar da policial portando bolsa orgânica, de frente e perfil.

Fonte: Diretriz nº. 76/79, PMPR.



Foto 43: Posição de descansar da policial portando bolsa orgânica de perfil.
Fonte: Museu da PMPR.

A foto 43 apresenta duas possibilidades de portar a bolsa, variando a posição do polegar. A bolsa é proposta como solução ao problema do armamento. Como dispor policiais na rua sem armamento? Como fazer uso do armamento sem parecer viril?

O armamento e a relação deste com a virilidade são analisados por Parker³⁶ como característica fundamental na cultura sexual dos brasileiros. O autor afirma que, no universo cultural brasileiro, com relação à sexualidade, são criadas expressões e metáforas que constituem a distinção entre macho e fêmea, através de “duas estruturas anatômicas opostas: o pênis e a vagina”. O pênis descrito como “pau, caralho, madeira, cacete, pica, mastro, vara, arma, faca, ferro, bicho e

³⁶ PARKER, G. Richard. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991. p. 63.

cobra³⁷, expressa “em sua qualidade agressiva [...] um instrumento a ser empunhado como uma espécie de arma, intimamente ligado tanto à violência quanto à violação³⁸. Utilizando-se da expressão bourdieuniana de violência simbólica, o mesmo autor defende que o falo, no jogo das palavras apresentado como arma, é um instrumento de agressão metafórica³⁹.

Nas falas das policiais femininas o questionamento destoa da missão a elas incumbida pela legislação, pois não se destinam “a efetuar a prisão de criminosos ou interferir em distúrbios e arruaças⁴⁰”.

O pitoresco é que a gente tinha uma bolsa... ridícula a situação... porque nós tínhamos que andar com a bolsa no ombro esquerdo e com o dedo segurando a alça da bolsa. Todas iguaizinhas, então parecíamos soldadinhos de chumbo quando saíamos à rua. E não era permitido também usar armamento. [...] A arma inicialmente era na bolsa. Isso era permitido, na bolsa. Não podia usar ostensivamente... ostensivamente a arma não podia ser usada, mas fala sério! Até você abrir a bolsa, pegar a arma da bolsa, tá morta! Então assim não tinha condições⁴¹.

[...] a gente imaginava-se numa ação de tiro, até você tirar o revólver da bolsa e o bandido já fugiu... (risos)⁴².

A necessidade de distanciar as mulheres policiais militares do símbolo viril, na Diretriz, é explícita: “[...] não portam ostensivamente armas, mas aprendem a manejar o armamento de uso individual e fazem largo uso dos meios de defesa pessoal para os casos de emergência⁴³. Ou ainda: “A policial Militar não faz uso ostensivo de armamento, atua em princípio desarmada e para quando as situações exigirem, a dotação de armamento é o revólver e o espargidor de gás MK-V ou similar⁴⁴”.

A bolsa funciona nessa premissa desvirilizante com duas funções: uma como objeto específico para mulheres, e outra como escudo protetor, que esconde a imagem do símbolo viril portado pelas policiais militares, que seria aviltante, não ao

³⁷ Ibidem, p. 64.

³⁸ Ibidem.

³⁹ Ibidem, p. 65.

⁴⁰ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Diretriz nº. 76/79, dezembro de 1979. Finalidade e Emprego da organização de Polícia Feminina. p. 4.

⁴¹ Entrevista 3A, op. cit.

⁴² Entrevista 5A, op. cit.

⁴³ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Diretriz nº. 76/79, dezembro de 1979. Finalidade e Emprego da organização de Polícia Feminina. p. 3.

⁴⁴ Ibidem, p. 11.

militarismo ou à idéia de virilidade em si, mas à idéia de feminilidade portadora do potencial humanizador, protetor, oposto de repressor.

Com relação ao cabelo, as regras seguem a diretriz anterior, uma vez que este se configura na primeira grande preocupação dos oficiais da PMPR, que precisam incluir o corpo feminino na caserna e detalham sua padronização já na primeira diretriz.

Uma vez resolvido o problema do armamento com o uso da bolsa e padronizada a maneira de portá-la, é preciso padronizar posicionamentos corporais: “sentar” e “descansar”.

As pernas entreabertas, ofensivas à feminilidade que se pretende discreta, são abolidas na posição de descansar: mãos e tronco igual ao masculino, mas as pernas se fecham, ficando a perna esquerda à frente, ambas num ângulo de 45°. O sentar, seguindo a mesma lógica: pernas juntas e arqueadas, e sobre elas a *proteção* do quepe e das mãos sobrepostas.



Foto 44: Posição de sentar da policial.
Fonte: Diretriz nº. 76/79. PMPR.

Para Bourdieu, a cintura é o ponto de clausura às mulheres: “[...] a cintura é um dos signos de fechamento do corpo feminino, braços cruzados sobre o peito, pernas unidas, vestes amarradas”⁴⁵. Os posicionamentos corporais demarcados como masculinos e femininos se exacerbam nas normatizações militares.



Fotos 45 e 46: Posição de descansar da policial, frente e trás.
Fonte: Diretriz nº. 76/79.PMPR.

Outra preocupação explícita com relação à apresentação pessoal da policial militar refere-se à obesidade: “A policial militar deve procurar se prevenir da obesidade, mantendo-se fisicamente dentro dos padrões normais de estatura e peso”⁴⁶. No momento de ingresso na corporação já existe a preocupação com a seleção dos corpos condizentes com o ideal militar, tanto para os homens quanto às

⁴⁵ BOURDIEU, *A dominação masculina...* op. cit., p. 25.

⁴⁶ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Diretriz nº.76/79, dezembro de 1979. Finalidade e Emprego da organização de Polícia Feminina. p. 3.

mulheres, mas a normatização é escrita somente na elaboração da Diretriz nº. 076/79.

Ainda com base na intenção da visibilidade de uma policial dissociada da idéia de virilidade e ao mesmo tempo discreta, a maquiagem é assumida como regra:

A maquiagem era obrigatória, porque eles achavam que a mulher fardada, se ela não tivesse esse cuidado de estar feminina, maquiada, arrumadinha, ela ia se parecer com um homem. A preocupação deles era essa. [...] Que parecesse mulher, então a maquiagem era, fazia parte do fardamento, tinha que estar sempre bem maquiada, e as unhas também sempre estar bem pintadinhas, sempre, depois foram se soltando um pouquinho aqui, um pouquinho ali, daí já liberaram. O cabelo era muito bem preso, não podia ter nada, não podia aparecer nada... nada fora da nossa boina, do boné [...]. Depois foram liberando. Brinco um pouquinho maior, de pequeno foi para o médio, foi para o grande...⁴⁷.

Nenhum documento normativo menciona a obrigatoriedade da maquiagem, mas na prática ela era exigida. Nos documentos normativos consta como transgressão disciplinar, quando fardada, o uso de “maquiagem excessiva, unhas longas ou com verniz de cores extravagantes”⁴⁸. Assim, fazer-se contida e discreta constitui uma mulher que é o avesso daquela de cores extravagantes. Percebe-se, pela normatização escrita, a maquiagem como item para punição e não como obrigatoriedade. Não se punia a imagem da policial militar feminina sem a maquiagem, mas sim a apresentação de uma imagem que condizia culturalmente à mulher por demais colorida.

A gandola e a denominada canícula⁴⁹, ambas fabricadas pela AVM nos mesmos moldes que as camisas masculinas, possuíam um distanciamento entre os botões, que possibilitava visualizar, conforme o movimento e o olhar, a roupa de baixo das policiais militares. Uma camiseta branca, mesmo que não normatizada por escrito, passa a fazer parte do fardamento de maneira informal.

Para proteger a policial de olhares indiscretos:

⁴⁷ ENTREVISTA 2A, op. cit. A flexibilização gradual afirmada pela policial sobre os acessórios, no caso o brinco, acontece no decorrer dos 25 anos em que permaneceu na PMPR.

⁴⁸ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Diretriz nº.76/79, dezembro de 1979. Finalidade e Emprego da organização de Polícia Feminina. p. 9.

⁴⁹ Tipos de camisas dos policiais militares. A primeira, do fardamento de instrução confeccionada com um tecido mais grosso e, a segunda, do fardamento de serviço, feita com um tecido mais fino.

[...] durante o início a gente usava roupas... é, uma camiseta por baixo, para evitar que de repente abrisse a gandola, em que acontecesse de abrir a gandola e a gente ficar exposta, então a gente usava sempre uma camiseta por baixo⁵⁰.

Eis, portanto, a mulher policial fardada: saia-calça, que expressa a feminilidade e permite movimento parcial do corpo; bolsa que camufla o símbolo viril; maquiagem em um limite tênue, entre obrigatoriedade e punição; exigência da proporcionalidade corporal. Cabelos, pernas, pés, mãos e até polegares sob o olhar normatizador, complementam uma mulher policial militar posta à rua.

A rua, referência comumente utilizada pelos policiais para o trabalho externo: a atividade-fim da polícia militar. Os termos casa e rua são, para DaMatta, categorias sociológicas, por considerar que “estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo, entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados”⁵¹. A oposição e complementaridade desses espaços morais, equipara-se à relação casa/caserna. O espírito de corpo, o corporativismo da caserna, é desenvolvido relacionamente à idéia de rua, que consoante o pensamento de DaMatta, é o espaço de luta, de batalha, é o lugar perigoso que, para os policiais militares, configura-se pela busca da ordem, contrapondo-se a um inimigo constante.

3.3 CURITIBA “CIDADE HUMANA”

Ao retornar do estágio realizado na capital paulista, ainda separado da tropa policial militar, o 1º Pel PM Fem é locado numa casa na Rua 24 de Maio (figura 1), distante duas quadras do Colégio da Polícia Militar, onde realizaram o CFS e quatro quadras do Quartel Geral da PMPR. Essa “casa”, definida com um grande letreiro como sede da “Polícia Feminina”, abrigou as recém formadas sargentos, o oficial comandante, um sargenteante, um almoxarife e um motorista até o ano de 1994⁵². A

⁵⁰ Entrevista 3A, op. cit.

⁵¹ DAMATTA. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 15.

⁵² Em 1984, passa a ser sede da 1ª Cia de Polícia Feminina e com sua extinção em 1994 as policiais femininas foram pulverizadas entre os diversos batalhões existentes, sendo o fim da sede específica. Processo doloroso às policiais que defendiam a separação com a tropa, que iniciado como processo de segregação havia se transformado numa certa autonomia feminina, uma vez que, com a existência de oficiais femininas, as “mulheres” controlavam a 1ª Companhia e as atividades realizadas

partir desta sede será organizado o trabalho das policiais militares: as escalas que priorizam espaços, dias e horários conforme condizia o pensamento norteador desse tipo de policiamento. As duplas, sempre femininas⁵³, passam a percorrer espaços específicos na capital modelo.

A fim de compreender como o futuro espaço de atuação das policiais militares é pensado pelo poder público, analisam-se as representações que recaem sobre Curitiba naquele momento.

A cidade é pensada por Rolnick⁵⁴ como “um ímã, um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens”. Curitiba nesse momento configura-se como ímã para migrantes. Momento de intensa urbanização, segundo Oliveira⁵⁵, a transição rural-urbano se completa no Paraná nos anos 1980. Para o período que ora nos interessa, sobre os índices nacionais de urbanização, Santos afirma que “somente entre 1970 e 1980, incorpora-se ao contingente demográfico urbano uma massa comparável ao que era a população total urbana em 1960”⁵⁶ e assinala que as perdas mais importantes de população rural entre 1970 e 1980 ocorreram nos Estados do Paraná, Minas Gerais e São Paulo, estimando menos de 1.268.659⁵⁷ pessoas na zona rural no caso paranaense.

Oliveira defende que a crise cafeeira, visível a partir da década de 1960, cede lugar à produção do soja, a qual terá grandes efeitos sobre a urbanização e industrialização do Estado:

Os efeitos da cultura do soja sobre a urbanização e industrialização paranaenses foram enormes. A intensa mecanização do cultivo e colheita do produto levou à dispensa de um certo número de trabalhadores rurais. Mesmo aqueles que eram pequenos ou médios proprietários enfrentavam grandes dificuldades para manter suas fazendas, se não conseguissem operar a transição das culturas tradicionais para a nova vedete agrícola: a soja. [...] O resultado foi a

“na rua”. Lutavam politicamente pelo aumento do efetivo feminino, no período, legalmente restrito a 6% do total e também pela transformação da Companhia em Batalhão de Polícia Feminina, tal qual na PMSP.

⁵³ “É vedado o emprego de duplas mistas para o policiamento”. POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Diretriz nº. 76/79, dezembro de 1979. p. 11.

⁵⁴ ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 8.

⁵⁵ Para Oliveira, no caso paranaense a urbanização e a industrialização são fenômenos convergentes. Intensificada nos anos 1970 e se completando nos anos 1980, a industrialização no Paraná apresenta os seguintes dados sobre a participação relativa dos setores da economia na geração de renda interna estadual: em 1970, a agricultura apresentou 25,17%, a indústria 16,62%, e o setor de serviços 58,21%; em 1980, passaram para respectivamente 18,53%, 28,07% e 53,40%. OLIVEIRA, Dennison. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: Ed. da UFPR. p. 13.

⁵⁶ SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 29-30.

⁵⁷ Ibidem, p. 33.

expansão do número de desempregados na área rural. Estes se dirigiram para as novas fronteiras agrícolas, ou se integravam ao contingente de despossuídos que engrossavam as favelas e cortiços das cidades paranaenses ou de outros estados⁵⁸.

Os discursos utilizados pela PMPR, presentes tanto na legislação, quanto expressados verbalmente nos eventos oficiais, aludem à idéia de crescimento da população e junto a ela a idéia de crescimento da marginalidade. Este termo faz parte das discussões da década de 1970 relativas aos “problemas surgidos no processo de urbanização”⁵⁹ que se estabelecem na maior parte das cidades latino-americanas, núcleos de populações, a periferia do corpo urbano. Quijano afirma que como esses agrupamentos organizaram-se “nas bordas ou margens do corpo urbano tradicional das cidades, o mais fácil era denominá-las de ‘bairros marginais’ e seus habitantes de populações marginais”⁶⁰. Esse posicionamento sobre a origem da idéia de marginalidade coloca a pobreza urbana como resultado do êxodo rural e como responsável pelos problemas das cidades: moradia, mendicância e delinqüência. Nessa perspectiva, a sociedade se apresenta de forma dual onde se opõem um setor desenvolvido funcional e outro marginal e não funcional, mas passível de transformação a partir de ações políticas específicas.

Na defesa para inclusão de mulheres na PMPR é recorrente a inter-relação do aumento da marginalidade e da delinqüência e crescimento da população⁶¹. Para Oliveira, a elite dirigente de Curitiba, preocupada com a industrialização, desencadeia a discussão sobre o planejamento urbano: “[...] percebe-se uma inequívoca opção por uma política de planejamento orientada para a construção de

⁵⁸ Oliveira relaciona a crise cafeeira à expansão da área plantada no país e a concorrência internacional do produto que gerou excesso de oferta e à política de Juscelino Kubistchek (1955-1961) de confisco cambial dos lucros dos cafeicultores envolvidos com exportação. No regime militar, por sua vez, passa-se ao incremento das exportações e o financiamento público a preços ao plantio da soja: “entre 1970 e 1976, a produção da soja no estado passou de 24% a 40% do total da produção nacional, ocupando 1/3 da produção nacional”. OLIVEIRA, op. cit., p. 35-37.

⁵⁹ MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves; MANCEBO, Deise (orgs). Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 14-20, maio/ago. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27039.pdf>>. Acesso: 20 ago. 2006.

⁶⁰ Apud Ibidem, p. 14-15.

⁶¹ A população do Estado não apresenta aumento significativo devido às migrações para as novas fronteiras agrícolas. OLIVEIRA, op. cit., p. 33. O que nos discursos da PMPR é visto como crescimento da população, na verdade refere-se ao aumento da população urbana.

um cenário o mais favorável possível à realização dos interesses do capital industrial em geral⁶².

A política de planejamento urbano é propiciada pela instalação da ditadura militar. O mesmo autor enfatiza que os militares se esforçam em implementar um projeto de planejamento urbano para sanar problemas das metrópoles brasileiras, criando instituições como: BNH (Banco Nacional de Habitação); EBTU (Empresa Brasileira de Transporte Urbano) e o SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo). Souza acrescenta que:

A modernização urbana de Curitiba se fez num contexto nacional de ascensão das forças burocrático-militares e de fortalecimento da ideologia do planejamento racional e, especialmente, da crença no poder da Arquitetura e do Urbanismo no ordenamento do espaço e na (trans)formação do comportamento das camadas mais pobres da população⁶³.

O pensamento norteador encetado à capital paranaense, denominado de “Urbanismo Humanista”, incorporou da abordagem modernista tradicional, segundo Oliveira⁶⁴, a idéia de um espaço funcional, separado por atividades, residencial, industrial ou comercial, e interligado por vias rápidas de circulação. Ao mesmo tempo em que defende personalizar a cidade e preencher os espaços públicos com pessoas, através do enfoque à melhoria do transporte coletivo em detrimento do particular. A idéia de cidade humana que se configura na pedestrianização⁶⁵ do

⁶² Ibidem, p. 65. Para Souza, o debate atual sobre planejamento urbano afirma que as vanguardas urbanistas foram facilmente assimiladas pelo capitalismo e institucionalizadas sendo absorvido pelas forças produtivas vigentes. SOUZA, Nelson Rosário de. Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n. 16, 2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782001000100008&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 15 Jun. 2007. Santos radicaliza o debate defendendo que os países subdesenvolvidos conhecem somente o planejamento urbano capitalista, sem o qual “teria sido impossível atingir-se uma intromissão tão rápida e brutal do grande capital nessas nações. [...] o planejamento tem sido um instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento do atraso dos países pobres, assim como o agravamento ou a exacerbação de disparidades sociais”. SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: HUCTEC, 1979. p. 5.

⁶³ SOUZA, op. cit.

⁶⁴ OLIVEIRA, Dennison. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

⁶⁵ Transformação das vias principais do centro da cidade em vias para pedestres. Ibidem, p. 50.

centro, preservação do centro histórico, vias estruturais com o sistema trinário⁶⁶, criação da cidade industrial e expansão dos parques e áreas verdes.

Garcia⁶⁷ declara:

Curitiba foi eleita, a partir daquele período a mais genuína “expressão do milagre” em sua versão urbana. A prática de planejamento tecnocrático do Estado centralista e autoritário que incorporou agudamente a ideologia da racionalidade e da neutralidade da ação planejadora que encontrava no projeto de modernização urbana curitibano, a mais concreta expressão dos projetos de desenvolvimento capitalista pretendido para o país [...] o quadro político nacional foi, naquele período, extremamente favorável à instauração e agilização da intervenção planejadora.

O pensamento da “integração do homem à cidade”⁶⁸ ou a idéia do “planejamento como portador do interesse geral”⁶⁹, segundo Garcia, anula os conflitos existentes no espaço urbano, produzindo a diluição das diferenças sociais, uma vez que encobrem um planejamento urbano voltado ao bem estar dos segmentos médios, apresentado de forma racionalizada como referente a todos, ao mesmo tempo em que amplas parcelas da população eram excluídas da apropriação e do consumo. Rolnick afirma que, ao investir de maneira diversa em áreas classificadas como “nobres ou pobres”⁷⁰, o estado produz segregação.

O projeto da imagem de Curitiba “cidade humana” vem ao encontro da representação construída acerca do processo de inclusão de mulheres na PMPR. Uma mulher policial militar detentora de um poder humanizador e civilizatório, circulando em espaços de visibilidade destinados culturalmente às camadas médias em primeiro plano e vedado a ela o desempenho do policiamento que “cuida, orienta e protege” do setor considerado não funcional ou “marginal”. Denotando dessa forma um projeto de ação estatal que se pretende visível de forma diferenciada ao utilizar-se do policiamento ostensivo de mulheres e homens policiais militares.

⁶⁶ O sistema trinário de vias tem ao centro uma canaleta exclusiva para o ônibus expresso, ladeada por duas vias de tráfego lento, em sentidos opostos. Paralelamente foram criadas duas ruas de tráfego rápido.

⁶⁷ GARCIA, Fernanda Ester Sánchez. *Cidade espetáculo, política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997. p. 27.

⁶⁸ OLIVEIRA. *Curitiba e o mito...* op. cit., p. 56.

⁶⁹ GARCIA, op. cit., p. 30.

⁷⁰ ROLNIK, op. cit., p. 54.

Dois projetos que se encontram presentes e se completam, utilizando-se do discurso da humanização, ao mesmo tempo em que mascaram a exclusão de ampla parcela da população.

3.4. ENTRE FLORES E ARMAS: MULHER-FRONTEIRA

*[...] você ia ao aeroporto, estavam elas. Você ia ao centro da cidade elas estavam lá [...]*⁷¹.

Conforme discutido, os espaços delimitados ao trabalho da policial militar e regulamentados nas Diretrizes nº. 048/77 e nº. 076/79 têm por base uma visibilidade seletiva e uma proximidade essencialista, a partir de representações que incidem sobre a policial militar que ora a aproximam, ora a afastam de segmentos da população. Podemos visualizar (figura 1) a configuração desses espaços denominados: “espaços para ser vista”, “espaços para ver e ser vista”, e “espaços para conter, ver e ser vista”.

Os espaços culturais de lazer urbano se encontram ao redor da área destinada à pedestrianização, levada a cabo a partir de 1971⁷². A homogeneização da população que mascara o conflito urbano, também se efetua com a “difusão de valores e modos de vida próprios das camadas médias”⁷³. Cinemas, teatros, museus, exposições e também as bibliotecas são espaços simbólicos de distinção entre grupos, tendo por base o volume respectivo de seu capital cultural. Espaços prioritariamente pensados para visibilizar uma presença edulcorada do Estado com a utilização da imagem feminina, que basicamente não intervém no ambiente como ordenadora, mas como um “totem”⁷⁴ presumido: símbolo que procura agregar a identificação de toda a instituição. Kimmel afirma ser este o duplo dilema imputado às mulheres quando adentram nas corporações militares, elas “están sujetas a

⁷¹ Entrevista 5B, op. cit.

⁷² Em 1971, Jaime Lerner implementa o Plano Diretor, promovendo mudanças no espaço físico da cidade e nos costumes da população. O adensamento urbano se dá ao longo dos eixos estruturais, por onde também trafega um novo sistema de transporte de massa. Cria e define os limites do chamado Setor Histórico, bloqueado ao tráfego, privilegiando-se a circulação de pedestres. Mesas cadeiras e pessoas ao invés de carros. Disponível em: < http://www.curitiba.pr.gov.br/pmc/curitiba/ruaxv/linha_tempo/index.htm. >. Acesso: 20 out. 2006.

⁷³ GARCIA, op. cit., p. 30.

⁷⁴ Fenômeno combatido na antropologia principalmente por Claude Lévi-Strauss, que negou a sua realidade, aqui tomado como metáfora. LÉVI-STRAUSS, Claude. *Totemismo hoje*. Petrópolis: Vozes, 1975.

encarar el doble dilema del ‘tokenismo’: ser hipervisibles en tanto que miembros de su grupo e invisibles en tanto que individuos”⁷⁵.

Os espaços, anteriormente denominados de concentração–movimentação⁷⁶ caracterizam-se pelo volume, pela circulação e por tratar-se de ponto de confluência e passagem entre pessoas provenientes de lugares diversos. A Biblioteca Pública se constitui como espaço institucionalizado de lazer e cultura urbana e também como espaço de concentração-movimentação, mesmo que em menor escala. O Terminal Guadalupe, local de confluência principalmente dos operários que residem na região metropolitana, mesmo que com grande volume de circulação de pessoas, não será nesse momento espaço focado à visibilidade estatal que se pretende humanizadora.

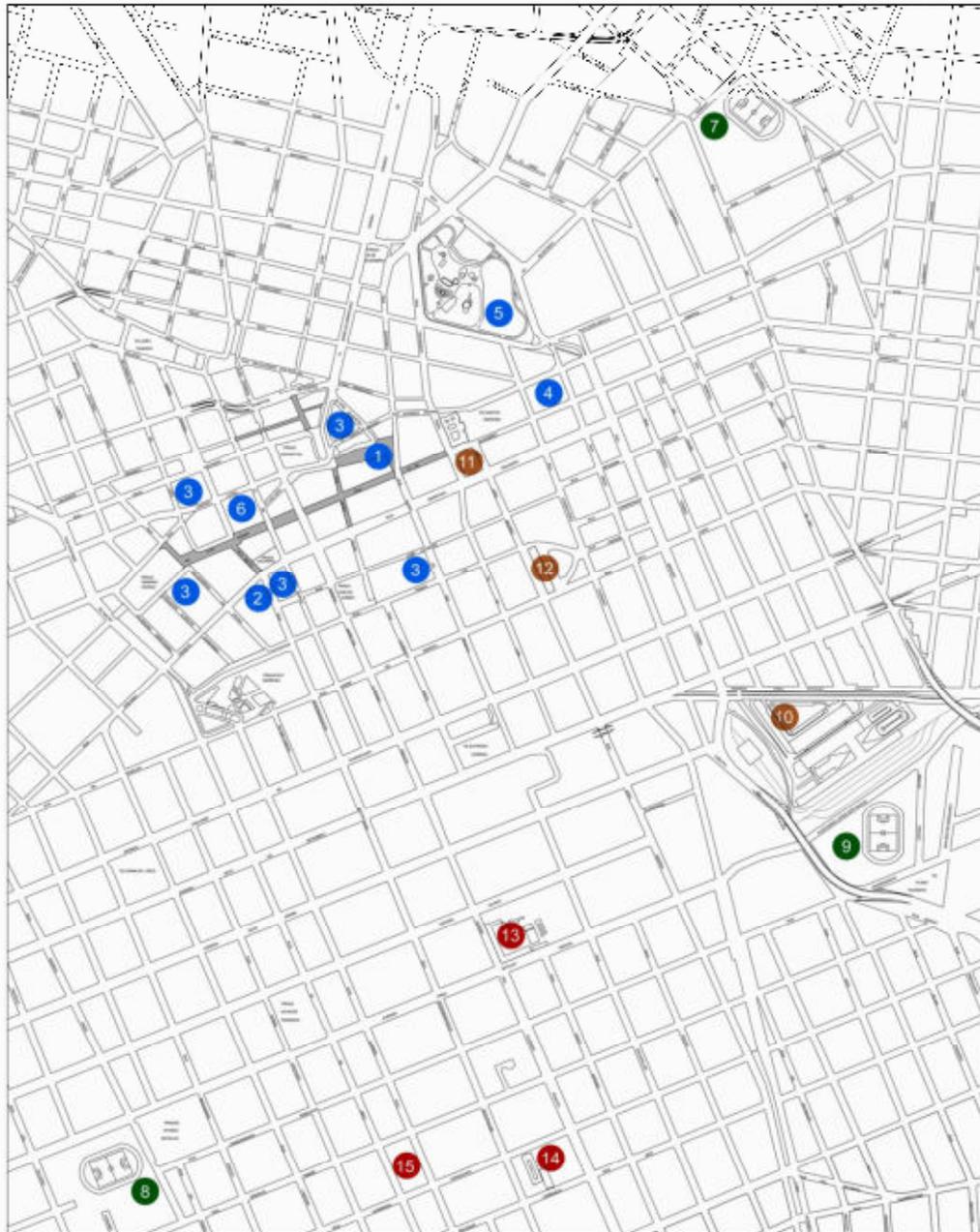
Com relação aos espaços denominados de “espaços para conter, ver e ser vista”, será empregado nesse primeiro momento o policiamento feminino de forma excepcional nos campos de futebol. No período em questão, o presídio feminino aparece somente na regulamentação dos espaços, pois ainda será criado com a aprovação da Lei nº. 7210, de 11 de julho de 1984, de Execução Penal, sendo inaugurado somente em 1986.

⁷⁵ Apud BOBEA, Lilian. Entre el escudo de Minerva y el manto de penélope: la feminizacion del servicio militar en el Caribe, una practica dicotomizada. In: RESEARCH AND EDUCATION IN DEFENSE AND SECURITY STUDIES, 6., 2003, Santiago. *Anales...* Santiago: Center for Hemispheric Defense Studies, 2003. p. 28-30.

⁷⁶ Na figura 1, correspondem aos nº. 10, 11 e 12. O Aeroporto, outro espaço de atuação das policiais militares dista 14 km da cidade de Curitiba.

CURITIBA

REGIÃO CENTRAL - 1977



LEGENDA

● INSTITUCIONAIS

● ESPORTIVOS

● LAZER / CULTURAIS

● INSTITUCIONAL DA PMPR

● RUA PEDESTRIANIZADA

1 - MUSEU PARANAENSE
 2 - MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA
 3 - CINEMA
 4 - TEATRO GUAÍRA
 5 - PASSEIO PÚBLICO
 6 - BIBLIOTECA PÚBLICA
 7 - ESTÁDIO COUTO PEREIRA
 8 - ESTÁDIO JOAQUIM AMÉRICO

9 - ESTÁDIO DO CAPANEMA
 10 - ESTAÇÃO RODOFERROVIÁRIA
 11 - CORREIOS
 12 - TERMINAL GUADALUPE
 13 - QUARTEL GERAL DA PMPR
 14 - COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR
 15 - SEDE DO 1º PELOTÃO DA PM FEMININA

DADOS: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
 EDIÇÃO: João Adolfo Moreira - maio 2007

Figura nº. 1: Curitiba. Região central – 1977

Fonte: DADOS: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. IPPUC.

EDIÇÃO: João Adolfo Moreira. Maio 2007.

Nas primeiras escalas de serviço, divididas em quatro equipes, as policiais serão destinadas ao “Policciamento Ostensivo de Postos”⁷⁷. Todas produzidas na mesma data, 11 de julho de 1978, as fotografias publicadas na página nove do Jornal o Diário do Paraná em reportagem que ocupou $\frac{3}{4}$ do total, pretendem mostrar à população o primeiro dia de trabalho das policiais e a função a elas incumbida. As duplas, todas femininas, seguem um modelo diverso do adotado pela PM em São Paulo que se utilizava correntemente da dupla mista denominada “Romeu e Julieta”.

Na biblioteca pública (foto 47), na estação rodoferroviária (fotos n.ºs. 48 e 49) e no correio (foto 49), atrás de balcões e/ou circulando entre as pessoas, as sargentos prestam-se ao serviço de informações e ao serviço de se fazerem visíveis.



Foto 47: Policiamento Ostensivo de Posto. Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba. 1978.

Fonte: Acervo pessoal Subtenente Nueli Primão.

⁷⁷ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Diretriz n.º.76/79, dezembro de 1979. Finalidade e Emprego da organização de Polícia Feminina. p. 5.



Foto 48: Policiamento Ostensivo de Posto. Estação Rodoferroviária de Curitiba. 1978.

Fonte: Arquivo pessoal Subtenente Nueli Primão



Foto 49: Policiamento ostensivo . Estação Rodoferroviária de Curitiba -1978.

Fonte: Arquivo pessoal Subtenente Nueli Primão.



Foto 50: Policiamento Ostensivo de Posto. Correio Rua XV, Curitiba. 1978.
Fonte: Arquivo pessoal Sub-tenente Nueli Primão.

Nas fotos, a expressão facial própria ao militarismo e a ausência da bolsa (e da arma) são perceptíveis nas imagens produzidas. A policial militar se configura em meio a população civil como figura distanciada, tanto pela farda, pela postura militar e pelo olhar sempre firme e à frente. Olhar que objetiva o espaço sem pertencer a ele. Neste caso o olhar objetivante da autoridade policial, que na rua (categoria sociológica além de espaço físico) cumpre o papel de buscar a ordem social, constitui-se também em objeto.

O fotógrafo, mais do que a figura das policiais militares, focaliza o olhar que incide sobre essa imagem. O estranhamento perante o imbricamento farda e feminino é a notícia (foto 51). Esse estranhamento nos primeiros contatos com a população, é traduzido, nas palavras de oficiais masculinos, por aceitação:

[...] foi um impacto extremamente favorável, foi uma surpresa para as pessoas verem mulheres fardadas, trabalhando em locais de grande circulação de pessoas. A imprensa queria entrevista quase todos os dias. [...] elas fortaleceram bastante a “nova mulher” [...] e a polícia militar também, mais a nova mulher. As décadas de 60, 70 são duas décadas de muita mudança, de fortalecimento da imagem feminina, da mulher profissional, então acho que muitas mulheres que não tiveram oportunidade de estar lá nesse primeiro agrupamento, nessa primeira turma, elas ficaram muito felizes de

ver guerreiras, buscando um novo horizonte, tentando se valorizar....⁷⁸.



Foto 51: Policiamento Ostensivo. Estação Rodoferroviária de Curitiba. 1978.
Fonte: Acervo pessoal Subtenente Nueli Primão.

A curiosidade, midiaticizada ou não, descrita como aceitação e que apregoa o fortalecimento da nova mulher leva em conta a reação de curiosidade da população com relação à presença física de mulheres fardadas. Diversas fotografias mantidas no Museu da PMPR enfocam o pelotão feminino junto a esposas de militares, da polícia e do exército, e de diversas autoridades. Os questionamentos diretos aos policiais (homens e mulheres) sobre a reação da população afirmam categoricamente a positividade desse primeiro contato. Na fala das policiais militares se encontra nesse momento de forma dúbia a função a ser efetivada na rua, uma vez que através da escola de formação receberam treinamento tal qual o masculino o que deixava espaço para a ambigüidade da questão:

[...] as pessoas nos abordavam na rua muito. Para conversar, para perguntar, vinha pedir uma informação, mas a bem da verdade não

⁷⁸ Entrevista 4B, op. cit.

era uma informação que eles queriam. Queriam contato, queriam conversar conosco⁷⁹.

[...] paravam, perguntavam, tiravam fotos. [...] nós parecíamos até uns bichinhos exóticos [risos]⁸⁰.

Então a gente... quando... depois da formatura... aquela expectativa, o que é que a gente vai fazer? Como que a gente vai ser recebido pela sociedade?⁸¹

Nós tínhamos muita dificuldade em trabalhar aqui porque nós não sabíamos o que fazer [risos], a gente estava fardado e preparado, mas para fazer o que na rua? [...] nós tínhamos todos os pontos de trabalho, que era o correio, a rede ferroviária, aeroporto. [...] Chamava bastante atenção, porque eram as primeiras mulheres, fardadas na rua, então, a farda chamava bastante atenção, e daí mulher fardada... Nós fomos muito bem recebidas pela população, pela imprensa, por todo o pessoal, nos tratavam assim com muito carinho. E, muito... e também era muito curioso. Eles eram muito curiosos, chegavam e perguntavam se a gente era mulher, e de onde nós viemos [risos]⁸².

Ao relatarem aleatoriamente sobre essa experiência, é evidente a contradição com relação ao discurso oficial da aceitação da população e da negação aos problemas que surgiram:

Elas já vieram meio preparadas, elas sofreram mais por causa da discriminação do que da falta de preparo⁸³.

[...] houve constrangimentos... [...] claro que o povo, o povo as recebe bem. Elas eram educadas, eram de uma formação boa, então para os padrões da época, de polícia da época efetivamente elas tiveram um papel de destaque. Agora, foram alvo de constrangimento? Claro que foram! Porque queiram ou não, a estrutura machista funcionava, então o infrator, principalmente de trânsito, nós tivemos situações bastante constrangedoras!⁸⁴

[...] o próprio motorista não sentia-se bem sendo corrigido por uma mulher [...] E elas sentiam até uma certa humilhação. Tinham algumas restrições. Só que funcionava melhor a vergonha de ser

⁷⁹ Entrevista 7A. Curitiba: 10 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (44 min.).

⁸⁰ Entrevista 6A. Curitiba: 27 set. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (49 min.).

⁸¹ Entrevista 5A, op. cit.

⁸² Entrevista 2A, op. cit.

⁸³ Entrevista 1B. Curitiba: 05 dez. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (32 min.).

⁸⁴ Entrevista 5B. Curitiba: 04 out. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete (47 min.).

chamado à atenção por uma mulher. Fazia com que eles tomassem mais cuidado que era duro...⁸⁵.

[...] muitos homens não nos respeitavam, [...] tinha um que dava a volta assim ó... ele gritava: “vá lavar panela sua vagabunda, vá lavar roupa, vá para casa sua vagabunda” e dava a volta, chegou uma hora que tivemos que chamar um apoio masculino para não nos expor ao ridículo⁸⁶.

A rua, na concepção de DaMatta, é o espaço em que se desautoriza o indivíduo a partir da imposição da autoridade legal. Indivíduo pensado em contraposição ao seu papel definido na casa, também categoria sociológica em que existe o “supremo reconhecimento pessoal: uma espécie de supercidadania que contrasta terrivelmente com a ausência total de reconhecimento que existe na rua”⁸⁷. Nesse aspecto, a polícia se constitui como a forma mais visível da imposição da autoridade legal. A concepção de rua como espaço simbolicamente masculino, somada à autoridade do Estado realizada pela instituição viril, coloca mulheres que agregam o poder de polícia frente a homens numa situação que a estes últimos parece humilhante e vexatória: pela imposição da autoridade legal e por ela ser feita por mulheres.

O que é denominado de preconceito e discriminação é para Elias “discernir no plano individual algo que não pode ser entendido sem que se o perceba, ao mesmo tempo, no nível do grupo”⁸⁸. O despreço que se apresenta a esse grupo é sempre negado oficialmente por evidenciar a contradição das representações construídas pela instituição sobre si e sobre as mulheres policiais militares.

O contato com a população para elas apresenta-se:

É... saímos [risos]. Como se fosse um passeio. A gente encontrou menores pichando, já fomos chamar atenção... foi ali, perto da ferroviária velha que hoje é o Shopping Estação⁸⁹.

Duas femininas. E o primeiro trabalho meu foi na Rodoferroviária, um trabalho ainda mais ostensivo, fornecia informações. Raramente... me lembro que uma vez nós tivemos que usar um

⁸⁵ Entrevista 1B, op. cit.

⁸⁶ Entrevista 6A, op. cit.

⁸⁷ DAMATTA, op. cit., p. 28.

⁸⁸ ELIAS, Norbert; SCOTSON John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 23.

⁸⁹ Entrevista 5A, op. cit.

pouco mais de austeridade ou tivemos que agir de forma mais coercitiva, chamando a atenção impondo a presença da farda⁹⁰.

Nesses locais e nesse primeiro momento a presença delas, a elas, não se conflituava com a população. É um passeio que raramente tem por fim a intervenção no *fazer* das pessoas. Mas já existem amostras da quebra da imagem idealizada na função e na apresentação. Lembranças que denotam insatisfação e a consideração do trabalho fundamentalmente designado, como limitador e desimportante comparativamente ao trabalho considerado operacional. Para Bretas⁹¹, as forças policiais geralmente tentam se apresentar como combatentes do crime, e criticam o trabalho assistencial, considerando-o uma interferência em sua missão *verdadeira*. A PMPR nesse período defende em seu discurso de inclusão de mulheres um fazer policial assistencial e ao mesmo tempo combativo, adiantando-se ao que será considerado legítimo no fazer de todas as polícias militares. No entanto, no interior da caserna o trabalho operacional é considerado mais nobre, pois “as atividades de confronto são identificadas como o verdadeiro trabalho de polícia”, segundo Soares e Musumeci⁹². Estas pesquisadoras afirmam que:

[...] prevalece ainda a cultura policial de viés bélico, com foco quase exclusivo na ação reativa e repressiva [...] as atividades cotidianas de preservação da ordem pública, embora ocupem grande parte do tempo, e dos recursos da PM, não gozam do mesmo status que as ações repressivas, sendo muito pouco valorizadas⁹³.

Na fala seguinte, a policial relata sobre seu primeiro trabalho:

Uma ocorrência policial 021, uma doida, uma doente mental, 021 é o que carinhosamente a gente fala do doente mental, eu e mais uma colega sargento, inexperientes, pedimos apoio. Chega o aspirante, alguém que eu conheço e ficou no carro assim, abriu o vidro e ficou olhando para fora. Caramba! E nós lutando com a doida, com a pessoa doente. Aí eu fui... eu era mais antiga e me apresentei a ele. E ele me deu uma babada entende? Ele tava esperando a apresentação. E eu falei tudo bem senhor Aspirante. O senhor me desculpa, mas eu acho que a prioridade é da ocorrência policial, é o

⁹⁰ Entrevista 6A, op. cit.

⁹¹ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 24.

⁹² SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres policiais presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 76.

⁹³ *Ibidem*, p. 82.

que eu aprendi na minha pouca experiência, mas se o senhor quer a continência (gesticula) taí a continência... (risos)⁹⁴.

O conflito latente entre as posições hierárquicas frente o trabalho prático de polícia militar, começa a se esboçar com o questionamento das prioridades. Passados trinta anos, a incorporação da maneira peculiar de expressão verbal dos policiais se faz presente e também a consciência da idéia atual de cidadania que se apresenta aos militares pela explicação e contenção, carinhosamente, necessária ao próprio palavreado.

As normatizações estipuladas passam paulatinamente a ser quebradas. De uma forma sub-reptícia aos discursos, outra imagem e outro *fazer* da policial vão se configurando:

[...] uma ronda que nós fizemos na antiga rede ferroviária, hoje ela está aqui também mas era numa forma... era bem diferente, era menor. [...] essa ronda nos dias de... nos tempos de frio aqui em Curitiba, que na época era muito frio mesmo, para que a gente pudesse socorrer essas pessoas que dormiam embaixo das pontes. [...] Madrugada. Uma senhora, ela conseguiu entrar num bueiro, num rio que passa próximo da rede ferroviária, ela conseguiu entrar nessa canalização e ficou, ali... [...] Principalmente as pessoas que chegavam do interior do estado não sabiam para onde iriam, onde iriam pernoitar, então a gente fazia essa ronda, com esse objetivo de retirar as pessoas da rua e, encaminhar aos órgãos sociais, e essa senhora me marcou, foi uma senhora que veio do interior do estado, ela veio para tratamento de saúde, e quando ela chegou ali, ela não sabia para onde ir, ela queria dormir, ela queria descansar para o outro dia, e o lugar que ela achou seria na tubulação do rio⁹⁵.

Passando a trabalhar na noite e na madrugada curitibana, adentra-se num espaço/tempo designado a homens e ao policial masculino. Mesmo que, conforme a citação acima, o papel desempenhado esteja ligado à representação oficial. O que se observa é a abertura de um turno simbolicamente negado à idéia de mulher e excluído pelas normatizações às policiais militares, o que implicava também na realização de um trabalho conjunto com os homens.

As transgressões à imagem legalmente construída sobre “mulheres” e “mulheres policiais” são verificadas assim que se inicia o trabalho na rua:

⁹⁴ Entrevista 4A2. Curitiba: 28 set. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (45 min).

⁹⁵ Entrevista 1A. Curitiba: 14 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (53 min).

E em São Paulo ainda que pesasse ter Coronel e subordinados o trabalho delas era assistência social e informação: assistência e informação. Nós, já de início, nós nos revelamos, nós reclamamos⁹⁶.

A arma para nós era novidade, fazia bem, a gente achava bonito, a gente queria estar trabalhando armado, se não dessem arma para nós naquela época, a gente se revoltava, a gente queria todos os acessórios... porta isso, porta bloco, nós queríamos tudo [...] na época a gente não aceitava só isso, tanto é que foi muito pouco tempo, aquela duplinha de duas policiais, dentro da rede ferroviária e fazendo um policiamento ostensivo, e preventivo [...] a gente exigia muito mais... depois a mulher já foi empregada, em rádio patrulha, no trânsito, Copom, Hospital da Polícia Militar, Presídio e tantos outros....⁹⁷.

Revelar-se significa questionar o modelo paulista, ao menos na lembrança, o que será comum ao grupo que aos poucos busca identificar-se como mais “operacional”. O armamento negado agrega o poder simbólico da virilidade e é exigido pelo grupo, pois a rua se configura como um local de perigo. Mesmo que tenha o sentido, que se quer romper, de *passeio*. Querer estar de posse do armamento, ainda que na bolsa, significa pensar-se como policial militar operacional. Um grupo que se utiliza do discurso de inclusão, que as visualiza como agentes totêmicos humanitários, tentando firmar-se como policial militar, abarcando o que se diz de si (feminino) e o que pretende agregar (masculino): uma mulher-fronteira.

No interior da instituição começa um embate mudo entre os oficiais que defendem e os que assumem posicionamento contrário do até então oficialmente apregoado com relação à presença do feminino na caserna:

[...] eu recebi uma orientação de que não deveria levar as policiais femininas, porque como elas seriam... como elas fariam [risos] as suas necessidades fisiológicas [risos] como é que dormiriam no mato etc. [...] levei-as para fazer o 1º arrastão histórico da polícia militar, eu fui o comandante, eu as levei: 30 e tantas, para a gente trabalhar na operação noturna, na madrugada, revistando boates, em prostíbulos, em... na rua⁹⁸.

⁹⁶ Entrevista 4A2, op. cit.

⁹⁷ Entrevista 2A, op. cit.

⁹⁸ Entrevista 6B. Curitiba: 05 out. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (49 min.).

Ridicularizando o pensamento dos oponentes, começam a ser desenvolvidos trabalhos em conjunto com o 13º Batalhão⁹⁹, no período Comandado pelo Capitão Jorge Vanzuit. As mulheres policiais durante o dia percorrem espaços que mascaram a contradição e o conflito do meio urbano e na madrugada iniciam outro aprendizado.

Na realidade, a integração à tropa de forma física se efetivará completamente com o fim da 1ª Cia de Polícia Feminina, em fevereiro de 1994, e na forma simbólica com a extinção do QPM específico às mulheres, no ano de 2000¹⁰⁰. Pouco a pouco, baseado em atitudes isoladas de alguns oficiais masculinos, começa haver contato entre homens e mulheres policiais militares, mesmo que isso seja negado legalmente, pois destoa da representação que a polícia impõe às mulheres, a fim de representar-se também de forma diferenciada.

Como parte de construção do processo da entrada das mulheres na PMPR, esse grupo é apresentado como recepcionistas e representantes da cidade humana, e no interior da corporação policial militar como gestoras dos rituais burocráticos:

[...] tinha inauguração... o comando convocava todo esse pelotão [...] era aniversário da cidade, esse pelotão era convocado, e os desfiles de um modo geral aqui na capital nós íamos a todos, porque nós os enfeitávamos, nós enfeitávamos a festa do dia [...] nós éramos muito aplaudidas¹⁰¹.

Aplaudidas nos desfiles (foto 53), presentes nas manchetes e fotos, configura-se uma imagem ambígua da mulher policial militar, que sob tutela do olhar masculino (foto 52), de idosos e crianças (fotos 55 e 56), permite-se ficar entre flores e armas: para a população e a instituição e, no segundo caso, ocultamente na construção de si como policial militar.

⁹⁹ O 13º Batalhão de Polícia Militar, operacionalmente subordinado ao Comando do Policiamento da Capital (CPC), tem como área de atuação 46,94% do município de Curitiba. Disponível em: < <http://www.pmpr.pr.gov.br/pmpr/13bpm/>>. Acesso em: 20 Ago. 2006.

¹⁰⁰ PARANÁ. Lei nº. 12.975, de 17 de novembro de 2000. Dispõe sobre a extinção do Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininas (QOPM Fem), a Qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de Praças Policiais Militares Femininas.

¹⁰¹ Entrevista 2A, op. cit.



Foto 52: Passagem de Comando de Batalhão. 1980.
Fonte: Acervo pessoal Sargento Belmair Maximiano de Lima.



Foto 53: Desfile em comemoração a Independência do Brasil. 1980.
Fonte: Acervo pessoal Sargento Belmair Maximiano de Lima.



Foto 54: Visita da esposa do Sub-comandante da PM de Minas Gerais. 1980.
Fonte: Acervo pessoal Sargento Belmair Maximiano de Lima.



Foto 55: Menor desaparecido localizado pela Polícia Feminina. s/d
Fonte: Acervo pessoal Sargento Belmair Maximiano de Lima.



Foto 56: Condução ao albergue. s/d.
 Fonte: Acervo pessoal Sargento Belmair Maximiano de Lima.

Dois meses após o início do trabalho das primeiras sargentos policiais militares é aberto edital para recrutamento e seleção de mulheres ao Curso de Formação de Soldados Femininos, 1º CFSd PM Fem¹⁰², destoando do ingresso das sargentos, somente o critério de escolaridade, agora reduzido ao 1º Grau completo. Em dezembro do mesmo ano é aberto edital com seis vagas para o primeiro Curso de Formação de Oficiais Femininos, 1º CFO Fem¹⁰³. Trinta e quatro mulheres são selecionadas para o CFSd e nove para o CFO. Este último reservado à instituição policial militar, pois somente as sargentos poderiam participar da seleção.

Ambos os cursos serão realizados na Academia Policial Militar do Guatupê. A redoma vai se abrindo na medida em que se confrontam representações e práticas da policial militar feminina.

A Diretriz nº. 076/79 editada nesse momento, preocupa-se com a conceituação de Polícia Feminina uma vez que com o aumento do contingente feminino nas ruas torna mais difícil sua contenção. A partir da existência concreta de

¹⁰² POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Geral n. 196, 20 out. 1978. p. 03-04. Edital nº. 001/78 do CRS – Centro de Recrutamento e Seleção, 19 out. 1978.

¹⁰³ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Geral n. 224, 04 dez. 1978. p. 02-05. Edital nº. 013/78 – DE/Diretoria de Ensino.

mulheres que destoavam sobremaneira do idealizado pela instituição, e lembrando uma vez mais a preocupação expressa nas palavras do General Dirceu Ribas Correia¹⁰⁴, sobre mulheres que não pareciam “ser mulheres”, é que se faz necessário definir por escrito o que não é a polícia feminina. Para tanto as palavras da Coronel Janete Ribeiro Fiúza serão utilizadas:

Como não deve ser conceituada a Polícia Feminina 1) A Polícia Feminina não é uma organização de **mulheres masculinizadas, fisicamente superdesenvolvidas e agressivas**; 2) Não se destina a efetuar prisão de criminosos ou de interferir em distúrbios e arruaças. 3) **Não é um movimento feminista**, embora seja uma ambição latente da mulher, particularmente em campo social, de concorrer em igualdade de condições em benefício da paz e da ordem pública. 4) Também, **não é um grupo fardado de assistentes sociais**, embora faça uso destes instrumentos em benefício das atividades policiais. 5) Não é uma organização em que a beleza ou a estética devem ser consideradas como valores fundamentais, **porém** deve ser mantida e estimulada a feminilidade de suas integrantes¹⁰⁵.

No mesmo instante em que se tem consciência da quebra da idealização, acentua-se a normatização, que não consegue estabelecer um consenso sobre o que seria a “polícia feminina”. Um estranhamento, um desconforto pela necessidade de normatizar aquilo que se quer silenciar.

Com esse novo contingente, as sargentos passam a ter mulheres como subordinadas, para ensinar e fiscalizar as regras também à elas impostas e também, na seqüência, mulheres como superiores. Uma cadeia de mando é estabelecida entre elas, que paulatinamente enxergam-se menos como mulheres, no interior da corporação, e mais como soldados, sargentos e tenentes.

A afirmação das policiais militares como operacionais se concretiza com o rompimento prático de regras estipuladas pela Diretriz nº. 076/79, mesmo que esta diretriz permanecesse em vigor. O uso ostensivo da arma, o abandono da bolsa e a execução de trabalhos, locais e horários a ela interditados pelas normatizações serão paulatinamente aceitos:

¹⁰⁴ Capítulo I, p. 74.

¹⁰⁵ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Diretriz nº.76/79, dezembro de 1979. Finalidade e Emprego da organização de Polícia Feminina. p. 04. Com grifo e sem destaque no original.

[...] quando elas foram para rua, elas foram de bolsa, então aí também a bolsa sumiu... [...] eu troquei a bolsa delas pela mochila pelo bernal, pelo cantil¹⁰⁶.

Eu fui a primeira que usei armamento. Assim que eu saí da academia... [...] A diretriz continuava. Afinal de contas essas coisas todas eu não estou lembrada da época certinho. E eu patrulhava a cidade com aquela moto CB da PM, das motos grandes na época. Era ridículo o meu tamanho em cima de uma moto daquela, mas afinal de contas eu tinha que fazer o serviço e estava à mercê de qualquer ocorrência. Então a 1ª vez que saí para tirar ronda, eu coloquei a arma na cintura e disse que não tiro e não tirei, porque eu era policial, não é? Então daí em frente, houve discussões, umas brigas internas perere, parará, aquela coisa e depois foi regularizado, quem... não me lembro nem como... que eu não fiquei nem sabendo... [...] ostensivamente a arma não podia ser usada, mas fala sério, não é? Até que você abrir a bolsa, pegar a arma da bolsa, tá morta! Então assim não tinha condições¹⁰⁷.

O oficialato concede às mulheres ousadia necessária para enfrentamento das regras que a desmilitarizam. Interessante perceber a posição, ou a não tomada de posição da instituição para conter esses avanços, uma vez que a Diretriz nº. 076/79 vai sendo abandonada na prática, até chegar ao ponto do silêncio se estabelecer sobre sua existência¹⁰⁸, mesmo que legalmente tenha perdurado. Uma vez aceito o armamento perante a população, ainda seu uso ostensivo por parte de mulheres é visto como ofensivo ao militarismo uma vez que:

Deu umas conversações assim. Não pode dentro do quartel. Me chamavam para cá: tire a arma. Me chamavam para lá: tire a arma. E eu dizia que não tirava e ficou, que eu já era oficial, era aspirante, aspirante a oficial¹⁰⁹.

O uso do armamento pelas mulheres no interior do aquartelamento avilta sobremaneira o pensamento militarista, ao mesmo em tempo que este ideal passa a ser adotado pelas policiais.

O dilema da integração de mulheres na corporação policial militar se configura em pelo menos dois aspectos. Primeiro, no combate a idéia segregatória da essência feminina naturalizada, que produz/reproduz a biologização do social e constrói, reforça e impõe representações e práticas, que definem, limitam e coagem

¹⁰⁶ Entrevista 6B, op. cit.

¹⁰⁷ Entrevista 3A, op. cit.

¹⁰⁸ Somente a partir de 2006 uma nova diretriz começou a ser elaborada pela PMPR.

¹⁰⁹ Entrevista 3A, op. cit.

grupos e indivíduos. Segundo, ao buscar a integração e a igualdade, pulverizando-se no interior da instituição como o “mesmo”, negando a identificação do grupo como o feminino detentor de capacidades intrínsecas e adotando o viés bélico enobecedor como modelo, pode acarretar a perda da brecha existente à transformação da estrutura e da cultura policial militar.

Lembrando ainda que a identificação dos policiais baseada na hierarquia apresentada entre combate, guerra, força e violência versus proteção, cuidado e sensibilidade para com o outro (com todos os “outros”) se constrói não no interior da caserna, mas nela encontra um espaço de expressão legítima. A *illusio*¹¹⁰, que aprisiona o masculino, organiza a hierarquia simbólica estabelecida entre esses valores, por impor “a todo homem o dever de afirmar em toda e qualquer circunstância sua virilidade”¹¹¹, associa como detentores de “coragem” aqueles que são insensíveis “com o próprio sofrimento e sobretudo para com o sofrimento dos outros”¹¹².

Nesse momento, a policial militar constitui-se como uma mulher-fronteira entre idealizações de gênero, adquirindo formatos variados nos últimos trinta anos.

Resta saber se a presença de mulheres consegue desestruturar o ideal de militarismo, não somente aos olhos da população, mas no interior da corporação policial militar, ou se desestrutura o feminino embriagado, encantado e conquistado pelos jogos de violência e poder.

¹¹⁰ “[...] é ela que faz com que os homens (ao contrário das mulheres) sejam socialmente instituídos e instruídos de modo a se deixarem prender, como crianças, em todos os jogos que lhe são socialmente destinados e cuja forma por excelência é a guerra”. BOURDIEU, *A dominação masculina...* op. cit., p. 92.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 64.

¹¹² *Ibidem*, p. 66.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é o corpo?
Como é o corpo da mulher?
Onde começa: é aqui no chão
ou na cabeleira, e vem descendo?
Como é a perna subindo
e vai subindo até onde?
(Indagação - Drummond)

A categoria mulher permanece nas representações das estruturas cognitivas como distanciada das idéias de força e poder. Essas três proposições encontram-se sobrepostas na junção: mulher, policial e militar, embaralhando a ordem social e desorganizando as idéias.

O processo de inclusão de mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná propiciou tanto a análise da junção dessas categorias, quanto o papel ambíguo do Estado que, em um contexto ditatorial, assumiu como legítimo o discurso de uma polícia mais preventiva e menos repressiva.

Nossa atenção primeira na pesquisa contemplou as possibilidades históricas da inclusão de mulheres na Polícia Militar do Paraná e as modificações ensejadas na estrutura da corporação, tomando como *locus* discursivo a instituição policial militar perpassada pela visibilidade de novas demandas sociais, as quais disputam como no caso do Movimento Feminista as representações da categoria mulher ou a sua desconstrução.

A compreensão do processo histórico de inclusão da categoria mulher em instituições viris demandou a desconstrução e/ou construção de discursos sobre o espaço simbólico e a identidade da própria instituição. Abordamos o

discurso formador de identidade da Instituição policial militar, através de uma multiplicidade de vozes e lugares, de onde resultou a idéia da criação da mulher policial no estado do Paraná. Foram enfocados leis e diretrizes que criaram a policial militar feminina no estado do Paraná, sublinhando a formatação de poderes que possibilitou esse processo. A configuração e a construção dessa nova categoria de identificação simbólica, sua viabilidade política em fins dos anos 1970, no Estado do Paraná, se cristalizaram na objetivação dos propósitos da pesquisa.

A análise do objeto proposto cobrou de nós uma longa incursão histórica na busca de definição do sujeito do campo do feminismo, categoria principal analisada no interior de uma instituição viril. O campo do feminismo é entendido como o espaço de disputas teóricas onde se constrói ou desconstrói a categoria mulher, cujas teorias práticas de transformação social delineiam tanto um sujeito coagido pelas estruturas, quanto um sujeito capaz de ação. A noção de configuração mostrou-se extremamente pertinente, pois possibilita a idéia de sujeito histórico composto pela interiorização de forças coercitivas das estruturas sociais externas. Sujeito, ao mesmo tempo, com fixidez e elasticidade de ação, pois possui espaço para decisões individuais em oportunidades prescritas e limitadas pela estrutura específica de sua sociedade e pela situação funcional que exerce dentro dela, ou seja: um sujeito mutuamente orientado e dependente, conceito assumido ao longo da pesquisa.

A pormenorização do processo de inclusão de mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná recorreu à idéia de sujeito histórico perpassado pelo *habitus* e do pensamento que engloba ao sujeito do feminismo eixos interseccionais de subordinação, assumindo a construção da diferença transformada em discurso para a ação política. A instituição da Polícia Militar construiu simbolicamente o corpo da mulher policial, um discurso de exclusão que incluiu simbolicamente o corpo feminino. Um discurso autoritário ao público interno e ao mesmo tempo um discurso humanitário para o público externo que, no primeiro âmbito, inicia o processo de disciplinarização do corpo feminino, agora militar e, no segundo, postula mudanças no trato com o cidadão, auto-atribuindo funções do cuidar. No momento de criação da mulher policial militar, discutimos a existência de modelos femininos antagônicos,

disputando espaço e participação política atinentes às questões nacionais, que ora confirmavam, ora contestavam as representações existentes sobre a feminilidade, sobre o ser mulher. A opção da corporação policial militar foi por reforçar o estereótipo feminino vinculado à essência biologicamente determinada e que se contrapõe à idéia de virilidade.

Estiveram entre nossas preocupações representações construídas sobre a categoria mulher policial militar e a transformação do corpo feminino em corpo feminino militar e seu *ethos* característico. Analisamos a construção da categoria mulher policial militar, através do discurso oficial produzido, e a construção objetiva do corpo feminino no interior da caserna. Ambiguamente pensada com uma imagem feminilizadora e assexuadamente materna ao público externo e internamente sujeita à militarização que exige o *ethos* viril no corpo feminino. Segmentamos, também, análises da transformação, da junção entre o *habitus* sexuado feminino e o *habitus* militar, até então pensado como masculino, e das representações subseqüentes, atentando para a construção material e simbólica do corpo da mulher soldado.

O exame crítico da relação mulher e instituição viril incursionou na problematização do social pensado como junção entre sua verdade subjetiva e sua verdade objetiva, como constituintes do espaço social que é ao mesmo tempo material e simbólico. A construção da idéia de mulher-policial comportou o imbricamento de cultura e poder e abarcou grande parte do fôlego da pesquisa. A disputa pela legitimidade dos discursos fundadores de categorias e identidade de grupos, discursos que ao mesmo tempo criam unicidade e segregação, estabelece fronteiras materiais e simbólicas. Fronteira material, pois delimita de forma concreta os corpos femininos e masculinos em espaços e funções. Fronteira simbólica, pois enseja significados e percepções de si e dos outros de forma hierárquica e excludente.

Recorrendo a Bourdieu, tomamos o Campo político não apenas como fundador por excelência da existência material do corpo feminino em instituições viris, mas também das formas de exibição dessa presença. As Instituições viris são detentoras do *ethos* baseado nas capacidades prerrogativamente masculinas definidas pelo processo de construção social do corpo, o qual produz o *habitus* sexuado: o *tornar-se* mulher ou homem, o que

se considera historicamente mulher ou homem. Não podemos perder de vista a especificidade do campo político: a disputa pela legitimidade da participação na construção das próprias pautas reivindicatórias que ensejam a ação política, e a construção dos atores sobre os quais essas ações recaem.

Portanto, ao propor e delimitar o que se entende como mulher policial, a normatização do corpo feminino no interior da corporação militar produziu a representação da mulher-soldado. *Estabelecidos*, negando a mudança na balança do poder/poderes, A PMPR inclui a imagem idealizada de um “outro” que passa a fazer parte do “nós”, discurso que delinea e delimita as fronteiras simbólicas da imagem deste grupo duplamente outsider: como mulher e como mulher-soldado. A discussão da construção material e simbólica da mulher-policial no Paraná sustentou-se na análise da legislação construída para o ingresso da mulher na instituição da polícia militar; do processo de seleção e recrutamento e das primeiras diretrizes fundadoras do corpo feminino policial. Ao mesmo tempo, o confronto aberto entre essa construção legal e simbólica e o processo transformador/formador de mulheres em Sargentos da Polícia Militar somou-se à tarefa.

Na pesquisa em questão, voltada para as categorias mulher e policial militar, recorreremos às representações construídas e à existência material desse novo sujeito. Não deixamos de questionar os significados, as relações de sentido, as justificativas simbólicas para tal construção, a fim de escapar da naturalização de processos que são históricos, bem como tivemos como alvo as práticas dos sujeitos, que inseridos em sistemas simbólicos, participam da luta pelas representações.

A idéia assentada de que a materialidade do ingresso de mulheres na PMPR, por si só, apresenta-se como um processo de inclusão e conquista política e cultural, foi questionada. Nosso pressuposto foi a necessidade de abarcar preocupações referentes as representações construídas nesse processo e relacionar práticas e representações, uma vez que significados e percepções são partes constituintes das identidades sociais e que implicam em relações simbólicas de força. Negamos a relação natural desse processo no período de redemocratização política do Estado brasileiro. Portanto, a análise do processo de inclusão/exclusão ancorou-se em uma perspectiva material e

simbólica, não para firmar dicotomias estabelecidas, mas estabelecer relações entre práticas e representações, para lembrar Chartier.

Além da possibilidade histórica da criação da idéia de mulher policial dispusemos às nossas fontes um leque de questionamentos voltados ao modo de inserção do ideal do militarismo no corpo feminino e de sua transformação em corpo policial militar. Entre práticas e representações, percorremos um tempo que possibilitou explicar o habitus sexuado feminino no interior da corporação e a incorporação do ethos militar viril no corpo feminino definido como avesso da virilidade. Tempo esse que englobou o recrutamento, seleção e treinamento policial militar específico da primeira turma feminina de policiais militares, período de formação/adestramento, na concepção bourdieniana, culminando no curso de formação de sargentos.

Analisamos a ambigüidade entre o idealizado no discurso fundador da mulher policial militar, o qual elabora a aparência, os espaços e funções que delimitam o fazer da policial militar, e a concretude da corporalidade sexuada perante o trabalho policial militar. No centro das atenções, portanto, o embate entre o pensado e o concreto, entre a imagem idealizada pela instituição e a prática cotidiana desse grupo no espaço urbano de Curitiba. O projeto da imagem de cidade humana conjugou-se com a representação construída acerca do processo de inclusão de mulheres na PMPR. Uma mulher policial militar detentora de um poder humanizador e civilizatório passou a circular em espaços culturais de visibilidade, sendo vedado a ela o desempenho do policiamento que cuida, orienta e protege do setor considerado não funcional. Revelou-se dessa forma um projeto de ação estatal que recorreu a forma diferenciada de utilizar-se do policiamento ostensivo de mulheres e homens policiais militares.

A existência concreta de Sargentos Policiais Militares Femininos na cena urbana de Curitiba, a utilização ostensiva da imagem de feminino e as transgressões dessa imagem pelas policiais, a busca de soluções para a presença feminina na caserna, bem como a concessão do oficialato às mulheres são ingredientes que configuraram uma discussão última. Nas palavras de Michele Perrot: “a mulher é, antes de tudo, uma imagem”. A concretude do feminino nos primeiros anos de sua presença, revelou-se

através de uma imagem ambígua: ora voltada à comunidade externa, ora à privacidade da caserna.

Nesse momento, a policial militar constitui-se como uma mulher-fronteira entre idealizações de gênero, adquirindo formatos variados nas décadas subseqüentes. A nova questão posta é saber se a presença de mulheres consegue desestruturar o ideal de militarismo, não somente aos olhos da população, mas no interior da corporação policial militar. Colocado de outro modo, se desestrutura o feminino embriagado, encantado e conquistado pelos jogos de violência e poder. O masculino viril que perde a imagem de superioridade ou um masculino que se impõe ao feminino?

Como se pode constatar, entre nossos referentes, privilegiamos interlocuções com Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Roger Chartier, Simone de Beauvoir e Michele Perrot. Os referenciais teóricos de tais autores iluminaram o exercício de nossa pesquisa e possibilitaram o cotejo de nossas fontes. Contudo, lacunas e equívocos remanescentes no texto devem ser atribuídas às dificuldades enfrentadas no ritual de iniciação da produção acadêmica, tão caro a todos que se dobraram ao fascínio da pesquisa histórica. O saldo incontestável foi a possibilidade de vislumbrar desdobramentos da pesquisa sobre a mulher policial militar, novos contextos e recortes temporais através de olhar mais atento e refinado sobre as fontes disponíveis.

No instantâneo em que a conclusão do texto nos cobra uma idéia derradeira, capaz de exprimir o fecho, interessante recuperar um futuro anunciado nos primórdios do século XX, atribuído a Gastão Faria, recolhido e contemplado em *Pedidos e recusas. Mulheres, espaço público e cidadania*: “Vá que a mulher triunfe em matéria de direitos políticos, vá que ela chegue a ser deputado, senador, cabo eleitoral. Nunca cabo das fileiras marciais” (...) “O sexo forte não suportaria tamanha afronta aos seus brios... não”. (...) “No dia em que ela, como soldado, formar ao lado do homem, nesse dia então o mundo não terá mais poesia. Tudo desmoronará: ambição, sonho de glória, vertigem das alturas, tudo desabarará ao choque violento do desânimo. O homem não será mais homem”.

FONTES E REFERÊNCIAS

FONTES

Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior – PMPR

BRASIL. Decreto-Lei nº. 667, de 02 de julho de 1969. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal.

BRASIL. EXÉRCITO NACIONAL. Decreto-Lei nº. 66.862, de 08 de julho de 1970. Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares - R200 - de 08 de Julho de 1970.

PARANÁ. Lei Estadual nº 12.975, de 17 de novembro de 2000. Extinção do Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininas, a Qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de Praças Policiais Militares Femininas

PARANÁ. Decreto Lei nº. 3238, de 19 de abril 1977. Criação do Pelotão de Polícia Feminina.

PARANÁ. Decreto Lei nº. 24826, de 07 de agosto de 1959. Dispõe sobre a criação do Colégio da Polícia Militar.

PARANÁ. Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná - LOB nº. 6674, de 08 de janeiro de 1976.

PARANÁ. Lei Estadual nº 12.975, de 17 de novembro de 2000. Extinção do Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininas, a Qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de Praças Policiais Militares Femininas.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Diretriz nº. 029/77 - Instruções para recrutamento e seleção de pessoal para o pelotão de Polícia Feminino.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Diretriz nº. 046/77. CFAP. Procedimentos para o Curso de Formação de Sargentos Femininos, de dezembro de 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Diretriz nº. 048/77. 3º Seção do Estado Maior, de dezembro de 1977. Emprego da Polícia Feminina.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Diretriz nº. 076/79. 3º Seção do

Estado Maior, de dezembro de 1979. Finalidade e Emprego da Polícia Feminina.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. 1ª Seção – EM. Ofício nº. 413/77, de 25 de março de 1977.

SÃO PAULO. Decreto nº. 24.548, de 12 de maio 1955, Criação do Corpo de Policiamento Especial Feminino.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Polícia Feminina. Decreto nº.47.987 de 11 de maio de 1967. Aprova o Regulamento e Plano de Uniformes da Polícia Feminina de São Paulo.

Arquivo Geral da PMPR

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral, nº. 219, 24 nov. 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Especial, nº. 02, 16 jun. 1978.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Especial, nº. 01, 16 jun. 1978.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Especial, nº. 03, 21 jun. 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Especial, nº. 04, 10 ago. 1978.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral, nº. 165, 02 set. 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral n. 196, 20 out. 1978.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral nº. 197, 20 out. 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral nº. 219, 24 nov. 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral nº. 224, 04 dez. 1978.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral nº. 105, 06 jun. 77.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral nº. 105, 06 jun. 77.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral nº. 116, 23 jun. 1978.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral nº. 158, 24 ago. 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral nº. 208, 08 nov. 1977.

POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral, nº. 205, 03 Nov. 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral, nº. 218, 23 nov. 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral, nº. 219, 24 nov. 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral, nº. 219, 24 nov. 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral, nº. 03, 21 jun. 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral, nº. 071, 15 abr. 1977.

POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral, nº. 218, 23 nov. 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral, nº. 219, 24 nov. 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral, nº. 219, 24 nov. 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral, nº. 53, 19 mar. 1974.

Museu da PMPR

Revista "O Miliciano". Ano I – nº 2 – Julho de 1977.

Álbum de fotografias.

Pasta de recortes jornalísticos.

Acervos pessoais

Pasta de fotos e recortes jornalísticos Sub-tenente Nueli Primão.

Álbum de fotos da 2º Sargento Belmair Maximiano de Lima.

Entrevistas

Entrevista 1B. Curitiba: 05 dez. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete (32 min.).

Entrevista 2B. Curitiba: 11 out. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete (53 min.).

Entrevista 3B. Curitiba: 14 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete (54 min.).

Entrevista 4B. Curitiba: 28 set. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete (48 min.).

Entrevista 5B. Curitiba: 04 out. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete (47 min.).

Entrevista 6B. Curitiba: 05 out. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete (49 min.).

Entrevista 1A. Curitiba: 14 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete (53 min.).

Entrevista 2A. Curitiba: 13 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete (56 min.).

Entrevista 3A. Curitiba: 13 jul. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete (53 min.).

Entrevista 4A1. Curitiba: 14 ago. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete (55 min.).

Entrevista 4A2. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete (45 min.).

Entrevista 5A. Curitiba: 12 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete (57 min.).

Entrevista 6A. Curitiba: 10 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete (44 min.).

Entrevista 7A. Curitiba: 27 set. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete (49 min.).

REFERÊNCIAS

ALEEM, S. Women in policing in India. *Police Studies*, v. 12, n. 3, p. 97-103, 1989.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALVES, Paulo. Experiência de investigação: pressupostos e estratégias do historiador no trabalho com as fontes. In: CREDDO, Maria do Carmo Sampaio (coord.). *Fontes Históricas: abordagens e métodos*. Assis: Unesp, 1996.

BADINTER, Elisabeth. *XY de la identidad masculina*. Colômbia: [s.n.], 1994.

BAHIANA, Ana Maria. *Almanaque anos 70: lembranças e curiosidades de uma década muito doida*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BARROS, José d' Assunção. *O campo da História: especialidade e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERTONHA, João Fábio. Culturalismo x estruturalismo: um debate com E. P. Thompson. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 17, 1997.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBEA, Lilian. Entre el escudo de Minerva y el manto de penélope: la feminización del servicio militar en el Caribe, una práctica dicotomizada. In: RESEARCH AND EDUCATION IN DEFENSE AND SECURITY STUDIES, 6., 2003, Santiago. *Anales...* Santiago: Center for Hemispheric Defense Studies, 2003.

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Vozes: Petrópolis, 2003.

BOURDIEU, Pierre. _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *La distinción: criterio y bases sociales del gusto*. 3. ed. Madrid: Taurus, 2006.

_____. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BROWN, Jennifer. Integrating women into policing: a comparative european perspective. In: PAGON, Milan; LOBNIKAR, Branko. Reasons for joining and beliefs about police among Slovenian female police rookies. In: PAGON, Milan (ed.). *Policing in Central and Eastern Europe: comparing firsthand knowledge with experience from the West*. Slovenia: College of Police and Security Studies, 1996.

BRUNI, José Carlos. Foucault: o silêncio dos sujeitos. In: SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard (orgs.). *O legado de Foucault*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p. 34-35.

CALAZANS, Márcia Esteves de. A Constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. *Revista transdisciplinar de ciências penitenciárias*, Pelotas, v. 2, p. 147-172. 2003.

_____. Mulheres policiais militares no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 18, p. 142-50, 2003.

CARDOSO, Ciro F. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós 1974. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, p. 37-55, 2004.

CARREIRAS, Helena. Família, maternidade e profissão militar. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 7, n.1-2, 1997, p. 73.

CASTRO, Celso et al. (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV: Bom Texto, 2004.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2. ed. revisada. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

_____. Diferença entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, 1995, p. 42.

CODATO, Evandir. Apontamentos sobre o personalismo político paranaense. *Diálogos*, Maringá, v. 3, n. 3, p. 1-28, 1999.

_____. Personalismo político nos anos cinquenta. *Revista de História Regional*, Curitiba, v. 7, n.1, p.1-37. 2002.

CONCHA, Gloria Baeza. Síntesis sobre delincuencia juvenil em Chile. *Boletín del Instituto Interamericano del niño*, Montevideo, Uruguay, v. 7, n. 218, p. 5-16, 1982.

CÔNSUL, J. C. *Estilo de comando das oficiais da Brigada Militar da região metropolitana de Porto Alegre*. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração)– Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando o debate. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 19, p. 59-90, 2002.

COUTO, Ronaldo. *Memória viva do regime militar*. Brasil 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: CASTRO, Celso et al. (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV: Bom Texto, 2004.

D'ARAUJO et al. (orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. *O que faz o Brasil Brasil?* 9. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DEKES, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil: 1966-1966*. São Paulo: [s.n.], 1985.

DELGADO, Dídice; CAPPELLIN, Paola; SOARES, Vera. *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo, 2000.

DÓRIA, Palmério et al. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação, política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUTRA, José Carlos. A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, n. 22, p. 195-208, 2004.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Centauro, 2002.

FALCON, Francisco. *História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. Entre a casa e a rua...: memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 4, p. 120-21, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRASER, Nancy. Interpretar el mundo y cambiarlo: Una entrevista con Nancy Fraser. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 29, n. 4, p. 103-24, 2004.

Entrevistada por Nancy A. Naples.

GARCIA, Fernanda Ester Sánchez. *Cidade espetáculo, política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

GOLDENBERG, Mirian. *A Arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. A "mística do pioneirismo", antídoto contra o socialismo: Bento Munhoz Da Rocha Neto, a reforma agrária e o Norte do Paraná nos anos 50 e 60. *Revista de História Regional*, Curitiba, v.2, n. 1, 1997. Disponível em < <http://www.rhr.uepg.br/v2n1/rollo.htm> >. Acesso: 20 fev. 2006.

GRÉGIO, Placidino Antonio et al. *Análise e emprego da Polícia Militar Feminina no policiamento ostensivo urbano de Curitiba: curso de aperfeiçoamento de oficiais da Academia Policial Militar do Guatupê*. São José dos Pinhais: [s.n.], 1983.

GUÁQUETA, Alexandra. *El Estado, la seguridad y la gente*. Medellín, 2004. Disponível em: < <http://www.nuso.org/upload/seguridad/guaqueta.pdf> >. Acesso em: 27 jun. 2006 (Conferência Fescol-DPI sobre "Paz, seguridad y derechos humanos").

KAYE, Harvey J. *Los historiadores marxistas británicos: un análisis introductorio*. Zaragoza: Prensas, 1989.

HAZENBERG, Anita. Breaking the silence. In: PAGON, Milan (ed.). *Policing in Central and Eastern Europe: comparing firsthand knowledge with experience from the West*. Slovenia: College of Police and Security Studies, 1996.

HEIDENSOHN, F. *Women in control? The role of women in law enforcement*. Oxford: Sage, 1992.

ISMÉRIO, Clarisse. *A Mulher, a moral e o imaginário: 1889-1930*. Porto alegre: EDIPUCRS, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. São Paulo: Ed.Unicamp, 2003.

LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família*. São Paulo: EDUSP, 1993.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Totemismo hoje*. Petrópolis: Vozes, 1975.

LIMA, Ruth Ribeiro de. Mulher Brasileira e a Guerrilheira. *Diálogos*, Maringá, v.4, n. 4, p. 203-17, 2000.

MACHADO, Lia Zanotta. Para além do jogo entre intelectuais e feministas. In: SCHPUN, Mônica Raisal (org.). *Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001.

MAIA, L. R. *Polícia feminina: perfil e ambigüidade da mulher militar na organização: assistência ou repressão?* 1993. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Administração, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1993.

MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves; MANCEBO, Deise (orgs). Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 14-20, maio/ago. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27039.pdf>>. Acesso: 20 ago. 2006.

MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil nos anos 70 e 80. *Cadernos AEL*, n. 3-4, p. 46, 1995/1996.

MARSON, Melina Izar. Da Feminista "Macha" aos Homens Sensíveis. *Cadernos AEL*, n. 3/4, 1995/1996.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Mulheres, luta e poder: a organização de mulheres em Curitiba, 1952-1982*. 1986. Monografia (Graduação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1986.

_____. História da Maternidade no Brasil: arquivos, fontes e possibilidades de análise. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina: Editorial Mídia, 2005. Disponível em < <http://www.anpuh.uepg.br/Xxiii-simposio/anais/anaistitulo.htm> >. Acesso: 20 set. 2006.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia: a participação na administração federal das comunicações e da educação – 1963/1990*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

_____. *As mulheres chegam aos quartéis*. [S. l.], 2005. Disponível em: < <http://www.resdal.org/producciones-miembros/art-kalil.html> >. Acesso em: 05 jun. 2006.

MATOS, Maria Ezilda da Silva. Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 4, p. 97-115, 1994.

_____. *Por uma história da mulher*. São Paulo: Edusc, 2000.

MATTOS, Marco Aurélio Vannuchi L. de; SWENSSON, Walter Cruz Jr. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro – 1964-1985*. Rio de Janeiro: D&A, 2003.

MCKENZIE, I. Equal opportunities in policing: a comparative examination of anti-discriminatory policy and practice in British and American policing. *International Journal of Sociology and Law*, 21, p. 159-174, 1993.

MENELI, P. R. *A construção do gênero feminino e a alteração de seu papel social*. 1991. Dissertação (Mestrado em Criminologia)–Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1991.

MENUCCI, Daniel Lins. Grupos no hospício: o desejo como tarefa. In: SAIDON,

Osvaldo; KAMKHAGI, Vida Raquel. *Análise institucional no Brasil*. 3. ed. [s.l.]: Editora Rosa dos Tempos, 1996.

MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Bárbara Musemeci. Polícia e gênero: presença feminina nas PMs brasileiras. *Centro de Estudos de Segurança e Cidadania*, ano 2, n. 4, abril, 2004. Disponível em: < [Http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/bole-tim07.pdf](http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/bole-tim07.pdf) >. Acesso em: 20 fev. 2006.

NEGRO, Antônio Luigi e SILVA, Sergio. Introdução. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, [s.d.]. p. 6.

OLIVEIRA, Dennison. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

_____. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: Ed. da UFPR. 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI: Imprensa Oficial, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003.

PAGON, Milan (ed.). *Policing in Central and Eastern Europe: comparing firsthand knowledge with experience from the West*. Slovenia: College of Police and Security Studies, 1996.

PAGON, Milan; LOBNIKAR, Branko. Reasons for joining and beliefs about police among Slovenian female police rookies. In: PAGON, Milan (ed.). *Policing in Central and Eastern Europe: comparing firsthand knowledge with experience from the West*. Slovenia: College of Police and Security Studies, 1996.

PARKER, G. Richard. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.

PEDRO, Joana Maria. As mulheres e a separação das esferas. *Diálogos*, Maringá, v. 4, p. 33-39, 2000.

_____. As guerras na transformação das relações de gênero: entrevista com Luc Capdeliva. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, jan/abr 2005.

_____. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br> >. Acesso em: 10 fev. 2006.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná Inventado: cultura e imaginário no Paraná na 1ª República*. Curitiba: Quatro ventos, 1997.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

_____. *As mulheres e os silêncios da História*. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Global, [s. d.].

PRICE, Barbara R. Price. Female police officers in the United States. In: PAGON, Milan (ed.). *Policing in Central and Eastern Europe: comparing firsthand knowledge with experience from the West*. Slovenia: College of Police and Security Studies, 1996.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaço do privado. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gerard (orgs.). *História da vida privada*. v. 5. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

QUINTANA, Mário. *Lili inventa o mundo*. 12. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e História. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar (orgs.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

RAGO, Margareth. Foucault um pensamento desconcertante: o efeito Foucault na historiografia. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, 1995. Disponível em: < <http://www.fflch.usp.br/sociologia/revistas/tempo-social/v7-1e2/rago7.html> >. Acesso em: 20 mar. 2005.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. São Paulo: Zahar, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: EdUnesp, 1993.

_____. As mulheres na política brasileira. *Tempo Social: Revista de Sociologia*, São Paulo, v. 2, n. 2, 1990.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RONCAGLIO, Cyntia. *Pedidos e recusas*. Mulheres, espaço público e cidadania. Curitiba: Pinha, 1996.

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*.

Rio de Janeiro: Record, 2002.

SARTI, Cyntia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SCAVONE, Lucila. O Feminismo e Michel Foucault: afinidades eletivas? In: SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard (orgs.). *O legado de Foucault*. São Paulo: Ed.UNESP, 2006.

SHOWALTER, Elaine. *Anarquia sexual: sexo e cultura no fim de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando o debate. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 19, p. 59-90, 2002.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres policiais presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, Nelson Rosário de. Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n. 16, 2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782001000100008&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 10 Jun. 2006.

STADNIKY, Hilda Pívaro. Mulheres sem mordaza X tropa de choque: estratégias de lutas políticas no contexto das greves policiais no estado do Paraná (nota prévia). *Pró-História*, Buenos Aires, no prelo.

TAKAHASCHI, Emilia Emi. A formação militar sob o enfoque das relações de gênero: uma experiência. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*: CEFET – PR, v. 3, ano 1, p.21-38, ago/set 2005.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly- Scott. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.3, p. 63-84, 1994.

VINTEUIL, Frederique. Marxismo e Feminismo. *Cadernos democracia socialista*, v. 8, 1989.

ANEXOS

ANEXO A – Demonstração à imprensa, 1º CFS PM Fem PMPR, mar. 1978

PELOTÃO DE POLÍCIA FEMININA, NA PM

O Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Paraná, continua ministrando as instruções específicas e gerais, ao Curso de Formação de Sargentos Femininas da Polícia Militar do Paraná.

Na História da Polícia Militar do Paraná, esta é a primeira turma que será formada. Criada pelo Decreto Estadual nº 3258, de 14 de maio de 1974, a Lei nº 6.774, de 06 de janeiro de 1976, atualizou o Curso em sua realização nas dependências do Colégio da Polícia Militar do Paraná, situado à Rua Almirante Góes.

APRESENTAÇÃO

Terceira apresentação Oficial à imprensa no dia 22 de março de 1978, quarta-feira, às 10:30 horas, no Colégio da Polícia Militar do Paraná, uma vez que é previsto o término do curso para 4 de junho de 1976, de acordo com planejamento do Excmo. Maor da Polícia Militar do Paraná, e decisões do Comandante Celso Mendes.

POLÍCIA FEMININA

Após o término do Curso, as formandas, como Sargento de Polícia Feminina, terão sua execução os serviços especificados na lei, sob o comando de Policiamento da capital do Estado.

Também nos objetivos da ação da Polícia Feminina, surgem: ação ao nível de polícia – em ordem de serviço social, principalmente para problemas mais críticos nos níveis de sociologia.

NOVA TURMA

Não Oficial, ainda existe com respeito a esse assunto, mas, pode surgir, tudo dependendo do procedimento e do andamento dos trabalhos pela primeira executada, mais as mudanças, que tendem a facilitar as coisas por elas feitas, e a que seja o melhoramento desse tipo de serviço PM.

HIERARQUIA

Para o seu posto de Oficialato, tudo dependendo de como a estrutura e estrutura a Organização Policial Militar Feminina que inicialmente funcionará como um Pelotão de Polícia Feminina.

Com o crescimento da população e por outro lado, o avanço da criminalidade, dos desajustamentos, hoje abarcando uma alta importância de novos pênalis sociais, ou seja, o menor número, a mulher delinqüente, o velho abandonado, o menor abandonado de hoje como potencial futuro para o futuro delinqüente de amanhã. E, então, em função dessas necessidades de se mudar a Polícia Militar Feminina, visando atuar mais diretamente nos quadros organizacionais da PMPR, dando-se mais atenção ao que diz respeito à Segurança Pública.

ASPECTO LEGAL

O presente Pelotão de Formação de Sargentos de Polícia Feminina foi criado pelo decreto Estadual nº 3258, na forma da Lei nº 6.774, de janeiro de 76. A duração do Curso é de 30 semanas úteis, iniciado no dia 11.11.76, e o término previsto para o dia 9.6.78. Essas datas,

após a conclusão do Curso, serão graduadas a 3º Sargento, sendo que as 4 primeiras colocadas serão graduadas a 2º Sargento, com vencimento mensal de CR\$ 4.963,33.

SELEÇÃO

Escolta-se para o ingresso no Curso de Formação de Sargentos de Polícia Feminina, o segundo grau completo, idade mínima de 18 e máxima de 25 anos, e altura mínima de 1,60 metros. Das várias jovens inscritas no concurso, onde notou-se um ótimo nível cultural, sendo que muitas apresentaram formação universitária, 42 ingressaram neste nos exames de seleção.

OBJETIVOS DO CURSO

Preparar a Polícia Feminina, para o desempenho de funções específicas;
Preparar comandantes de Grupos Policiais Femininos;
Preparar comandantes de Patrulhas Policiais Femininas em missões penais.

FUNCIONAMENTO

O Curso funciona nas instalações do Colégio da PM sob a responsabilidade do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, sendo Comandante do Pelotão Feminino, o 1º TEN José Leoni da Silveira.

Uniformes, baseado na Polícia Feminina de São Paulo, e uniformes foi confeccionado com o objetivo de deixar transparecer a imagem policial feminina, sem embasar no problema de "mistificação da mulher; Instrução: É ministrada com o sentido de adaptar as alunas ao regime policial militar, tornando-as capacitadas para execução da atividade fim da PM, que é o atendimento à sociedade. As disciplinas ministradas durante o curso, no horário das 7:30 às 16:00 horas, curso: Higiene Pública, Serviço Social, Prática de Tiro, Defesa Pessoal, Primeiros Socorros, Técnicas Policial Militar possibilitam um maior embasamento e preparação das alunas para o exercício da missão policial.

CAMPO DE ATUAÇÃO

Policiamento preventivo noturno visando a guarda e Segurança de Estabelecimentos Públicos.

Policiamento preventivo de trânsito em Estabelecimentos Esportivos.

Ações de policiamento ostensivo relacionados à mulher, menores e ancilias.

Em princípio, essas missões serão executadas nos seguintes locais: Biblioteca Pública, Teatros, Museus, Cinemas, Exposições Aeroportos, Rododotroviária, Campos de Futebol e prédios de mulheres.

O ingresso da mulher nos quadros da PM estando-se e espera-se, que venha a se constituir no cumprimento do dever, no desempenho da tarefa árdua do intrínseco organismo policial, pois que, o trabalho policial é penoso, difícil e muitas vezes vital.

Sabe-se que a mulher tem plenas condições de executar tarefas de polícia preventiva, com vistas principalmente à mulher, menores e ancilias, dando à missão policial Militar um caráter associacional peculiar.



Em breve elas serão vistas nas ruas, como um corpo auxiliar da Polícia Militar.



Aulas de Judo são muito importantes para o adestramento das candidatas ao posto de Sargento da Polícia Feminina.

Fonte: Acervo pessoal Sub-tenente Nueli Primão.

ANEXO B – Demonstração à imprensa, 1º CFS PM Fem PMPR, mar. 1978



ANEXO C – Demonstração à imprensa, 1º CFS PM Fem PMPR, mar. 1978



Fonte: Acervo pessoal Sub-tenente Nueli Primão.

ANEXO D – Demonstração à imprensa, 1º CFS PM Fem PMPR, mar. 1978

POLÍCIA FEMININA

Uma vitória da mulher

A Polícia Militar do Estado do Paraná está preparando um contingente de 34 moças, bonitas, inteligentes e fortes, física e tecnicamente aptas para cuidar da Cidade. É a polícia feminina.

Odilson Elmar Spada

Na próxima quarta-feira serão apresentadas à imprensa as 34 mulheres que estão cursando a primeira turma do Curso de Formação de Sargentos Femininos da Polícia Militar do Paraná. Turma que começará a atuar no policiamento ostensivo e preventivo de estabelecimentos públicos e escolas da capital a partir de agosto deste ano, e está apresentando níveis excelentes de aproveitamento escolar.

A ideia da utilização de contingente feminino no policiamento da Cidade é decorrente do sucesso alcançado pela polícia feminina no Estado de São Paulo, criada em 1953.

A ação da polícia feminina se faz sentir principalmente no campo da assistência social, como naquele caso ocorrido na Estação da Luz, capital paulista. No vai e vem das milhares de pessoas que transitam por aquele terminal ferroviário, uma jovem senhora magra chegou perto de uma mulher e pediu para esta segurar seu filho recém-nascido enquanto ela ao banheiro. Passaram-se horas, até que a senhora chegasse à conclusão que a criança havia sido abandonada. Procurou então o Posto do Batalhão Feminino existente na estação, e pediu auxílio das policiais.

Logo de início encontraram uma placa havia duas iniciais na fralda do bebê, um "C" e um "F". Em seguida passaram um alerta para a central, que passou a investigar as fichas das maternidades da cidade, até que horas depois tinham em mãos mais de vinte bebês com as mesmas iniciais.

Verificados um por um chegou-se à casa de uma jovem magrinha, residente em uma favela próxima a Perua, bairro de São Paulo. Sua situação era deplorável, por isso as policiais ajudaram, deram alente à mulher e depois devolveram-lhe o filho, Carlos Fagundes, que foi alegremente recebido.

Para o Paraná a situação pode se repetir, pois os órgãos que atuam no setor estão tendo dificuldades para realizar o atendimento social.

O crescimento populacional, agravado pelo êxodo rural, tem provocado o avanço da criminalidade e dos desajustamentos sociais, principalmente entre menores e mulheres. Por isso tornou-se necessária a pre-

Feminina, que no futuro, com novas turmas, será transformada na Organização Policial Militar Feminina.

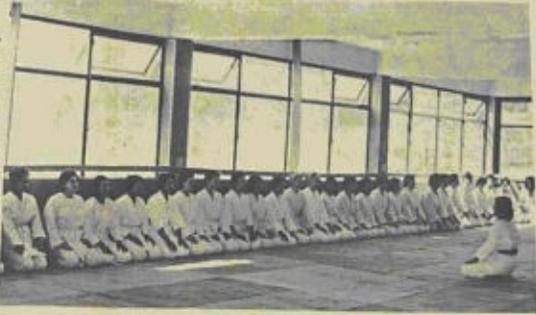
Mas a Polícia Feminina não existe só para atividades assistenciais. Ela faz, também, policiamento preventivo e para tanto algumas das matérias do curso abrangem técnicas policiais militares, defesa pessoal e prática de tiro.

Como defesa pessoal destaca-se que elas estão tendo várias horas diárias de aula de "Judo" e quando saírem às ruas estarão preparadas para neutralizar agressores e até mesmo delinquentes perigosos. Por exemplo: um ladrão de bolsas, como aquele que tentou furtar a carteira de uma policial feminina de São Paulo, no Vale do Anhangabá, no mês de janeiro passado, sem saber com quem estava lidando. Num gesto rápido pegou a carteira da moça e, como resposta, recebeu um golpe de judô e foi imobilizado e preso.

Os objetivos da Polícia Feminina no Paraná será o desempenho de missões de segurança em locais já estabelecidos, como a Biblioteca Pública, Teatros, Museus, Cinemas, Exposições, Aeroportos, Rodoferryviária, Campos de Futebol e presídios de mulheres. Também passará a cuidar do policiamento preventivo de trânsito detrona a estabelecimentos escolares.

Para este primeiro curso exigiu-se o segundo grau completo, idade mínima de 18 anos e máxima de 26 anos, altura mínima de 1,60 m e que fossem solteiras. Das 42 candidatas escolhidas em concurso, 34 estão acompanhando o treinamento, sendo várias delas, com formação universitária, procuram uma maneira melhor de servir a sociedade. As metas que serão alcançadas se o comando da PM as utilizarem de acordo com o planejamento feito, darão à Cidade mais um motivo de orgulho.

Depois de algum tempo de trabalho efetivo das policiais que agora estão recebendo instrução, o Comando da PM fará um levantamento da eficiência do novo corpo policial e a partir do relatório final, poderá montar novas turmas. Como divulgou a Sala de Imprensa da PM, "nada de oficial ecia a respeito de uma nova turma de preparação, de policiais femininas, mas poderá ser realizada, se necessária. Tudo depende do procedimento e do andamento dos trabalhos executados pela primeira turma e pelas exigências de maior contingente e em função do progresso de Curitiba".



ESPORTE E FILOSOFIA

A defesa pessoal exige preleções sobre a filosofia que rege o esporte



AS AULAS

Atentamente assistidas pelas recrutas

Atentamente assistidas pelas recrutas sença da mulher policial. São estas as razões da Polícia Militar para a criação do pelotão e o concurso que aprovou as 34 candidatas que estão cursando no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de praças da PM, à Rua Almirante Gonçalves, a recebendo todo tipo de ensinamento necessário às novas funções.

O primeiro Pelotão de Formação de Sargentos de Polícia Feminina foi criado pelo Decreto Estadual 3238, de 08 de novembro de 1976, tendo iniciado o treinamento da primeira turma em 7 de novembro do ano passado.

A duração do curso, que é de 30 semanas úteis, está prevista para o dia 09 de junho de 1978. Em seguida será efetuada uma solenidade de formatura onde as policiais militares serão graduadas ao posto de 3º sargento, sendo que as quatro primeiras colocadas receberão o posto de 2º sargento, passando em seguida ao quadro efetivo da corporação com vencimentos em torno de Cr\$ 5 mil.

A Polícia Militar do Paraná está estudando a estruturação de um Pelotão de Polícia

Fonte: Acervo pessoal Sub-tenente Nueli Primão.

ANEXO E – Demonstração à imprensa, 1º CFS PM Fem PMPR, mar. 1978



ANEXO F – Demonstração à imprensa, 1º CFS PM Fem PMPR, mar. 1978

O ESTADO DO PARANÁ

PAG




Em ação a Polícia Feminina

Integrantes do primeiro curso de sargentos femininas da Polícia Militar do Estado do Paraná, em frente ao prédio da corporação, a sua apresentação pública. O curso está marcado para o dia 15 de março, quando serão elas a fazer a apresentação. A apresentação será feita diante do coronel Ernesto Virmond, comandante geral. Em seguida, o curso fará uma palestra no nobre. Depois houve a demonstração de defesa pessoal, em que se demonstraram de técnicas.

de nossa pirâmide social, o menor delinqüente, a mulher delinqüente, o menor abandonado, isso tudo é hoje um potencial latente para o futuro delinqüente de amanhã. Em função dessas necessidades, é que foi criada a Polícia Militar Feminina, visando sanar uma lacuna existente nos quadros organizacionais da PMPR, dando-se uma abertura no que diz respeito à Segurança Pública". Disse ainda que "as policiais estão em plenas condições de cumprir as tarefas da

PM. Elas não vieram para competir com os homens".

Inicialmente, o aproveitamento delas será na Capital, mas conforme o aumento da necessidade, começarão a ser deslocadas para o Interior. O oficial acredita, que, dentro de pouco tempo, haverá a necessidade de um novo pelotão.

Esse Corpo de Polícia Militar Feminina, é o segundo a instituir-se no território brasileiro, sendo o primeiro a Polícia Feminina de São Paulo.

Ao encerrar a palestra, o comandante geral pediu para que a população "receba com maior respeito as sargentas, e espere esta cooperação do povo em geral".

Wilmá Buradi, universitária, uma das participantes do Curso de Formação de Sargentas de Polícia Feminina, disse que "senti uma emoção muito grande durante a operação, e pretendo continuar a carreira até o fim". Para ela, a PF é um complemento para o seu curso (Assistência Social). Iniciou esse curso por instigação espontânea, e com muito incentivo da família, pois ela é filha de um militar.

Uma outra deu seu depoimento dizendo que sente um orgulho muito grande. Ela é a Irmã Inês Sival, também filha militar. A maior dificuldade que elas enfrentaram no início foi o problema da adaptação, mas agora, esperam apenas a aceitação do público, respeito e cooperação.

Primeiro pelotão de Forças Armadas de Polícia Militar do Paraná, criado pelo decreto n.º 3238, de 22 de março de 1978, na forma do artigo 2º da lei n.º 6774 de 8 de maio de 1978. A duração do curso é prevista para 30 semanas, iniciado no dia sete de março de 1977 com o término no dia nove de junho de 1978. Durante o curso, após a conclusão das aulas, as alunas, após a conclusão, adiantadas a terceiro sargento, sendo que, as quatro primeiras serão graduadas sargentas. As disciplinas ministradas durante o curso são: Relações Públicas, Social, Práticas de Tiro, Defesa Pessoal, Primeiros Socorros, Polícia Militar, etc. A Polícia Militar do Paraná possui um maior embasamento para a atuação das alunas, para a adaptação no exercício da função policial e instrução geral. O coronel Virmond enfocou aspectos concernentes à criação da Polícia Militar Feminina. Disse que "com o crescimento da civilização e com o aumento da criminalidade, dos delitos, hoje absorvem a faixa importantíssima




Fonte: Museu da PMPR.

ANEXO G – Demonstração à imprensa, 1º CFS PM Fem PMPR, mar. 1978

Fonte: Acervo pessoal Sub-tenente Nueli Primão.

ANEXO H – Juramento à Bandeira 1º CFS Fem PMPR, abr. 1978

Polícia Feminina presta juramento



Jorge Graff

Continência, como manda o regulamento.

Na segunda apresentação pública, o primeiro Pelotão de Formação de Sargentos de Polícia Feminina, cumpriu ontem o juramento à Bandeira, onde 29 das 31 mulheres aprovadas no concurso cumpriram a solenidade que reuniu a comandante da Polícia Militar Feminina, cel. Janete Ribeiro Fiúza, o major Wilson Odirley Valla e os alunos ao curso de formação de cabo, sargento e oficiais da Academia da PM do Guatupê, além do cel. Virmond, comandante da PM/PR. A cerimônia teve início ontem às nove horas da manhã e a partir do momento em que o pelotão prestou juramento, foi permitido o uso do uniforme em atividades extra escolares, embora o mesmo seja restrito de modo a não haver envolvimento em atividades para os quais as policiais femininas não estejam preparadas.

Existindo desde 1955, o Pelotão da Polícia Feminina de São Paulo, (o do Paraná segue os mesmos moldes), primeiro a ser implantado no Brasil, hoje conta com um efetivo de 420 mulheres, formadas para atuar em operações de policiamento ostensivo, individual e misto, além de policiamento preventivo de trânsito. Esta turma do Paraná, estará apta a entrar em serviço ativo no mês de junho quando será encerrado o curso de Formação de Sargentos. Usando dois uniformes, um de instrução, calças compridas e blusa em azul

petróleo, nas solenidades o pelotão utilizava o uniforme de gala, de saia e quepe preto, casaco azul petróleo e blusa azul. Duas das alunas não compareceram ontem ao desfile e apresentação por estarem doentes. Ao todo no Brasil existem atualmente cinco pelotões de Polícia Feminina, sendo que apenas dois, o Paraná e o de São Paulo, funcionam como parte da Polícia Militar. Os outros três, tem os efetivos subordinados à Polícia Civil, no Amapá, Minas Gerais e Bahia.

Durante a solenidade, a cel. Janete Ribeiro Fiúza disse que houve muita mudança a partir de seu tempo de instrução, já pelo fato de hoje as alunas do Curso de Formação de Sargentos da Polícia Feminina terem aulas, com professoras especialmente contratadas para tal fim. "No meu tempo, a gente aprendia judô com homens". Após a apresentação das 29 alunas, em desfile para as autoridades acompanhada da Banda da Polícia Militar, foi realizada uma palestra pela cel. Janete, abordando as expectativas da mulher no quadro organizacional da Polícia Militar, dirigida apenas as alunas e integrantes da PM. Hoje às onze horas da manhã, ela concede uma entrevista coletiva sobre a PMF, junto ao Colégio da Polícia Militar.

CURSO

Criado pelo decreto estadual 3238, artigo 72 da lei 6774 o primeiro Pelotão de Formação de Sargentos da Polícia Feminina, tem o curso programado para realização em 30 semanas, cujo término está previsto para o dia nove de junho deste ano. Na formação, as quatro primeiras colocadas serão graduadas a segundo sargento enquanto as demais saem da escola, como terceiro sargento. Para a participação no concurso de seleção, é exigido dos integrantes o segundo grau completo, idade mínima de 18 anos, além de 1,60 metro de altura mínima. No pelotão paranaense quase 50% das aprovadas contam com formação superior, nos cursos de assistência social, sociologia e pedagogia. Da turma de 42 que ingressaram no curso em novembro de 77, nove alunas foram dispensadas por não terem se adaptado à estrutura da Polícia Feminina.

ANEXO I – Juramento à Bandeira 1º CFS Fem PMPR, abr. 1978

Polícia Feminina forma os primeiros sargentos

6 Abr 78

As trinta e uma alunas do Curso de Formação de Sargentos Policial Feminino a partir de hoje, às 9 horas, deixarão de ser o que segundo a linguagem militar se classificaria de recrutas. Em cerimonial de compromisso a ser realizado na Academia Policial Militar do Guatupê, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças fará às integrantes do 1º Pelotão da Polícia Feminina, a apresentação do Pavilhão Nacional, com a presença do comandante da Polícia Militar, coronel Ernesto Virmond e outras autoridades da Polícia Militar do Paraná.

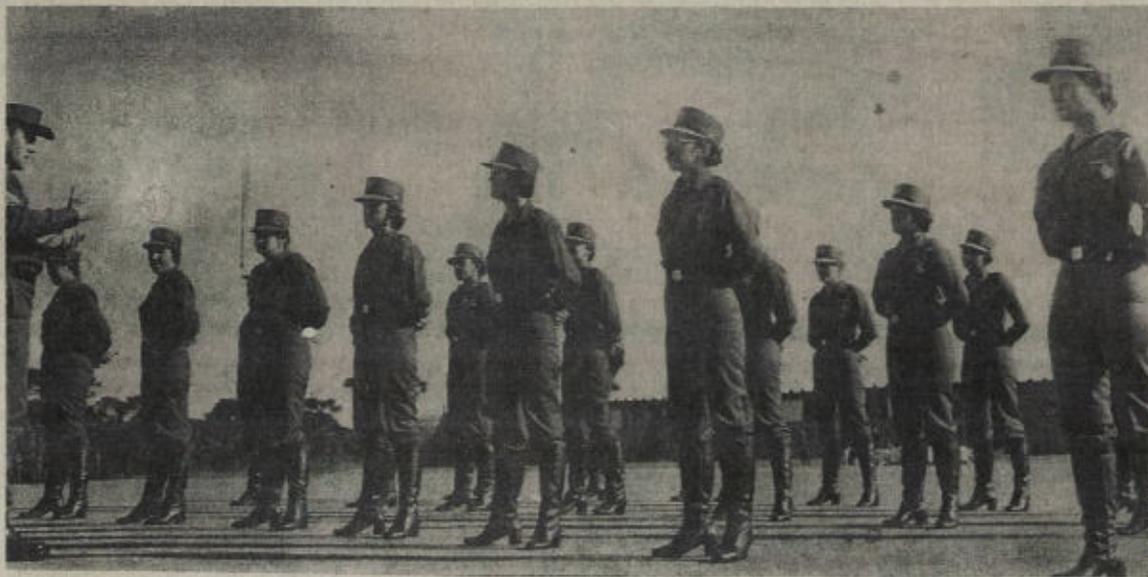
A cerimônia não implicará no início das atividades das policiais, o que ocorrerá apenas com término do curso de formação

que se dará no dia 8 de junho próximo quando então passarão da condição de soldados a terceiro sargentos. A criação desse pelotão no Paraná, está sendo vista com entusiasmo pelos setores policiais militares que esperam ver a iniciativa atingir, em Curitiba, o mesmo resultado alcançado em São Paulo onde o 1º Batalhão Feminino já congrega um grande número de oficiais.

A comandante daquele batalhão que serviu de modelo para a criação do primeiro pelotão de Curitiba, coronel Janete Ribeiro Fiuza estará presente amanhã à cerimônia, quando fará explanações sobre as atividades de suas comandadas na Capital paulista e sobre os objetivos que deve ter a Polícia Feminina. Quando se

formarem terceiro sargentos, as 31 integrantes da Polícia Feminina do Paraná realizarão atividades de assistência social, atendimento comunitário, cobrindo o que segundo o comando da Polícia Militar do Paraná, é uma lacuna de serviços a serem prestados à comunidade.

Entre as participantes do curso de formação que amanhã se submetem ao Regulamento de Continência das Polícias Militares do Brasil, grande número vem de formação colegial e também muitas fazem cursos universitários. Com esse preparo enfrentarão uma atividade profissional que inicialmente, como terceiro sargentos, as remunerará com um salário de Cr\$ 4.936,33 inicial.



A Polícia Feminina prestou compromisso ontem.

Fonte: Museu da PMPR.

ANEXO J – Juramento à Bandeira 1º CFS PM Fem PMPR, abr. 1978

Fonte: Acervo pessoal Sub-tenente Nueli Primão.

ANEXO K – Juramento à Bandeira 1º CFS PM Fem PMPR, abr. 1978.

Mulheres-policiais prestam juramento



POLÍCIA FEMININA
Prestaram juramento ontem, mas as instruções continuam hoje

Em solenidade realizada ontem às 9 horas da manhã na Academia da Polícia Militar do Guatupé, as alunas do Curso de Formação de Sargentos Femininos prestaram juramento à Bandeira Nacional. Entre as autoridades presentes destacou-se a coronel Jannette Ribeiro Fiuza, comandante do Batalhão Policial Militar Feminino de São Paulo, que defendeu a existência da PM Feminina como necessária à sociedade.

O juramento foi realizado com a incorporação da bandeira à tropa para apresentação e juramento, discurso do major Wilson Odirley Valla, comandante do Centro de Formação de Praças da PMPR, desfile e palestra da comandante da Polícia Feminina Paulista.

Com essa solenidade, as alunas da PM Feminina passaram a ser consideradas integrantes do corpo da Polícia Militar, mas continuarão a receber instruções até julho próximo, quando iniciarão patrulhamento em locais públicos.

A coronel Jannette Ribeiro Fiuza, ressaltou diversos pontos que tornam importante a existência da PM Feminina dentro da sociedade. "A mulher tem sua participação definida na sociedade, mais ainda como integrante de um órgão de segurança. Pois poderá perfeitamente desempenhar um papel de ajuda, proteção e orientação ao público de um modo geral. A ação da policial feminina é atender aos menores, mulheres e anciões, sejam ou não delinquentes, ou desamparados".

Outro ponto de destaque no discurso da coronel foi quando afirmou que "a Polícia Feminina, não se destina a funções da Delegacia de Costumes,



CORONEL JANETTE
"Não são mulheres masculinizadas"

nem se trata de mulheres masculinizadas. A PM Feminina não é criada para prender marginais e não defende os movimentos feministas. Apenas executa um trabalho de continuo amor para se atingir a paz social, em setores que só a mulher tem condições de encontrar a solução".

A coronel Jannette, é mãe de três meninas, natural de Botucatu, São Paulo, ingressou na Polícia Feminina Paulista em 1955, seguindo brilhante carreira até o posto de coronel, promovida em 1974. Durante esse tempo ela foi condecorada com várias medalhas de agradecimento pelos trabalhos em favor da sociedade.

Fonte: Museu da PMPR

ANEXO L – Coronel Janete Ribeiro Fiúza e a imprensa Curitibana, abr. 1978

TRIBUNA DO PARANÁ

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 1978
ANO XXII - Nº 5.907 - 12 PAGINAS
CAPITAL CR\$ 3,00 - INTERIOR CR\$ 4,00

A COMANDANTE FIUZA DA PMF/PR REALIZOU PALESTRA NA PM/PR

No início do ano passado mais precisamente no dia 8 de janeiro pelo decreto Estadual 3288 foi criado o primeiro Pelotão de Formação de sargentos da Polícia Feminina da Polícia Militar do Paraná. A razão de sua criação foi o crescimento da civilização e principalmente o avanço da marginalidade, dos desajustamentos, que atualmente estão absorvendo uma faixa importantíssima da pirâmide social, abrangendo principalmente menores e mulheres delinqüentes, o velho e menor abandonados. Sendo que este último é possuidor do germe latente de um futuro delinqüente. Para prevenir que fatos como estes aconteçam é que foi criada a PMF. Sanando assim uma lacuna que existia nos quadros organizacionais da PMPR, possibilitando uma abertura no que diz respeito à Segurança Pública.

O curso tem 42 jovens inscritas sendo que na sua grande maioria possuem formação universitária. Estas moças dentro de dois meses estarão recebendo suas graduações como 3º Sargento e as quatro primeiras como 2º Sargento. Sua área de atuação será na Segurança de Estabelecimentos Públicos, policiamento preventivo de trânsito em Estabelecimentos Escolares e ações de policiamento ostensivo relacionados à mulher, menores e anciãos. Em princípio suas missões serão executadas em Teatros, Museus, Cinemas, Exposições, Aeroportos, Campos de Futebol, Presídios e na Biblioteca Pública, Aeroportos e Rodoferroviária.

O ingresso da mulher nos quadros da PMPR, entende-se e espera-se que venha a se constituir no cumprimento do dever, no desempenho da tarefa árdua do intrincado organismo policial, pois que, o trabalho policial é penoso, difícil e muitas vezes triste.

Sabe-se por experiência em outros estados mais precisamente em São Paulo que a mulher tem plenas condições de executar tarefas de Polícia preventiva, com vistas principalmente às

mulheres, menores e anciãos, dando à missão policial militar um caráter assistencial particular.

CORONEL JANETE

Na quarta feira após o juramento à Bandeira as PMF tiveram uma palestra com a coronel Jannette Ribeiro Fiúza, onde foram ressaltados diversos pontos de atuação da PMF dentro da sociedade. Num deles ressaltou que: "A mulher tem sua participação definida dentro de uma sociedade, mais ainda dentro de um órgão de segurança. Pois poderá perfeitamente desempenhar um papel de ajuda, proteção e orientação, ao público de um modo geral. A ação Policial Feminina é o de atender aos menores e anciãos, sejam ou não delinqüentes". Ressaltou ainda que a "A PMF, não se destina a funções de delegacias de costumes, não mulheres masculinizadas, não é a ação de prender o marginal, não é também um movimento feminista".

O trabalho das PMF é ressaltado sempre como sendo um trabalho contínuo de amor, procurando atingir a paz social que é tão almejada por todos os povos. E é justamente neste fator que a mulher tem uma participação para a solução de determinados problemas.

Na entrevista que a Coronel Fiúza deu à imprensa na manhã de ontem foram ressaltados novamente os objetivos da PMF mostrando principalmente que não existem modificações mas que a adaptação é notória graças ao esforço e sentido de orientação na formação que estas recebem. As garantias que são recebidas pela policial grávida são as maiores, passando esta das atividades externas para as internas continuando este serviço por um período de cinco meses após a gestação. Também foi ressaltado que muitas PMF são casadas com PM.



A comandante Jannette Ribeiro Fiúza quando palestrava com a imprensa.

Fonte: Museu da PMPR.

ANEXO M- Coronel Janete Ribeiro Fiúza e a imprensa Curitibana, abr. 1978



Fonte: Museu da PMPR.

ANEXO N – Formatura 1º CFS PM Fem PMPR, jun. 1978



Cidade vai ganhar a sua polícia feminina

A Polícia Militar do Estado formou as suas primeiras 27 Sargentós Femininos e Rita Aparecida foi um dos destaques da turma que se chamou "Anita Garibaldi".

Primitivando auxiliar e defender a comunidade, pois é dela que virá com certeza a nossa tão almejada ascensão, formaram-se ontem as 27 alunas do curso de Formação de Sargentós Femininos iniciado no ano passado. Destas, quatro receberam a divisa de 2.º sargento, enquanto que as demais formaram-se como 3.º sargento. A solenidade de formatura foi realizada a partir das 9h30min de ontem, na Academia Militar do Guatupé de autoridades civis, militares e familiares das formandas.

Inicialmente, o 1.º Pelotão de Polícia Militar feminina fez várias evoluções, em ordem unida sem comando, enquanto era realizada uma leitura sobre a vida de Anita Garibaldi, que empresta seu nome à turma. Quebrando uma tradição de aproximadamente 100 anos, as autoridades militares aplaudiram as jovens recém-promovidas, durante suas evoluções sem voz de comando. Em seguida foi feita a leitura do termo de encerramento do curso e do ato de promoção, seguido do Boletim Especial n.º 2, que diz: "O dia de hoje, por certo, tornar-se-á inesquecível nos anais de nossa Corporação, porque com brilhantismo, alegria e satisfação, vimos concluído o 1.º Curso de Formação de Sargentós Femininos, que para maior satisfação ainda, leva o nome da ilustre heroína italo-brasileira Anita Garibaldi".

A colocação de divisas, pelos padrinhos, foi um dos altos momentos da solenidade, quando muitas senhoras, às vezes de idade avançada, deixavam transpare-

cer nervosismo e emoção, chegando inclusive às lágrimas. Logo em seguida houve a entrega de prêmios para as duas primeiras colocadas da turma: Rita Aparecida de Oliveira, que recebeu seu prêmio das mãos da secretária de Segurança, Alcindo Pereira Gonçalves, e Estilda Valentim de Souza, cujo prêmio foi entregue pelo comandante da Polícia Militar, coronel Frederico Ernesto Virmani.

A solenidade teve prosseguimento com o juramento à Bandeira, quando a turma repetiu numa só voz: "Ao ser promovida na PMPR, reserva do Exército Brasileiro, prometo cumprir rigorosamente os ordens das autoridades a que estiver subordinada, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afeição os irmãos de Arma e com bondade os subordinados. Dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, cuja honra e instituições defenderei com o sacrifício da própria vida". Logo após, elas cantaram o Hino Nacional, acompanhadas pela Banda da PM.

A oradora da turma, Mirian Biancolini, depois de relembrar o papel da mulher na sociedade atual, disse que "prometemos aqui a esta comunidade, auxiliar e defender, pois é dela que virá com certeza a nossa tão almejada ascensão. Acreditem, temos u m potencial imenso dentro de nós, basta apenas que dê m crédito para que possamos através de nossos esforços e sobretudo dedicação, mostrar a nosso trabalho, e através do mesmo angariar a confiança, sedimentando os princípios que regem a dignidade humana que vem de

encontro com nossos anseios através da glória e destaque nos projetando de forma decisiva em nosso país, que é uma nação emergente". Finalizou afirmando que "hoje estamos com o firme propósito de diminuir o índice marginalizador de certas classes e agrupamentos sociais, procurando nivelar as modalidades existentes de cada ser humano como parte atuante do processo civilizatório. E com o 1.º Pelotão de Polícia Militar Feminina da PMPR fica uma promessa: de lembrar com assiduidade que conviver só é humano quando se consegue deixar marcas".

A cerimônia foi então encerrada com o desfile da tropa em continência às autoridades. Após, todos os presentes foram convidados para um coquetel nas dependências da Academia da Polícia Militar do Guatupé. Como 2.º sargento, formaram-se as alunas: Rita Aparecida de Oliveira, Estilda Valentim de Souza, Iracema Maschio e Juliana Maneses y Malina. As demais, formadas como 3.º sargento, são: Helena Dejakoski, Mirian Biancolini, Ruth Rodrigues da Silva, Lindomar Mirian Monteiro, Elisabeth Margarida Naemick, Proença Monteiro, Elisabete Margarida Naemick, Sismira Inês Stival, Leila Lobhardt, Noemi Devi Shvartz, Dirceina Maria Vieira Garcia, Zilá Valentim de Souza, Maria Lavinia do Nascimento, Maria da Luz de Souza, Sueli Primão, Auzemi Teresinha Lapek, Teodoriana Mariana Maximiliano de Lima, Elisabeth Rebello, Larinez Di Domênico, Alda do Rocio Weigert, Vânia Baradell, Lúcia Amélia do Espírito Santo, Anemari Goebel, Mari Rodrigues de Souza e Ivone Maria Pimentel.

Fonte: Museu da PMPR.

ANEXO O – Formatura 1º CFS PM Fem PMPR, jun. 1978

GAZETA DO POVO

Curitiba, Sábado, 17 de Junho de 1978

P. Militar forma 27 sargentos femininos

Com solenidade que se desenvolveram durante todo o transcorrer do dia, foi realizada ontem a formatura da primeira turma de sargentos femininos da Polícia Militar do Estado do Paraná. O curso, iniciado em sete de novembro do ano passado, chegou ao seu término com 27 alunas, das quais quatro obtiveram divisas de 2.º sargento, enquanto as demais, de 3.º sargento.

SARGENTOS FEMININOS



"ANITA GARIBALDI"

Esta turma, a segunda do gênero do país, levou o nome de "Anita Garibaldi", em homenagem a heroína Italo-brasileira que deu sua vida pelo Brasil, demonstrando a força da mulher na luta pelos nossos ideais. Depois de amanhã, dia 19, as sargentos PMs seguirão para São Paulo, onde no Batalhão Feminino daquela corporação policial-militar, realizarão estudos inerentes à atividade afim.

Ao término deste mês, as formandas deverão retornar à Curitiba, para então, a partir de julho, iniciarem suas atividades profissionais. Eles proporcionarão policiamento principalmente na Rodoferroviária, Biblioteca Pública, sedes do Correio, Aeroporto Afonso Pena, teatros, exposições e cinemas, agindo com a autoridade que lhes foi concedida, que as torna habilitadas para atendimento de quaisquer tipo de ocorrências, desde fornecimento de informações até detenções.

SOLENIDADES

As solenidades tiveram início ontem de manhã, na Academia

A primeira turma de policiais femininos do Paraná formou-se ontem, com solenidades na Academia do Guatupê.

do Guatupê. Com as presenças do secretário de segurança pública, general Alcindo Pereira Gonçalves; do comandante geral da Polícia Militar, coronel Ernesto Virmond; do comandante do 1.º Batalhão de Polícia Feminina, 1.º tenente Josué Lemos da Silveira, entre outras, as formandas fizeram o juramento à Bandeira. Em seguida, sob os acordes da banda de música da Polícia Militar, foi realizado por todos o cântico do Hino Nacional. Na continuidade das comemorações, houve a alocução da oradora da turma, Miriam Biancolini, entrega de prêmios às primeiras

colocadas durante o curso e, finalmente, a entrega das divisas de 2.º e 3.º sargentos femininos às formandas. À tarde, por volta de 17 horas, foi celebrada na Capela da Polícia Militar, na Rua Marechal Floriano, missa em ação de graças, oficiada pela Revmo. Dom Pedro Fedalto, Arcebispo da Diocese de Curitiba. Na ocasião estiveram presentes todas as formandas, inclusive as quatro primeiras colocadas: Rita Aparecida de Oliveira, Euzilda Valentim de Souza, Iracema Maschio e Juliana Meneses Y. Molina, que obtiveram divisas de 2.º sargento.

Fonte: Museu da PMPR.

ANEXO P – Formatura 1º CFS PM Fem PMPR, jun. 1978

É a Polícia Feminina

Prometendo "auxiliar e defender a comunidade, pois é dela que virá com certeza a nossa tão almejada ascensão" formaram-se ontem as 27 alunas do curso de Formação de Sargentos Femininos iniciado no ano passado. Destas, quatro receberam a divisa de 2.º sargento, enquanto que as demais formaram-se como 3.º sargento. A solenidade de formatura foi realizada a partir das 9h30min de ontem, na Academia Militar do Guatupê de autoridades civis, militares e familiares das formandas.

Inicialmente, o 1.º Pelotão de Polícia Militar Feminina fez várias evoluções, em ordem unida sem comando, enquanto era realizada uma leitura sobre a vida de Anita Garibaldi, que empresta seu nome à turma. Quebrando uma tradição de aproximadamente 100 anos, as autoridades militares aplaudiram as jovens recém-promovidas, durante suas evoluções sem voz de comando. Em seguida foi feita a leitura do termo de encerramento do curso e do ato de promoção, seguido do Boletim Especial n.º 2, que diz: "O dia de hoje, por certo, tornar-se-á inesquecível nos anais de nossa Corporação, porque com brilhantismo, alegria e satisfação, vimos concluído o 1.º Curso de Formação de Sargento Feminino, que para maior satisfação ainda, leva o nome da ilustre heroína italo-brasileira Anita Garibaldi".

A colocação de divisas, pelos padrinhos, foi um dos altos momentos da solenidade, quando muitos senhores, às vezes de idade avançada, del-



Primeira turma

xavam transparecer nervosismo e emoção, chegando inclusive às lágrimas. Logo em seguida houve a entrega de prêmios para as duas primeiras colocadas da turma: Rita Aparecida de Oliveira, que recebeu seu prêmio das mãos do secretário de Segurança, Alcindo Pereira Gonçalves, e Ezilda Valentim de Souza, cujo prêmio foi entregue pelo comandante da Polícia Militar, coronel Frederico Ernesto Virmond.

A solenidade teve prosseguimento com o juramento à Bandeira, quando a turma repetiu numa só voz: "Ao ser promovida na PMPR, reserva do Exército Brasileiro, prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinada, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afeição os irmãos de Arma e com bondade os subordinados. Dedicar-me inteiramente ao ser-

viço da Pátria, cuja honra e instituições defenderei com o sacrifício da própria vida". Logo após, elas cantaram o Hino Nacional, acompanhadas pela Banda da PM.

A oradora da turma, Mirian Biancolini, depois de relembrar o papel da mulher na sociedade atual, disse que "prometemos aqui a esta comunidade, auxiliar e defender, pois é dela que virá com certeza a nossa tão almejada ascensão. Acreditem, temos um potencial imenso dentro de nós, basta apenas que dêem crédito para que possamos através de nossos esforços e sobretudo dedicação, mostrar o nosso trabalho, e através do mesmo angariar a confiança, sedimentando os princípios que regem a dignidade humana que vem de encontro com nossos anseios através da glória e destaque no projetando de forma decisiva em

nosso país, que é uma nação emergente". Finalizou afirmando que "hoje estamos com o firme propósito de diminuir o índice marginalizador de certas classes e agrupamentos sociais, procurando nivelar as modalidades existenciais de cada ser humano como parte atuante do processo civilizatório. E com o 1.º Pelotão de Polícia Militar Feminina da PMPR fica uma promessa: de lembrar com assiduidade que conviver só é humano quando se consegue deixar marcas".

A cerimônia foi então encerrada com o desfile da tropa em continência às autoridades. Após, os presentes participaram de coquetel nas dependências da Academia Militar do Guatupê. Como 2.º sargento, formaram-se as alunas: Rita Aparecida de Oliveira, Ezilda Valentim de Souza, Iracema Maschio e Juliana Meneses y Molina. As demais, formadas como 3.º sargento, são: Helena Dajakoski, Mirian Biancolini, Ruth Rodrigues da Silva, Lindamir Proença Monteiro, Elisabeth Margarida Naemizch, Siumira Inês Stival, Leila Labhardt, Noemi Deusi Shuatsda, Dirce Maria Vieira Garcia, Zilá Valentim de Souza, Maria Lozineti do Nascimento, Maria da Luz Madolny, Sueli Primão, Auzemi Terezinha Lepek, Teunair Mariana Maximiliano de Lima, Elisabeth Rebolo, Lorinês Di Domênico, Alda do Rocio Weigert, Vilma Baradel, Luzia Amélia do Espírito Santo, Anemari Goebel, Marli Rodrigues de Souza e Ivone Maria Pimentel.

Fonte: Museu da PMPR.

ANEXO Q – Formatura 1º CFS PM Fem PMPR, jun. 1978

Polícia Feminina presta juramento



Formatura das primeiras policiais.

A Academia Policial Militar do Guatupê viveu ontem uma de suas mais belas festas de formatura, quando o primeiro Pelotão de Polícia Feminina proferiu o juramento à Bandeira e desfilou incorporado à tropa da Polícia Militar. Hoje as 27 policiais estarão se preparando para viajar amanhã a São Paulo, onde farão o estágio prático de oito dias.

A solenidade de formatura teve início às 9h30min, como estava previsto, com a presença do secretário de Segurança, do comandante da Polícia Militar e outras autoridades civis e militares. A missa em ação de graças foi celebrada às 17 horas, na capela da PM, na Marechal Floriano.

MILICIANAS

Todas de nível médio e superior, são as seguintes: as 27 primeiras policiais que se formaram ontem: Aida do Rocio Weigert, Anemari Goebel, Auzeni Terezinha Lepek, Belmair Maximiano de Lima, Dinamir Proença Monteiro, Dirceinha Maria Vieira Garcia, Diumira Inês Stival, Elizabeth Margarida Maenich, Ezilda Valentin de Souza, Helena Zajaczkowski, Iracema Maschio, Ivone Maria Pimentel, Juliana Menezes Y. Molina, Luzia Amélia do Espírito Santo, Lorinez Di Domenico, Layla Labhardt, Maria Luzinete do Nascimento, Maria da

Luz Nadolny, Mirian Biancolini, Marly Rodrigues de Souza, Nelzi Schuatspa, Nueli Primão, Rita Aparecida de Oliveira, Ruth Rodrigues da Silva, Vilma Baradel e Zilé Valentin de Souza.

Seriam 29 as novas milicianas, não fosse um fato ocorrido no final do curso: duas das alunas, já com seus nomes impressos no convite, não conseguiram notas suficientes para aprovação. Informações da Sala de Imprensa, na tarde de ontem, deram conta de que as duas candidatas que não foram aprovadas, teriam que começar tudo novamente, para ingressarem na Polícia Feminina. Segundo a SI/PM, elas teriam ficado com notas insuficientes em matérias gerais do currículo.

Por outro lado, a SI informou também que, ao que tudo indica, no início do próximo ano haverá novo concurso para ingresso no curso de formação de sargentos femininos e, talvez até mesmo para soldados. Sabe-se também que haverá o curso para oficialato feminino, podendo duas das atuais sargentos, conseguirem chegar a tenente e, automaticamente ao comando e subcomando da Polícia Feminina.

INCENTIVO

A coronel Janete Ribeiro Flúza, comandante da Polícia Feminina de São Paulo, enviou telegrama na tarde de ontem ao comando da Polícia Militar, parabenizando-o pela formatura do primeiro pelotão de PMFs e dizendo da responsabilidade assumida e da necessidade de um incentivo, colocando-se ainda à disposição para qualquer eventualidade, em virtude de sua experiência na PMF de São Paulo.

Durante a cerimônia ontem, na APMG, uma roçada de pombos chamou a atenção dos presentes, enquanto a banda da PM executava o Hino Nacional, após o juramento à Bandeira, feito pelas novas policiais. Em seguida, a sargento Mirian Biancolini, oradora da turma "Anita Garibaldi", leu um discurso dizendo da satisfação sua e de suas companheiras pela profissão que escolheram, agradecendo à comunidade e às autoridades pela oportunidade a elas concedida. No final das solenidades, as policiais foram parabenizadas pelos familiares e padrinhos e concederam entrevistas à imprensa.

Dentre as novas policiais, Ivone Maria Pimentel, 22 anos, secundário completo, natural de Itabará, São Paulo, disse ser prima em terceiro grau do ex-governador Paulo Pimentel. Seus pais são agricultores e residem em Ponta Grossa. Para ela, foi um dia muito emotivo e era difícil explicar como se sentia. Espera que, na condição de policial, possa ter um maior contato com o povo, fato que sempre a fascinou, apesar de, em sua infância e adolescência, nunca haver pensado em um dia ser policial militar.

Fonte: Museu da PMPR.

ANEXO R – Formatura 1º CFS PM Fem PMPR, jun. 1978

O pelotão Anita Garibaldi

“Lutando pela valorização feminina e o bem comum representamos ao 1º Pelotão da Polícia Feminina Militar do Paraná”. Foi essa a explicação dada pela oradora da turma, Miriam Biazolin, antes de milhares que lotaram 27 mesas a inauguração do Curso de Formação de Sargentas da Polícia Feminina. A formatura realizou-se ontem de manhã, nas dependências da Academia Policial Militar do Guarani, sob a presidência de seu comandante, o Coronel Fernando de Souza, e da Comandante Geral da PM, Coronel Fátima Esteves Vitorini.

Desde ontem foi criada a segunda turma policial militar feminina do Brasil, sob o comando de Teresina Inês Lemos da Silveira – até que haja uma policial feminina capaz para assumir o cargo – e estará integrado ao Comando Policial de Capital, que tem como Comandante o Coronel Pompílio.

O primeiro corpo da Polícia Feminina do Brasil é o Batalhão Feminino de São Paulo, onde as formandas do Paraná terão um estágio, e iniciarão as atividades profissionais a partir de julho próximo.

A atividade teve início com a apresentação de ardeur antes de ser retomado pela Polícia Feminina. Queremos, nessa ocasião, um ano mais de um ano, pois elas foram aplaudidas pelas oficiais presentes – a que consideramos as melhores profissionais. Durante todo esse tempo, nenhuma tropa da PM foi aplaudida pelas oficiais.

Depois foram feitas o leitura de encorajamento de parte do ato de promoção e o Boleim especial assinado à data. Em seguida foram realizadas as dividas das turmas Sargentas da PM Feminina. Das dividas, Rita Aparecida de Oliveira e Estêvão Valente de Souza, tiveram elogiadas e receberam prêmios, por serem a primeira e a última a não-brasileira do estado paulista, e terá sua sede na Rua 24 de Maio, 1424, onde a partir de julho haverá, além das instalações administrativas, planilhas de atendimento ao público e área de recreação e alojamento de novas turmas.

O início do trabalho das PMPR será com prioridade na Rodoferrroviária, segundo afirmou o Coronel Pompílio. Nessas localidades atenderá os casos de crianças perdidas abandonadas e pessoas doentes. Procurará abrigo para imigrantes sem condições financeiras, e dar-lhe-á informações a quem necessitar.

Foi para esse tipo de trabalho que as 27 sargentas se inscreveram no curso, que se iniciou no dia sete de novembro do ano passado. Durante o período de formação elas receberam treinamento em sociologia, psicologia, formação militar e defesa pessoal. Outras quatro sargentas, que haviam começado o curso, não conseguiram acompanhar e desistiram, mas as formandas em geral sentiram realizadas suas aspirações e prometem viver sua profissão mais por ideal, que como meio de vida.

Rita Aparecida de Oliveira, primeira colocada da turma, disse que sua dedicação às tarefas cotidianas deve-se ao entusiasmo sentido pela possibilidade de ser útil à comunidade. “Cada dia que passa, sinto cada vez mais a necessidade de servir ao meu povo. Quando estiverem em contato com as localidades a polícia feminina é necessária, pois é o Brasil que precisa da presença da mulher. Tudo isso, aliado ao desejo de seguir carreira militar, mas que sinto não ser possível, trouxe a motivação para fazer o curso da melhor maneira possível”.

Outra formanda, que será conhecida depois para frente como sargento Leila, disse apenas: “Vou sair a hora de fazer o estágio em São Paulo, para trabalhar eletrônica”. Ela é formada em sociologia pela Universidade Federal do Paraná e pretende aplicar a teoria aprendida na escola nesse serviço.

A formação da Polícia Feminina do Paraná teve grande influência da corporação paulista, que foi criada em 1974, sob o comando do então coronel. Em 1975, passou a ser efetivo com a formação de uma corporação subordinada à Secretaria de Segurança Pública. Desde então em diante ela cresceu até transformar-se em Batalhão em 1977.

Em maio a comandante do batalhão paulista, coronel Janete estava em Curitiba, onde incentivou a formação da PM em nosso estado. Nessa época as alunas também tiveram demonstrações públicas de que aprenderam no curso, também foi nessa época, que a primeira turma chegou a forma para o estágio, e se realizou nos primeiros dias.

Logo, há muitas como essas, criadas pela PF de São Paulo, poderão ser criadas pelas paranaenses. No dia 1º de abril a Polícia Feminina foi chamada para atender um menino de quatro anos, acompanhado de um cachorro. Logo ao chegar, uma policial imprimiu uma colíria para o cão e ajudou a mãe a colocar um bilhete, informando que a criança estava na sede da PF. Duas horas depois o pai apareceu e encontrou a filha. O cão havia andado dez quilômetros até a casa, onde a família leu o bilhete e soube onde estava a criança perdida.

Num bairro da capital paulista, um casal de indigentes permitiu ser detidos. O pouco dinheiro conseguido em vendas foi gasto em bebida alcoólica, que embriagou o homem. A polícia não ganhou das despesas, que ele passou a praticar, e levou-o para a cadeia, enquanto a mulher era detida na sede das policiais femininas. Por algum tempo esteve a disposição da mulher, que chamava-se de Helena. Uma policial indagou o motivo e ficou sabendo que a indigente queria ficar com o marido. “Se ele for preso, quero ir também. Como disse ao senhor, não tenho dinheiro para a minha liberdade”. Depois disso, ganhou uma noite junto com o marido no subúrbio e ficou contida.

Dois dias depois, o 27 sargento da Polícia Feminina do Paraná estarão em São Paulo e no dia 1º voltarão à Curitiba, para encetar o público na Rodoferrroviária, aeroporto, teatros, exposições, cinemas bibliotecas e outros locais. Terminando assim, em pouco tempo, um fato comum ao público, mas uma característica de cidade “barra”.

Fonte: Acervo pessoal Sub-tenente Nueli Primão.

ANEXO S – Formatura 1º CFS PM Fem PMPR, jun. 1978

Fonte: Museu da PMPR.